

O PODER DO LIXO:

ABORDAGENS ANTROPOLÓGICAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

organização CARMEN RIAL



ABA PUBLICAÇÕES

2016

O poder do lixo: abordagens antropológicas dos resíduos sólidos Carmen Rial (Org.)

Revisão: GERUSA BONDAN

Imagens: VUILVERWERKING, AMSTERDAM 1910-1917 [C.J. HOFKER]

Comissão de Projeto Editorial

Coordenador: Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE)

Vice-Coordenadora: Jane Felipe Beltrão (UFPA)

Patrice Schuch (UFRGS)

Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ)

Conselho Editorial

Andrea Zhouri (UFMG)

Antonio Augusto Arantes Neto(UNICAMP)

Carla Costa Teixeira (UnB)

Carlos Guilherme Octaviano Valle (UFRN)

Cristiana Bastos (ICS/Universidade de Lisboa)

Cynthia Andersen Sarti (UNIFESP)

Fábio Mura (UFPB)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPel)

Maria Luiza Garnelo Pereira (Fiocruz/AM)

María Gabriela Lugones (Córdoba/ Argentina)

Maristela de Paula Andrade (UFMA)

Mônica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB)

Patrícia Melo Sampaio (UFAM)

Ruben George Oliven (UFRGS)

Wilson Trajano Filho (UnB)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

O poder do lixo : abordagens antropológicas dos resíduos sólidos / organização de Carmen Rial. — Rio de Janeiro : Associação Brasileira de Antropologia, 2016.
432 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-87942-40-1

1. Antropologia social 2. Lixo — Aspectos sociais 3. Lixo — Aspectos econômicos 4. Problemas sociais I. Rial, Carmen

CDD 301

Índices para catálogo sistemático:

1. Antropologia

SUMÁRIO

004 **O poder revelador do lixo**

Antonio Carlos de Souza Lima

007 **INTRODUÇÃO: abordagens antropológicas dos resíduos sólidos em sociedades pós-industriais**

Freek Colombijn e Carmen Rial

041 **CATADORES, OS HEROIS DA RECICLAGEM**

043 **Braço protetor ou mão invisível? Prós e contras da formação de cooperativas de catadores de lixo: Uma comparação entre Brasil e Indonésia**

Freek Colombijn e Martina Morbidini

065 **“Catador cidadão; Trabalho digno” - Estratégias de superação do estigma adotadas pelos catadores de material reciclável em Belo Horizonte, Brasil**

Martina Morbidini

099 **RECICLAGEM, REAPROVEITAMENTO E ESTILO DE VIDA**

101 **No “país do desperdício”: analisando o lixo como cultura material entre imigrantes brasileiros na Holanda**

Viviane Kraieski de Assunção

127 **Trenchtown : reaproveitamento e autoconstrução no ethos ecologista**

Carmen Rial

159 **Convergências entre alimentação e meio ambiente a partir das práticas de imigrantes transnacionais em Amsterdã**

Carla Pires Vieira da Rocha

175 **A cultura dos discos de vinil em Amsterdã: vinyl revival e a convergência entre passado e modernidade**

Luceni Hellebrandt

201 **Do lixo ao prato: um estudo sobre a reutilização de resíduos orgânicos a partir da concepção de diferentes classes sociais**

Kamila Guimarães Schneider e Caroline Soares de Almeida

233 **Do que resta : olhares sobre o lixo e o meio-ambiente**

Andrea Eichenberger

267 **“Aqui sempre se precisa lutar para manter os pés secos”- narrativas etnográficas da vida sobre a água entre moradores de casas-barco de Borneokade e Amsteldijk, Amsterdam/Netherlands**

Margarete Fagundes Nunes e Luciano Jahnecka

297 **NOVOS RESÍDUOS SÓLIDOS: E-WASTE E NUCLEAR**

299 **Lixo radioativo no contexto do desastre com o Cs 137, em Goiânia: construção da paisagem nuclear e domesticação das percepções de risco**

Telma Camargo da Silva

333 **e-waste – a consequência do consumo global de produtos de tecnologias da informação e comunicação**

João Samarone Alves de Lima e Julia Sílvia Guivant

381 **Lixo industrializado, consumo e descarte: vivências dos povos indígenas Matis (Amazônia, Brasil) e Guarani (Ciudad del Este, Paraná, Paraguay)**

Barbara M. Arisi e Marina A. Cantero

399 **Lixo, restos humanos e genética forense: o caso de um laboratório de polícia do Rio de Janeiro**

Claudia Fonseca e Rodrigo Grazinoli Garrido

423 **AUTORES**

O PODER REVELADOR DO LIXO

Antonio Carlos de Souza Lima¹

Em *O Poder do Lixo: abordagens antropológicas dos resíduos sólidos*, Carmen Rial colige textos demonstrativos do potencial revelador do que vulgarmente chamamos de lixo, no contexto de sociedades de modernidade tardia (e seletiva, como o Brasil) e pós-industriais (como a Holanda).

Por intermédio da análise do lixo, na melhor perspectiva antropológica, em que a comparação é uma chave reveladora dos mundos conectados pela análise, os textos do volume, precedidos por uma rica e densa introdução de Freek Colombijn (Vrije Universiteit, de Amsterdam) e Carmen Rial (Universidade Federal de Santa Catarina), são resultantes de projeto de pesquisa conjunto financiado com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior, e do Nuffic, centro holandês para a internacionalização da educação. A coletânea lida com questões variadas – desde o trabalho de catadores de lixo no Brasil e na Indonésia até o lixo radioativo e os dejetos do uso das tecnologias de informação e comunicação, o *e-waste*; as relações entre alimentação e meio ambiente. Mostram-nos a relatividade das nossas noções do que sejam os desejos “expelidos” (e por vezes refagocitados) pelas cadeias de consumo contemporâneas.

Se, em si, o lixo é um problema social que a cada dia se agrava mundo afora, os textos da presente coletânea, seguindo cada um mais ou menos as quatro grandes tendências na análise dos resídu-

1 Antonio Carlos de Souza Lima é Professor Titular de Etnologia do Museu Nacional/UFRRJ, e presidente da ABA (gestão 2015-2016).

os sólidos nos mundos pós-modernos (a abordagem “simbólica”, a “ecologia política”, as “abordagens críticas”, e o estudo dos “modos de vida”), acuradamente sinalizadas na introdução de Colombijn e Rial, nos descortinam o quanto os modos de lidar com o lixo podem ser reveladores, das estruturas sociais produtoras da desigualdade intra Estados Nacionais, das hierarquias sociais, dos cenários em que o desperdício é prova de elevado status, dos fluxos entre o Norte e o Sul global (onde aprendemos que se encontra o maior número de iniciativas de reciclagem), este muitas vezes tornado de depósito de lixo. Mais ainda, tornam patente a incompatibilidade entre a obsolescência tecnológica programada, típica dos modernos padrões de desenvolvimento capitalista, e a sustentabilidade ambiental.

Os textos mostram, assim, como estamos diante de um tema inescapável nessa altura da vida do planeta, já que os efeitos deletérios de diversos artigos descartados são imprevisíveis no momento atual (como o plástico que se acumula nos mares é ingerido por peixes e acaba por entrar na cadeia alimentar humana, sem que tenhamos qualquer previsão do que isso significa a médio longo prazos). A coletânea é, assim, mais que bem vinda pelo(s) tema(s) e os modos de trabalhá-lo, onde Holanda e Brasil, para além da rede de pesquisadores que produz o livro, estão na realidade contemporânea inexoravelmente entremeados.



INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO:

ABORDAGENS ANTROPOLÓGICAS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM SOCIEDADES PÓS-INDUSTRIAIS¹

Freek Colombijn e Carmen Rial

Este livro trata de pesquisas sobre resíduos sólidos realizadas por antropólogos e sociólogos na Holanda e no Brasil. Muitos dos autores aqui incluídos participaram do projeto “Modernidade, o meio ambiente e novas noções sobre lixo e pureza”, coordenado por Freek Colombijn (VU University) e Carmen Rial (UFSC), que teve o apoio da CAPES e do NUFFIC. Eles proporcionam, com suas pesquisas em terras alheias, um olhar cruzado – da Holanda sobre o Brasil, ao qual estamos mais acostumados, dada a longa tradição de pesquisadores estrangeiros aqui – mas, também, do Brasil sobre a Holanda (ou, se quiserem, do Sul global sobre o Norte) o que, sem dúvida, mesmo não sendo um procedimento absolutamente inédito, é representativo do incremento considerável assistido nas duas últimas décadas nas pesquisas em Ciências Humanas. Assim, os dois capítulos iniciais são de holandeses que visitaram o Brasil (Belo Horizonte e Florianópolis) e cinco entre os outros capítulos são de brasileiras que pesquisaram na Holanda.

Aqui, na Holanda e no resto mundo, o lixo é um dos grandes desafios a ser enfrentado no século XXI. Sendo a parte final da cadeia de consumo, sua geração cresceu enormemente nas sociedades ideologicamente centradas no consumo as quais têm dificuldades em gerir o seu descarte – ainda mais quando este é um descarte selvagem, gerando, como no oceano, enormes ilhas de lixo.² De fato, é

1 Tradução de Carla Pires Vieira da Rocha.

2 “O plástico leva de 500 a 1.000 anos para se decompor e o faz em partículas pequenas que vão diretamente para os córregos, rios e oceanos. Se diz que estas

um truísmo afirmar que a quantidade de resíduos sólidos produzidos diariamente é enorme. O Monte Everest tornou-se um símbolo das grandes proporções que o problema dos resíduos sólidos atingiu. Alpinistas deixaram uma quantidade estimada em 50 toneladas desses resíduos nas encostas, incluindo garrafas, recipientes para alimentos e equipamentos quebrados. Afora isso, mais de duzentos cadáveres foram estimados no local. No ano de 2010, em uma missão de limpeza, alpinistas coletaram cerca de duas toneladas de resíduos sólidos na área acima de 8.000 metros. Desde então, essas missões têm sido repetidas regularmente. Hoje, alpinistas são obrigados por lei a trazer de volta 8 kg de resíduos – quantidade média estimada do que é levado por cada pessoa. Isso não inclui as 12 toneladas de fezes humanas deixadas na montanha por ano, apresentando um risco grave para a saúde.³

Embora não se restrinja ao meio urbano, o problema está concentrado nas cidades. Cidades no Sul Global coletam apenas 50-80 por cento dos resíduos gerados. Em cidades como Dar Es Salaam e Lusaka são apenas 10 por cento (BEALLI e FOX, 2009, p. 142; MEDINA, 2000, p. 52). Bangalore, centro de negócios de tecnologia da informação da Índia, e também conhecida como cidade jardim da

partículas são encontradas em concentrações maiores do que o plankton natural e os micróbios marinhos e estão sendo consumidas por seres humanos e todas as outras espécies, criando a longo termo um risco ainda desconhecido para a saúde” (MONTALVO e MARTIN, 2015, p. 17).

3 Nidhi Subbaraman, Nepal enlists Mt. Everest climbers to clean trash-strewn slopes, www.nbcnews.com 4-3-2014, acesso em 9-12-2015; How we turned Mount Everest in a waste dump, *The week*, 28-3-2015, <http://theweek.com/articles/546387/how-turned-mount-everest-into-dump>. Acesso em: 19 jan. 2016. Outra figura frequentemente citada para mostrar a magnitude do problema dos resíduos é a dos 20 bilhões de fraldas descartadas a cada ano nos Estados Unidos (3.5 milhões de toneladas de resíduos). Amber Keefer, Environmental impact of disposable diapers [última atualização em 24 de junho de 2015], <http://www.livestrong.com/article/149890-environmental-impact-of-disposable-diapers/>. Acesso em: 19 jan. 2016.

Índia e, hoje, apelidada de “Cidade Lixo”. *Smokey Mountain* é um aterro sanitário em Manila que foi fechado porque o lixo em decomposição se tornou tão quente, que passou a queimar espontaneamente (BEALL e FOX, 2009, p. 143).

O número de publicações científicas sobre resíduos é tão grande quanto o próprio volume de resíduos. A busca por “resíduos sólidos” no Google Scholar gera 2,7 milhões de acessos.⁴ Há, também, muitas revistas especializadas, como a *Waste Management* ou *Resources, Conservation and Recycling*. Outras revistas, como *Sustainable Development, Environment, Development and Sustainability, Environment and Urbanization* e *Habitat International*, para mencionar algumas, igualmente contêm muitos artigos sobre resíduos sólidos.

Qualquer autor corajoso (ou tolo) o suficiente para escrever uma introdução sobre o estudo de resíduos sólidos deve estabelecer brevemente algumas delimitações ao tema e desistir de toda a pretensão de ser abrangente, para não se sufocar nas pilhas e pilhas de publicações. Nesta introdução, vamos concentrar o foco nas abordagens antropológicas para o estudo de resíduos sólidos nas sociedades pós-industriais. Esta delimitação do tema levanta imediatamente novas questões a respeito de delimitação de nosso assunto com relação ao que entendemos por antropologia e sociedade pós-industrial.

Thomas Hylland Eriksen (2010a, p. 4) definiu a antropologia social e cultural como “o estudo comparativo da vida cultural e social”, mas admite que estudos particulares frequentemente se concentram em situações particulares, deixando as intenções comparativas implícitas. O conceito que define a disciplina é, provavelmente, “cultura”, podendo ser definido como “aquelas habilidades, conceitos e formas de comportamento que as pessoas adquiriram como membros da so-

⁴ Google Scholar. Acesso em: 9 dez. 2015.

cidade” (ERIKSEN, 2010a, p. 3). Neste sentido, cultura é comportamento e ideias, tanto na prática como em potencial (“habilidades”). É algo que se dá por meio da aprendizagem social, sendo, portanto, conhecimento compartilhado. Cultura é o que as pessoas necessitam aprender a fim de sobreviverem em um ambiente físico e social, em situações que podem variar de uma cabana na árvore em alguma floresta tropical para um bate-papo entre advogados em um bar depois do trabalho.

A antropologia é definida não apenas pelo seu assunto, mas também pela sua principal metodologia de pesquisa, a observação participante. A observação participante significa que o pesquisador passa muito tempo com seus sujeitos de pesquisa em contextos formais e informais, observando e experimentando a vida diária de seus interlocutores e interlocutoras. Este método, ou um ‘estar junto denso’ (*deep hanging out*), como foi denominado, é a única maneira de o pesquisador se abrir para os pontos de vista dos sujeitos da pesquisa, sem ser conduzido por preconceitos. Tentar ver as situações sociais através dos olhos dos participantes é outro ingrediente essencial no modo pelo qual a antropologia estuda o mundo, mas o respeito à opinião dos informantes não se opõe a uma posição individual e analítica do antropólogo.

A atenção para a interpretação dos sujeitos da pesquisa de uma determinada situação força os antropólogos a levarem em conta as desigualdades sociais e, particularmente, as desigualdades de poder. Quem, na sociedade, tem o maior peso no que são as normas culturais, e quem detém a interpretação hegemônica de uma situação? O poder, especialmente em suas manifestações mais informais, é tão central quanto a cultura para a antropologia cultural.

A abertura à visão de dentro é premissa do relativismo cultural e indiretamente estimula antropólogos e antropólogas a olharem, a partir de uma nova perspectiva, para sua própria sociedade. Esta ca-

pacidade para refletir criticamente e de maneira não convencional sobre a própria sociedade é definida de forma adequada no ditado de que os antropólogos transformam o estranho em familiar e o familiar em estranho. Nas palavras de Emma Crewe e Richard Axelby: “Ao adotar-se perspectivas antropológicas, hipóteses são desmontadas, etnocentrismos são ressaltados, explicações estabelecidas são questionadas, ceticismos são introduzidos, perspectivas são desafiadas” (CREWE e AXELBY, 2013, p. 222). E “Ao considerar pontos de vista alternativos, a antropologia garante que entendimentos simplistas sejam substituídos através da contextualização rica, pela ambiguidade, [e] por novas perspectivas” (CREWE e AXELBY, 2013, p. 222). Acreditamos que esta atitude fundamentalmente crítica torna a antropologia, mais do que uma profissão, um modo de viver: “Como as matemáticas ou a música, a etnografia é uma das raras vocações autênticas” (LÉVI-STRAUSS, 1955, p. 57).

Uma última característica da disciplina é sua perspectiva holística. Este atributo decorre do tempo despendido por um pesquisador nos longos períodos em campo e de ter de analisar, por si mesmo, todas as dimensões envolvidas. Bronislaw Malinowski, sempre lembrado quando se evoca a pesquisa de campo, tinha de estudar a geografia e a cultura material, as trocas econômicas e rituais, as relações sociais e as técnicas de navegação, a magia e o sistema político dos trobriandeses, porque não havia geógrafos especializados, economistas, cientistas políticos, teólogos, sociólogos ou especialistas marinhos para assisti-lo. Para Malinowski, adotar uma perspectiva holística era um dever para os antropólogos:

Certamente, uma das primeiras condições para um trabalho etnográfico aceitável, é que ele deve lidar com a totalidade de todos os aspectos sociais, culturais e psicológicos da comunidade, pois eles são de tal maneira entrelaçados que um não pode ser compreendido sem levar em consi-

deração todos os outros” (MALINOWSKI, 1966 [1922], p. xvi).

Embora, hoje, nenhum antropólogo se arrisque a escrever uma etnografia tão completa como foi feito na primeira metade do século XX e, mesmo que agora tenhamos especialistas em antropologia econômica, antropologia religiosa, antropologia política etc., a propensão para ver as sociedades a partir de uma perspectiva holística é ainda muito viva na antropologia.

Acreditamos que esta caracterização da antropologia é útil porque as diferentes abordagens antropológicas relativas aos resíduos sólidos discutidas brevemente a seguir derivem diretamente desses atributos. Aliás, é uma coincidência notável que dois dos trabalhos recém citados por nós (ERIKSEN, 2010a; CREWE e AXELBY, 2013) têm a mesma ilustração da capa: dois meninos em busca de resíduos recicláveis no lixão Agbogbloshie, em Gana. As duas figuras são delimitadas pela moldura vazia de uma tela de computador.

Conjuntamente a “abordagens antropológicas” e “resíduos sólidos”, o terceiro termo-chave no título deste volume é “sociedade pós-industrial”. O termo certamente é usado de várias maneiras por diferentes autores, mas se refere a uma sociedade onde a economia é dominada pelo setor dos serviços e não pela indústria ou, como em tempos pré-industriais, pela agricultura. É certo que a atividade econômica dominante gera consequências com relação à natureza dos resíduos que são produzidos pela sociedade (e também para a espécie de recursos de que a sociedade necessita). Em uma sociedade agrária, é produzido principalmente o lixo orgânico; em uma sociedade industrial, o próprio processo de produção é frequentemente muito poluente e, em uma sociedade pós-industrial, chama atenção a quantidade de lixo eletrônico, que está crescendo rapidamente.

Pós-modernismo e pós-industrialismo se relacionam. Na mudança da “sociedade tradicional” para a Modernidade, os indivíduos perderam as âncoras fixas que posicionavam o lugar de alguém na sociedade. Estas âncoras poderiam consistir, por exemplo, em relações de parentesco, em unidades territoriais (como uma aldeia) ou em classes sociais. Na Modernidade, quando as âncoras consagradas pelo tempo perderam sua força, a posição social das pessoas tornou-se incerta. Assim, o rompimento dessas amarras redundou tanto em incerteza como em liberdade (ERIKSEN, 2010b; De THEIJE e BAL, 2010; SALMAN, 2010). No mundo moderno, quando as estruturas tradicionais fixas foram abandonadas, as pessoas tiveram liberdade, mas também foram exigidas a fazer escolhas individuais para determinar sua posição na sociedade, contudo, obviamente, constringidas por restrições sociais (BAUMAN, 2000, p. 18-23; GIDDENS, 1991).

Uma maneira de encontrar o próprio lugar na sociedade moderna é através das escolhas de consumo. Enquanto o avanço para a modernização era possivelmente liderado pelo Ocidente, as sociedades fora do Ocidente (que, muitas vezes, tinham sido colonizadas pelo Ocidente) também adotaram a modernidade, mas seletivamente, escolhendo o que mais lhes convinha (COLOMBIJN e COTE, 2015). Por exemplo, para os mineiros de Copperbelt, na Zâmbia, a modernização foi, entre outras coisas, “carros, ternos, roupas finas, uma gravata decente” (FERGUSON, 1999, p. 13). Na Indonésia, anúncios em jornais e revistas de meados do século XX promoveram roupas da moda, iluminação elétrica e utensílios modernos de cozinha. Do mesmo modo, coisas menos tangíveis e determinados comportamentos transmitiam a ideia de Modernidade: música ocidental, filmes americanos, cigarros e, especialmente para as mulheres, o uso de creme dental e um hálito fresco (BOGAERTS, 2012, p. 235-6; KUSNO, 2010, p. 168-81; MAIER, 1997; SCHULTE, NORDHOLT, 1997, p. 20). Evidentemente, as necessidades de consumo de uma

sociedade moderna tem consequências no que se refere ao volume e tipo de resíduos produzidos.

Em uma sociedade pós-moderna, ou, nas palavras de Zygmunt Bauman, na “modernidade líquida” (2000), a liberdade, assim como a vontade de escolher através do consumo, tornaram-se ainda maiores. Em um processo de objetivação, as pessoas interagem com os objetos materiais e, enquanto consumidores, ressocializam mercadorias das quais tinham sido afastados por não serem mais seus produtores (MILLER, 1995, p. 143). O resultado da combinação entre esta fase da modernidade líquida e a objetificação da cultura é um nível cada vez mais acelerado de consumo. A moda e obsolescência programada obrigam as pessoas a descartarem produtos que, em tempos pré-modernos, teriam sido utilizados por muito mais tempo. Desta forma, estão sendo produzidos muito mais resíduos do que os seres humanos poderiam gerar, se, simplesmente satisfizessem as suas necessidades materiais.

Outro efeito interessante da pós-modernidade na produção de resíduos é o seu transporte de longa distância, que ocorre em escala global. Assim, uma parte dos resíduos sólidos de países desenvolvidos viaja em grandes navios para África, Ásia e América Latina, sendo recebida como matéria-prima pelas comunidades economicamente carentes onde se concentra a maior parte dos catadores. De metais pesados retirados de computadores a lençóis sujos de hospitais (como os provenientes dos Estados Unidos e que foram vendidos no nordeste do Brasil, num caso escandaloso denunciado pela mídia em 2011⁵), o lixo circula em uma direção precisa – do Norte para o Sul global. Não é à toa, portanto, que estejam localizadas no Sul as mais bem sucedidas experiências de reciclagem e reaproveitamento.

5 Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2011/10/21/apreensoes-de-lixo-hospitalar-se-espalham-pelo-nordeste-e-preocupam-autoridades-de-cinco-estados.htm> consultado. Acesso em: 8 de fev. 2016.

No restante desta introdução, queremos discutir quatro abordagens antropológicas para o estudo dos resíduos sólidos e mostrar como as contribuições deste volume se relacionam com essas abordagens. A apresentação da disciplina feita na abertura explica as raízes dessas diferentes abordagens. Na primeira delas, a inclinação dos antropólogos para considerar a perspectiva de dentro resultou na investigação de enfoque *simbólico* voltado a compreender como as pessoas veem o lixo. A interrogação que nos guia aqui é: o que é classificado como resíduo e por que certos objetos são vistos dessa forma? A segunda abordagem é a *ecologia política*, segundo a qual o interesse dos antropólogos nas desigualdades sociais e de poder ganha um primeiro plano. A partir daí, o passo para uma abordagem mais reflexiva e autocrítica na investigação dos resíduos sólidos é pequeno. Por fim, a ambição de ver as sociedades de uma perspectiva holística pode ser reconhecida na quarta abordagem, na qual os pesquisadores analisaram a forma como as pessoas buscam o sustento com o tratamento de resíduos, mas têm de enfrentar desigualdades sociais e estereótipos negativos. Cabe notar que, em estudos concretos, diferentes abordagens podem ser combinadas. Apesar disso, nós tentaremos situar cada contribuição para este livro em uma das quatro abordagens.

O que é lixo para quem? Abordagens simbólicas para o lixo

Nas páginas de abertura de seu trabalho seminal *Pureza e Perigo*, Mary Douglas escreveu a famosa frase: “A sujeira absoluta não existe: ela existe aos olhos do observador. [...] A sujeira ofende a ordem. Eliminá-la não é um movimento negativo, mas um esforço positivo para organizar o ambiente” (DOUGLAS, 2002 [1966], p. 2). De acordo com Douglas, nada é inerentemente sujo e as coisas só são considerados poluentes quando são “matéria fora do lugar”, isto é, “elementos

inapropriados” em um esquema de classificação (DOUGLAS, 2002 [1966], p. 44).

A obra de Mary Douglas gerou um impacto enorme no pensamento antropológico sobre resíduos. Muitas revisões de literatura iniciam por seu trabalho seminal (EVANS, CAMPBELL e MURCOTT, 2013, p. 8; JAFFE e DURR, 2010, p. 3-5; JEWITT, 2011, p. 610; KIRBY, 2011, p. 14-15; O'BRIEN, 2011 [2008], p. 125-133). Embora reconheçamos o louvor recebido como justificado, acreditamos que existem pelo menos dois problemas quando queremos aplicar o seu trabalho ao estudo dos resíduos.

Em primeiro lugar, sujeira não é exatamente o mesmo que lixo. Por exemplo, de acordo com as regras dietéticas do Levítico, o camelo, a lebre e o texugo podem ser ritualmente impuros, e cuspe, sangue, leite, urina, fezes ou lágrimas podem ser considerados perigosos porque atravessam a fronteira do corpo – e o corpo simboliza sociedade (DOUGLAS, 2002 [1966], p. 51, 150). Mas tanto o camelo como a saliva não são considerados lixo pelas sociedades estudadas por Douglas. Na verdade, o único lugar onde Douglas aborda o lixo talvez seja em uma passagem esquecida, quando ela argumenta que a sujeira removida da sociedade perde a sua identidade por um processo de “dissolução e apodrecimento”. Ela continua defendendo que “o lixo não é perigoso. Nem sequer cria percepções ambíguas, uma vez que pertence claramente a um lugar definido, um monte de lixo de uma espécie ou outra” (DOUGLAS, 2002 [1966], p. 197-198).

Em segundo lugar, se quisermos estudar os resíduos estritamente em termos simbólicos, poderíamos perder os seus aspectos físicos, ou seja, os resíduos não tratados podem causar doenças e gerar consequências biomédicas reais. Como nos lembram Rivke Jaffe e Eveline Dürr (2010, p. 5): “Em muitos aspectos, a poluição é uma construção cultural, mas é, simultaneamente, “objetivo”, um fenômeno

quantificável que afeta negativamente a saúde humana e ecológica”. Após essas duas ressalvas, gostaríamos de enfatizar, no entanto, que consideramos a ideia de Douglas de poluição como algo perigoso e extremamente útil para a compreensão da posição social das pessoas que lidam com resíduos e que através da “contaminação” ritual ou “contágio”, se tornam simbolicamente contaminadas. A mesma lógica de contaminação perigosa aplica-se a lugares (da lata de lixo ao aterro) que são comumente associados aos resíduos.

Michael Thompson (1979, p. 97) compartilha a mesma opinião de Mary Douglas, de que o lixo - ele prefere o termo lixo ao invés de sujeira ou resíduos - só é lixo aos olhos do observador, mas, ao contrário de Douglas, olha para as qualidades inerentes dos objetos. Ele distingue entre objetos “transitórios” que diminuem de valor (produtos alimentares perecíveis, computadores com tecnologia ultrapassada), objetos “duráveis” que aumentam de valor ao longo do tempo (antiquidades, por exemplo) e uma categoria intermediária de objetos sem valor: lixo. Um objeto transitório declina gradualmente em valor e se não se desintegra em pó, desliza para a categoria de lixo, onde tem a chance de ser descoberto, como roupas *vintage* e charutos. A fronteira entre lixo e não lixo muda em resposta às pressões sociais e as pessoas com maior poder têm a maior chance de mudar as categorias em seu favor (THOMPSON, 1979, p. 7-11). Em um nível mais alto de abstração, Thompson (1979, p. 88-91) argumenta que o lixo é uma categoria cultural de coisas que não se encaixam em nossa visão de mundo e as pessoas conspiram para não ter de enxergá-lo. A intenção, portanto, é eliminar o “lixo” da nossa visão de mundo.

Igor Kopytoff (1986) não está tão interessado no lixo como está na mercantilização de objetos, mas a sua abordagem biográfica das coisas parece se encaixar perfeitamente com as ideias de Michael Thompson. Nesta abordagem biográfica, podemos levantar questões

como: Quais são as possibilidades biográficas de uma coisa? Qual a sua trajetória até este momento? Como as coisas mudam ao longo de seu tempo de vida útil? Quais são os seus marcadores culturais? Quando chega a etapa final de sua utilidade? Um bom exemplo é o oferecido por Caroline Knowles (2014), que seguiu a vida de chinelos de dedo através do globo, desde a perfuração de óleo que formou sua matéria-prima até o aterro final na África oriental, onde os chinelos são abandonados. Ela poderia ter levado a análise mais longe, já que o aterro certamente não foi o estágio final dos chinelos de dedo.

Para fechar esta primeira abordagem antropológica dos resíduos sólidos, o ponto a ser ressaltado é que o lixo não é um objeto auto-evidente, mas uma categoria socialmente construída. Como explica John Scanlan: “a criação do lixo é resultado de uma separação - o desejável do indesejável, o valioso do sem valor e, na verdade, o digno ou cultural do ordinário ou sem significado significado” (SCANLAN, 2005, p. 15). Quando aceitamos a natureza construída do lixo, podemos fazer as perguntas-chave “O que é lixo? E para quem é?” (DRACKNER, 2005, p. 175).

Ecologia política

O trabalho pioneiro de Mary Douglas ao qual nos referimos acima mostra como é importante investigar o que o lixo significa para as pessoas, embora, na sua totalidade, a obra tenha olhado pouco para as diferenças sociais dentro de uma sociedade. No entanto, as narrativas que explicam a qualidade do meio ambiente em geral ou dos resíduos em particular são influenciadas por interesses políticos e econômicos (NUNAN, 2015, p. 31; ROBBINS, 2004, p. 12). A abordagem simbólica dos resíduos sólidos deveria, portanto, ser complementada por uma abordagem enraizada na ecologia política.

Paul Robbins (2004, p. 12) define a *ecologia política* como “explorações empíricas, baseadas em pesquisas voltadas a explicar as ligações na condição e mudança dos sistemas sociais/ambientais, com ênfase nas relações de poder”. Por definição talvez, essas relações de poder são desiguais e, conseqüentemente, a pesquisa relativa aos resíduos sólidos envolve estudo do exercício e distribuição desigual de poder. Buscar justiça social é um objetivo central de uma análise de ecologia política porque há uma compreensão normativa de que existem formas de interação humano-ambientais mais sustentáveis e menos exploradoras (tanto da natureza como de pessoas). A análise das relações de poder é também uma questão de escala e os problemas ambientais locais devem ser estudados no contexto de influências nacionais e internacionais (BRYANT, 1992; JAFFE & DURR, 2010, p. 16; NUNAN, 2015, p. 32-34, 51-52; ROBBINS, 2004, p. 12).

Alguns exemplos ajudam a demonstrar a importância de uma abordagem para os resíduos sólidos a partir da *ecologia política*. David Pellow fez um estudo histórico sobre como minorias de baixa renda e minorias “raciais” lidam com o peso dos problemas ambientais em Chicago, situação para a qual ele cunhou o termo “guerra do lixo” (PELLOW, 2002). Na mesma perspectiva, em um artigo sobre a relevância dos resíduos sólidos, N. Gregson e M. Crang observam que americanos de classe média lutam com afinco para manter aterros fora de seu bairro e que a localização dos depósitos de resíduos é desproporcionalmente próxima a bairros com uma elevada percentagem de negros (GREGSON e CRANG, 2010). David Satterthwaite (2003: 78), lembrando-nos que 30-50 por cento dos resíduos não são recolhidos em cidades no Sul Global, argumenta que as áreas de renda mais baixa têm os serviços de coleta de resíduos menos adequados. Desta forma, resíduos sólidos se acumulam em espaços abertos e ruas, entopem esgotos, tornando-se vetores de atração para

pragas e doenças. A distribuição desigual das consequências relativas aos resíduos sólidos tem ramificações internacionais. Por exemplo, na cidade de Guiyu (China), cerca de 100.000 pessoas processam o lixo eletrônico (computadores, geladeiras, telefones celulares) através de métodos inseguros: queima de fios ao ar livre ou tratamento de placas de circuito para recuperar metais preciosos em banhos ácidos abertos. Em 2006, 17 pessoas morreram em Abidjan (Côte d'Ivoire) e milhares necessitaram de tratamento médico após terem contato com o navio *Probo Koala*, altamente poluído. O navio havia deixado o porto de Amsterdã, onde uma empresa se ofereceu para limpá-lo por € 500.000. Marfinenses então “fizeram” o trabalho por € 18.500 (ELLIOTT, 2013, p. 64, 131).

Jo Beall e Sean Fox (2009, p. 144) resumem a relação paradoxal entre a desigualdade e ambiente ordenado:

Riqueza produz abundância de resíduos, enquanto a pobreza não o faz; [...] Pobreza encoraja a eficiência na reutilização e reciclagem de materiais residuais, enquanto a riqueza não o faz; e [...] meios de subsistência urbanos construídos a partir da conservação de recursos e reciclagem, ironicamente e tragicamente, se baseiam nas desigualdades de renda e de consumo que persistem.

Rivke Jaffe e Eveline Dürr (2010: 16-17) apontam para outra relação entre poder, desigualdade e resíduos sólidos. Áreas poluídas sofrem por contágio e, conseqüentemente, o lixo parece ser mais visível e mais sujo quando está em uma área ocupada por um grupo estigmatizado. Assim, não apenas a sujeira estigmatiza as pessoas, mas também um estigma faz as pessoas ou uma área parecerem sujas. Essa percepção é importante para o estudo da coleta de resíduos sólidos. Em contraste com os catadores de resíduos, catadores em sistemas formais são normalmente protegidos contra este estigma “através do uso de tecnologia intermediária ou da associação com o Estado e sua

autoridadeautoridade” (DiGREGORIO, 1994, p. 1), como é o caso de catadores estudados por Morbidini em Belo Horizonte.

Abordagens críticas

É pequeno o passo que separa a *ecologia política* de uma abordagem explicitamente crítica com relação à produção de resíduos sólidos. A maior parte das críticas está enraizada em uma crítica mais geral, relativa a um estilo de vida consumista. Para Thorstein Veblen, o desperdício conspícuo é o companheiro inevitável do consumo conspícuo. Sua crítica com relação à elite ociosa, não produtiva, implica uma crítica da produção conspícua de resíduos (O'BRIEN, 2011, p. 156-159). Talvez possamos estender a tese de Veblen, de que o consumo conspícuo é uma forma de ganhar prestígio social, para a produção do desperdício evidente. Ser capaz de descartar produtos mais caros (a compra de um carro novo e cobertas a cada três anos) é uma maneira de ganhar prestígio social. Mais de um século depois de Veblen publicar seu clássico de 1899, *A teoria da classe ociosa*, Jeff Ferrell, seguindo seus passos, lamentou o consumo excessivo no que ele chama de “sociedade descartável” (O'BRIEN, 2011, p. 108). Visto desta perspectiva, a experiência de uma cidade japonesa para se tornar uma “sociedade resíduos-zero” é louvável.⁶

Outro estudo crítico clássico foi o publicado por Paul Sweezy, em 1942. O autor tentou resolver um problema marxista. Se Marx estava certo de que o capitalismo tem um mecanismo inerente para se expandir, surge a questão do que fazer com a produção quando o modo capitalista de produção atingiu seu estágio final, quando não existem novos mercados a se deixarem conquistar. Sweezy argumenta que o excesso de produção é absorvido pelos gastos não produtivos

⁶ Como esta cidade não produz resíduos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?-time_continue=10&v=eym10GGidQU. Acesso em: 21 fev. 2016.

do desperdício, essenciais para evitar o colapso do capitalismo. Se a produção excedente não é reinvestida ou consumida, deve ser desperdiçada. Como qualquer novo investimento simplesmente agrava o problema do excesso de produção, o *comportamento desperdício* é a forma mais importante para se livrar do excedente de produção (O'BRIEN, 2011, p. 160-163). Uma estratégia dos fabricantes para garantir a continuidade do consumo, gerando desperdício, é a “obsolescência planejada do produto” (JAFFE e DURR, 2010, p. 15).

Outra forma de crítica que vale a pena mencionar, embora venha de fora do universo acadêmico, é a arte. John Scanlan fala de “estética do lixo”. Ele cita, como exemplo, Damien Hirst. O artista criou uma obra com garrafas vazias de cerveja, cinzeiros e jornais espalhados no chão de uma galeria. Um trabalhador do local, acreditando que fosse lixo remanescente de alguma festa, jogou tudo fora. Posteriormente, declarou: “não pensei por um segundo que era uma obra de arte” (SCANLAN, 2005, p. 16, 89). Um destino semelhante teve uma obra de Gustav Metzger, exibida na Galeria Tate; era um saco plástico de lixo cheio de papel e cartão que, surpreendentemente, foi jogado fora por quem limpava o museu (JAFFE & DURR, 2010, p. 21).

As várias formas de crítica não ficaram isentas de contestação. Para Martin O'Brien, o termo “sociedade lixo” tem uma conotação positiva. Ele argumenta que o lixo tem sido sempre parte da sociedade humana (isto é, o Ocidente e, principalmente, Inglaterra); pessoas viveram no meio de resíduos e fizeram bom uso destes. Por exemplo, a revolução científica decorrente da Revolução Industrial não poderia ter se disseminado, de maneira tão rápida como ocorreu, sem os trapos que formaram os recursos para a confecção do papel, no qual as invenções técnicas foram divulgadas. Os trapos foram tão preciosos que a Inglaterra (e também França, Espanha, Portugal e Países Baixos) proibiu a sua exportação. No século XIX, a Grã-Bretanha im-

portou trapos de países longínquos como Austrália, China e Estados Unidos, tornando-se um dos primeiros exemplos de comércio global de resíduos sólidos (O'BRIEN, 2011, p. 58-59). Resíduos são “absolutamente centrais para a vida” e “as sociedades desenvolvidas e ricas no mundo de hoje não devem ser interpretadas como ‘sociedades de consumo’, mas como ‘sociedades de lixo’” (O'BRIEN, 2011, p. 4-5). As sociedades de hoje não desperdiçam mais que a de seus avós (O'BRIEN, 2011, p. 83-105). O autor ainda conclui:

A sociedade contemporânea organiza seus resíduos de maneiras diferentes daquelas utilizadas por seus antecessores imediatos e não tão imediatos, mas é errado sugerir que os cidadãos de hoje são mais insensíveis e desdenhosos com relação às consequências de seus atos de desperdício. Ao longo da história da sociedade industrial tem havido interesses diretos na produção, circulação e consumo de substâncias residuais” (O'BRIEN, 2011, p. 178).

N. Gregson, A. Metcalf e L. Crewe (2007) chegaram a uma conclusão similar. Eles argumentam que o conceito de “sociedade descartável” classifica injustificadamente, descartando coisas como se fossem intrinsecamente ruins. Tal conceito nega o registro histórico e arqueológico do modo pelo qual os seres humanos descartam coisas e não considera como as pessoas também mantêm cuidadosamente as coisas ou, quando as coisas são descartadas, não se tornam automaticamente resíduos.

Modos de vida

A inclinação dos antropólogos para analisar sociedades a partir de uma perspectiva holística se torna mais evidente no estudo dos catadores de lixo e outros indivíduos que encontram um meio de vida no tratamento de resíduos. As demais abordagens mencionadas acima retornam no estudo dos modos de vida. Sem sombra de dúvida, tan-

to as pessoas que trabalham para o departamento de limpeza urbana como os catadores estão realizando uma tarefa útil para a sociedade. No entanto, muitas vezes, esses indivíduos são pouco respeitados. A abordagem simbólica desenvolvida por Mary Douglas ajuda a explicar este opróbrio social. Modernização é simbolizada por limpeza e vice-versa. Pessoas que manipulam o lixo são facilmente associadas ao atraso. O estigma ligado à coleta de resíduos é quase universal. Além das considerações de natureza prática, como evitar o tráfego, por exemplo, coletores de lixo, muitas vezes, operam antes do amanhecer para ficarem fora da vista dos outros residentes (JAFJE e DÜRR, 2010, p. 10, 15). A *ecologia política* também ajuda a entender a posição social destes indivíduos. Hierarquias sociais e étnicas desiguais são frequentemente reforçadas por campanhas discriminatórias para eliminar o lixo das cidades e “sujeira e lixo serviram de marcadores de distinção racial e nacional e tiveram igualmente implicações de classe e de gênero” (JAFJE e DÜRR, 2010, p. 8).

Não se pense, no entanto, que a reciclagem está livre de contratempos. A privatização desta atividade é uma ameaça permanente ao trabalho informal dos catadores, que pouco podem fazer diante do poderio econômico das grandes corporações que dominam o mercado da reciclagem. Por outro lado, embora as cooperativas e a integração à rede municipal de coleta tenham elevado o status social dos catadores da informalidade ao trabalho parcialmente assalariado, continua pesando um forte estigma (GOFFMAN, 1988).

O estudo dos modos de vida de quem atua no tratamento de resíduos sólidos pode ser convenientemente combinado com outras abordagens voltadas ao tema. Obviamente, o estudo dos meios de vida não é domínio exclusivo dos antropólogos. Especialistas em estudos das cidades, como os urbanistas, fazem um trabalho quantita-

tivo bastante interessante nessa direção (por exemplo, LEDERER et al., 2015; PERMANA et al., 2015; SHEN et al., 2011).

Muitas pessoas têm apontado o papel positivo que os catadores desempenham na coleta de resíduos sólidos e na redução do volume desses resíduos por meio da triagem do que é reciclável. Em uma das primeiras monografias sobre coleta de resíduos, Michael DiGregorio afirma que “a coleta de resíduos sólidos pode ser melhor conceituada como uma ocupação, um processo de trabalho em sentido lato, e uma indústria” (1994, p. 1). Martin Medina (2000) distingue onze formas diferentes de coleta dessa natureza, mas, com base em pesquisa na Indonésia, Colômbia acredita que o sistema de coleta de resíduos é, na realidade, ainda mais complexo, abarcando tarefas diferentes. Seja qual for a posição ocupada pelos catadores no fluxo de resíduos, o comum, para eles, é o reconhecimento dos resíduos sólidos como um recurso e também o grau variável de opróbrio social (DiGREGORIO, 1994, p. 1).

Peter Nas e Rivke Jaffe (2004) direcionam o foco para as redes sociais em que os catadores atuam. Por exemplo, catadores têm uma relação com sucateiros que pode ser caracterizada como um emprego, uma relação de mercado ou uma relação de dívida. Do mesmo modo, fábricas que processam materiais recicláveis, intermediários, assim como o governo local, são parceiros relevantes. Todos esses atores podem intervir na vida dos catadores: autoridades podem reprimir, negligenciar, trabalhar em conjunto ou estimular a coleta dos resíduos. Um caso clássico de intervenção do Estado com consequências desastrosas é a destruição intencional dos recicladores de lixo de Zabaleen, no Cairo. A coleta e tratamento de resíduos sólidos barata e eficiente feita pela Zabaleen foi substituída por uma coleta mais “moderna” do Estado (FAHMI e SUTTON, 2006).

Seria, no entanto, incorreto pensar que há uma ausência de reciclagem no interior das fronteiras dos países desenvolvidos. Encontramos lojas de usados e profícuos projetos sociais que integram grupos socialmente vulneráveis, como é o caso exemplar, em Amsterdã, dos dependentes de álcool empregados pela prefeitura municipal como catadores de lixo. Ao se apresentarem ao trabalho diariamente, eles recebem algumas cervejas, e outras no intervalo de descanso para almoço e ao final do expediente. Com isto, tem garantido um salário, uma inserção social, e, mais importante, a ausência da angústia de buscar o álcool diariamente. O projeto oferece ajuda aos que tentam sair da dependência química, com cursos e reuniões, sendo no entanto, opcional a frequência. De fato, catar não é uma atividade exclusiva dos países mais pobres, como atestam os catadores nos Estados Unidos.

Se os países economicamente desenvolvidos são os maiores produtores de lixo e os países menos desenvolvidos os menores, a América Latina situa-se em um patamar intermediário. Destaca-se pela maior concentração de catadores informais, e o Brasil, particularmente, pela organização dos catadores em cooperativas, um movimento (MNCR) que conta, hoje, com mais de 80.000 catadores como membros e forte apoio governamental.

Na prática, os capítulos integrantes deste livro não lidam com a sociedade pós-industrial em geral, mas se concentram em dois países: Brasil e Holanda (com um pequeno desvio para uma ex-colônia da Holanda, Indonésia). A escolha destes países, embora fortuita, deve-se à simples razão de que esses são os lugares onde os pesquisadores têm trabalhado, colaborando com o programa CAPES-NUFFIC. Um dos países é uma economia emergente; o outro, um antigo poder econômico. Um dos países é conhecido por sua desigualdade social;

o outro, pela sua política de bem-estar social-democrática. Um país é reconhecido pela área da terra e população amplas; o outro é de pequenas dimensões. Os dois países, juntos, cobrem toda uma gama de temas de investigação fascinantes e têm se destacado (por motivos diversos) no processamento do lixo.

A Holanda, como nos mostra Viviane Kraieski em capítulo deste livro, “recicla 79% das 60 milhões de toneladas de resíduos sólidos por ano, e cerca de 50% dos 8,5 milhões de toneladas de lixo doméstico por ano (...) 16% do lixo produzido na Holanda são incinerados, e somente 4% vão para aterros sanitários”. No Brasil, os números são bem menos favoráveis, pois apenas 2% dos resíduos sólidos são reciclados no país. As melhoras econômicas verificadas no país, com a ascensão econômica de milhões de pessoas, não tiveram uma contrapartida positiva no modo de lidar com os restos de um novo consumo.

A produção de resíduos sólidos no Brasil cresceu 1,35% mais que a população brasileira, que teve aumento de 0,9% no mesmo período (...) a população brasileira produziu 62.730.093 toneladas de resíduos sólidos em 2012. Deste total, 17,3% foram depositados em lixões, 24,2% em aterros controlados e 58% em aterros sanitários,

mostra Kraieski. Em quê, então, se destacaria o Brasil, em se tratando de lixo? Ora, as cooperativas de catadores, organizadas em redes nacionais e internacionais, são exemplares de uma política estatal bem-sucedida.

“O lixo de uns é o tesouro de outros” – e o ditado vale até mesmo para classes médias e altas. Brechós, lojas de materiais de construção recicláveis e reaproveitáveis, “sebos” recolocam na cadeia de consumo alimentos, livros, roupas usadas, discos de vinil, objetos que, muitas vezes, para além de seu valor de uso e de troca, agregam um valor

simbólico (BAUDRILLARD, 1972) pelo fato de terem sido lixo em algum momento de sua trajetória de vida (KOPYTOFF, 1986), como nos mostram os capítulos de Kraieski, Rial, Hellebrandt, Rocha, Schneider e Almeida.

Kraieski nos fornece um abrangente apanhado teórico que passa por autores pioneiros como Thompson e Mary Douglas (1966) até mais contemporâneos, como Appadurai e Miller, para pensar as percepções sobre os resíduos sólidos dos brasileiros que migraram para a Holanda, indivíduos que, assim, experienciaram dois contextos sociais distintos de definição do lixo.

A passagem de algo de lixo a objeto de consumo, de “sujo” a “limpo”, como vimos, nos termos de Douglas, é um processo de purificação que segue determinadas normas sociais e é realizado por indivíduos com diferentes motivações. Entre os de camadas médias e altas, está relacionado à economia de custo, mas, também, a outros valores sociais. Como nos mostra o capítulo de Rial sobre a reciclagem e o reaproveitamento de material resultante de demolições por parte de um grupo de ecologistas em Florianópolis, na década de 1980, este consumo pode expressar ethos e visão de mundo específicos. O processo de autoconstrução empreendido por eles tem duplo significado pois, através da escolha de material reaproveitado se constrói a casa e se constrói um novo estilo de vida, fundado em valores menos “consumistas”.

Florianópolis também é o lugar da observação empreendida por Schneider e Almeida de práticas sociais onde o resíduo sólido alimentar, a xepa, é reaproveitado como comida ou como composto orgânico que alimentará futuros alimentos. Os vários projetos de reaproveitamento do “lixo” alimentar em execução (Disco Xepa, Revolução dos Baldinhos, Sustentável, entre outros) atestam o destaque de Florianópolis em termos de políticas públicas de reciclagem, ao

mesmo tempo que ecoam um ethos ecologista implantado a partir da década de 1980, e hoje presente entre os integrantes de grupos organizados, como o do Movimento Slow Food.

Em outra época e em outro lugar, as práticas alimentares de cunho ambiental dos imigrantes transnacionais em Amsterdã, estudadas por Rocha, também expressam um estilo de vida onde as escolhas de consumo podem, eventualmente, “dar sentido aos seus projetos de vida”. Múltiplos fatores são levados em conta nas escolhas alimentares destes transmigrantes. Comer local ou distante, a baixo custo ou em um comércio justo, produtos com embalagens plásticas ou in natura, comprando em supermercados de grandes redes ou no pequeno comércio? Separar ou não separar o lixo, reciclar ou não? As respostas de um mesmo indivíduo podem variar, dependendo das circunstâncias externas favoráveis ou não. Circunstâncias de cunho local – ninguém na casa separa, por que eu vou separar? – ou de uma ordem mais ampla – “Na China eu não separava o lixo porque não era usual; na Itália separava, mas é mais complicado, e aqui, em Amsterdã, separo”.

Hellebrandt também percorreu a Holanda, ou, mais precisamente, as lojas e feiras de um consumo, o de discos de vinil, até pouco tempo fadado à extinção. O *Vinyl Revival* presente globalmente é particularmente forte ali, colocando o país em 5^o lugar entre os que mais consomem estes discos. Partindo da ideia de Daniel Miller de que, para se entender o lugar dos bens na sociedade, é preciso se indagar sobre a relação entre as pessoas e as coisas, Hellebrandt visitou cinco feiras e algumas das quase 30 lojas destes discos na cidade, conversando com clientes – ou melhor, colecionadores - e proprietários. Seria

possível que se mantenha na modernidade um objeto feito com uma tecnologia criada em um período anterior à sociedade de cultura agorista (nowist, conforme BAUMAN,

2007) em que o conceito de obsolescência programada e incorporado no cotidiano?

Também pesquisando em Amsterdã, Margarete Nunes e Luciano Jahneka questionam um dos maiores estranhamentos para um brasileiro: a “simbiose entre o povo holandês e a água”, o viver sobre as águas, em barcos, no meio da cidade. O que se faz com o lixo? Seriam as águas urbanas poluídas como no Brasil? E os barcos, moradias de pobres? Suas respostas podem surpreender num capítulo que serve também como porta de entrada para se conhecer um pouco mais da cidade e da Holanda, país que incinera boa parte do seu lixo, transformando-o em energia.

No Brasil, os projetos de transformação de lixo em gás metano são recentes, mas têm alto potencial. Um estudo recente da instituição estatal responsável pelo biogás no país mostra que o Brasil tem potencial de gerar 23 bilhões de metros cúbicos por ano de biometano, o que corresponderia a mais de um terço da energia gerada pela hidroelétrica de Itaipú. E ainda mais: a pesquisa calcula que o custo de um megawatt de energia assim gerado⁷ é mais vantajoso comparado a outras fontes, como as micro-hidroelétricas ou a energia solar. Infelizmente, porém, são poucos os projetos de transformação de lixo em gás metano, e não há, atualmente, programas governamentais de incentivo. Mesmo sem um programa efetivo de incentivo ao setor, já existem projetos em desenvolvimento no país.⁸

7 Poderiam ser gerados 37 milhões de megawatts pela incineração de lixo - um megawatt a um custo para ser gerado através de biogás de R\$2,5 milhões, em 2016.

8 Entre eles, um dos destaques é o pequeno município de Entre Rios do Oeste, no Paraná, que tem quatro mil habitantes e 140 mil suínos. A cidade começou obras para gerar energia a partir dos dejetos de porcos, e o objetivo é atender a 100% da demanda do município. As primeiras etapas de operação do projeto, que envolvem fazendeiros criadores de suínos e aves, começaram em janeiro. Ao todo, 19 propriedades participam - em parceria com a Companhia Paranaense de Energia (Copel)

E o que pensar do impacto do aumento de resíduos sólidos em grupos sociais antes alheios ao lixo industrial? O capítulo de Arisi e Cantero aborda a questão do lixo a partir da experiência dos índios Matis (que vivem na segunda maior terra indígena brasileira) e dos índios Guarani (catadores no Paraguai), e apresentam algumas de suas preocupações relacionadas ao aumento recente do consumo de objetos industriais e do seu descarte. Para os Matis, sem dúvida, é um novo problema: não é à toa que pilhas usadas, por exemplo, recebam o nome *pëxó* – o mesmo dado ao veneno das flechas.

Novos (e velhos) consumos, novos lixos. Numa perspectiva de ecologia política que leva em conta a globalização, o capítulo de Lima e Guivant aborda os resíduos sólidos provenientes dos eletroeletrônicos (*e-waste*) que despontam hoje “como elementos potencialmente tóxicos superando em muito as antigas engrenagens que faziam parte do aparato tecnológico da sociedade da informação anterior”. Os países emergentes são os grandes receptores deste lixo tecnológico, num trabalho geralmente realizado pelo setor informal, que expõe os recicladores a graves doenças. Exemplo disto é o bairro de Sher Shah, em Karachi, no Paquistão, onde mais de 20.000 pessoas atuam na reciclagem do lixo eletrônico proveniente dos Estados Unidos, de países europeus, e de países asiáticos mais desenvolvidos economicamente. O mesmo pode ser visto na Índia ou em Gana. Também no Brasil, considerado o 5º maior mercado de eletrônicos, o *e-waste* tornou-se um problema grave de saúde pública e ambiental. O número de toneladas de lixo eletrônico existente aqui, e as que se anunciam para

e o Centro Internacional de Energias Renováveis (CIBiogás). E um projeto de parceria público-privada (PPP) da CS Biogás usa dejetos urbanos e o lodo do esgoto sanitário para gerar energia. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/petroleo-e-energia/pais-tem-potencial-para-gerar-30-da-energia-de-itaipu-partir-do-lixo-18718173#ixzz40uEN9HVa/>. Acesso em: 23 fev. 2016.

os próximos anos, reveladas no capítulo, certamente surpreenderão os leitores.

Se o Brasil se destaca mundialmente na reciclagem pela organização em rede das cooperativas de catadores, o mesmo não se pode dizer sobre outros tipos de resíduos sólidos. O atômico, por exemplo, para o qual não estamos preparados. Um exemplo é o desastre radioativo com o césio-137, em Goiânia, em 1987. Como reagem as pessoas envolvidas em um crise que produziu 6.000 toneladas de rejeitos potencialmente fatais? Que sentimentos apresentam em face da convivência com o hóspede indesejado, que é o lixo radioativo e com a construção de uma paisagem nuclear no espaço onde se encontra hoje o depósito de rejeitos? Também aqui há uma estigmatização dos afetados pelo lixo? O capítulo de Camargo acompanha por 28 anos as diferentes narrativas sobre este desastre atômico, num apanhado que inclui documentos escritos (jornais, revistas, artigos científicos), imagens fotográficas que integram seu acervo pessoal e anotações registradas em diários e cadernetas de campo.

Outra dificuldade: como lidar com os corpos humanos, quando passam a serem resíduos? Em um texto que lembra os melhores best-sellers policiais de Patrícia Cornwell, Fonseca nos detalha os intrincados caminhos percorridos por corpos humanos nos laboratórios periciais, onde, por falta de uma infraestrutura adequada, tornam-se um problema para os funcionários que não têm outra saída que a de acumularem os fragmentos de ossos e tecidos humanos em geladeiras, em corredores estreitos. Não podem ser descartados como um objeto qualquer, uma vez que se exige deste lixo especial um fim “digno”, respeitoso de sua natureza humana. De fato, a pergunta do diretor de um dos laboratórios pesquisados não tem fácil resposta: “O que faço? Jogo o material na baía da Guanabara – como os militares costumavam fazer com os cadáveres (dos presos políticos assassinados)?”.

Lixo em museus – teria o espaço nobre o poder de limpar o sujo? Pode a arte ser saída para o estigma? A pesquisa etnográfica realizada por Morbidini em Belo Horizonte aponta neste sentido, mostrando o impacto da criação de museus sobre os estigmas dos catadores. A arte feita com lixo foi também o tema explorado no capítulo de Eichenberger, no qual se faz um apanhado dos artistas contemporâneos que têm usado resíduos sólidos em suas composições, para focalizar com maior detalhe o trabalho de artistas holandeses com os quais a autora teve um contato direto. Eichenberger mostra como a paisagem urbana é duplamente impactada por esta inusitada reciclagem artística: com o lixo retirado e por abrigar as obras de arte resultantes.

A experiência brasileira – que será vista com mais detalhes no capítulo de Colombijn e Morbidini e na etnografia de Morbidini em Belo Horizonte – teve início nos anos 1980, com ações de ONGs católicas que organizaram os catadores informais em cooperativas nos grandes centros urbanos do sul e sudeste. A grande virada veio em 1989, quando as prefeituras de Porto Alegre e de São Paulo passaram a integrá-las (assim como os catadores informais individuais) no gerenciamento municipal dos resíduos sólidos. A experiência de assalariar os catadores espalhou-se para outros municípios (Belo Horizonte em 1993, Santo André em 1997) e, como resultado do 1º encontro nacional dos Catadores de Papel realizado em Brasília, em 1999, criou-se o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Em 2003, realizou-se o 1º Congresso Latino Americano de Catadores, em Caxias do Sul, unificando em rede as diversas organizações de catadores na América Latina.⁹ O sucesso

⁹ Ver <http://www.mnrcr.org.br/sobre-o-mnrcr/sua-historia>. Acesso em: 18 jan. 2016. Hoje, há cooperativas de catadores em 12 países latino-americanos: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela (FERNANDEZ e CHEN, 2015, p. 28).

destas redes pode ser exemplificado pelo contrato obtido durante a Copa do Mundo realizada no Brasil em 2014 para a coleta de resíduos sólidos nos estádios - 840 catadores organizados em cooperativas locais recolheram mais de 400 toneladas de material reciclável (FERNANDEZ e CHEN, 2015, p. 26).

Como mostra Kraieski no seu capítulo,

ainda que a produção e destinação de resíduos sólidos seja uma preocupação global, e que as políticas públicas devam encontrar soluções mais adequadas de forma a combater os problemas socioambientais, o lixo também deve ser compreendido em seus aspectos socioculturais, que orientam a forma como os sujeitos consomem e como significam o que – e como – devem ser descartados os objetos.

Este foi o objetivo central do livro que se segue. Boa leitura.

Referências

BAUDRILLARD, Jean. *Para uma crítica da economia política do signo*. São Paulo: Martins Fontes, 1972.

BAUMAN, Zygmunt. *Liquid modernity*. Cambridge and Malden: Polity Press, 2000.

BEALL, Jo; FOX, Sean. *Cities and Development*. London and New York: Routledge, 2009.

BOGAERTS, Els. “‘Whither Indonesian culture?’ Rethinking ‘culture’ in Indonesia in a time of decolonization”. In: LINDSAY, Jennifer; LIEM, Maya H.T. (Orgs.). *Heirs to world culture: Being Indonesian 1950-1965*. Leiden: KITLV Press, 2012. p. 223-53.

BRYANT, Raymond L. “Political ecology: An emerging research agenda in Third-World studies”. *Political Geography*, v. 11, p. 12-36, 1992.

CHEN, Marty. “Waste”. *Revista – Harvard Review of Latin America*, v. XIV, n. 2, 2015.

COLOMBIJN, Freek; COTÉ, Joost. “Modernization of the Indonesian city, 1920-1960”. In: ____; _____. (orgs.). *Cars, conduits, and kampongs: The modernization of the Indonesian city, 1920-1960*. Leiden, Boston: Brill, 2015. p. 1-26.

CREWE, Emma; AXELBY, Richard. *Anthropology and development: Culture, morality and politics in a globalised world*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

DE THEIJE, Marjo; BAL, Ellen. “Flexible migrants: Gold miners and their quest for human security in Surinam”. In: ERIKSEN, Thomas Hylland; BAL, Ellen; SALEMINK, Oscar (Orgs.). *A world of insecurity: Anthropological perspectives on human security*. London and New York: Pluto Press, 2010. p. 66-85.

DiGREGORIO, Michael R. *Urban harvest: Recycling as a peasant industry in northern Vietnam*. Honolulu: East-West Center, 1994.

DOUGLAS, Mary. *Purity and danger: An analysis of concept of pollution and taboo*. London & New York: Routledge, 2002 [1966].

DRACKNER, Mikael. “What is waste? To whom? – An anthropological perspective on garbage”. *Waste Management & Research*, v. 23, p. 175-181, 2005.

ELLIOTT, Jennifer A. *An introduction to sustainable development* [fourth edition]. London and New York: Routledge, 2013.

ERIKSEN, Thomas Hylland. *Small places, large issues: An introduction to social and cultural anthropology* [third edition]. London and New York: Pluto Press, 2010a.

_____. “Human security and social anthropology”. In: ____; BAL, Ellen; SALEMINK, Oscar (Orgs.). *A world of insecurity: Anthropological perspectives on human security*. London and New York: Pluto Press, 2010b. p. 1-19.

- EVANS, David; CAMPBELL, Hugh; MURCOTT, Anne. “A brief pre-history of food waste and the social sciences”. *The Sociological Review*, v. 60, n. 2, p. 5-26, 2013.
- FAHMI, Wael Salah; SUTTON, Keith. “Cairo’s Zabaleen garbage recyclers: Multi-nationals’ takeover and state relocation plans”. *Habitat International*, v. 30, p. 809-837, 2006.
- FERGUSON, James. *Expectations of modernity: Myths and meanings of urban life on the Zambian Copperbelt*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 1999.
- FERNANDEZ, Lucía; CHEN, Martha. “Recycling Livelihoods”. *Revista – Harvard Review of Latin America*, v. XIV, n. 2, 2015.
- GIDDENS, Anthony. *Modernity and self-identity: Self and society in the late modern age*. Stanford: Stanford University Press, 1991.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GREGSON, Nick; CRANG, Michael. “Materiality and waste: inorganic vitality in a networked world”. *Environment and Planning A*, v. 42, p. 1026-1032, 2010.
- _____.; METCALFE, Alan; CREWE, Louise. “Identity, mobility and the throwaway society”. *Environment and Planning D*, 25, p. 682-700, 2007.
- JAFFE, Rivke; DÜRR, Eveline. “Introduction: Cultural and material forms of urban pollution”. In: _____.; _____. (Orgs.). *Urban pollution: Cultural meanings, social practices*. New York, Oxford: Berghahn, 2010. p. 1-29.
- JEWITT, Sarah. “Geographies of shit: Spatial and temporal variations in attitudes towards human waste”. *Progress in Human Geography*, v. 35, p. 608-626, 2011.
- KIRBY, Peter Wynn. *Troubled natures: Waste, environment, Japan*. Honolulu: University of Hawaii Press, 2011.

- KNOWLES, Caroline. *Flip-flop: A journey through globalisation's backroads*. London: Pluto Press, 2014.
- KOPYTOFF, Igor. "The cultural biography of things: Commoditization as process". In: APPADURAI, Arjun (Org.). *The social life of things: Commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 64-9.
- KUSNO, Abidin. *The appearances of memory: Mnemonic practices of architecture and urban form in Indonesia*. Durham and London: Duke University Press, 2010.
- LEDERER, Jakob; ONGATAI, Amosiah; ODEDA, Dyllis et al. "The generation of stakeholder's knowledge for solid waste management planning through action research: A case study from Busia, Uganda". *Habitat International*, v. 50, p. 99-109.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes tropiques*. Paris: Plon, 2015 [1955].
- MAIER, Henk. "Maelstrom and electricity: Modernity in the Indies". In: NORDHOLT, Henk Schulte (Org.). *Outward appearances: Dressing state and society in Indonesia*. Leiden: KITLV Press, 1997. p. 181-197.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonauts of the Western Pacific: An account of native enterprise and adventure in the archipelagoes of Melanesian New Guinea*. New York: E.P. Dutton, 1961 [1922].
- MEDINA, Martin. "Scavenger cooperatives in Asia and Latin America". *Resources, Conservation and Recycling*, v. 31, p. 51-69, 2000.
- MILLER, D. "Consumption and commodities". *Annual Review of Anthropology*, v. 24, p.141-161, 1995.
- MONTALVO, Tina; MARTIN, Charles. "Trash into Treasure". *Revista – Harvard Review of Latin America*, v. XIV, n. 2, 2015.
- NAS, Peter J.M.; JAFFE, Rivke. "Informal waste management: Shifting the focus from problem to potential". *Environment, Development and Sustainability*, v. 6, p. 337-353, 2004.

- NUNAN, Fiona. *Understanding poverty and the environment*. London and New York: Routledge, 2015.
- O'BRIEN, Martin. *A crisis of waste? Understanding the rubbish society*. New York, London: Routledge, 2011 [2008].
- PELLOW, David Naguib. *Garbage wars: The struggle for environmental justice in Chicago*. Cambridge and London: The MIT Press, 2002.
- PERMANA, Ariva Sugandi; TOWOLIOE, Sherly Norsiah; AZIZ, Abd et al. "Sustainable solid waste management practices and perceived cleanliness in a low income city". *Habitat International*, v. 49, p.197-205, 2015.
- ROBBINS, Paul. *Political ecology: A critical introduction*. Malden: Blackwell, 2004.
- SALMAN, Ton. "Taking risks for security's sake: Bolivians resisting their state and its economic policies". In: ERIKSEN, Thomas Hylland; BAL, Ellen; SALEMINK, Oscar (Orgs.). *A world of insecurity: Anthropological perspectives on human security*. London and New York: Pluto Press, 2010. p. 23-44.
- SATTERTHWAITE, David. "The links between poverty and the environment in urban areas of Africa, Asia and Latin America". *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Sciences*, 590, p. 73-92, 2003.
- SCANLAN, John. *On garbage*. London: Reaktion Books, 2005.
- SCHULTE NORDHOLT, Henk. "Introduction". In: ____ (Org.). *Outward appearances: Dressing state and society in Indonesia*. Leiden: KITLV Press, 1997. p. 1-37.
- SHEN, Li-Yin; OCHOA, J. Jorge; SHAH, Mona N. et al. "The application of urban sustainability indicators – A comparison between various practices". *Habitat International*, v. 35, p.17-29, 2011.
- THOMPSON, Michael. *Rubbish theory: The creation and destruction of value*. Oxford: Oxford University Press, 1979.



CATADORES: OS HERÓIS DA RECICLAGEM

BRAÇO PROTETOR OU MÃO INVISÍVEL?
PRÓS E CONTRAS DA FORMAÇÃO DE COOPERATIVAS DE CATADORES DE LIXO:
UMA COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL E INDONÉSIA¹

Freek Colombijn and Martina Morbidini

Introdução

O renomado especialista em resíduos sólidos urbanos Martin Medina tem argumentado, com certa cautela, que “a formação de cooperativas de catadores pode resultar em desenvolvimento de base, redução da pobreza e proteção ambiental” (MEDINA, 2000, p. 58). Embora o tamanho do trabalho dos catadores seja difícil de se medir com exatidão e seja distinto de cidade para cidade, há pouca dúvida de que eles desempenham um papel importante na coleta e reciclagem de resíduos sólidos urbanos no Sul Global. Os catadores contribuem de maneira significativa para tornar as cidades mais habitáveis e ecologicamente sustentáveis. Apesar da importância de seu trabalho, os catadores de resíduos sólidos são vulneráveis em vários aspectos e Medina (2000) considera que as cooperativas irão ajudá-los.

De acordo com Medina (2000), as cooperativas são úteis para seus membros por diversas razões. Indústrias de processamento de materiais recicláveis lidam somente com comerciantes que podem oferecer volumes adequados de resíduos sólidos. Esses comerciantes operam em um mercado monopsonista, caracterizado por um comprador e muitos vendedores. Em consequência dessa realidade, os catadores têm de aceitar preços baixos por seu trabalho.

1 Tradução de Carla Pires Vieira da Rocha.

As cooperativas de catadores podem coletar volumes importantes de resíduos, contornar intermediários e também lidar diretamente com as indústrias que processam os materiais recicláveis. Na Colômbia, um movimento muito dinâmico, unindo mais de uma centena de cooperativas, é um caso que retrata ainda outros benefícios: oferta de empréstimos, assistência jurídica e comercial, bem como melhoria das condições de trabalho. Além disso, as cooperativas podem contribuir para melhorar o status social de seus membros. Em Manila (Filipinas), por exemplo, os catadores de uma cooperativa usam uniformes verdes e são chamados de “eco-ajudantes”. Já em Chennai (Índia), são chamados de “embelezadores de rua”. Afora o que foi mencionado, manter os catadores de resíduos sólidos unidos em uma cooperativa pode discipliná-los e estancar o despejo ilegal de resíduos coletados por eles (MEDINA, 2000, p. 59-64); ver, também, Carmo e Oliveira (2010) e Gutberlet (2009). Mesmo em face das vantagens das cooperativas de catadores acima apontadas, é surpreendente que, em Belo Horizonte, uma das cidades referenciadas por Medina (2000) pelo bom funcionamento das cooperativas, muitos catadores tenham ficado de fora dessas associações. Dos 5.000 catadores informais estimados trabalhando na região metropolitana de Belo Horizonte, somente cerca de 500 estão organizados em cooperativas que integram o Fórum Municipal Lixo e Cidadania Cidadania (tabela 21) (DIAS, 2011, p. 5; IBGE, 2008). Talvez seja ainda mais surpreendente que, na Indonésia, nas cidades de Surabaya e Semarang, não se encontre nenhuma cooperativa de catadores, apesar de muitas dessas associações terem sido promovidas pelo Estado, enquanto modelos de negócios eminentemente adequados às condições econômicas e costumes culturais vigentes no país (LINDBLAD, 2008, p. 91-92, 215). Na verdade, existem hoje, na Indonésia, muitos outros tipos de cooperativas. Em uma outra grande cidade do país, Bandung, uma

cooperativa de catadores de resíduos sólidos foi desfeita depois de algum tempo (NAS e JAFFE, 2004, p. 341).

Cientistas sociais oferecem suporte teórico contraditório em favor de mais ou menos organização formal de trabalhadores marginalizados – como catadores de lixo, por exemplo –, em cooperativas ou sindicatos. O conceito de “capital social” era inicialmente focado nos aspectos positivos de formas institucionalizadas de cooperação social e econômica de indivíduos (COLEMAN, 1988; LIN, 1999; SOMERVILLE, 2011, p. 51-63). As cooperativas têm sido consideradas meios culturalmente apropriados para organizar o capital social, levar desenvolvimento para as economias informais africanas e se tornaram um modelo para a produção econômica em países comunistas na Ásia (MEAGHER, 2005; PORTER e LYON, 2006; RIGG, 2007, p. 173).

Logo foi reconhecido que várias formas de cooperação, todas denominadas “capital social”, podem ter também consequências negativas, tais como a exclusão de pessoas de fora e a exploração de outros marginalizados. *Free riders* (caroneiros) formam um outro revés das cooperativas (PORTES, 1998; PORTER e LYON, 2006). Camponeses em cooperativas vietnamitas desdenham: “Todos trabalham tão duro como dois, de modo que o presidente pode comprar um rádio e uma bicicleta. Todos trabalham tão duro como três, de modo que a equipe pode construir uma casa e um pátio” (RIGG, 2007, p. 174). Essa ironia é um bom exemplo de “resistência cotidiana” à opressão dos trabalhadores marginalizados. De acordo com James Scott, tal resistência se beneficia de uma falta de organização formal, quando, então, os trabalhadores podem mais facilmente fugir ao controle e à vigilância (1985).

Na tentativa de entender o paradoxo segundo o qual, apesar das aparentes vantagens das cooperativas de catadores, nem todas as pes-

soas que fazem esse trabalho nas cidades que conhecemos melhor são membros de uma cooperativa, pretendemos fazer um estudo comparativo de catadores de resíduos em Belo Horizonte e Surabaya. Como veremos adiante em mais detalhes, Belo Horizonte e Surabaya formam um par perfeito para comparação, em razão do diferente grau de formalização da coleta de resíduos em ambas as cidades.

Em um estudo que os acompanhe em diferentes momentos ao longo do tempo, esperamos entender as escolhas individuais dos catadores de resíduos sólidos, que os levam a participar ou não de uma cooperativa, e também estudar os altos e baixos das cooperativas ao longo do tempo. Entretanto, na fase exploratória atual da pesquisa, queremos nos concentrar em um estudo sincrônico, a respeito de como a formalização gera impactos no trabalho dos catadores. Michael DiGregorio (citado por NAS e JAFFE, 2004, p. 339) afirma que a coleta de materiais recicláveis tem apenas duas características comuns: “um reconhecimento dos resíduos como recursos e um grau variável de opróbrio social”. Em nossa comparação, vamos manter o foco sobre estes dois aspectos comuns: lixo como um recurso (econômico), portanto, renda, e o baixo status social dos catadores. Nós vamos adicionar um terceiro aspecto, nomeadamente, a contribuição dos catadores para a limpeza das cidades.

Brasil e Indonésia como casos comparáveis

Visando a uma comparação, é necessário buscar casos cujos aspectos fundamentais sejam similares (o que é um pré-requisito para a comparação), mas, em outros aspectos, sejam distintos. Isso possibilita entender melhor como certos fatores podem fazer a diferença. Brasil e Indonésia formam um par. Os dois países são grandes, respectivamente, o quinto e quarto países mais populosos do mundo.

Ambos são ricos em recursos, têm um passado colonial e são hoje considerados parte do Sul Global.

Os dois países são economias emergentes, embora o Brasil, neste quesito, tenha se desenvolvido mais além que a Indonésia. No Brasil, o tamanho da economia é maior, os rendimentos *per capita* são mais elevados e o processo de urbanização também tem um avanço mais significativo (tabela 1). Entretanto, nos últimos cinco anos, enquanto o crescimento econômico abrandou no Brasil, na Indonésia ele tem se mantido em um mesmo ritmo.

Tabela 1
Key economic and social figures of Brazil and Indonesia

	Brazil	Indonesia
Total GDP (2014) in million US\$	2,346	888
GDP per capita in US\$	11,385	3,492
GDP percentage growth (2011-2015)	0.1	5.0
Urban population (as percentage of total population)	85	53
Percentage population in agglomerations of more than 1 million residents	39	10

Source: data.worldbank.org/indicator, accessed 7 November 2015.

Uma diferença importante pode ser encontrada na desigualdade social. O índice de Gini do Brasil é de 51,9 (2012), um dos mais altos do mundo, ao passo que a Indonésia tem uma sociedade mais igualitária, com um índice de Gini de 36,8 (2009).² Todavia, este número talvez esconda mais do que revela. Ambos os países têm sinais visíveis

² Disponível em: www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/. Acesso em: 7 nov. 2015.

de riqueza e pobreza extremas, tais como condomínios fechados, clubes de golfe de luxo, centros comerciais, dos quais pessoas pobres e mendigos são banidos. Assim como em ambos os países há uma grande classe média com altos níveis de consumo, há, também, muitos catadores.

Belo Horizonte e Surabaya são comparáveis em muitos aspectos. Belo Horizonte (quarta maior cidade do Brasil) tem 2,5 milhões de habitantes e Surabaya (segunda maior cidade da Indonésia), 2,9 milhões de habitantes. Embora Belo Horizonte seja uma cidade do interior, planejada no início do século XX para ser a nova capital localmente centralizada do estado federal de Minas Gerais, e Surabaya, uma antiga cidade portuária, ambas desenvolveram economias mistas, seguindo o modelo de todas as grandes cidades.

Os dados para este artigo foram recolhidos através de uma combinação de métodos antropológicos e qualitativos. Martina Morbidini fez trabalho de campo em Belo Horizonte de janeiro a março 2014 (e viveu nesta cidade por seis meses entre os anos de 2011 e 2012). Freek Colombijn fez trabalho de campo intermitente com passagens de três semanas em Surabaya desde 2009 e fez trabalho de campo adicional em Florianópolis, Brasil (2012) e Semarang, Indonésia (2009 e 2010).

Eficiência da coleta de resíduos sólidos

Martin Medina (2000, p. 52) estima que entre 50 e 80 por cento do lixo gerado nas cidades do Terceiro Mundo sejam coletados. A ampla margem de incerteza nessa estimativa e o fato de que o número é citado em muitas outras publicações são indicadores de que, na verdade, é muito mal conhecido o quão eficientemente os resíduos sólidos estão sendo coletados. David Wilson et al. (2009) observam que as taxas de reciclagem em cidades de países em desenvolvimento

talvez sejam ainda mais confiáveis do que no Norte, tanto mais porque o setor informal, por definição, não mede o seu desempenho. Não obstante, eles apresentam uma taxa de reciclagem na faixa de 20 a 50 por cento (WILSON et al., 2009, p. 634).

Gostaríamos de ter contado com dados confiáveis sobre o volume de resíduos sólidos produzidos, a porcentagem que está sendo coletada, assim como a porcentagem que está sendo reciclada (e, para medir a eficiência, o esforço no tempo ou dinheiro investido em tratamento de resíduos). Na ausência de tais dados, só podemos fazer uma estimativa impressionista sobre a eficiência da coleta de resíduos sólidos em Belo Horizonte e Surabaya. Antes, porém, vamos esboçar os respectivos sistemas de coleta de resíduos sólidos.

O sistema formal de coleta de resíduos sólidos em Belo Horizonte é uma parceria público-privada; o departamento de limpeza urbana é responsável pela coleta e transporte de resíduos sólidos e a gestão de aterros sanitários é uma parte terceirizada para empresas privadas e outra parte gerida pelo estado. O SLU (Superintendência de Limpeza Urbana) é responsável pelo gerenciamento dos resíduos de Belo Horizonte. SLU é uma autoridade municipal de propriedade estatal, mas tem terceirizado muitas das suas tarefas para empresas privadas. O lixo doméstico é recolhido diariamente nos nove distritos (Seções de Operação) que dividem a cidade, enquanto os resíduos recicláveis são coletados apenas em alguns bairros residenciais desses distritos em um dia fixo da semana. Em vilas, favelas e outros aglomerados urbanos com acessibilidade restrita, a coleta de lixo é feita com carrinhos de mão nos becos internos acessíveis e com caminhões compactadores de lixo nas ruas adjacentes mais amplas. Resíduos indiferenciados são levados para o aterro sanitário (CTRS) na periferia norte da cidade ou, então, para um dos muitos aterros semi-isolados. O aterro histórico de Belo Horizonte, inaugurado em 1975, foi de-

clarado esgotado e oficialmente encerrado em 2007. Atualmente, ele recebe materiais de compostagem provenientes da cidade.

O lixo reciclável é separado pelas famílias em caráter voluntário. Os resíduos coletados são levados a sete cooperativas selecionadas e a associações de catadores de resíduos. A SLU cobre as despesas com máquinas e aluguel dos depósitos. Os catadores associados nessas cooperativas separam os materiais recicláveis e revendem aos intermediários ou diretamente às fábricas.

O setor informal da coleta de resíduos envolve catadores, catadores associados em cooperativas, comerciantes de resíduos e revendedores. Muitos catadores procuram por materiais recicláveis em caixas de lixo nas ruas ou em aterros sanitários, a fim de revender os materiais, principalmente latas ou garrafas PET, para os empresários que agem como intermediários para as fábricas privadas. Os catadores operam em cooperativas ou associações, trabalham em depósitos para a SLU ou coletam por conta própria com seus carrinhos de mão os materiais recicláveis entre os resíduos indiferenciados descartados pela coleta formal, geralmente selecionando papelão e plástico. Muito do lucro das associações tem ligação com a ausência de intermediários para revender os materiais e, portanto, estas detêm um papel mais competitivo no processo de negociação, mas mantêm uma estrutura informal de associação e de responsabilidade individual com relação aos materiais coletados/selecionados para revenda.

Em Surabaya, a coleta de resíduos sólidos começa no nível RT. Um RT (*rukung tetangga*) é a menor unidade administrativa e normalmente consiste em um bairro com cerca de uma centena de casas. As famílias do bairro pagam conjuntamente um homem ou uma mulher que recolhe o lixo de porta em porta. Geralmente, os resíduos sólidos são coletados diversas vezes por semana. Este catador acumula os resíduos em um carrinho de mão e, depois, despeja, o material em um TPS (*Tempat Pembuangan Sampah Sementara*) ou 'Local Tem-

porário de Eliminação de Resíduos' (existem cerca de 170 em Surabaya). A partir desta etapa, o município assume e os caminhões do Departamento de Limpeza Municipal transportam os resíduos dos TPS até o aterro final, localizado na orla do município. Inicialmente, o próprio município administrava o aterro sanitário, mas, desde 2012, uma empresa privada (*PT Sumber Organik*) foi contratada para gerir o aterro. O sistema formal de coleta de resíduos sólidos em Surabaya é uma parceria público-privada com uma cadeia simples que vai de milhares de bairros, passando pelo Departamento de Limpeza Municipal, até uma empresa que gerencia o aterro.

A prática é infinitamente mais complicada e variada do que no sistema formal, com dezenas de papéis formais e informais compondo o sistema de tratamento do lixo (COLOMBIJN, 2015). Os catadores (*pemulung*) e revendedores de resíduos (*pengepul*) operam ao longo da cadeia. Por exemplo, alguns catadores vão de lixeira em lixeira, ao longo das vias públicas, em busca de resíduos vendáveis. Frequentemente, são especializados em um só material, como copos de plástico. É interessante notar que as pessoas que recolhem o lixo dos bairros dividem seu tempo entre a coleta e a seleção de resíduos no TPS. Outros catadores operam no aterro ou no local final onde são dispostos os resíduos. Alguns bairros com uma forte consciência ambiental puseram um banco de resíduos, onde o lixo doméstico é recolhido e selecionado. Objetos que podem ser reutilizados diretamente, como garrafas de perfumes e de cervejas, giram em torno de seus próprios circuitos. No aterro, vacas são arrebanhadas e contribuem para a transformação dos resíduos orgânicos.

Como já foi mencionado, não há meios para que possamos medir a eficiência da coleta de resíduos e a taxa de reciclagem em Belo Horizonte e Surabaya. No entanto, a partir do que vimos, apresentamos a seguinte hipótese: em Belo Horizonte, a taxa de reciclagem é me-

nor do que em Surabaya, precisamente porque a coleta de resíduos e o papel dos catadores é mais formalizado. Em Belo Horizonte, os catadores trabalham, em sua maior parte, com o que já foi separado pelas famílias. Esta “proto-separação” nas famílias é dependente da boa vontade dos cidadãos. Materiais recicláveis são separados de outros resíduos, principalmente no dia em que são recolhidos pelo Departamento de Limpeza Urbana. Nos outros dias, na maioria das vezes, são descartados com os demais resíduos.

Em contrapartida, na cidade de Surabaya, o Estado retirou-se quase totalmente da função de coleta de resíduos sólidos, exceto no que se refere ao transporte do TPS para o aterro. A cada passo no movimento do lixo, alguém vai estar buscando resíduos e separando o que pode ser vendido. Por causa dessas condições neoliberais vigentes em Surabaya, a taxa de reciclagem deve ser muito mais alta que em Belo Horizonte.³ Cada movimento do lixo em Surabaya está aberto à iniciativa privada, impulsionada pelo mercado.

Embora possamos afirmar com bastante segurança que a taxa de reciclagem é consideravelmente mais alta em Surabaya do que em Belo Horizonte, não temos tanta certeza com relação à taxa de coleta. No entanto, é plausível pensar que também a taxa de coleta seja mais alta em Surabaya que em Belo Horizonte. É sabido que, no Brasil, os departamentos de limpeza municipal não atendem áreas que são economicamente pobres (e, em consequência, consideradas perigosas) ou inacessíveis (como favelas com vielas estreitas, sinuosas). Do mesmo modo, catadores informais também não voltam a atenção para os bairros pobres em Belo Horizonte, preferindo trabalhar em zonas mais prósperas, onde os resíduos são mais valiosos. Por outro

3 Vale observar que Martin Medina (2010, p. 7) cita uma estimativa não especificando que os catadores de resíduos na Indonésia reduzem o volume do que é finalmente eliminado, portanto, reciclado, em um terço.

lado, na Indonésia, a organização de bairro RT, responsável por recolher os resíduos de porta em porta, é onipresente e os carrinhos podem entrar, mesmo em caminhos estreitos. A julgar pela eficiência na coleta de resíduos sólidos, a mão invisível do mercado aberto em Surabaya parece funcionar melhor do que a mais formalizada em Belo Horizonte. O outro lado de um sistema neoliberal torna-se claro quando nos concentramos nos rendimentos obtidos pelos catadores.

Rendimentos

A força motriz central por trás da coleta de resíduos sólidos não é, obviamente, o idealismo ambiental, e, sim, o mercado. Há dinheiro a ser ganho. David Wilson, Costas Velis e Chris Cheeseman (2006, p. 801) resumem o quadro: “Eles (os catadores) coletam materiais descartados como lixo e agregam valor a esses por triagem, limpeza, alterando a sua forma física para facilitar o transporte ou, pela soma de materiais, [...] em uma quantidade comercialmente viável”.

A maioria dos estudiosos afirma que os rendimentos obtidos pelos catadores são baixos por causa dos valores baixos pagos pelos intermediários. Os que ganham pouco dinheiro são principalmente os catadores de resíduos em aterros. Isso porque o local isolado onde se encontram os aterros geralmente faz com que os catadores dependam de um ou de alguns poucos compradores (MEDINA, 2000, p. 53; WILSON, VELIS e CHEESEMAN, 2006, p. 801). No entanto, alguns estudos relatam rendimentos de três ou até cinco vezes o salário mínimo (MEDINA, 2010, p. 6).

A fim de fazer uma avaliação significativa dos rendimentos, nós acreditamos que é necessário especificar o catador cuja renda está sendo estimada. No caso de Surabaya, a renda dos catadores tende a diminuir quanto mais eles operam a partir da fonte de resíduos domésticos ou quanto mais perto eles chegam ao destino dos resíduos, seja

este o aterro ou uma fábrica de processamento de materiais reciclados (COLOMBIJN, 2015). Nós podemos demonstrar este princípio geral com a ajuda de dois esboços, reconhecendo, mais uma vez, que todo o sistema de tratamento de resíduos é caracterizado por uma complexidade infinita e uma diversidade muito maior de papéis que os dois descritos aqui.

Os maiores rendimentos são obtidos por pessoas que coletam resíduos nos bairros (RT) e levam-nos para um local de recolhimento de resíduos temporário (TPS), onde tem início o processo de triagem. Estes resíduos são mais rentáveis porque quase todos os materiais de maior valor ainda estão lá. Quando os catadores separam os resíduos, o fazem de maneira muito superficial porque não vale a pena investir tempo em maior rigor⁴. Eles classificam cerca de seis diferentes categorias de resíduos sólidos e simplesmente descartam uma grande porção de materiais potencialmente recicláveis dentro dos contentores, nos quais os resíduos sólidos são transportados para o aterro sanitário pelo TPS do município.

Esses catadores, além do acesso aos resíduos sólidos que acabaram de chegar tendo, portanto, acesso aos mais valiosos –, geralmente, ainda podem selecionar o comerciante de sucata que está oferecendo o melhor preço. O rendimento dos materiais recicláveis depende dos preços de mercado (sobre os quais os catadores estão bem cientes). A venda de materiais recicláveis constitui cerca de metade de sua renda; a outra metade é uma renda fixa paga pelos bairros para a coleta de porta em porta dos resíduos sólidos. A coleta de lixo no bairro não oferece apenas uma renda estável, mas é também o acesso exclusivo a este resíduo “fresco”. Nesses pontos de coleta temporários, os catado-

⁴ A única exceção a este respeito é a coleta de copos de plástico, que podem ser facilmente separados do resto e se buscar [por eles] um preço elevado por unidade de peso.

res de lixo têm sinais visíveis de prosperidade, tais como motocicletas, telefones celulares ou tocadores de MP3.⁵

A situação é bastante diferente para as pessoas que estão empregadas por sucateiros e ajudam a separar o lixo. Os sucateiros compram resíduos sólidos dos catadores, classificam-os de forma mais pormenorizada, e vendem este material a outros que os vão processar posteriormente (mas raramente de forma direta para as fábricas que utilizam os materiais recicláveis como recursos para seus produtos). O valor agregado dessa atividade resulta de uma seleção mais específica dos materiais recicláveis. Os trabalhadores que operam para os sucateiros não classificam os resíduos em cinco ou seis cestas, como fazem os catadores de lixo no TPS, mas em cerca de quinze cestas.

Estes trabalhadores não são empresários independentes, como as pessoas que trabalham em um TPS, mas empregados e pagos de maneira fragmentada. Para alguns dos materiais separados, eles não recebem pagamento porque seus superiores reclamam que o preço de mercado e as margens de lucro são tão baixos, que não proporcionam recursos suficientes para pagar um salário aos trabalhadores. Os valores dos rendimentos relatados são consideravelmente inferiores aos dos catadores de um TPS. Mais abaixo na cadeia de resíduos, onde algumas pessoas não fazem nada além de rasgar sacos de plástico em pedaços a fim de torná-los mais fáceis de lavar, a renda é ainda menor.

Em Belo Horizonte, podemos distinguir entre catadores independentes e catadores envolvidos em cooperativas ou associações. Catadores independentes procuram os resíduos mais valiosos no centro e nas áreas mais abastadas da cidade. Em ocasiões especiais – fins de semana, desfiles de rua, mercados e outros eventos – percorrem todo

5 Para um cálculo de sua renda monetária, ver Colombijn (2015). Mas, dada a falta de confiabilidade dos dados quantitativos e a dificuldade de interpretar o valor de uma renda monetária, sinais visíveis de prosperidade são, talvez, mais reveladores do que um número redondo.

o caminho até o centro para coletar materiais leves, principalmente latas e garrafas PET. Para exemplificar, nós conversamos com uma mulher que, em uma manhã de domingo, tomaria três ônibus, implicando um percurso de duas horas até o centro da cidade, com o objetivo de coletar latas. Em Florianópolis, vimos uma mulher atravessando as principais ruas comerciais após o horário de fechamento das empresas, rasgando os sacos de lixo que tinham sido colocados na rua. Em sua busca por objetos de valor, na realidade, ela trouxe mais prejuízo do que benefícios para a limpeza da área. Em razão da desigualdade social no Brasil, o incentivo econômico para coletar resíduos informalmente funciona melhor em áreas mais prósperas, onde o lixo é o mais valioso.

Ironicamente, o maior volume de resíduos valiosos coletados no centro e áreas residenciais prósperas tem um efeito inverso no preço dos materiais recicláveis. Quanto maior o volume de resíduos oferecidos aos intermediários e depósitos que estão mais próximos ao centro da cidade, menor será a renda por quilo para o catador. Portanto, muitos catadores optam por levar o material recolhido de volta para as zonas periféricas, onde eles podem vender os materiais por um preço mais elevado. A estratégia de levar materiais recicláveis de volta para casa é a razão pela qual eles escolhem materiais leves, que podem ser levados de volta por meio de transporte público. Os catadores que estão mais organizados ou que possuem um carrinho, se especializam em materiais mais pesados, como o ferro, outros metais, papelão e papel. Carrinhos são caros e catadores independentes muitas vezes têm de dormir sob seus carrinhos esperando para vender seu produto no início da manhã. Os rendimentos para eles são muito baixos, especialmente se eles não podem acumular toneladas de materiais de uma só vez e têm que vender o material em pequenas quantidades a uma taxa inferior. A coleta de resíduos independente raramente é

uma atividade muito lucrativa. Por essa razão, muitas vezes é combinada com outras atividades informais, como serviços de limpeza ou trabalhos ligados à construção.

Catadores filiados a cooperativas podem continuar a recolher materiais recicláveis de forma independente ou, então, trabalhar em depósitos, onde o SLU entrega o lixo reciclável separado pelas famílias. Para o catador, a principal vantagem da adesão a uma cooperativa ou associação é a garantia de uma renda básica mensal. Os que trabalham de forma independente têm seus próprios espaços de trabalho e mantêm um grau de liberdade com relação ao que coletar e quando coletar. A maioria das cooperativas e associações tem o seu próprio depósito e mecanismos básicos para comprimir o material pronto para ser vendido, o que inclui, ainda, uma oficina onde fixar carrinhos, carroças ou, até mesmo, móveis, assim como lotes individuais para cada um dos trabalhadores separar os resíduos recolhidos. Os catadores são incentivados a alcançarem uma taxa de produção mínima por mês. Quando superam essa taxa, recebem uma bonificação.

Catadores que trabalham exclusivamente em depósitos têm o dever de separar e selecionar materiais recicláveis, previamente separados por famílias e recolhidos pelo SLU. Eles têm que garantir a seleção dos materiais em um ritmo eficiente, uma vez que o setor formal entrega material duas vezes por semana e o local de armazenagem é geralmente limitado. Mais uma vez, os trabalhadores mantêm um horário flexível, mas têm que coordenar o trabalho de forma eficiente com os colegas, a fim de processar todo o lixo num período estimado de tempo, antes que novos resíduos sejam depositados pelo SLU. Eles costumam separar até 15 materiais diferentes, levando em conta, também, a cor.

Como vantagem adicional de uma cooperativa, catadores podem se beneficiar de programas educacionais para eles e seus filhos, uma

rede de laços sociais e políticos, e, ainda, acesso a financiamento municipal e estadual. A maioria dos catadores que trabalham em cooperativas deixou a pobreza extrema, através da profissão de coleta de resíduos, e, agora, pode pagar uma casa, um carro e, também, um *smartphone* ou alto-falantes *Hi-Fi* para o seu próprio carrinho.

Status social

As vantagens de uma cooperativa são mais evidentes no que se refere ao status social dos catadores. Nós não vamos nos deter, aqui, no fato de que coletores de resíduos têm um status baixo em quase qualquer lugar do mundo e que este estatuto tem consequências significativas em seu trabalho. O foco recairá sobre as maneiras pelas quais os catadores lidam com este sentimento de baixo status.

As cooperativas em Belo Horizonte têm sido ativamente engajadas em reduzir o estigma associado à proximidade com o lixo e estão se envolvendo com instituições culturais e educacionais de classe média, a fim de apresentar uma imagem dos catadores como agentes ambientais que mantêm a cidade limpa e elevam a sustentabilidade da gestão de resíduos urbanos. Favorecidas pelas políticas estaduais para a inclusão sócio-econômica de catadores de lixo, muitas cooperativas e associações apresentam-se como profissionais do setor de gestão de resíduos e incentivam os trabalhadores a terem orgulho da sua função.

A cooperativa de catadores de resíduos mais antiga de Belo Horizonte, a ASMARE, tem sido uma das organizações mais ativas em buscar a cooperação com as universidades locais, artistas e designers para apresentar os catadores à sociedade mais ampla e sob uma luz diferente. Entre as muitas realizações, a ASMARE colaborou com um museu universitário, local de conhecimento e ciência, atuando como cocuradora de uma exposição sobre sustentabilidade e sobre a história

da cooperativa na cidade, mostrando as lutas pelo reconhecimento sócioeconômico, bem como o impacto ambiental na cidade.

Cooperativas de catadores de lixo foram oficialmente contratadas para gerir os resíduos durante eventos especiais, tais como a Copa do Mundo da FIFA de 2014, ou, mesmo, concertos e desfiles. Um episódio observado durante o trabalho de campo talvez possa comprovar a confiança e orgulho dos catadores de resíduos em afirmarem a importância da sua profissão. Para o Carnaval de 2014, o governo municipal não havia renovado o contrato de gerenciamento dos resíduos relativo ao evento com a ASMARE. Em resposta, catadores da ASMARE formaram um bloco – grupo de bailarinos e músicos – e participaram do desfile tradicional do Carnaval vestindo roupas e portando banners decorados com guirlandas feitas a partir de materiais reciclados, reivindicando a presença dos trabalhadores durante o evento, através de slogans e canções.

O bloco da ASMARE, como qualquer parada de orgulho, demonstrou o desejo de ser plenamente aceito como uma categoria ainda marginalizada. A participação alegre no desfile e o entusiasmo do público mostra que esses protestos estão mudando de uma reivindicação social para o âmbito político e econômico. Em uma sociedade onde a ocupação determina o grau de respeitabilidade de uma pessoa, catadores que trabalham em cooperativas usam seus uniformes com orgulho e senso de coletividade (BRUBAKER e COOPER, 2000, p. 19-21).

A situação em Surabaya é muito menos otimista. O município lançou uma campanha “Surabaya verde e limpa” e alguns de seus mais novos caminhões de lixo são adornados com o slogan em inglês “seja ambientalmente responsável, seja verde”. Entretanto, na prática, esta campanha se concentra mais em parques e outros espaços verdes na cidade do que em resíduos sólidos. Abidin Kusno (2011), referin-

do-se a Jacarta, argumentou que um discurso ambientalista tem sido abraçado pelo governo, promotores imobiliários, moradores kampong e de classe média, mas todos por razões estratégicas e não por uma preocupação sincera com o meio ambiente. Podemos concluir, a partir desta governamentalidade verde em Jacarta e do slogan “verde e limpo”, em Surabaya, que um discurso ambiental foi aceito, mas isso não resultou em uma apreciação positiva dos catadores, ou seja, em Surabaya, a contribuição dos catadores ao ambiente urbano passa despercebida.

Os catadores de lixo em Surabaya estão conscientes do seu baixo status social e buscam maneiras de lidar com isso. Por exemplo, eles trocam de roupa antes de irem para casa, pois não querem que as pessoas os vejam pela roupa e percebam pelo cheiro o seu trabalho com o lixo. Embora tenhamos presenciado uma autoconfiança ao falarem sobre o próprio trabalho, eles geralmente esperam que seus filhos consigam um emprego de maior prestígio. Mais de uma vez nossos interlocutores fizeram uma comparação entre seu próprio trabalho e o ato de roubar ou dedicar-se a um trabalho sexual, referindo-se à coleta de resíduos como um trabalho que é, pelo menos, halal. Halal é um conceito islâmico relativo a “limpo” e “não poluído”, e nós nunca encontramos pessoas de outros postos de trabalho que manifestaram espontaneamente o impulso para descrever seu trabalho em tais termos. Em suma, em contraste com os catadores de lixo de Belo Horizonte, cujo sentimento é de que pelo menos algumas pessoas da classe média apreciam a sua contribuição para uma cidade habitável, os catadores de lixo em Surabaya devem renunciar a esta recepção positiva.

Conclusão

Neste texto, partindo de uma comparação entre Belo Horizonte (Brasil) e Surabaya (Indonésia), abordamos os impactos da formalização da coleta de resíduos por meio das cooperativas sobre o trabalho dos catadores. Vimos que a ASMARE oferece um braço protetor para os catadores de lixo de Belo Horizonte. Os trabalhadores recebem uma renda garantida e estão protegidos contra o pior demérito social. A desvantagem da cooperativa é um controle mais rigoroso e, a este respeito, gostaríamos de fazer referência a uma cooperativa de catadores no Rio de Janeiro, onde a formalização de vendas e de trabalho resultou na tributação pelo governo (CARMO e PUPPIM DE OLIVEIRA, 2010, p. 1264).

Contrastando com Belo Horizonte, em Surabaya, a recolha de resíduos e reciclagem de recursos parece ser dirigida de forma eficaz pela mão invisível de um mercado aberto e os catadores de resíduos melhor posicionados obtêm rendas mais substanciais. O outro lado das condições do mercado liberal em Surabaya é a exploração dos catadores que se encontram em posições menos rentáveis na cadeia de resíduos. Este é o capitalismo em sua forma mais dura. Além disso, os catadores em Surabaya não estão protegidos contra o desprezo público.

A comparação entre catadores de lixo de Belo Horizonte e Surabaya ajuda a entender melhor a razão pela qual muitos catadores brasileiros ficam de fora de uma cooperativa e, neste ponto, pode ser útil estender a comparação com garimpeiros brasileiros. Marjo de Theije e Ellen Bal (2010, p. 68), voltando a atenção para pequenos garimpeiros brasileiros no Suriname, observaram que “a ausência de uma comunidade muito unida, a falta de fixação [...] permite a liberdade individual e abre várias novas possibilidades”. Os mineiros de ouro e catadores desorganizados seguem um princípio geral, no qual as pes-

soas que voluntariamente desistem de vínculos de proteção podem chegar a “novos níveis de liberdade” (LEE, 2005, p. 67).

Thomas Hylland Eriksen colocou a questão de forma sucinta: o oposto da segurança humana não é apenas – e talvez nem mesmo em primeiro lugar –, a insegurança, mas a liberdade (2010). Entretanto, assim como não devemos esperar que todo mundo coloque a segurança como um objetivo desejável, não devemos pressupor que todo mundo prefira mais liberdade, porque a liberdade implica “risco envolvido” (SALEMINK, 2010, p. 285). Os catadores de resíduos de Belo Horizonte ao menos têm escolha entre o braço protetor de ASMARE ou a mão invisível do mercado totalmente livre. Já os catadores de lixo em Surabaya não podem se dar ao luxo de alguma escolha, estando condenados a trabalhar sob condições estritamente capitalistas.

Referências

- BRUBAKER, Rogers; COOPER, Frederick. “Beyond “identity”. Theory and Society”. *Springer Netherlands*, v. 29, n. 1, p. 1-47, fev. 2000.
- DO CARMO, Maria Scarlet; PUPPIM DE OLIVEIRA, Jose Antonio. “The Semantics of Garbage and the organization of the recyclers: Implementation challenges for establishing recycling cooperatives in the city of Rio de Janeiro, Brazil. Resources, Conservation and Recycling”. *Elsevier*, v. 54, n. 12, p. 1261-1268, out. 2010.
- COLEMAN, James S. “Social capital in the creation of human capital. American Journal of Sociology”. The University of Chicago Press, v. 94, p. 95-p. 120, 1988.
- COLOMBIJN, Freek. *Getting stuck in a flow: The lack of social mobility of waste pickers in Surabaya, Indonesia*. Paper for the workshop ‘Waste and the superfluous: precarious living amidst worlds of waste’, Oslo, 14-15 set. 2015.

- DIAS, Sonia. “Integrating informal workers into selective waste collection: The case of Belo Horizonte, Brazil”. *WIEGO Policy Brief (Urban Policies)*. n. 4, p. 1-12, mai. 2011.
- ERIKSEN, Thomas Hylland. “Human security and social anthropology”. In: ERIKSEN, T. H. et al. (Orgs). *A world of insecurity: Anthropological perspectives on human security*. London and New York: Pluto Press, 2010. p. 1-19.
- GUTBERLET, Jutta. “Solidarity economy and recycling co-ops in São Paulo: Micro-credit to alleviate poverty. Development in practice”. *Taylor & Francis*, v. 19, n. 6, p. 737-751, ago. 2009.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em <<http://cod.ibge.gov.br/31Z>>. Acesso em: 24 out. 2013.
- KUSNO, Abidin. “The green governmentality in an Indonesian metropolis”. *Singapore Journal of Tropical Geography*. National University of Singapore and Blackwell Publishing Asia Pty, v. 32, n. 3, p. 314-331, nov. 2011.
- LEE, Raymond L. M. “Bauman, liquid modernity and dilemmas of development”. Thesis Eleven. Sage publications, v. 83, n. 1, p. 61-77, nov. 2005.
- LIN, Nan. “Building a network theory of social capital”. *Connections*. v. 22, n. 1, p. 28-51, 1999.
- LINDBLAD, Thomas J. *Bridges to new business: The economic decolonization of Indonesia*. Leiden: KITLV Press, 2008.
- MEAGHER, Kate. Social capital or analytical liability? Social networks and African informal economies. *Global networks*. V. 5, p. 217-238, 2005.
- MEDINA, Martin. “Scavenger cooperatives in Asia and Latin America”. *Resources, conservation and recycling*. v. 31, p. 51-69, 2000.
- _____. “Solid waste, poverty and the environment in developing countries. Challenges and opportunities”. UNU-WIDER Working

paper 2010/23, [n.p.]. United Nations University. World Institute for Development and Economic Research, 2010.

NAS, Peter J.M.; JAFFE, Rivke. “Informal waste management: Shifting focus from problem to potential”. *Environment, Development and Sustainability*. v. 6, p. 337-353, 2004.

PORTER, Gina; LYON, Fergus. “Social capital as culture? Promoting cooperative action in Ghana”. In: RADCLIFFE, Sarah. A. (Org.). *Culture and development in a globalizing world: Geographies, actors, and paradigms*. London and New York: Routledge, 2006. p. 150-169.

PORTES, Alejandro. “Social capital: Its origins and applications in modern sociology”. *Annual Review of Sociology*. v. 24, p. 1-24, 1998.

RIGG, Jonathan. *An everyday geography of the global south*. London and New York: Routledge, 2007.

SALEMINK, Oscar. “Ritual efficacy, spiritual security and human security: Spirit mediumship in contemporary Vietnam”. In: ERIKSEN, T. H. et al. (Orgs.). *A world of insecurity: Anthropological perspectives on human security*. London and New York: Pluto Press, 2010. p. 262-289.

SCOTT, James C. *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven and London: Yale University Press, 1985.

SOMERVILLE, Peter. *Understanding community: Politics, policy and practice*. Bristol: The Policy Press, 2011.

THEIJE, Marjo de; BAL, Ellen. “Flexible migrants: Brazilian gold miners and their quest for human security in Surinam”. In: ERIKSEN, T. H. et al. *A world of insecurity: Anthropological perspectives on human security*. London and New York: Pluto Press, 2010. p. 66-85.

WILSON, David C.; VELIS; Costas; CHEESEMAN, Chris. “Role of informal sector recycling in waste management in developing countries”. *Habitat International*. v. 30, p. 797-808, 2006.

WILSON, David C. et al. “Building recycling rates through the informal sector”. *Waste Management*. v. 29, p. 629-635, 2009.

“CATADOR CIDADÃO; TRABALHO DIGNO”

ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO DO ESTIGMA ADOTADAS PELOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL EM BELO HORIZONTE, BRASIL

Martina Morbidini

Introdução: catadores de material reciclável em Belo Horizonte

Os catadores de material reciclável são uma presença constante na maioria dos Países do Sul do Globo. São pessoas que recolhem papel, papelão, PET ou alumínio em lixões, nas ruas, ou nas lixeiras, para vender para intermediários ou fábricas de reconversão de materiais. No Brasil, a catação de material reaproveitável tem uma história conexa com estratégias de sobrevivência para as camadas mais pobres da sociedade, e, em alguns casos, chega a ser uma das poucas oportunidades de trabalho acessíveis para os pobres e marginalizados das cidades (Gutberlet 2008; Medina 2008; Coletto 2012).

A catação de materiais recicláveis em alguns casos propicia um salário razoável e permite que muitas pessoas saiam da extrema pobreza. Alguns catadores, especialmente aqueles organizados em cooperativas, podem se considerar parte da nova classe média. Mas, além de estar longe de ser um salário suficiente para a efetiva sustentação de uma família, esse salário de ‘nova classe média’ não resulta em um status social mais alto, e os profissionais que trabalham com lixo continuam sendo marginalizados socialmente e economicamente (CHUA, 2002; DAGNINO, 2007). A marginalização dos catadores nas cidades brasileiras é ao mesmo tempo física, para aqueles que vivem em favelas ou outros aglomerados urbanos da periferia, e existencial, na medida em que a proximidade com o lixo implica um estigma que os coloca na base da hierarquia de respeitabilidade.

A catação de materiais recicláveis não se apresenta, contudo, apenas como uma oportunidade de trabalho para os pobres; também é um trabalho fundamental numa sociedade cada vez mais consumista. Muito do entulho e do lixo urbano acaba em lixões ou aterros não isolados. As Leis Federais previam otimistamente acabar com os lixões até agosto de 2014,¹ mas, em 2014, ainda 2,825 toneladas ao dia acabaram em lixões só em Minas Gerais, (contra as 2,803 toneladas ao dia em 2013),² demonstrando que o processo de regularização dos aterros sanitários ainda não começou. Algumas práticas alternativas, como a incineração, são excluídas pela Legislação Federal para favorecer a inclusão socioeconômica dos catadores, como nas regulações sobre a catação de materiais recicláveis em 2006 e 2007.³ Enquanto o setor formal de coleta de lixo urbano se esforça para chegar a uma solução viável e sustentável ao mesmo tempo para o lixo urbano, os catadores, agindo na informalidade, vêm tratando o lixo com práticas sustentáveis há décadas.

O paradoxo que encontramos é que o trabalho sustentável e eficiente dos catadores e o reconhecimento nas leis federais não estão resultando em mais reconhecimento socioeconômico. O estigma sobre o trabalho com lixo ameaça a sustentabilidade social e econômica do trabalho de catador de materiais recicláveis, e a discriminação dos catadores continua em uma fase de progressivo aumento dos consumos no Brasil, no qual o papel dos catadores no desenvolvimento de

1 Folha de São Paulo, 24.6.2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/06/1474724-catadores-assumem-coleta-de-lixo-reciclavem-em-50-cidades-do-pais.shtml>.

2 ABRELPE Panorama 2014, 18.09.2015. Disponível em: <http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2014.pdf>.

3 Decreto nº. 5.940/06 e Lei nº. 11.445/07, Presidência da República. Acesso em: 18 set. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm.

metodologias sustentáveis para a gestão de resíduos sólidos poderia ser de grande valia. Consequentemente, as tentativas ainda não efetivadas de fechar lixões, o aumento do consumo na sociedade brasileira junto à necessidade de desenvolver possibilidades de renda ‘decentes’ para as camadas mais baixas da sociedade, todos esses fatores apontam a necessidade de um reconhecimento socioeconômico do trabalho dos catadores.

Esse capítulo analisa as estratégias adotadas pela ASMARE, uma cooperativa de catadores de matérias recicláveis em Belo Horizonte, Minas Gerais, para superar o estigma e entrar no espaço público como um grupo de profissionais reconhecido. Muitas das estratégias observadas utilizam discursos sobre a sustentabilidade e a reciclagem que podem ajudar o percurso de inclusão social dos catadores, e a pesquisa integra o elemento da mobilização social na narrativa. A prática da reciclagem é apresentada como um dos argumentos a favor da inclusão socioeconômica dos catadores, e é comunicada aos cidadãos urbanos de classe média através da arte e do discurso ambientalista. O capítulo é baseado no trabalho de campo conduzido em Belo Horizonte de janeiro a março de 2014.

Em primeiro lugar, o texto explorará os mecanismos de reprodução do estigma sobre o lixo e sobre a pobreza que incide sobre o trabalho dos catadores em Belo Horizonte. Como já evidenciou Goffman (1986), a estigmatização é um poderoso mecanismo de exclusão, e, para os catadores, é importante se afastar desses mecanismos para conseguir uma verdadeira inclusão socioeconômica. Em seguida, analisarei as principais estratégias adotadas pela ASMARE para se afastar do estigma, sobretudo a abertura de um diálogo e uma colaboração com dois setores simpatizantes entre os cidadãos de classe média e média-alta: instituições educativas e artistas.

Os principais interlocutores da ASMARE são militantes dos movimentos ambientais e inovadores sociais. Ironicamente, a prática de

reciclar materiais destinados ao aterro, que é a atividade profissional e a sabedoria que os catadores podem oferecer aos movimentos ambientalistas e aos inovadores sociais da cidade, é também o que degrada os catadores aos olhos de muitos brasileiros de classe média e alta. No caso da ASMARE, a prática da reciclagem se tornou um meio para ganhar respeito; até para ter um lugar como autoridade moral em debates sobre a sustentabilidade ecológica e as estratégias de inovação social. As instituições educativas, desde o ensino fundamental até as universidades, estão promovendo a reciclagem entre as práticas sustentáveis de cidadania, uma atitude que pode ajudar na mudança da percepção do “lixo” levando a uma visão ética do problema e não só estética. Os artistas de rua, artistas visuais e conceituais, assim como os designers, veem na reciclagem de materiais destinados ao lixo uma oportunidade para subverter a mesma percepção comum do “lixo” e promover uma inovação social a partir de materiais descartados.

Lixo, pobreza, estigma

Na próxima sessão, vou demonstrar como, no caso dos catadores de material reciclável, o estigma é uma consequência de uma visão neoliberal sobre a pobreza e o lixo ao mesmo tempo, e vou argumentar que é crucial, para os catadores, afastar-se do estigma para conseguir uma inclusão socioeconômica.

O lixo é algo que não é mais necessário, um objeto indesejável e, portanto, algo que contamina de negatividade aqueles que trabalham com isso (GUTBERLET, 2008, p. 3). Lixo implica inutilidade, e, invariavelmente, é algo rejeitado para alguém que não reconhece mais a utilidade ou a conveniência de um objeto ((DOUGLAS, 1966). Trabalhar em contato direto com o lixo corresponde, portanto, a uma posição de marginalidade na sociedade moderna. De fato, os

catadores de material descartado lembram à sociedade que alguém tem que lidar com o lixo, com a verdadeira produção do consumismo, na medida em que o consumismo “não comporta uma mera acumulação de produtos, mas é um mecanismo que obriga a utilizar esses produtos e descartá-los o mais rápido possível para dar espaço a outros objetos/objetos” (BAUMAN, 2000, p. 49). A ilusão de viver em uma sociedade moderna e eficiente desaparece no exato momento em que o feitiço da “limpeza” é quebrado.

O lixo também implica um risco de contágio mais alto para aqueles que estão mais afastados e que têm menos conhecimento de primeira mão sobre o assunto. Scanlan (2009) define lixo como algo freudianamente ‘estranho’, um objeto que já foi familiar, mas que, uma vez fora do seu lugar, tendo mudado de forma, de cor, de padrão, de uso, transforma-se em algo desconhecido e desajeitado. Drackner (2005) fala de “contágio social” para explicar o medo de ser associado com a estética negativa do “lixo”, um medo de ser categorizado também como “lixo” que deixa os sujeitos que vivem com a coleta de materiais recicláveis marginalizados e isolados.

Os modernos cidadãos urbanos, assim como as sociedades urbanas em geral, têm desenvolvido mecanismos bastante eficientes para evitar o contato com o lixo, confinando-os em sacos, lixeiras, lixões, aterros sanitários, ou através da incineração. Mas é um grupo designado de profissionais que é responsável por lidar com resíduos, sem ajuda, preferivelmente de noite e de qualquer jeito, longe da vista dos outros cidadãos (WILSON, 2006). Evitando qualquer tipo de envolvimento direto na gestão dos resíduos sólidos, os cidadãos podem evitar assumir responsabilidades sobre o lixo que é gerado, trocando-os pelo pagamento de impostos. Uma cidade eficiente e moderna é uma cidade limpa e segura, onde respeitáveis cidadãos podem viver longe do lixo, do entulho, da poluição, da desordem.

No caso da zona central de Belo Horizonte, uma floresta de prédios de vinte andares, divididos em apartamentos espaçosos com ‘quartos de despejo’ e elevadores de serviço, qualquer contato pessoal entre residentes e catadores é virtualmente impossível. Na prática, o contato entre catadores e moradores é mediado por outra categoria de profissionais: os porteiros, que são responsáveis pelo descarte do lixo produzido pelos moradores do prédio, por manter o decoro público de não sujar a entrada, e até por proteger as sacolas de lixo de olhos e mãos indiscretas até os garis o recolherem. Esta mediação protege os moradores desses prédios do risco de contágio social, restringindo esse risco aos mediadores: os porteiros.

A maioria dos catadores trabalha com o lixo sem uma licença oficial. Elas e eles não têm medo de lixo ou de contaminação social, nem estão completamente sob o controle de alguma autoridade. Um preconceito moral bastante difundido percebe a proximidade com o lixo como diretamente associada à poluição moral, o que coloca os catadores informais no ponto mais baixo da escala de respeitabilidade social (SCANLAN, 2009, p. 168).

Ademais, o estigma que os catadores carregam também é um produto da essência da ideologia neoliberal: a crença de que cada cidadão tem iguais chances de “sucesso”. Para o mercado e a moral neoliberal, a pobreza é considerada como o resultado de uma (ir)responsabilidade pessoal, ou, mesmo, uma característica ontológica, e não como o resultado de uma discriminação estrutural (LAWSON et al., 2012). Ser pobre, desempregado, sustentar-se com atividades informais, em alguns casos até ilegais, longe de ser uma fatalidade ou a intersecção de vários fatores de discriminação, é uma vergonha e uma marca de inferioridade moral (STARRIN, 2002).

A abordagem da ecologia política no contexto urbano oferece um entendimento analítico e crítico da conexão entre lixo (poluição) e

desigualdade social, focalizando “as implicações ambientais das desigualdades socioeconômicas, étnicas, raciais, e de gênero” (JAFPE e DÜRR, 2012, p. 19). Esta perspectiva analisa as causas socioeconômicas da pobreza e considera a marginalidade social como um resultado de discriminações estruturais. A pobreza na sociedade neoliberal é internalizada nos indivíduos como cumprimento esperado de uma tendência natural que desencoraja qualquer tentativa de sair dessa situação, e rejeita a esperança de obter a inclusão socioeconômica e o verdadeiro acesso aos direitos de cidadania (CHUA, 2002).

Na sociedade brasileira, a correlação entre pobreza e falta de acesso a direitos é forte. A longa história colonial de escravidão e racismo favorece uma reprodução da desigualdade e da marginalização segundo linhas raciais. Em Belo Horizonte, como em muitas cidades brasileiras, é muito comum e mais ‘natural’ que um catador, uma empregada, um porteiro, até um sem-teto seja preto ou pardo (ANDREWS, 1996; GUIMARÃES, 2000; TWINE, 1998). Essa pobreza de raça é uma consequência do ‘capitalismo racial’, um processo que produz pobreza através de um desenvolvimento desigual onde o privilégio branco mantém e fortalece o seu poder econômico, e, simultaneamente, reproduz a exclusão socioeconômica dos pretos (LAWSON in GUTBERLET, 2012, p. 21).

O processo de reconhecimento de uma discriminação estrutural é até hoje minado pelo mito da ‘democracia racial’, a antiga ideologia que argumenta que cada brasileiro tem uma gota de sangue negro em si e, portanto, não é possível falar de racismo em uma sociedade tão miscigenada (GUIMARÃES, 2000). Se nas universidades e nos ambientes progressivos essa ideologia é tão velha quanto o colonialismo, ‘democracia racial’, no modo de ver comum, ainda mantém raízes e influencia as opiniões da classe média. Na prática, a profissão de catador é estigmatizada por ser ‘trabalho de pobre’, e o fato de a maioria

dos catadores em Belo Horizonte ser constituída por negros ou pardos reforça o estigma sobre uma profissão indigna, ou menos digna.

Meio Ambiente, reciclagem e ecologia

A catação de materiais recicláveis tem uma influência preponderante na reprodução da marginalidade socioeconômica dos catadores. Primeiro, como já argumentado, a proximidade com o lixo transfere para as pessoas um estigma moral e físico através do contágio social (DRACKNER, 2005, p. 6). Em segundo lugar, a ideologia e as práticas neoliberais que culpam o pobre por ser o responsável da sua pobreza também interpretam o trabalho numa ocupação estigmatizada como é a catação como sinal de uma conduta imoral, escolhas erradas, até depravação.

Contudo, o lixo é considerado uma oportunidade para aqueles que se sustentam com a catação, na medida em que aproveita o potencial econômico de materiais que outros descartaram ou consideraram inúteis e sem valor. A necessidade de uma fonte de renda levou os catadores a superar a percepção comum sobre o lixo e a colocar a respeitabilidade em jogo. Bryant já tinha considerado a possibilidade de que a degradação ambiental oferecesse oportunidades para os pobres em lugar de só depauperá-los ainda mais (1992, p. 25). No caso dos catadores de materiais recicláveis, o aumento da produção de lixo e da degradação ambiental não simplesmente oferece oportunidades para sair da pobreza trabalhando nas brechas de uma gestão de resíduos caótica, mas também os coloca numa posição estratégica, perto de argumentos que têm sido esquecidos por muito tempo pela sociedade.

Gutberlet (2008) faz uma introdução aos conflitos sobre os resíduos sólidos, explicando que, uma vez descartado, o material torna-se acessível para diferentes agentes, entre outros intermediários,

empresas multinacionais, catadores, gestores de depósitos, de aterros, de incineradores. Estas partes podem entrar em conflito, e a luta para controlar esses recursos é mais intensa nas regiões do Sul onde, para a parte mais desfavorecida da sociedade, o acesso aos materiais vira uma questão de subsistência básica. “O lixo é um grande negócio; afastar-se do lixo ou transformá-lo em capital evidencia um implacável impulso para a mercantilização” (HAWKINS, 2006, p. 94).

A reivindicação dos catadores de serem os agentes mais apropriados para a gestão de resíduos recicláveis poderia ser mais sólida se tivesse como base uma consciência mais geral sobre o meio ambiente e os desafios da sociedade de consumo. Prefeituras e governos regionais no Brasil já têm reclamado sobre a falta de responsabilidade dos cidadãos e sobre a relutância em participar de programas de coleta seletiva (DO CARMO, 2012), culpando a falta de educação sobre o tema e o atraso social nesse assunto, pede uma modernização dos cidadãos e não só das cidades. Contudo, um comportamento pró-ambiental dos cidadãos depende de muitos fatores além da modernização (KOLMUSS e AGYEMAN, 2002). Além disso, na realidade, considerando a maior proximidade com o problema em relação a outras sociedades, as classes média e média-alta urbana brasileiras poderiam ter mais experiência com problemas ambientais do que muitos cidadãos ‘modernos’ do Norte do mundo (BEKIN et al., 2008).

No caso da ASMARE, os discursos sobre a sustentabilidade, o ambientalismo e o consumo responsável, especialmente na prática da reciclagem, não são estranhos para as classes média e média-alta e são utilizados precisamente para comunicar com a população educada. Alguns autores se referem à possibilidade de uma colaboração entre as camadas baixa e média da população através de “novas formas de subjetividade”, e de um impacto positivo sobre a “dimensão moral” (HAWKINS, 2006, p. 95). Uma perspectiva positiva e moralmente

enriquecedora sobre o lixo remove o estigma ligado à coleta de resíduos, e transforma a proximidade com o lixo em uma expressão de virtude.

O diálogo com uma classe média e média-alta ecologicamente consciente e com instituições educativas é a principal estratégia adotada pela ASMARE para livrar os catadores do estigma: através da desconexão do lixo com uma categoria moralmente negativa. A próxima sessão introduz um exemplo de como o diálogo entre a ASMARE e as instituições culturais de Belo Horizonte foi desenvolvido com base numa mudança na percepção do lixo e do descarte do lixo. É o caso do “Seu Lixandre”, uma exposição temporária no “Espaço do Conhecimento UFMG”, um museu interativo no circuito museal da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

“Seu Lixandre”

O museu “Espaço do conhecimento” dedicava-se às três maiores questões filosóficas da humanidade (de onde viemos, quem somos, para onde vamos), com a contribuição de professores, pesquisadores, estudantes e estagiários em diferentes disciplinas, inclusive em história, astronomia e antropologia. Inicialmente, o setor dedicado à questão ‘para onde vamos’ estava concentrado em problemas como a sustentabilidade, energias alternativas, poluição do ar e da água no mundo. Os profissionais do museu e mesmo os estagiários não ficaram satisfeitos com essa parte da exibição, considerada ‘sem alma’, organizada em cima da hora para a inauguração do evento. Assim, na tentativa de criar uma sessão mais atrativa para o público, a exibição foi estendida para incluir uma parte sobre os catadores da ASMARE.

Toda a parte da exibição sobre a ASMARE é o resultado da colaboração entre os profissionais do museu e os membros da associa-

ção, com uma elevada participação dos catadores na concepção, no estabelecimento, e, no final, como público do museu. No início, os curadores buscaram a parceria com a ASMARE para expor alguns objetos de arte e artesanato feitos de materiais recicláveis numa das oficinas organizadas pela ASMARE. A reação dos associados foi entusiasta, e, a partir dessa ideia, as duas instituições têm trabalhado junto para incluir a narrativa sobre a catação e sobre a profissão de catador na exibição.

No resultado final, a exibição chegou a examinar o papel dos catadores como agentes ambientais, concentrando-se na história da cooperativa na cidade. Como parte do primeiro subtema da exibição, havia muitos objetos de arte expostos, feitos de materiais recicláveis, como cortinas de alumínio, lâmpadas, decorações e móveis de plástico PET. Essa parte se propôs a dar visibilidade à reutilização de materiais como uma das estratégias para ter um estilo de vida mais sustentável. Além disso, documentários sobre o problema do lixo e da poluição no Brasil foram apresentados no teatro diariamente.

O segundo subtema da exposição representava a história da cooperativa e dos catadores de materiais recicláveis em Belo Horizonte. Os catadores da ASMARE abriram os seus arquivos de vinte anos e insistiram na representação da história da cooperativa e dos trabalhadores da ASMARE como uma resposta social a um dos desafios de classe média e média-alta: a degradação ambiental. Vinte anos de artigos de jornal documentando os protestos contra uma discriminação brutal e as tentativas de obter infraestrutura adequada para processar os materiais recicláveis, junto com a luta para obter um galpão e acesso aos resíduos sólidos urbanos, foram selecionados e projetados numa das salas da exposição onde o visitante podia se sentar para assistir sobre cubos de latinhas comprimidas. A exposição

também mostrou curtas-metragens e vídeos sobre o percurso de um catador, e entrevistas aos catadores da ASMARE.



Figura 1: O Carrinho na exposição “Seu Lixandre”, no Espaço do Conhecimento UFMG.

Fonte: Fotografia de Martina Morbidini

“Seu Lixandre” tornou visível a história, as lutas pela inclusão socioeconômica dos catadores, e o impacto positivo que o trabalho tem no meio ambiente. Mas os catadores não foram simples objeto de uma exposição; eles conseguiram desafiar ativamente a percepção comum de que são pessoas que não têm trabalho, que atrapalham no trânsito ou que simplesmente são invisíveis no cenário urbano. Um objeto-chave da exposição foi um carrinho da ASMARE, enchido só até um terço de sua capacidade, que os visitantes podiam empurrar para experimentar a dificuldade de manobrá-lo no trânsito da cidade (figura 1). Não é surpreendente que, a não ser quando encorajados pelo pessoal do museu, formado por um grupo de estudantes da UFMG cheio de entusiasmo, os visitantes em geral se mantinham afastados do carrinho. O que mais desincentivou as pessoas não foi tanto uma aversão ao lixo, quanto uma observância da etiqueta mu-

seal. A arte conseguiu testar as percepções comuns de puro e impuro, de desprezível e de admirável. A exibição inteira estimulou o visitante a abandonar seus preconceitos sobre os catadores.

Drackner (2005) correlaciona a associação do risco a uma estética negativa, tornando o lixo (e os catadores) presença desagradável. Aqueles que não têm experiência direta com o lixo percebem um risco mais alto na gestão de resíduos sólidos. O carrinho ofereceu a possibilidade de superar o preconceito. O público, na maioria de classe média, consistia em famílias, ocasionalmente turistas e, sobretudo, crianças de escolas públicas e privadas. Assim sendo, a realidade dos catadores atingiu um público que não tem nem oportunidade nem necessidade de entrar em contato com a ASMARE.

A ASMARE queria evitar uma imagem romantizada do trabalho do catador. Os catadores foram os primeiros na cidade que trabalharam de um jeito sustentável pelo meio ambiente e que praticaram a reciclagem, mas os catadores não queriam trair as verdadeiras causas do empenho pela sustentabilidade; exclusão socioeconômica, marginalidade e discriminação foram os motores da mobilização dos catadores, e o tom da exposição tinha que evidenciar esse aspecto. A partir da abordagem da política ecológica torna-se cristalina a mensagem de que os catadores podem “contestar os equilíbrios socioeconômicos existentes” e utilizar discursos ambientalistas para promover uma mudança na sociedade e, ao mesmo tempo, promover a própria posição na sociedade (BRYANT, 1992, p. 28); e, no caso, da exibição, esta foi a estratégia adotada explicitamente e de maneira consciente pelos catadores.

O tema do conhecimento profissional e das habilidades dos catadores de resíduos também foi abordado na exposição. Como explica um dos curadores:

Pensei que o outro aspecto que valeu a pena apresentar foi uma produção de conhecimento sobre o processo de coleta de lixo em si, como este também foi desenvolvido pelos catadores... E essas técnicas são abundantes! Como você se para isso daquilo, como escolher o material que realmente vale a pena recolher, onde estão os materiais mais valiosos a serem encontrados, aonde você vai buscá-los na cidade. Pensei que, além de ser fascinante, todo esse conhecimento que os catadores tinham adquirido através da experiência demonstra o papel dos catadores como agentes ambientais, como pessoas que construíram uma ocupação adequada, uma profissão inteira, e valeu a pena apresentar esse aspecto.

Neste caso, a “sustentabilidade”, um termo que Jutta Gutberlet (2008) considera ambíguo, e, em alguns casos, politicamente correto, vazio para rotular certas práticas, foi defendida ativamente por membros da ASMARE. A “sustentabilidade” foi evocada para encetar um diálogo com um público de classe média e média-alta, a fim de promover uma mudança de valores e da sensibilidade comum em relação a resíduos (ESTER et al., 2004). Os catadores da ASMARE esperam uma dupla mudança de atitude da parte dos cidadãos urbanos: uma perspectiva diferente sobre lixo reciclável e um tratamento diferente daqueles que já exercem práticas sustentáveis, mesmo que seja por necessidade. Daí os coletores de materiais recicláveis, pioneiros da reciclagem em Belo Horizonte, reivindicarem o direito deles a um tratamento diferente, não só por causa de um comportamento ambiental virtuoso, mas, especialmente, por causa de uma história de marginalização.

Uma catadora resumiu esta alegação em um dos documentários mostrados na exposição: “Eu sou preta, pobre, mas eu tenho respeito e sou cidadã brasileira; Eu sou uma catadora de materiais recicláveis e quero que vocês me respeitem” (Catadora da ASMARE, em Castelo Branco, 2013).

Em apenas uma frase, a catadora aponta todos os obstáculos que coletores de resíduos encontram em sua jornada rumo à inclusão socioeconômica: discriminação racial, o peso da culpabilização dos pobres pelas circunstâncias de suas vidas, a falta de acesso à cidadania, a estigmatização e a desrespeitosa percepção da coleta de material reciclável como um trabalho indigno, ou menos digno de respeito do que outros trabalhos. Esta frase resume todo o engajamento dos catadores que trabalham em cooperativas para o reconhecimento da sua ocupação como uma profissão digna. Emerge uma narrativa de ‘merecimento’, a partir de uma exposição sobre o desenvolvimento sustentável, a reciclagem, a reutilização dos recursos e a concomitante redução do consumo.

Espera-se que uma nova maneira de ver os resíduos sólidos possa resultar em um maior reconhecimento do trabalho de catador, sem exigir uma negação da proximidade com a “matéria poluída”, mas alterando a percepção das classes média, média-alta e alta sobre o que é sujo e o que pode tornar-se nobre. A próxima sessão analisará o diálogo entre a ASMARE e os artistas locais, os designers e os músicos. Surpreendentemente, o lugar em que esse diálogo é promovido é também, e principalmente, um templo da arte culinária: o restaurante RECICLO ASMARE Cultural.

RECICLO: ASMARE Cultural

A história deste restaurante no coração de Belo Horizonte está estreitamente ligada à história da ASMARE e é emblemática de um modelo de parceria entre cooperativa de catadores e artistas. O que ela dá a ver claramente é como a questão da reciclagem tem incentivado o diálogo entre ASMARE e músicos, artistas e designers, e como este diálogo atraiu uma população de classe média e média-alta, sem a necessidade de abraçar discursos de solidariedade ou luta socioeconô-

mica. RECICLO homenageia a profissão de coleta de resíduos através da reinterpretação dos próprios resíduos, e demonstra a unidade de uma cooperativa através de eventos musicais e comida.

A casa verde, com o seu jardim cercado, que hospeda o “RECICLO ASMARE Cultural” está localizada em uma área da cidade, a do bairro Lourdes, no meio das principais atrações culturais de Belo Horizonte. A casa é rodeada por museus (circuito cultural Praça da Liberdade, cinco museus de história natural de arquitetura modernista), salas históricas, clube de tênis (um dos clubes mais caros e elitistas na cidade) e a biblioteca pública. O edifício é parte da herança cultural da jovem cidade de Belo Horizonte. É um restaurante para pessoas de classe média-alta, especialmente jovens profissionais que trabalham no bairro. Da rua não é imediatamente óbvio para um transeunte entender o fato de que o edifício abriga um restaurante, e, ainda menos, de que é o centro cultural da ASMARE. Talvez as cadeiras de jardim, feitas de pneus de caminhão, possam fisgar o olho de alguém, mas parece que o lugar conta mais com a divulgação boca a boca do que com outros tipos de publicidade.

RECICLO é a vitrine brilhante da cooperativa e isso se torna imediatamente evidente quando um visitante se aventura a entrar ali. O edifício é dividido em três andares e cada um deles serve a um propósito diferente. No térreo há um buffet de almoço com “Comida Mineira”: vários tipos de carne e legumes, servidos com o adorado arroz e feijão. Como em muitos outros restaurantes de almoço no Brasil, os preços são calculados por quilo. Não é tão barato como eu esperava, mas a qualidade é bastante elevada (talvez os melhores lanches que me concedi durante o trabalho de campo). Bebidas alcoólicas não são servidas no restaurante, em respeito a alguns dos membros do pessoal que se recuperaram de uma dependência de álcool.

O projeto 'RECICLO' é o resultado de uma colaboração entre escolas de design e universidades em Belo Horizonte, e alguns artistas plásticos da faculdade de Belas Artes foram responsáveis pela curadoria das peças de arte. No térreo e no primeiro andar, cada detalhe, desde as mesas até as decorações, dos quadros até o banheiro, tudo é feito de materiais reciclados. O "granito" das mesas é feito de latas prensadas e de 'tetra-pack'; os mosaicos no banheiro são feitos de pedaços de telhas quebradas; as cênicas cortinas são feitas de latas de alumínio; as lâmpadas são velhas garrafas de plástico que agora se assemelham a elegantes candelabros. Muitos destes enfeites também foram expostos no "Seu Lixandre" e foram a inspiração inicial para o pessoal do Museu iniciar a colaboração com a ASMARE.

"Não dá pra acabar com o lixo do mundo" fazendo arte e mobiliário com materiais recicláveis. Os catadores da ASMARE estão bem cientes disso; no entanto, esse gesto serve para fazer uma declaração. Arte e artesanato fazem as pessoas refletir sobre a essência do desperdício, sobre tudo aquilo que é jogado fora e que poderia viver uma segunda vida. É um meio tácito, simbólico, de sensibilizar as pessoas que, de outro modo, não seriam forçadas pela necessidade de prestar atenção aos resíduos que produzem.

O passado dos catadores não foi ignorado pelos trabalhadores do RECICLO e, quando convidados, falam sobre seu próprio passado como catadores de lixo e de outros que ainda trabalham como catadores. Entretanto, na maioria das vezes, o elemento da coleta de resíduos era deixado de lado a fim de concentrar a atenção no serviço e no profissionalismo do restaurante. Esta empresa demonstra que a estigmatização da profissão de catador e dos cidadãos marginalizados no sentido amplo desempenha um papel importante nas estratégias que a ASMARE adota para entrar em contato com os cidadãos de classe média e média-alta. Dentro do RECICLO, não encontrei si-

nais de medo de ‘contágio social’ (DRACKNER, 2005, p. 6) associado à proximidade com o lixo e com a pobreza. Apesar de tudo, desde as decorações até a maneira como os profissionais que trabalham nela se apresentam, nada no RECICLO faz uma conexão explícita entre lixo e pobreza. Resíduos e pobreza foram ali “domesticados” a fim de que o espaço pudesse ser frequentado por uma clientela de classe média e média-alta.

A falta de referências ao lixo e à marginalização dos catadores pode ser em parte explicada como uma forma de autoestigmatização ou “reprodução do estigma” (GUTBERLET e JAYME, 2010, p. 342): questões como a pobreza ou a coleta de resíduos são percebidas como “não apresentáveis” para um “público respeitável”. Por outro lado, os profissionais do RECICLO não renegam seu passado de catadores: embora abracem valores de classe média e média-alta e se comportem de acordo com as expectativas da classe média e média-alta, também indicaram uma consciência de como tudo no RECICLO, da arte à atitude dos garçons, foi uma oportunidade de ‘ligação’ com a classe média e média-alta. Considero essa reprodução da “domesticação” uma das estratégias conscientes da ASMARE e, em vez de uma mera reprodução do estigma ligado aos resíduos e à marginalização, seus membros decidiram adotá-la para melhorar a sua visibilidade e libertar-se dos constrangimentos da estigmatização.

A ASMARE foi bem-sucedida na escolha de uma categoria específica dentro da classe média e média-alta que estava entusiasmada para colaborar com os catadores: os artistas e algumas instituições educacionais e culturais. O RECICLO demonstra como, enquanto associação de catadores de resíduos, a ASMARE tem procurado e encontrado a atenção e a colaboração de instituições de classe média e média-alta, especialmente através da Faculdade de Belas Artes da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e da Escola de De-

sign da UEMG (Universidade do Estado de Minas Gerais) em vários projetos diferentes. Todos ganharam alguma coisa com a colaboração: as instituições culturais receberam crédito por uma colaboração que ainda pode ser considerada uma “obra de caridade”, enquanto os estudantes e artistas ganharam visibilidade através de projetos de arte e design que agora estão expostos permanentemente no restaurante.

As empresas comuns engendraram um espaço que é uma atração cultural em si, entre todos os museus do bairro (um espaço no restaurante é dedicado a todos os prêmios ganhos pela associação e pelo RECICLO). O espaço é, sem dúvida, único na cidade, e tem potencial para atrair clientes, não só para o almoço, mas também para eventos, exposições culturais e oficinas, como, aliás, explicam as apresentações nos cartões postais do RECICLO.

O impacto da arte no espaço ‘RECICLO ASMARE Cultural’ liberta o restaurante (e, em parte, a associação inteira) da aura de piedade e da atitude caritativa que, em caso contrário, poderiam ter estimulado os clientes: além de alguns sinais que sublinham a importância da reutilização e da reciclagem e de uma abordagem criativa dos desafios da sustentabilidade, não é fácil de entender a origem do espaço, ou de suas raízes na coleta informal de resíduos sólidos. Quando eu notei que os elementos que recordaram a história da ASMARE não foram exibidos, um de meus informantes afirmou que a impressão que eles queriam dar certamente não era a de uma organização de caridade, mas de um restaurante gerido por chefs profissionais e garçons que, embora oriundos de situações de exclusão social e de privação, não se distinguem de profissionais de outras origens. As pessoas que trabalham no RECICLO são ‘ex-catadores’, o que significa que, ainda que eles permaneçam membros da ASMARE e que os lucros do restaurante sejam destinados para os fundos da associação, sua profissão como catadores de resíduos é ‘uma coisa do

passado’, um antigo trabalho. O ‘novo’ papel dos profissionais que trabalham no RECICLO é o de mediadores com pessoas de classe média e média-alta.

R. é um dos artistas que colaborou com a associação e que optou por continuar a sua colaboração com a associação no final do seu projeto. Ele assim definiu a finalidade do RECICLO:

O projeto RECICLO ASMARE Cultural é um projeto cultural que trabalha com reciclagem e para a inclusão social produtiva (econômica) das pessoas. Percebemos que a arte é uma forma de intercâmbio entre sociedade organizada e pessoas socialmente marginalizadas. As pessoas percebem que aquelas pessoas que são marginalizadas têm conhecimento. Eles (sic) são talentosos, eles têm cultura e podem ser absorvidos pela sociedade organizada sem necessariamente tirar aquelas pessoas longe da sua liberdade natural.

Da perspectiva do artista, a arte tem o poder de desafiar as percepções sociais comuns e de superar a estigmatização por meio de uma percepção de sensibilidade compartilhada em relação à beleza. O papel das obras de arte e de objetos de design no contexto do RECICLO é o de desafiar os clientes a um olhar diferente para resíduos e convidá-los a se envolver com o que consideram lixo, bem como de inspirar uma abordagem do sentido dos resíduos que coloca a criatividade acima dos preconceitos.

Além do restaurante, RECICLO hospeda outras iniciativas. Oficinas de “Artesanato urbano” reúnem catadores que trabalham nos depósitos de reciclagem e artistas que produzem trabalhos artesanais feitos de material reciclável. Como A. explicou:

Nas grandes cidades, você não vai coletar um bom pedaço de madeira, o que você vai encontrar são latas de alumínio, plástico, uma caixa de leite... no final, o que a cidade oferece como matéria-prima não é uma matéria-prima natural.

Vai ser uma matéria-prima industrial. É com essa matéria-prima industrializada que se pode praticar artesanato urbano. É um tipo de artesanato que vem da matéria-prima urbana.

Algumas das decorações do restaurante na verdade foram feitas por catadores que trabalham nos galpões, nas oficinas e em depósitos de reciclagem. No mesmo edifício, bem na entrada, há uma loja que vende bolsas, molduras e outros objetos feitos por catadores de materiais recicláveis. Mesmo algumas das ferramentas utilizadas pelos catadores, como os carrinhos, são construídas ou reparadas no contexto destas oficinas. A ideia de “arte urbana” é considerada pelos artistas e designers uma estratégia para capacitar os catadores de resíduos e reforçar o orgulho deles, porque, neste contexto, a proximidade com a matéria-prima é uma vantagem, não um defeito.

Os catadores da ASMARE têm promovido formas de artesanato urbano e buscaram a colaboração de instituições culturais em Belo Horizonte através do RECICLO, até agora com sucesso variável. Apoio financeiro do governo municipal resultou em investimentos em suporte técnico e em vários projetos, como as experiências com escolas de design e a melhoria das estratégias de marketing dos artefatos feitos de materiais recicláveis. Em 2014, esse programa, chamado “Núcleo da Arte”, foi temporariamente suspenso após um corte na subvenção municipal. A colaboração com a Escola de Design também foi interrompida, e, aos olhos de R., isso sinalizou o interesse limitado das escolas de design que “ainda” privilegiam o “artesanato de raiz”. Alguns catadores confessaram que não sabem exatamente por que pararam, já que foi uma experiência muito divertida, e alguns deles foram mesmo se tornando bons em criar objetos de materiais recicláveis. Catadores entrevistados no galpão da ASMARE e alguns trabalhadores do restaurante sugeriram que, talvez, a iniciativa não

tenha sido tão economicamente bem-sucedida como esperado. No entanto, a razão para este sucesso limitado é ainda o estigma referente aos resíduos.

O estado de Minas Gerais tem uma reputação de prestígio cultural no Brasil e no exterior, que deriva, por exemplo, da arquitetura barroca e do comércio de metais e pedras preciosas. Instituições culturais investem na preservação deste patrimônio cultural e na promoção dos produtos ‘tradicionais’ da região. A “arte urbana” não se enquadra nesta imagem e encontra alguma resistência mesmo no ambiente artístico. Gutberlet e Jayme (2010, p. 3342) explicaram essa resistência através da lente da semiótica social. A estigmatização social é reproduzida por objetos e, neste caso, a exclusão dos catadores de lixo na sociedade e a estigmatização do trabalho deles são reproduzidas pela exclusão do artesanato urbano do ideal convencional de artefatos culturais, representado e reproduzido por instituições culturais. A desigualdade, a exclusão e a estigmatização social de catadores de resíduos, portanto, são reproduzidas mesmo pela ausência dos objetos de criação deles.

No entanto, começam a aparecer mudanças mais visíveis na apreciação de objetos de arte, mesmo no “templo” do artesanato de Belo Horizonte, o Palácio das Artes. O recentemente renovado edifício modernista oferece uma variedade de trabalhos artesanais da cidade e do interior de Minas Gerais e, apesar da aura de exclusividade que emana da arquitetura fina das paredes de vidro e dos detalhes de arquitetura modernista, o Palácio agora oferece salas para muitos artesãos, e cada peça vendida na loja mostra o nome do fabricante e o local onde foi feito. Há objetos decorativos, bem como joias, rigorosamente feitos de papel reciclado, de alumínio e de plástico. O fato de que esse tipo de produção artesanal “urbana” seja exposto em um espaço no qual o objetivo é preservar e promover o artesanato

regional mostra que a percepção de objetos feitos de material reaproveitado está mudando.

A ideia por trás das oficinas de artesanato e do restaurante RECICLO foi a possibilidade de capacitar catadores, apresentando-os como indivíduos criativos, bem informados, e de desenvolver suas habilidades criativas a fim de encontrar novas maneiras, para eles, de se conectar com pessoas de classe média e média-alta. Não obstante, permanece a questão: até que ponto os coletores de resíduos da ASMARE conseguiram mobilizar o apoio da classe média e média-alta para a sua posição de marginalizados através do uso da arte?

O propósito inicial de fazer as pessoas mudarem sua percepção sobre os resíduos e de dar um novo valor aos materiais recicláveis talvez não tenha encontrado imediatamente uma resposta positiva, nem mesmo entre as instituições que o promoveram. Isso não significa que o projeto foi ou deva ser considerado um fracasso. A parceria reuniu um grupo de aliados de classe média que continua a acreditar em uma mudança na perspectiva sobre a reciclagem, que defende a causa da inclusão social de catadores de lixo e que continua ajudando a associação no diálogo com a sociedade.

A abertura e o sucesso das oficinas de artesanato e do RECICLO ASMARE Cultural criaram e continuam a criar laços com pessoas de classe média e, além disso, reforçaram os laços de colaboração. Mesmo em uma instituição mais conservadora, como a loja no Palácio das Artes, as lógicas do “bom” artesanato tradicional e do artesanato urbano “barato” estão mudando lentamente à medida que artefatos feitos de materiais recicláveis fazem sua aparição no inventário com o nome do artista em um rótulo.

Além disso, o RECICLO criou um grupo de ‘ex-catadores’ que hoje trabalha como garçons, cozinheiros e assistentes de loja. Longe de ser uma reprodução do estigma, ou uma “domesticação” da margi-

nalidade social dos profissionais do restaurante, que de outra forma, poderiam “intimidar” os clientes, estas pessoas que trabalham no dia a dia em contato com uma clientela de classe média e média-alta estrategicamente adaptaram-se às expectativas e “códigos” dessa classe, e desse modo se transformaram em tradutores culturais entre catadores de resíduos e clientes de classe média e média-alta. Esta relação abre caminho para a ASMARE conectar-se mais facilmente com pessoas e instituições que, de outro modo, não seriam tão facilmente abordáveis. O RECICLO ASMARE Cultural, o restaurante e o uso de arte e do artesanato, portanto, têm sido estratégias bem-sucedidas de interação com a classe média e média-alta.

No entanto, o que os artistas, profissionais de educação e, especialmente, os catadores da ASMARE compreenderam há muito tempo é que arte e artesanato, embora possam ser poderosos, são apenas meios. Eles não são a mensagem final que os catadores desejam enviar para a sociedade. A mensagem que os catadores querem transmitir aos outros cidadãos de Belo Horizonte, especialmente para a classe média e média-alta é, sobretudo, a inclusão socioeconômica dos coletores de lixo reciclável na gestão dos resíduos urbanos como profissionais e o cumprimento de seu direito à cidadania plena, correspondente ao seu papel na sociedade. Este é o lugar apropriado para introduzir outra estratégia de interação que a ASMARE adotou para transmitir esta mensagem. É uma posição nua e crua a favor da sustentabilidade, acima de tudo da sustentabilidade da profissão ‘catador’.

‘Street art’ e os catadores no espaço público

Os artistas brasileiros colaboram com coletores de resíduos não só das academias de Belas Artes e das escolas de design, mas também a partir de coletivos de ruas. Nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba, desde 2011 o coletivo de artistas de rua “Pimp my carroça” organiza um dia no qual os grafiteiros ‘enfeitam’ os carrinhos

de catadores de lixo. Ao longo dos anos, a iniciativa se expandiu, e na edição de 2014 em Curitiba os membros da sociedade civil foram convidados a participar e a oferecer a sua experiência como engenheiros, técnicos, profissionais de saúde, cabeleireiros, manicures ou veterinários, ou simplesmente como voluntários. Um dia, uma praça da cidade enche-se de profissionais a serviço dos coletores de resíduos, suas famílias, seus animais de estimação e seus carrinhos. O sentido desse gesto é honrar os catadores pelo seu trabalho e também fornecer serviços que não são garantidos para os catadores de resíduos.

A memória de um dia de alegria e orgulho em receber um tratamento especial de estranhos e assistência médica gratuita repercute também em carroças mais estáveis (novos pneus, melhores estruturas e afins). A iniciativa dá uma nova visibilidade ao papel da arte, neste caso, o grafite: a de ser capaz de mobilizar muitos cidadãos urbanos de classe média e média-alta. Mensagens e grafites coloridos lembram a todos aqueles que sabem ler que a pessoa que está empurrando o carrinho está fazendo um trabalho precioso para preservar o meio ambiente, e que os catadores merecem respeito no trânsito (em vez de buzinas).

“Pimp my carroça” tem o mérito de chamar a atenção para os catadores de resíduos e de levar muitos jovens a tomar iniciativas e tratar os catadores da cidade com respeito e gratidão, oferecendo-lhes, simultaneamente, uma voz. O formato de uma feira de um dia está se espalhando por todo o país através das reuniões do Fórum Lixo e Cidadania, um Congresso Nacional de catadores de material reciclável, associados e independentes (DIAS, 2001). Cada ano os catadores escolhem a cidade em que a iniciativa terá lugar e, ainda que o evento ainda não tenha chegado a Belo Horizonte, ele já tem certa fama entre catadores da ASMARE, a ponto de a imagem de um dos carrinhos pintados em outra cidade ter sido apropriada e impressa em

um cartão postal representando as atividades culturais do RECICLO ASMARE Cultural.

Em Belo Horizonte, artistas de rua também promovem o reconhecimento social dos catadores de lixo, e parte desta colaboração é visível nas paredes de um galpão da ASMARE, não muito longe do centro. O Programa Dignidade, um projeto da Fundação Dom Cabral, uma Fundação para empresários em Belo Horizonte, teve início em 2013 para fortalecer os laços entre empreendedores sociais e grupos sociais com necessidade de visibilidade. O artista Negro F. foi um dos participantes do programa. Ele é um ativista pelos direitos dos grupos marginalizados em Belo Horizonte, mas também se define como um “empreendedor social, grafiteiro e educador através da arte”. Por meio de seu programa, ele reuniu jovens alunos dispostos a aprender como criar grafites, e eles já trabalharam nas paredes do novo galpão da ASMARE, na Rua Ituiutaba. O resultado é uma parede decorada com coloridas mensagens de dignidade, respeito, cidadania e inclusão social (fig. 2), ao lado de um edifício enorme, uniformemente azul, que abriga um centro de chamada internacional, em que jovens trabalhadores exprimem profissionalismo através de formalismo e ordem.



Figura 2: Muro do galpão da ASMARE na Rua Ituiutaba, Belo Horizonte. O grafite diz (2013): “Catador cidadão trabalho digno”

O grafite mostra que artistas e assistentes sociais estão ativamente preocupados com a dignidade de um grupo de profissionais marginalizados e estigmatizados e desejam apoiar publicamente a reivindicação dos catadores e catadoras de um tratamento digno na sociedade.

Conclusão: superando a estigmatização como categoria de profissionais

Um catador no Brasil enfrenta um duplo estigma, porque ele ou ela é pobre e por causa de sua proximidade com a matéria poluente dos resíduos. Como país altamente desigual, esta dupla estigmatização é particularmente severa no Brasil por causa de seu modelo econômico precariamente justaposto: um impulso neoliberal em direção da privatização do lucro e da responsabilidade combinado com um enorme setor informal no qual os pobres lutam para ganhar a vida. Coletores de resíduos se enquadram na segunda categoria, mas muitas associações e cooperativas estão organizando o trabalho para elevar o estatuto profissional da categoria e melhorar seu acesso aos direitos e suas condições de vida (DAGNINO, 2007). A associação ASMARE em Belo Horizonte é apenas uma dessas cooperativas, mas que efetivamente conseguiu construir uma organização estruturada sem perder o foco na inclusão socioeconômica dos seus membros.

No caso da ASMARE, o mercado neoliberal foi empurrando catadores informais no sentido de um processo de profissionalização para que eles pudessem ser incluídos na cadeia formal de gestão de resíduos em Belo Horizonte. Os resultados foram a criação de uma cooperativa com uma estrutura clara, uma divisão interna do trabalho, em colaboração com especialistas de marketing e de gestão, uma infraestrutura funcional e um sistema de rastreamento para carrinhos em torno da cidade. Essas adaptações têm permitido à ASMARE ter acesso a financiamentos públicos e privados, bem como formar uma

rede de clientes públicos e privados, entre os quais está o próprio município. A ASMARE agora pode garantir a confiabilidade do mercado e a eficiência. Há, até mesmo, vozes dentro da Associação a favor de uma maior formalização para reforçar a sua competitividade no mercado de materiais recicláveis.

Se esta abordagem neoliberal, orientada para o mercado, promoveu a inclusão social dos catadores, essa se deu tanto no nível da associação quanto no nível individual: a crença na responsabilidade pessoal, privada, para o sucesso ou fracasso se encontra no núcleo do sistema. A responsabilidade de manter uma distância de práticas consideradas atrasadas, da informalidade e do estigma da poluição, depende do sucesso dos catadores informais em afastar-se de uma categoria que implica a estigmatização e a exclusão social. Nesse processo, a existência de categorias marginalizadas, e da pobreza em si, se tornou responsabilidade particular e, portanto, a culpa é associada ao estigma de ser catador. As políticas de “higienização” do município, cujo objetivo é erradicar o setor informal da paisagem urbana modernizada, consideram categorias socialmente excluídas responsáveis por sua própria condição. Se os catadores informais querem superar o estigma associado à profissão, terão que se separar da categoria em si.

No entanto, como já vimos, a ASMARE está buscando uma maneira de superar o estigma como categoria de profissionais e não só como cidadãos particulares, e a reciclagem tem sido usada como ‘capacitadora’ ativa nos discursos e atividades da ASMARE, tanto como prática quanto como termo.

Como termo, a reciclagem tem sido um poderoso canal de abertura de diálogo com a classe média. A exposição “Seu Lixandre” foi o resultado da colaboração entre catadores e profissionais da cultura de classe média, construída em torno de temas de sustentabilidade, degradação ambiental e desenvolvimento sustentável. Mas a recicla-

gem também tem representado uma oportunidade para a ASMARE de defender uma gestão de resíduos que promova a inclusão socioeconômica dos catadores.

A experiência do RECICLO ASMARE Cultural, bem como os projetos do “Programa Dignidade”, a parada no “Carnaval Banda Mole”, ou os passeios para escolas dentro dos galpões, que não discutimos aqui por falta de espaço, mostram como a ASMARE criou um ambiente para uma colaboração estável com a classe média. Concentrando-se sobre o tema da reutilização e da reciclagem, a associação de coletores de resíduos tem atraído a participação de universidades, designers, artistas e outros.

O discurso em torno de reciclagem tem permitido um diálogo constante entre coletores de resíduos e as classes média e média-alta. A reciclagem oferece aos catadores a possibilidade de superar a estigmatização através da participação como categoria de profissionais ativos na coleta de resíduos sem precisar passar pela assimilação em uma identidade de classe média como indivíduos distintos. Quando a estigmatização é considerada uma questão pessoal, relacionada com a responsabilidade pessoal de ser pobre e à incapacidade de sair da pobreza, superar a discriminação e marginalização é uma batalha difícil para os catadores. Nem mesmo a conquista de uma melhor condição econômica lhes permite evitar o estigma de ganhar a vida a partir da coleta de resíduos sólidos. A ASMARE abordou a questão da estigmatização e exclusão socioeconômica coletivamente e procurou aliados da classe média.

Os catadores de materiais recicláveis da ASMARE estão contribuindo para uma mudança de paradigma no Brasil: uma mudança na sociedade consumista, no sentido de um crescimento mais sustentável, a partir da responsabilidade particular rumo a uma responsabilidade compartilhada pelo meio ambiente, de uma estética negativa

da sujeira em direção a uma ética positiva que considere o reaproveitamento de resíduos como uma fonte de sustentabilidade ambiental na cidade. Os catadores de lixo, cientes de sua história de sofrimento e marginalização, agora se apresentam também como agentes ambientais, e os setores e os indivíduos da sociedade que são sensíveis às questões ambientais também são sensíveis à valorização de uma profissão há muito ignorada junto com os seus profissionais: os catadores e catadoras de papel, papelão e materiais recicláveis.

Referências

ANDREWS, G. R. “Brazilian Racial Democracy, 1900-90: An American Counterpoint”. *Journal of Contemporary History*. v. 31, n. 3, p. 483-507, 1996.

BAUMAN, Z. *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity, 2000.

BEKIN, C.; CARRIGAN, M.; SZMIGIN, I. “Caring for the Community. An Exploratory comparison of waste reduction behavior by British and Brazilian consumers”. *International Journal of Sociology and Social Policy*. v. 27, n. 5/6, p. 221-233, 2007.

BRYANT, R. L. “Political ecology. An emerging research agenda in Third-World studies”. *Political Geography*. v. 11, n. 1, p. 12-36, 1992.

CATADORES. Direção: M. Castelo Branco. Produção: J. Nicoletti; Peixe Grande Produções. 2013. Brasil: Espaço do Conhecimento UFMG. Grande producoes.

CHUA, A. “A World on the Edge”. *The Wilson Quarterly*. v. 26, n. 4, p. 61-76, 2002.

COLETTI, D. *The informal economy and employment in Brazil. Latin America, Modernization, and Social Changes*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

DAGNINO, E. “Dimensions of Citizenship in Contemporary Brazil”. *Fordham Law Review*. v. 75, p. 2469-2492, 2007.

DIAS, S. “O forum Municipal Lixo e Cidadania: Uma plataforma de Inclusão Social e Participação”. *WIEGO Políticas Urbanas, Resumos de Políticas*. n. 7, p. 1-5, 2001.

_____. “Integrating Informal Workers into Selective Waste Collection: the Case of Belo Horizonte, Brazil”. *WIEGO Policy Brief (Urban Policies)*. n. 4, p. 1-12, 2011.

DO CARMO, M. S. “An Analysis of Policies in Support of Waste Collecting in Rio de Janeiro – Three Case Studies”. In: DAMA-NHURI, E. (Org.) *Post-Consumer Waste Recycling and Optimal Production*, 2012. Disponível em: <<http://www.intechopen.com/books/post-consumer-waste-recycling-and-optimal-production/an-analysis-of-policies-in-support-of-waste-collecting-in-rio-de-janeiro-three-case-studies>>.

DOUGLAS, M. *Purity and Danger*. New York & London: Routledge Classics, 2002.

DRACKNER, M. “What is Waste? To Whom? An Anthropological Perspective on Garbage”. *Waste Management Resources*. v. 23, n. 3, p. 175-181, 2005.

ESTER, P.; SIMÕES, S.; VINKEN, H. “Cultural Change and Environmentalism: A Cross-National Approach of Mass Publics and Decision Makers”. *Ambiente & Sociedade*. v. 7, n. 2, p. 44-69, 2004.

GOFFMAN, E. *Stigma. Notes on the management of spoiled identity*. London: Penguin Books, 1986.

GUTBERLET, J. “Waste no Waste”. In: _____. *Recovering Resources – Recycling Citizenship. Urban Poverty Reduction in Latin America*. Victoria: Ashgate, 2008. p. 1-17.

_____.; JAYME, B. O. “The story of my face: how environmental stewards perceive stigmatization (re)produced by discourse”. *Sustainability*. n. 2, p. 3339-3353, 2010.

_____. “Middle class alliances to end poverty? Commentary on Victoria Lawson with Middle Class Politics Research Group’s ‘Decentering poverty studies: middle class alliances and the social construction of poverty’”. *Singapore Journal of Tropical Geography*. v. 33, p. 20-24, 2012.

HAWKINS, G. *The ethics of waste: how we relate to rubbish*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/31Z>>. Acesso em: 24 out. 2013.

JAFFE, R.; DÜRR, E. “Introduction: Cultural and material forms of urban pollution”. In: ____.; ____ (Orgs.). *Urban Pollution: Cultural Meanings, Social Practices*. Oxford and New York: Berghahn, 2010.

JOPPKE, C. Transformation of Citizenship: Status, Rights, Identity. *Citizenship Studies*. v. 11, n. 1, p. 37– 48, 2007.

KOLLMUSS, A.; AGYEMAN, J. “Mind the Gap: Why do people act environmentally and what are the barriers to pro-environmental behavior?” *Environmental Education Research*. v. 8, n. 3, p. 239-260, 2002.

LAWSON, V. “Decentering poverty studies: Middle class alliances and the social construction of poverty”. *Singapore Journal of Tropical Geography. Victoria Lawson with Middle Class Poverty Politics Research Group*, v. 33, p. 1-19, 2012.

MEDINA, M. *The informal recycling sector in developing countries*. Organizing waste pickers to enhance their impact. Grid Lines. Note n. 44, 2008.

PREFEITURA Municipal de Belo Horizonte. Plano Municipal de Saneamento de Belo Horizonte – PMS BH 2008-2011, 2008.

SCANLAN, J. *On Garbage*. Bath: CPI Bath Press, 2005.

STARRIN, G. *Unemployment, poverty and shame – exploring the field*. Sweden: Karlstad University, [draft 06-09-2002].

TREMBLAY, C.; GUTBERLET, J. “Empowerment through participation: assessing the voices of leaders from recycling cooperatives in São Paulo, Brazil”. *Community Development Journal*. v. 47, n. 2, p. 282-302, 2010.

TWINE, F. W. *Racism in a Racial Democracy*. “The maintenance of white supremacy in Brazil”. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998.

WILSON, D. C.; VELIS, C.; CHEESEMAN, C. R. “Role of informal sector recycling in waste management in developing countries”. *Habitat International*. v. 30, p. 797- 808, 2006.





RECICLAGEM, REAPROVEITAMENTO E ESTILO DE VIDA



No “PAÍS DO DESPERDÍCIO”:
ANALISANDO O LIXO COMO CULTURA MATERIAL ENTRE IMIGRANTES
BRASILEIROS NA HOLANDA

Viviane Kraieski de Assunção

Introdução

A Holanda é recorrentemente descrita como um país sustentável. Notícias veiculadas pela imprensa nacional e internacional informam que o país recicla 79% das 60 milhões de toneladas de resíduos sólidos por ano, e cerca de 50% dos de 8,5 milhões de toneladas de lixo doméstico por ano. Estas mesmas fontes apontam que 16% do lixo produzido na Holanda são incinerados, e somente 4% vão para aterros sanitários. Este sistema de coleta e destinação é custeado pelos impostos pagos pela população holandesa – são cobrados, por ano, 250 euros por residência. Estas medidas de destinação do lixo têm sido tomadas pelo governo holandês desde a década de 1970. Há uma associação nacional que auxilia as municipalidades, responsáveis diretas pela remoção dos resíduos. E tanto o governo como os produtores são encarregados de dar destinação adequada ao lixo (REDE BRASIL ATUAL, 2012; GLOBO, 2014).

No Brasil, em 2010, foi instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) – Lei nº 12.305 – que prevê a redução na geração de resíduos, através do aumento da reciclagem, reutilização dos resíduos sólidos que têm valor econômico e podem ser reciclados ou reaproveitados e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (BRASIL, 2010). Além disso, a PNRS criou metas para a eliminação dos lixões e instituiu a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos (fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes,

o cidadão e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos). De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o objetivo é o de atingir o índice de reciclagem de resíduos de 20% no ano de 2015 – metas estabelecidas pelo Plano Nacional sobre Mudança do Clima (MMA, 2015).

De acordo com dados do MMA, Abrelpe, SEA/RJ e Comlurb/RJ, entre 2011 e 2012, a produção de resíduos sólidos no Brasil cresceu 1,35%, mais que a população brasileira, que teve aumento de 0,9% no mesmo período. Segundo as mesmas fontes, a população brasileira produziu 62.730.093 toneladas de resíduos sólidos em 2012. Deste total, 17,3% foram depositados em lixões, 24,2% em aterros controlados e 58% em aterros sanitários¹. Conforme a Abrelpe, mesmo com 60% dos municípios do país tendo alguma iniciativa de coleta seletiva, menos de 2% dos resíduos sólidos urbanos no Brasil são reciclados (AGÊNCIA BRASIL, 2013).

Estes dados mostram que a forma como Holanda e Brasil tratam a produção e a destinação dos resíduos sólidos apresentam fortes contrastes. Ao contrário da Holanda, medidas governamentais relacionadas à preocupação ambiental são mais recentes no Brasil, e vêm, de forma lenta, modificando os hábitos da população, como a implantação de sistemas de coleta seletiva de lixo em algumas cidades e a implementação da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino.

1 Os lixões são locais onde o lixo é depositado sem nenhuma forma de tratamento. Já nos aterros controlados é feito o encobrimento do resíduo antigo com terra e grama e a captação do gás metano que é produzido pela decomposição do lixo. Nos aterros sanitários, o terreno é preparado em camadas de forma a impossibilitar que o solo absorva o chorume (líquido lixiviado com potencial de contaminação 200% superior ao do esgoto doméstico). Este, por sua vez, é bombeado e transformado em água. O gás metano também é captado e pode ser queimado ou transformado em biogás (Fonte: MMA, Abrelpe, SEA/RJ e Comlurb – Companhia Municipal de Limpeza Urbana/RJ).

Neste texto, exploro as percepções sobre os resíduos sólidos de indivíduos que experienciam estes dois contextos distintos – os brasileiros que migraram para a Holanda. Quando migram para outros países, os indivíduos entram em contato com diferentes culturas e arranjos sociais, que podem colocar em questão seus valores e concepções de mundo. No caso de imigrantes brasileiros na Europa, boa parte deles costuma experimentar um aumento do padrão de consumo. Em minha pesquisa na Holanda, procurei explorar se os brasileiros relacionam suas práticas de consumo com ideologias ambientalistas e de que forma lidam com a produção e o descarte de resíduos sólidos.

Destaco, aqui, dois principais pontos: (1) o lixo é considerado como parte da cultura material, que, em sua materialidade, objetiva diferentes concepções de mundo. Como tal, o que é lixo e como este deve ser descartado varia de acordo com o contexto sociocultural, e deve ser entendido em relação ao processo de consumo. Mostro que, (2) na Holanda, os sujeitos da pesquisa não apresentam ideais como consumo sustentável, mas tentam se adaptar ao sistema local de coleta e destinação de lixo. Embora reconheçam a eficiência deste sistema, estes indivíduos classificam a Holanda como “país do desperdício”, por entenderem que determinados objetos, como móveis e utensílios domésticos, devem ter outros destinos. Desta forma, apresentam seus entendimentos sobre relacionamentos sociais, que se diferem entre os indivíduos dos dois países.

Percursos metodológicos

Os dados aqui apresentados são resultados de uma pesquisa etnográfica com imigrantes brasileiros na Holanda, realizada por um período de um ano. De 2012 a 2013, contactei organizações de apoio a imigrantes brasileiros na Holanda, visitei e participei de festas e atividades em igrejas brasileiras, onde foi possível conviver com estes

indivíduos. Também realizei entrevistas em profundidade com pelo menos 15 brasileiros provenientes de diferentes estados brasileiros, idades e classes sociais.

Os sujeitos de minha pesquisa tinham perfis distintos. Convivi com brasileiros indocumentados, que tinham migrado para a Holanda através de contatos de suas redes sociais, que possibilitam e facilitam estes deslocamentos. Alguns destes indivíduos tinham vivido em outros países europeus, como Portugal, Espanha, Itália, antes de chegarem à Holanda em busca de melhores oportunidades de trabalho. Os indocumentados trabalham em funções que exigem pouca qualificação, e têm possibilidades de trabalho limitadas. Em geral, os homens trabalham na construção civil e, as mulheres, em limpezas de casas e escritórios.

Os interlocutores de minha pesquisa em situação legal são indivíduos casados ou em relacionamento amoroso com um parceiro holandês – a grande maioria mulheres brasileiras casadas com homens holandeses – que migraram para a Holanda para viver com o companheiro. Embora documentados, estes indivíduos têm dificuldades de ingressar no mercado de trabalho devido à falta de fluência no idioma holandês e o não reconhecimento dos diplomas de cursos universitários obtidos no Brasil. São raros os casos em que estes imigrantes conseguem trabalhar em funções de mesmo *status* que tinham em seu país de origem. Entre minhas interlocutoras, era comum que elas desempenhassem os mesmos trabalhos dos imigrantes indocumentados, como a limpeza de casas.

O IND (Departamento de Naturalização e Imigração da Holanda) aponta há, atualmente, 16 mil brasileiros vivendo legalmente na Holanda, sendo que a maioria são mulheres e foram para o país para reunificação familiar. Este número, no entanto, pode ser superior, já que não contabiliza o grande contingente de indocumentados.

De acordo com estimativas do Ministério das Relações Exteriores (MRE), há 30.300 brasileiros na Holanda.²

Lixo, consumo e a questão ambiental

A produção de resíduos sólidos nas sociedades ocidentais está associada a importantes transformações ocorridas ao longo dos séculos. Na Idade Média, a maioria dos restos resultantes de atividades humanas estava relacionada ao corpo (como fezes, urina, secreções e o próprio corpo humano em decomposição) aos restos da alimentação (carcaças de animais, cascas de frutas e hortaliças) (VELLOSO, 2008). Como mostra Velloso (2008), estes restos passaram a ser associados a sofrimentos físicos e psíquicos após epidemias e pandemias de várias doenças, principalmente a peste negra, que assolou parte da população europeia no século XIV. As percepções sobre os resíduos resultantes das atividades humanas sofreram mudanças ao longo dos séculos, e a cultura foi um fator importante na construção e representação do imaginário social (VELLOSO, 2008).

O aumento da produção de resíduos sólidos ocorreu principalmente com o desenvolvimento do sistema capitalista após a automatização da produção industrial e do início do processo de urbanização das cidades europeias na segunda metade do século XVIII (DIAS, 2002). A concentração de pessoas nas cidades e as mudanças no modo de consumo da população, que passou a comprar produtos industrializados, aumentou crescentemente a produção de resíduos, principalmente nos centros urbanos. Aos poucos, produtos duradouros e reutilizáveis, considerados de boa qualidade até algum tempo atrás, perderam terreno para os descartáveis (GRADVOHL, 2001).

2 O MRE estima que há 2.801.249 brasileiros vivendo no exterior, sendo 736.76 em países europeus. A maior concentração de imigrantes brasileiros está nos Estados Unidos, e é estimada em 1.043.422.

Já no século XX, entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, os rumos do desenvolvimento e a crescente industrialização dos países passaram a ser questionados por cientistas de diversos países do mundo, que começaram a alertar para os riscos da degradação ambiental (MEADOWS et al., 1972). Com a realização de conferências mundiais sobre o meio ambiente pela Organização das Nações Unidas (ONU), a questão ambiental entrou na pauta de discussão de governos e de estudos acadêmicos, e passou, aos poucos, a ser incorporada por indivíduos que percebem a necessidade de mudanças de comportamentos.

Noções globais de ambientalismo passaram a ser adotadas por indivíduos de classe média como forma de conter os efeitos ambientais negativos do desenvolvimento (COLOMBIJN, 1998). Algumas destas ideologias propõem que os crescentes problemas sociais e ambientais possam ser resolvidos ou minimizados através de práticas de consumo “consciente”, “ético” ou “político” (PORTILHO; CASTAÑEDA, 2009). Atualmente, estes discursos podem ser percebidos diariamente na mídia, em discursos de ambientalistas, em pronunciamentos de líderes políticos, na elaboração de programas de educação para o consumo “responsável” por governos e empresas, além da criação de sistemas de certificação e rotulagem e do surgimento de ONGs com atividades voltadas para o consumo “consciente”. Há, ainda, movimentos sociais que articulam estes discursos de formas diversas, como movimentos anticonsumo, movimentos de defesa dos direitos do consumidor, movimentos por consumo “responsável” e ainda outras iniciativas que unem estas noções à valorização de sistemas de produção tradicionais, como comércio justo, economia solidária e *slow food* (PORTILHO; CASTAÑEDA, 2009).

Como colocam Vieira e Berríos-Godoy (2003), a produção de resíduos ou lixo está relacionada à cultura do consumo³, que, por sua vez, está associada às metas e interesses de crescimento constante dos meios de produção e consumo capitalista. Desse modo, modificações técnica e tecnológica têm como objetivo chamar a atenção dos consumidores, proporcionar conforto e praticidade. Estas medidas ocasionam o aumento do consumo, a quantidade de produtos descartáveis e não degradáveis e, por conseguinte, o volume de resíduo/lixo. Vieira e Berríos-Godoy (2003) argumentam que o surgimento de embalagens do tipo *one way*, longa vida, PET, entre outras, ofereceu novas alternativas de produto e consumo que, ajudados pelos recursos de marketing, contribuem para manter a cultura do consumo.

Portilho (2004, 2005a, 2005b) analisa que houve, a partir dos anos 90, um “deslocamento” da percepção e da definição da problemática ambiental da produção para o consumo, o que implicou uma mudança nos discursos, debates e práticas sobre meio ambiente. De acordo com a autora, o impacto ambiental dos crescentes padrões de consumo das sociedades e camadas altas passou a ser ressaltado por diferentes atores sociais, o que levou ao surgimento de um novo discurso dentro do pensamento ambientalista internacional. Desta forma, este deslocamento discursivo começou a atrelar a problemática ambiental aos altos padrões de consumo e estilos de vida. As atenções acadêmicas e políticas deslocaram-se também da produção para o consumo, o que tornou as práticas individuais de consumo motivadas por “valores ambientalizados” uma nova estratégia para o surgimento de uma sociedade sustentável (PORTILHO, 2004).

3 Por essa associação estreita entre consumo e produção de lixo, autores como Waldman (2013) apontam que a solução para resolver problemas relacionados ao aumento da produção de resíduos passa, necessariamente, mas não de forma exclusiva, por uma redução do consumo.

Essas preocupações sobre as intersecções entre consumo e problemas ambientais também ocorrem nos interstícios entre vida pública e privada, como afirmam Strasser, McGovern e Judt (1998), e podem modificar os limites entre estas duas esferas. Halkier (1999) utiliza a expressão “politização e ambientalização do consumo” para descrever as exigências políticas para que as práticas de consumo se tornem mais condizentes com as demandas ambientais. O autor explica que cidadãos norte-americanos e europeus são cada vez mais encorajados a incorporarem as preocupações ambientais em suas práticas diárias. Desta forma, segundo Halkier, estas “pessoas comuns” estão contribuindo para formar experiências e representações sobre os conflitos ambientais e políticos acerca do papel de diferentes indivíduos e instituições na solução dos problemas.

Lixo como cultura material

As proposições de Daniel Miller ajudam a problematizar as pressuposições, que ele considera moralistas, de que o consumo seja necessariamente capitalista, materialista e incompatível com o ambientalismo (2004). Para o autor, não há humanidade sem mundo material; por isso, adota uma visão dialética em suas análises: a humanidade e as relações sociais só se desenvolvem por meio da objetificação. Segundo Miller (2004), toda crítica ao materialismo decorre de um desejo (implícito ou não) de erradicar a pobreza. O autor afirma, também, ser contrário às noções de (in)autenticidade atribuídas ao consumo, e sugere que o consumo pode ser usado para realçar a afeição pelas pessoas, ao invés de diminuí-la, recusando, assim, as suposições de que o consumo é uma prática antissocial. Da mesma forma, o consumo não é visto por Miller (2004) como alienante, pois pode ser uma ferramenta que as pessoas utilizam para combater a alienação

e negar o capitalismo em suas práticas cotidianas.⁴ Miller relativiza também as noções ambientalistas. Apesar de afirmar ser simpático a estes discursos, destaca que eles não devem negar a necessidade dos bens de consumo.

Em seus estudos sobre consumo, Miller utiliza o conceito de objetificação como ferramenta analítica. Trata-se de uma noção que, segundo o autor, é baseada na obra de Hegel. Como o próprio antropólogo explicou, em aula proferida no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2010, o uso que faz deste conceito tem uma conotação positiva e refere-se à forma como as pessoas são “criadas” pela cultura. Em um de seus textos, encontramos uma definição mais ampla. Objetificação é, nas palavras de Miller, “o uso de bens e serviços no qual o objeto ou a atividade se torna simultaneamente uma prática no mundo e a forma na qual nós construímos nossos entendimentos de nós mesmos no mundo” (MILLER, 1995, p. 30; tradução minha). Neste sentido, sendo o consumo um processo de objetificação, deve ser entendido através da dialética entre a especificidade de formas de *commodities*, grupos sociais e regiões e o contexto mais amplo das mudanças globais nas quais estão inseridas a economia política e as contradições das culturas.

A abordagem de Miller do consumo como cultura material é inspirada em trabalhos de autores como Douglas e Isherwood (2009, lançado originalmente em 1979), que criticam as abordagens puramente economicistas e compreendem o consumo como um processo comunicativo. Em uma obra pioneira, a antropóloga e o economista inglês afirmam que os bens materiais manifestam valores, práticas e

4 Miller (2004) também sugere que muitos estudiosos fazem uma leitura errônea da obra de Marx. Miller alega que Marx afirmava que o problema do proletariado era que as pessoas tinham sido separadas das coisas, e reconhecia a importância da cultura material nas relações sociais.

rituais sociais, servindo como formas de inclusão e exclusão em círculos sociais. Assim, para além de seus valores utilitários, os bens participam da constituição de relações sociais e expressam identidades, pertencimento ou distanciamento de determinados grupos sociais. A atividade cotidiana de consumir está carregada de valores e significações, assumindo um papel preponderante na produção e reprodução social.

Ainda que muitos estudos sobre cultura material tenham centrado suas atenções sobre a vida social das coisas e seus valores (APPADURAI, 1986), pouca atenção tem sido dada à “morte social” destes objetos (COLLOREDO-MANSFELD, 2003). Como argumentam alguns autores (EDENSON, 2005; DE SILVEY, 2006), todas as formas materiais estão fadadas a perder sua forma original. Objetos preciosos, como heranças familiares ou artefatos de museus, são preservados como objetos significantes através de atividades de cuidado, enquanto outros são destinados à degradação (RENO, 2009).

Segundo Reno, o lixo aparece como dialeticamente oposto à valor. Citando Frow, o autor argumenta que o lixo é o grau zero de valor. Neste sentido, o valor pode ser entendido como derivado de uma ação investida em algo, ou, ainda, relativo às ações que o levam a fazer outras coisas (RENO, 2009). O descarte, por outro lado, seria a objetificação do valor negativo, pois não estão associadas a um investimento de nosso tempo e de nossas habilidades criativas (MUNN, 1986; GRAEBER, 2001 apud RENO, 2009).

O'Brien contraria esta proposição de que o lixo é algo rejeitado, destituído de valor ou significado. Para o autor, o lixo não existe enquanto uma entidade singular ou um fenômeno, e é um elemento central na organização social, pois está atrelado a “interesses políticos e econômicos, estabelece (e rompe) relações sociais e inspira desenvolvimento tecnológico e regulação burocrática” (O'BRIEN, 2013).

Segundo o autor, o lixo é definido por meio de manobras e estratégias contraditórias e complexas que estabelecem e regulam os canais por onde circulam os valores materiais. Deste modo, faz parte de um universo de relações e ações no qual o sentido e o valor são centrais (O'BRIEN, 2013).

Como objetos sociais, que circulam entre diferentes regimes de valor, o lixo também pode ser reavaliado após seu descarte. Neste sentido, o que é lixo é parte de um processo social contínuo, que está atrelado a diferentes concepções de consumo (RENO, 2009). Lucas (2002) defende que o ato de “jogar fora” precisa ser entendido por meio das teorias de consumo. Nas palavras do autor, consumo não significa apenas tornar o alienável em inalienável, mas também o reverso. Tão complexo quanto a aquisição de um produto, seu descarte ou o processo de reciclagem deve ser entendido como uma resposta diferente ao processo de (re)alienação (LUCAS, 2002).

Thompson argumenta, em seu trabalho pioneiro *The Rubbish Theory*, que os processos que definem o que é lixo são essenciais para entender a vida social. De acordo com o autor, a definição de lixo está relacionada a um amplo sistema de valoração – mais especificamente, está associada às categorias transitório e durável, que representam os modos como os objetos são vistos. Esta definição se opõe às concepções mais comuns de que o lixo seria algo indesejável ou inútil, e vai determinar a forma como os indivíduos agem em relação aos objetos. Os objetos podem transitar de uma categoria a outra, pois o lixo representa um *in-between*, ou seja, transita em uma “região de flexibilidade”. Neste sentido, um objeto pode circular de transitório a lixo e de lixo a durável. Segundo o autor, um objeto transitório pode perder seu valor de forma gradual e em expectativa de vida, e então pode se tornar lixo, mas também pode ser redescoberto e revalorizado. O transitório representa o estado no qual os objetos tem períodos

de vida limitados e perdem valor. Já a categoria durável refere-se aos objetos que têm um período de vida ilimitado e aumentam de valor através do tempo.

Segundo Rogers (2005), lixo é uma representação sensível de uma combinação de trabalho, natureza, terra, produção, consumo, passado e futuro. O lixo não é apenas um objeto, mas uma prática. O ato de jogar no lixo está situado no plano das microações, mas a forma como é realizada é moldada por uma macroestrutura social (GILLES, 2007, 2010).

Por fim, é interessante atentar que os discursos e representações sobre o lixo, assim como seu tratamento físico, podem diferir de lugar para lugar e entre indivíduos de uma mesma sociedade, o que revela sua simbologia. Estudos antropológicos realizados com trabalhadores do lixo e famílias que moram próximas a lixões (CABALLERO, 2004; PONTE, 2006; SILVA e SCOZ, 2009; SILVA e ZANINI, 2013; SOSNISKI, 2006) são exemplos destas diferentes percepções nestes grupos sociais. De acordo com o trabalho de Mary Douglas (1966) em *Pureza e Perigo*, há uma relação simbólica entre ordem/desordem e limpeza/sujeira. Segundo a antropóloga, quando estão fora do lugar, algumas coisas podem ser classificadas como “impuras” (por exemplo, um fio de cabelo em um prato de comida). Além das coisas no ambiente, este conceito de “impuro” também pode passar a ser utilizado para caracterizar pessoas e grupos sociais.

Brasileiros na Holanda: aumento do consumo e desperdício

É comum, entre os imigrantes brasileiros, afirmações de que, após migrarem, experienciaram um maior poder de consumo – seja por um aumento nos ganhos financeiros, ou por considerarem os preços cobrados na Holanda mais acessíveis. Estes relatos referem-se a uma facilidade de compra de uma grande variedade de produtos, como

comidas, eletroeletrônicos (principalmente computadores, laptops e celulares) e roupas. Há, nos discursos dos interlocutores da pesquisa, uma interrelação entre aumento do consumo e melhoria da qualidade de vida, como afirmou uma de minhas interlocutoras:

O nível de vida aqui é muito bom. Um pobre aqui é um rico no Brasil. O que no Brasil você leva anos economizando para ter, aqui é normal para todo mundo. Qualidade de vida, para você ter aqui, é fácil, você não gasta muito (Silvana, 29 anos).

Assim como observei entre imigrantes brasileiros na Grande Boston, há uma circulação de coisas que circulam entre os indivíduos que partiram e os familiares, parentes e amigos que ficaram no país de origem, como o envio de produtos eletrônicos, cosméticos e bolsas de marcas famosas pelo correio ou através de pessoas que retornam para o Brasil (ASSUNÇÃO, 2012). O envio destes produtos estreita relações entre os indivíduos residentes nos dois países, além de também significar a ascensão social daqueles que migraram, que passam a ser vistos como indivíduos que passaram a ter padrões de consumo semelhantes a de classes sociais mais abastadas no Brasil.

Os brasileiros também afirmaram que os holandeses são mais comedidos no consumo – o que, por vezes, caracterizam como avareza. A quantidade de produtos comprados em lojas e supermercados e as pequenas porções de comida servidas em festas (sempre para poucas pessoas) são recorrentemente dados como exemplos das práticas mais econômicas dos holandeses:

Você pode ver eles saindo das lojas... sempre com uma sacolinha só... é uma blusa, uma camisa só... só aquilo que precisam. Agora compara com uma sacola de brasileiros! (Teresa, 39 anos).

A festa deles é sempre para os mais íntimos. É para os pais e os amigos mais chegados. Se você vai a um jantar deles, é sempre um prato só. Eles fazem a quantidade certa para cada pessoa. Não tem sobra (Carla, 41 anos).

Aqui eles compram comida todos os dias. Os supermercados, depois das cinco da tarde, que é o horário que eles saem do trabalho, é sempre cheio. Eles vão lá comprar comida para a janta. É sempre assim. Eles nunca fazem rancho. Compram só aquilo que vão comer naquele dia (Samuel, 40 anos).

Estas diferenças em relação ao consumo são evidenciadas nas experiências cotidianas de casais interculturais. Os trechos dos depoimentos das interlocutoras a seguir expõem as percepções sobre as diferenças entre as formas de organizar festas e receber pessoas em casa. Em contraposição ao “modo holandês”, os brasileiros valorizariam a abundância e fartura de comida:

Ele estava preocupado, porque ficava pensando como ia servir tanta gente. Ele queria convidar só os parentes, mas eu queria que todo o pessoal da Igreja fosse. Eu falei pra ele: não se preocupa, a gente coloca toda a comida em cima de uma mesa e deixa o pessoal se servir à vontade. Eu quero uma festa como no Brasil, com muito docinho, muito salgadinho, bolo... Pra eles, isso é um desperdício de comida (Mariana, 33 anos).

São pessoas muito econômicas, são muito comedidos. Mas eu até entendo por que... Meu marido ele é normal. Mas a mãe dele não é normal. Os irmãos deles são mais ou menos normal. Porque quando Hitler, teve o problema, né... tiveram muitas cidades aqui que passaram por miséria total. Então passaram cinco anos sem nada. Então a geração mais antiga, com 60 ou 70 anos, eles são... usam a roupa

até... até rasgar. (...) Tem casos que é demais. Por exemplo, chega uma visita, aí passa um pacote de bolacha, aí fecha e guarda. Tem casos, né. Tem o depoimento de uma amiga minha, no aniversário de primeiro ano do filhinho dela, ela fez uma festa com muito balão, muita comida, muita gente. Eles acharam que ela era louca, porque eles fazem as coisas mais simplesinhas. Simples já está bom. Ela já entendia um pouco de holandês. Ela disse que ficou três dias chateada, porque ao invés do pessoal elogiar, ela fez tudo com tanto carinho... (...) Não é nem para mostrar que tem. É que o jeito brasileiro é mais farto, né. Mas hoje em dia eu acho que acaba desperdiçando muita comida (Carolina, 31 anos).

Estas diferentes formas de consumo são comumente explicadas como consequências da Segunda Guerra Mundial, quando parte da população holandesa teria tido dificuldades de acesso à alimentação e a outros produtos e serviços. No entanto, este consumo mais comedido também pode ser entendido como anterior a este período se relacionado com a ética protestante de uma sociedade cuja cultura é historicamente marcada pelo calvinismo, tal como analisada na obra clássica de Max Weber. Ainda que a população holandesa seja majoritariamente atea, o protestantismo teria favorecido o ascetismo, a austeridade e o racionalismo econômico, o que levou à expansão do capitalismo no continente europeu e teria fortes influências sobre as práticas cotidianas dos sujeitos (WEBER, 2004).

Os interlocutores da pesquisa afirmaram ser criticados por holandeses que consideram seu consumo exagerado. No local de trabalho, uma de minhas interlocutoras afirmou ser “olhada de cima abaixo” quando aparecia com uma roupa diferente: “uma de minhas colegas me disse: ‘é o terceiro vestido que você usa esta semana’. Eu disse para ela: ‘eu adoro vestido. Amanhã usarei mais um’”.

Os sujeitos da pesquisa não relacionam suas práticas com os conceitos de consumo sustentável, ético ou político. Quando perguntados sobre sustentabilidade e preocupações ambientais, eles citam

principalmente a separação do lixo e o uso de sacolas retornáveis nas compras. Uma interlocutora de minha pesquisa, casada com holandês, relatou o estranhamento com estes hábitos quando chegou à Holanda:

Aqui você vai no supermercado, você tem que levar a sua sacolinha. Tem a questão do meio ambiente, e tudo. Agora eu acabei acostumando. Mas no começo eu fiquei pensando que pessoal mão de vaca, não dá nada, nem uma sacolinha. Aí depois a gente vai começando a compreender (Carolina, 31 anos).

Os imigrantes brasileiros na Holanda costumam relatar as dificuldades e os perigos de não se compreender a forma como o lixo doméstico deve ser descartado. Cada morador deve colocar o lixo em sacolas específicas, compradas em supermercados, depois depositá-lo em recipientes próprios, em dias e locais permitidos – caso contrário, estão sujeitos a multas. Recorrentemente também elogiam a limpeza das cidades – o fato de ser raro encontrarem lixo nas ruas ou nos numerosos canais. Esta limpeza é sempre contraposta aos hábitos dos brasileiros (considerados “sem educação”) e ao aspecto das cidades brasileiras (denominadas “sujas”).

Neste sentido, não há preocupações em reduzir o consumo e, conseqüentemente, reduzir a produção de resíduos. Os brasileiros afirmam, ao contrário, um aumento do consumo de itens diversos, muitos dos quais não podiam comprar no Brasil. No entanto, que ainda que considerem os holandeses “mais econômicos”, eles criticam estes holandeses por práticas que consideram “desperdício”. Estas práticas, como mostro a seguir, estão relacionadas àquilo que consideram ou não ser lixo e a uma concepção mais ampla sobre relacionamentos sociais.

Holanda como o país do desperdício

“Eles vão para o Brasil ensinar reciclagem... isso é muita hipocrisia! Por que eles não acabam com o desperdício aqui?”, disse-me uma de minhas interlocutoras quando leu uma reportagem sobre um projeto social promovido por holandeses em comunidades pobres no Brasil que ensinava consertar e reutilizar objetos. Mostrando indignação, Célia comentou: “tudo aqui vai para o lixo. Eles não consertam nada, colocam tudo fora. O que vão ensinar no Brasil?”.

A reação de Célia era comum a muitos sujeitos de minha pesquisa em seus relatos sobre encontrar móveis e eletrodomésticos deixados nas calçadas. Alguns deles contaram-me já ter levado alguns destes objetos para casa: mesas, cadeiras, armários, camas, aparelhos de televisão e louças. Segundo eles, estas práticas os ajudavam a “economizar”, ou seja, a não gastar dinheiro na compra destes itens. Economizar, porém, não pode ser reduzido ao cálculo de restrição de gastos, como analisa Miller (2002). Como mostra o antropólogo em sua pesquisa com donas de casa inglesas, a economia contém também elementos simbólicos, pois inclui percepções variadas pouco objetivas, como a qualidade e a durabilidade dos produtos. No caso dos imigrantes brasileiros na Holanda, há uma percepção de que os móveis não são – e não devem ser – considerados lixo. Ainda que os móveis deixados nas calçadas sejam coletados para serem reaproveitados por empresas autorizadas pelo poder público a realizar a coleta, o fato de serem lá colocados é criticado pelos imigrantes brasileiros. Segundo eles, é preciso reaproveitar estes móveis ou dar-lhes o destino que consideram correto.

Este destino correto seria, primeiramente, oferecer o móvel a outras pessoas de seu círculo social.

Eles não oferecem nada. Se não querem mais, colocam na rua. Por que não dão para alguém? (Célia, 46 anos).

Os holandeses são tão individualistas que não pedem nada para ninguém, nem se estiverem precisando. E também não dão nada, não oferecem ajuda. Se tem alguma coisa sobrando, que não querem mais, eles simplesmente jogam fora (Marta, 34 anos).

No trecho do depoimento de Marta, é possível destacar uma crítica comum entre os interlocutores sobre os holandeses: o individualismo, que apresenta ambiguidades. Visto de forma negativa, é associado à falta de solidariedade e cooperação entre os sujeitos. Segundo os participantes da pesquisa, os holandeses não oferecem nem pedem ajuda aos parentes, amigos e vizinhos, e fazem o possível para resolver seus problemas sozinhos. Em alguns momentos, porém, o individualismo pode ser algo positivo, significando maior liberdade de comportamento. Neste sentido, os interlocutores afirmaram não se sentirem tão julgados ou avaliados quanto no Brasil.

Além de oferecer o móvel a um amigo ou conhecido, outra forma de dar um destino correto a estes objetos seria a doação. Maria, por exemplo, contou que tentou convencer o marido holandês a doar a cabeceira de cama:

Eu disse para ele não colocar fora. Mas não adiantou. Eu saí de casa e, quando voltei, a cabeceira não estava mais. Eu disse para a gente doar para a Igreja. Lá sempre tem gente precisando. Quando tem alguma roupa ou qualquer coisa que a gente não quer mais, a gente dá para a Igreja (Mariana, 33 anos).

Mariana referia-se à Igreja Católica que, tem missas em português, ministradas por um padre holandês que fala português fluentemente. Na Igreja, há um espaço onde são armazenados objetos doados, como cobertores e roupas de bebê, que são oferecidos a brasileiros que frequentam as missas e os encontros promovidos, como grupos de oração e festas.

Neste sentido, é importante, ainda, observar as práticas dos imigrantes brasileiros que, antes de retornarem ao Brasil, costumam doar móveis e utensílios domésticos a outros imigrantes brasileiros. A oferta destes objetos é feita, dentre outras formas, em espaços de sociabilidades destes sujeitos. Mesmo que não seja tão comum, estes objetos também são vendidos, mas a preços baixos, bem inferiores aos preços de mercado.

Sugiro que, tanto nas doações quanto na venda destes móveis e utensílios domésticos, podemos ver a circulação de dons através da definição que Godbout. O autor relembra a obra clássica de Marcel Mauss para pensar as sociedades contemporâneas modernas. Na definição de Godbout (1992), o dom é toda a prestação de bens ou serviços efetuada sem garantia de retribuição que tem o objetivo de criar ou alimentar laços sociais entre pessoas. O dom, como modo de circulação de bens ao serviço dos laços sociais, constitui elemento essencial a toda sociedade.

Godbout analisa o dom realizado a desconhecidos, a exemplo dos dons de caridade, como uma novidade moderna. Ele lembra que o dom é gratuito não no sentido de que não há retorno, mas de que aquilo que circula não corresponde às regras da equivalência mercantil. A retribuição, no caso da caridade, tem um sentido mais abrangente: está no próprio gesto de quem recebe e demonstra reconhecimento e gratidão por aquele que doou. Ainda de acordo com o autor, a retribuição existe mesmo quando não é desejada e está também no próprio gesto de doar, pois os doadores são transformados pelo dom. Neste sentido, o dom pode ser entendido como um ato moral.

O pagamento em dinheiro pago pelo produto não anula o dom nem torna o ato uma transação puramente mercantil. Reproduzo aqui as críticas de Appadurai de que há um exagero e uma reificação da diferença entre *commodities* e dons (1986, p. 11). Deste modo,

minhas considerações corroboram a afirmação de Klaas Woortmann (1990) de que a reciprocidade afirma-se pela negação do negócio, que seria a obtenção de lucro, ainda que nada seja trocado.

Neste sentido, não há contradição entre dom e relações de mercado. Para Godbout, sempre se dá mais do que se recebe, e é fundamental pensar que há, na maioria das vezes, prazer no dom, pois este não se baseia apenas na expectativa do contra-dom. Para compreender esta ideia, é preciso alargar a noção de retribuição (que pode estar presente no próprio gesto de dar, no reconhecimento ou gratidão) e a noção de gratuidade do dom (o dom é gratuito não no sentido de que não há retorno, mas de que aquilo que circula não corresponde às regras da equivalência mercantil). Godbout ressalta que as coisas, no dom, têm o “valor de laço”. Por isso, sempre que introduzimos o valor de laço, saímos do mercado. A circulação de dinheiro não qualifica a relação; é a liberdade a partir do valor de mercado que a determina (LESDAIN, 2002).

Considerações finais

Preocupação crescente das sociedades de consumo, aquilo que é considerado lixo (assim como o consumo) objetifica valores e concepções de mundo que orientam as ações de descarte. Estas concepções são importantes para entender as práticas dos imigrantes brasileiros na Holanda que, ainda que se adaptem à separação dos resíduos sólidos e a outras obrigações comuns aos cidadãos holandeses, não partilham das mesmas concepções sobre o destino mais adequado de alguns objetos – como móveis e utensílios domésticos. Deste modo, podemos compreender que o desperdício, para os sujeitos da pesquisa, refere-se a uma ausência de circulação destes objetos, o que poderia propiciar o estreitamento de laços e vínculos sociais, ou, ainda, como ato moral, já que a doação poderia significar a ajuda a alguém

em necessidade. Em outras palavras, desperdiçar seria interromper a vida social (APPADURAI, 1986) de algo que, de acordo com suas condições materiais, ainda poderia ser utilizado, e circular entre as redes sociais.

De uma forma geral, estas afirmações sobre desperdício podem também objetificar outras concepções que os brasileiros têm a respeito dos holandeses, como a de serem mais individualistas. Meus interlocutores afirmaram estranhar o fato de, por exemplo, os holandeses não pedirem ajuda aos vizinhos e de tentarem resolver seus problemas sozinhos. É possível concluir, portanto, que o descarte de móveis e utensílios domésticos seria uma recusa do dom e, conseqüentemente, dos laços que poderiam derivar desta circulação.

Ainda que a produção e destinação de resíduos sólidos seja uma preocupação global, e que as políticas públicas devam encontrar soluções mais adequadas de forma a combater os problemas socioambientais, o lixo também deve ser compreendido em seus aspectos socioculturais, que orientam a forma como os sujeitos consomem e como significam o que – e como – devem ser descartados os objetos.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. *Menos de 2% dos resíduos sólidos são reciclados*, 2013. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-09-08/menos-de-2-dos-residuos-solidos-sao-reciclad>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

APPADURAI, Arjun. *The Social Life of Things*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

ASSUNÇÃO, V. K. “Circulating Food and Relationships: the Movement of Food (and Other Things) Between Brazilians in Boston and Brazil”. *International Review of Social Research*. v. 2, p. 65-76, 2012.

- BRASIL. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei nº 12.305/10, de 2 de agosto de 2010.
- COLLOREDO-MANSFIELD, Rudi. "Matter Unbound". *Journal of Material Culture*. v. 8, n. 3, p. 245-54, 2003.
- COLOMBIJS, Freek. "Global and local perspectives on Indonesia's environmental problems and the role of NGOs". *Bijdragen tot de Taal-, Land- en Volkenkunde*. n. 154, p. 305-334, 1998.
- DESILVEY, Caitlin. "Observed Decay: Telling Stories with Mutable Things". *Journal of Material Culture*. v. 11, n. 3, p. 318-38, 2006.
- DIAS, G.F. *Pegada ecológica e sustentabilidade humana*. São Paulo: Gaia, 2002.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. SP: Perspectiva, 1966.
- _____.; ISHERWOOD, Baron. *O Mundo dos Bens: para uma antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- EDENSOR, Tim. "Waste Matter: the Debris of Industrial Ruins and the Disorder of the Material World". *Journal of Material Culture*. n. 3, v. 10, p. 311-32, 2005.
- GILLE, Z. *From the cult of waste to the trash heap of history: the politics of waste in socialist and postsocialist Hungary*. Bloomington: Indiana University Press, 2007.
- _____. "Actor networks, modes of production, and waste regimes: re-assembling the macro-social". *Environment And Planning*. v. 42, p. 1049-1064, 2010.
- GLOBO, O. *Holanda recicla 79% do lixo e avança no reaproveitamento de roupas*. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/blogverde/posts/2014/09/18/holanda-recicla-79-do-lixo-avanca-no-reaproveitamento-de-roupas-550038.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- GODBOUT, Jacques. *O espírito da dádiva*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

- GRADVOHL, A. *Reciclando o lixo*. Fortaleza: Verdes Mares, 2001.
- HALKIER, B. “Consequences of the politicization of consumption: the example of environmentally friendly consumption practices”. *Journal of Environmental Policy and Planning*. n.1, p. 25-41, 1999.
- LESDAIN, Sophie Bouly de. “Alimentation et migration, une définition spatiale”. In: GARABUAU-MOUSSAOUI, I.; PALOMARE, E.; DESJEUX, D. (Orgs.). *Alimentations contemporaines*. Paris: L’Harmattan, 2002. p. 173-189.
- LUCAS, Gavin. “Disposability and Dispossession in the Twentieth Century”. *Journal of Material Culture*. n. 1, v. 7, p. 5-22, 2002.
- MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. *The Limits to growth: a report for the Club of Rome’s project on the predicament of mankind*. New York: Universe Books, 1972.
- MILLER, D. “Consumption as the vanguard of history: a polemic by way of an introduction”. In: _____. *Acknowledging Consumption (A Review of New Studies)*. London and New York: Routledge, 1995. p. 1-57.
- _____. *Teoria das compras: o que orienta as escolhas dos consumidores*. São Paulo: Studio Nobel, 2002.
- _____. Pobreza da Moralidade. *Antropolítica*. n. 17, p. 21-43, 2º sem., 2004.
- MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Política Nacional de Resíduos Sólidos*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/politica-de-residuos-solidos>>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- MRE – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Brasileiros no Mundo*. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2013.

O'BRIEN, M. "Rubbish Power: Towards a Sociology of the Rubbish Society". In: HEARN, J.; ROSENEIL, S. (Orgs.). *Consuming Cultures: Power & Resistance*. Basingstoke: MacMillan, 1999. p. 262-77.

_____. "A 'Lasting Transformation' of Capitalist Surplus: From Food Stocks to Feedstocks". *The Sociological Review*. v. 60, n.2, p. 192-211, 2013.

PORTILHO, Fátima. "Consumo verde, consumo sustentável e a ambientalização dos consumidores". Paper apresentado no GT Agricultura, riscos e conflitos ambientais do 2º Encontro da ANPPAS. Indaiatuba, 2004. Disponível em <<http://www.anppas.org.br>>.

_____. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. São Paulo, Cortez, 2005a.

_____. "Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo". *Cad. EBAPE. BR*. v. 3, n. 3, 2005b.

PORTILHO, Fátima; CASTAÑEDA, Marcelo. *Consumo e Política: neo-modernismo e reflexividade social*, 2009. Disponível em: <<http://starline.dnsalias.com/8080/sbs>>. Acesso em: 03 mai. 2009.

REDE BRASIL ATUAL. *Na Holanda, produzir lixo sai caro. E 80% dos resíduos são reciclados*, 2012. Disponível em: <<http://www.rede-brasilatual.com.br/ambiente/2012/04/holandeses-demonstram-como-passaram-a-reciclar-80-de-seus-residuos-solidos>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

RENO, Joshua. "Your trash is someone's treasure. The politics of value at a Michigan landfill". *Journal of Material Culture*. v. 14, n. 1, p. 29-46, 2009.

ROGERS, H. *Gone Tomorrow: The Hidden Life of Garbage*. New York: New Press, 2005.

SILVA, S. L.; ZANINI, M. C. "Economia solidária, espaço urbano e meio ambiente: Narrativas possíveis entre trabalhadores com o lixo."

Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais, n. 38, p. 287-305, abr. 2013.

SILVA, Simone Lira da e SCOZ, Tatiane Melissa. “A organização familiar em classe popular a partir da biografia de alguns catadores de lixo, autores de um livro, em Santa Maria”. *Revista Habitus*: revista eletrônica dos alunos de Graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro. v. 7, n. 1, p. 21-32. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 13 jul. 2009.

SOSNISKI, Cristina. Repensando fronteiras entre o lixo e o corpo: estudo etnográfico sobre o cotidiano de recicladores, catadores e carroceiros na Ilha Grande dos Marinheiros. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre - RS.

STRASSER, S.; McGOVERN, C.; JUDT, M. *Getting and spending*: European and American consumer societies in the twentieth century. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

THOMPSON, Michael. *Rubbish Theory*: The Creation and Destruction of Value. Oxford: Oxford University Press, 1979.

VELLOSO, M. P. “Os restos na história: percepções sobre resíduos”. *Ciência & Saúde Coletiva*. v.13, n. 6, p. 1953-1964, 2008.

VIEIRA, Elias Antônio; BERRÍOS-GODOY, Manuel Baldomero Roland. “Lixo: fato ambiental da modernidade”. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira (Org.). *Ambientes*: estudos de Geografia. Rio Claro: Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP, 2003. p. 37-51.

WALDMAN, Maurício. “Lixo Domiciliar Brasileiro: Modelos de Gestão e Impactos Ambientais”. *Boletim Goiano de Geografia*, [S.l.], v. 33, n. 2, p. 11-26, jul. 2013.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOORTMANN, Klaas. *Com parente não se negueia*. O campesinato como ordem moral. Brasília: Editora Universitária de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

O capítulo a seguir muda o foco dos catadores para os clientes do lixo. Investigamos objetos reaproveitados em Florianópolis partindo do ponto de vista dos consumidores desses objetos, buscando conhecer os valores a eles associados por esses consumidores. É recente esse reaproveitamento – como recente é a reciclagem municipal de resíduos sólidos em Florianópolis. Podemos relacionar a prática de reaproveitamento de materiais descartados a um ethos e a uma visão de mundo particulares? Buscamos abordar tais questões a partir da observação do consumo de um grupo de jovens de camadas médias com alto capital cultural, que optaram, no início da década de 1980, por construir suas casas com materiais reaproveitados de demolições de casas e edifícios.

A denominação de “grupo” é de quem investigou e não de quem depôs. Me sinto à vontade para considerá-los um grupo (no que respeita ao processo de construção de casas) porque durante o tempo em que as casas estavam sendo construídas, eles mantiveram um intenso contato mútuo, com visitas, passeios, idas à praia e ao cinema e muitas horas passadas juntos. Além disso, cooperaram entre si, com troca de opiniões sobre os projetos de construção, compras coletivas de materiais, troca de trabalho e assim por diante. Houve uma intensa identificação entre esses indivíduos, o que pode ser constatado pela observação do resultado da construção: as casas ficaram bastante semelhantes entre si.

O grupo estudado era constituído por nove indivíduos de classe média, que adquiriram terrenos em três lugares diferentes no bairro da Lagoa da Conceição: um localizado no Porto da Lagoa (três mu-

lheres e quatro homens que, inicialmente, pretendiam morar em uma casa comum, mas acabaram dividindo-se e construindo três casas), outro no Canto da Lagoa (Mana) e um no Canto dos Araçás (Antônio). Os sete do Porto da Lagoa eram originários de Porto Alegre, Antônio e Mana,¹ de São Paulo. Todos tinham escolhido viver em Florianópolis pelas oportunidades de trabalho (na Universidade, em empresas jornalísticas) e por sua Natureza. O que os motivava neste abandono dos grandes centros urbanos, vivendo pela ilha, era a convicção de que lá poderiam exercitar um estilo de vida mais condizente com os seus valores ecologistas,² feministas e de esquerda influenciada pelos movimentos sociais do pós-maio de 1968.

O alto capital cultural do grupo estudado aproxima seu ethos dos intelectuais de classe média estudados por Gilberto Velho (1998), em que o hedonismo, a vida comunitária, as viagens ao exterior eram valorizados. Porém, ao contrário do grupo estudado por Velho, aqui não é o consumo de substâncias ilegais que os une (embora também pudessem fazer uso delas), mas uma busca de ‘retorno à Natureza’, a uma ‘vida mais natural’, com um consumo ‘alternativo’ e práticas ecológicas (como o cuidado com o lixo orgânico). E, para o que nos interessa, o reaproveitamento de materiais descartados na construção de suas casas.

Pelo modo como se inseriam no sistema produtivo, os indivíduos desse grupo pertenciam à classe média.³ Pelo seu estilo de vida (GI-

1 Os nomes foram trocados.

2 Ecologia é usada, aqui, na acepção do grupo, adquirida nos movimentos sociais ecológicos da segunda metade do século XX. O conceito de ecologia apareceu pela primeira vez em 1866, forjado pelo biólogo alemão Ernst Haeckel para designar o ramo das ciências dos seres vivos que estuda as condições de existência e as interações entre os seres vivos e o meio ambiente (GRAWITZ, 1983).

3 “Uma classe não pode jamais ser definida apenas por sua situação e por sua posição em uma estrutura social, isto é, pelas relações que mantém objetivamente com as

DDENS, 2002; BOURDIEU, 1983), porém, eles se distinguem bastante da classe média brasileira da época.

Uso estilo de vida como:

Um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular da autoidentidade (GIDDENS, 2002, p. 79).

E também no sentido de Bourdieu, mais voltado para escolhas estéticas:

O gosto, propensão e aptidão à apropriação (material e/ou simbólica) de uma determinada categoria de objetos ou práticas classificadas e classificadoras, é a fórmula generativa que está no princípio do estilo de vida. O estilo de vida é um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, mobília, vestimentas, linguagem ou *hélix* corporal, a mesma intenção expressiva, princípio da *unidade de estilo* que se entrega diretamente à intuição e que a análise destrói ao recortá-lo em universos separados (BOURDIEU, 1983, p. 3).

outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática tendendo a transmutá-las em distinções significantes. É a independência relativa do sistema de atos e procedimentos expressivos, ou por assim dizer, das marcas de distinção, graças às quais os sujeitos sociais exprimem, e ao mesmo tempo constituem para si mesmos e para os outros, sua posição na estrutura social (e a relação que eles mantêm com esta posição) operando sobre os “valores” (no sentido dos linguistas) necessariamente vinculados à posição de classe, uma duplicação expressiva que autoriza a autonomização metodológica de uma ordem propriamente cultural” (BOURDIEU, 2003, p. 14).

Nos deparamos, aqui, com o que Gilberto Velho já constataria ao estudar grupos de classe média baixa e de classe média alta, ou seja, encontrei “indivíduos ou famílias que, sob critérios socioeconômicos descritivos tipo renda, ocupação, etc., seriam incluídos na mesma categoria, mas que apresentavam fortes diferenças em termos de ethos e visão do mundo” (1981, p. 105-109). E isso porque, como aponta Velho, há, no contexto social, um campo de possibilidades dentro do qual se realizam mudanças no decorrer da execução de projetos.⁴

Este grupo de ecologistas se mostrou contra muitos dos consumos de suas famílias de origem, e buscou exercitar na ilha de Santa Catarina um outro estilo de vida. A valorização positiva do “moderno”, tão cara às camadas médias e altas no Brasil desde os tempos coloniais (NEEDEL, 1988) era constantemente contestada; assim como eram contestados o “consumismo”, a aquisição de bens materiais, especialmente eletrodomésticos e automóveis, muito presentes entre indivíduos de classe média na época em que tinham sido favorecidos pela expansão industrial, no período que ficou conhecido como o do Milagre Econômico.

⁴ “O que a noção de projeto procura é dar conta da *margem seletiva de escolha* que indivíduos e grupos têm em determinado momento histórico de uma sociedade. Por outro lado, procura ver a *escolha individual* não mais apenas como uma categoria residual da explicação sociológica, mas sim como elemento decisivo para a compreensão de processos globais de transformação da sociedade. Visa também focalizar os aspectos dinâmicos da cultura, preocupando-se com a *produção cultural* enquanto expressão de atualização de *códigos* em permanente mudança. Ou seja, os símbolos e os códigos não são apenas *usados*: são também *transformados e reinventados*, com novas combinações e significados. Entendo projeto como Schultz o definiu – *conduta organizada para atingir fins específicos* (1971). O sujeito da ação pode ser um indivíduo, um grupo ou uma categoria social. Chama-se a atenção para a importância da *dimensão consciente da ação* em que o sujeito se organiza para a realização de projetos definidos. (Velho 1981:107; *grifos do autor*).

Quem eram os indivíduos do grupo pesquisado? Classificá-los em uma tipologia não é fácil. Como integrante do grupo, vejo cada um como um ser único, com profundas diferenças entre si e qualquer tentativa de definição do seu modo de vida, de suas identidades, significaria demarcar um limite entre o eu e o outro, e entre o outro e o outro, que demandaria um espaço bem maior. Mas tentemos: o grupo estudado era constituído por indivíduos que deixaram centros urbanos brasileiros para viver em uma localidade turística, porém ainda semirrural em Florianópolis, a Lagoa da Conceição, no início dos anos 1980. Todos os indivíduos do grupo estudado tinham origem em famílias de classe média que desfrutavam algum prestígio social com renda familiar relativamente elevada dentro do seu extrato de classe, moradias em bairros bem situados na hierarquia social etc. Todos eram recém-chegados na ilha de Santa Catarina, residiam ali há menos de dois anos quando realizei as entrevistas, e eram vindos de duas grandes cidades, Porto Alegre e São Paulo.

Apesar de sete desses indivíduos possuírem diploma universitário (cinco jornalistas, duas antropólogas e um cenógrafo), somente cinco tinham uma ocupação regular compatível com a profissão, pois eram professores universitários. Os outros quatro viviam de trabalhos esporádicos (produção de um VT, direção de uma peça de teatro, freelance em jornais, entre outros) ou do auxílio financeiro dos pais. Dois não tinham formação universitária, sendo os mais jovens do grupo. Possuíam, na época da pesquisa, uma loja de discos “independentes”, localizada no Campus da UFSC.

Suas idades variavam de 18 a 32 anos. Andavam de ônibus, moto e em carros (“fusca”) bem usados, procuravam vestir-se de modo singular (seja com uma camiseta pintada ou enfeitada com um botão, de modo a romper com os padrões hegemônicos da moda), a maioria falava outra língua além do português e já viajara para o exterior (uma

estava estudando no exterior e repartindo a moradia entre Florianópolis e Paris).

Nesse grupo, o consumo alternativo aos padrões hegemônicos não se limitava à construção das casas. Também na vestimenta as escolhas eram outras do que as ditadas pelo sistema de moda, como em muitos outros grupos de jovens na época: eram roupas mais próximas às dos hippies, ou aos dos grupos alternativos de Berlim ou de Londres no final dos anos 1980, com os quais tinham contato através de viagens ou de leituras. Não eram *squatters*, as casas foram construídas em terrenos adquiridos de “nativos” da Lagoa, por um preço bem inferior ao de terrenos significativamente menores, localizados em condomínios residenciais no mesmo bairro (“pessoal de fora”) ou de outras capitais do país, como as de onde viviam anteriormente. “Nativo” é como se autodenominam os agricultores e pescadores (ou descendentes destes) moradores da Lagoa da Conceição que, por sua vez, denominam “pessoal de fora” os moradores (ou descendentes deles) de camadas médias e altas provenientes de grandes cidades, que passaram a morar no bairro a partir dos anos 1970 (RIAL, 1988).

Outras práticas os afastavam tanto dos ‘nativos’ quanto de outros ‘de fora’ – como a de nadar sem roupa em praias ainda selvagens, em lugares pouco visíveis da Lagoa da Conceição ou em riachos. Também na alimentação se notava um afastamento das práticas de outros grupos de camadas médias urbanas: os restaurantes preferidos eram os restaurantes ‘étnicos’ (embora em Florianópolis não se tivesse uma grande variedade deles, pois existiam apenas um ou dois restaurantes chineses, um árabe e um japonês), ou os populares que, na época, serviam um almoço padrão (feijão, arroz, batatas fritas, salada e peixe frito) para até 4 pessoas ao custo de 1 dólar. Preferia-se, acima de tudo, a comida preparada coletivamente, com amigos, com muitos vegetais, peixes e frutos do mar. Procuravam alimentar-se com pro-

duto integrais e os que comiam carne de gado o faziam raramente. O uso de panelas de barro, do fogão a lenha, e a busca por cozinhar seu próprio alimento, assim como o costume de processar o lixo orgânico enterrando-o na propriedade, os aproximava de práticas preconizadas hoje no movimento *slow-food* (SCHNEIDER, 2015).

Interessam-se por astrologia, yoga, medicina homeopática e antroposófica e a maioria admitiu pertinência (ou pelo menos forte simpatia), presente ou passada, com grupos como os hippies, rasta-fáris, *new waves*, *squaters* e/ou ecologistas. Um trecho entre os depoimentos ilustra isto:

Daí eu saí da escola e fui para a estrada. Hippie mesmo, vender pulseirinha e coisa e tal. Fiquei alguns anos assim, numa certa horripilândia e daí (quando) a falta de informação mesma na área cultural, (a vivência de) uma coisa muito mística só não estava mais batendo eu voltei a estudar (M.).

Os próprios indivíduos do grupo tinham consciência do seu profundo afastamento do seu ethos da classe média, genericamente falando, e quando se referiam a ele o faziam com uma certa superioridade moral:

Eu acho que a classe média exacerba na capacidade de ser infeliz, de ser escrota. Um cara aqui do Canto⁵ é muito mais simpático do que um executivo (M.).

Como é característico das *communitas* existenciais ou espontâneas (TURNER, 1976, p. 180), não se tinha então planos a longo prazo. O tempo presente era o que contava, mesmo que fosse vivido como “uma fase”.

Com o passar do tempo é que a gente vai perceber quem vai ficar mesmo e quem vai voltar pra cidade; pra muitas

5 Refere-se a um “nativo”.

pessoas pode ser que seja uma fase. Pra mim pode ser que seja só uma fase, eu não sei, não prevejo o futuro. Pode ser que amanhã eu sinta vontade de voltar para uma cidade que hoje eu considero insalubre, como diz o N., que é São Paulo e Rio de Janeiro. Mas o que me interessa hoje é ficar aqui, usufruindo da natureza tal como ela é; tentando estabelecer uma troca com ela, tratando ela bem, e tentando estabelecer uma troca com as pessoas⁶ (A.).

O afastamento do ethos da classe média hegemônica não ocorreu no sentido de uma troca na qual assumissem para si o *habitus* (BOURDIEU, 1972) de uma outra classe social e, sim, no sentido da singularidade e da busca de estruturação de um novo *habitus*. Embora morando entre pequenos agricultores, pescadores e assalariados de baixa renda, o grupo manteve hábitos e comportamentos distintos desses grupos:

(...) sou uma pessoa ‘de fora’, que tem amigos ‘de fora’, que tem uma moto. Não jogo futebol com o pessoal daqui. (...) serei sempre um cara ‘de fora’, tenho certeza disto. (...) eu quero ter o meu modo de vida, satisfazer as coisas que eu acho importante como por exemplo tomar banho nu no riacho e ao mesmo tempo eu gostaria que eles me aceitassem como vizinho plausível e não como um vizinho que se configura como uma ameaça ao modo de vida deles (A.).

A mudança para Florianópolis significou menos uma ruptura na trajetória de vida e mais a oportunidade de aprofundar escolhas que já estavam em curso. Como bem mostrou Giddens (2002), em sociedades modernas avançadas, a autoidentidade é uma construção ativa, organizada de modo reflexivo pelos sujeitos, que respondem durante seu ciclo de vida a questões de ‘como devo viver?’, ‘quem devo amar?’,

6 O autor deste depoimento (assim como outros homens moradores do Canto) de fato retornou para sua cidade de origem depois de alguns anos na ilha, deixando nas suas casas ex-mulheres, filhos e/ou amigos.

‘como devo vestir?’; ‘como devo morar?’.⁷ Questões que se maximizaram quando da construção de um espaço doméstico.

A construção do espaço doméstico

A perspectiva com que abordamos aqui a construção do espaço foi orientada pelo trabalho de Lefèbvre (1974) e o pressuposto de que todo espaço é uma produção social. Os grupos produzem o espaço de acordo com o seu ethos e sua visão de mundo,⁸ de tal modo que é possível avaliar o grau de pertencimento ou de afastamento de grupos no interior de uma sociedade pelo grau de semelhança ou de diferença entre os espaços hegemônicos.⁹ No caso estudado, suas práticas de reaproveitamento do material de construção quando da estruturação do espaço doméstico parecem antecipar um estilo de vida menos consumista e mais “ecológico”, que viria a crescer na cidade nos anos posteriores, e que hoje tem um dos seus pontos mais expressivos na

7 “Uma *trajetória* através das diferentes situações institucionais da modernidade por toda a *duração* do que se costumava chamar de “ciclo da vida”, um termo que se aplica com maior precisão a contextos não modernos que aos modernos. Cada um de nós não apenas “tem”, mas *vive* uma biografia reflexivamente organizada em termos do fluxo de informações sociais e psicológicas sobre possíveis modos de vida. A modernidade é uma ordem pós-tradicional em que a pergunta “como devo viver?” tem tanto de ser respondida em decisões cotidianas sobre como comportar-se, o que vestir e o que comer – e muitas outras coisas – quanto ser interpretada no desdobrar temporal da autoidentidade (GIDDENS, 2002, p. 20-21).

8 Uso ethos e visão de mundo no sentido de Geertz: o ethos de um grupo social é “o tom, o caráter, e a qualidade de vida, seu estilo e disposições morais e estéticos”; e visão de mundo é “o quadro que fazem do que são as coisas na sua simples atualidade, suas ideias mais abrangentes sobre ordem” (GEERTZ, 1989, p.103).

9 É esta ideia que leva o marxista Henri Lefèbvre a concluir pela falência da tentativa soviética de “mudar o mundo, mudar a vida”: “Une révolution que ne produit pas un espace nouveau ne vá pas jusqu’au bout d’elle-même; elle échoue, elle ne change pas la vie, elle ne modifie que des superstructures idéologiques, des institutions, des appareils politiques” (LEFÈBVRE, 1974, p. 66).

reciclagem municipal de resíduos sólidos e num comércio de diversos materiais reaproveitáveis.

O grupo aqui estudado construiu um espaço distinto dos espaços construídos por outros grupos sociais ‘de fora’ no mesmo bairro. Havia uma lógica dirigindo as escolhas deste grupo na estruturação do espaço, e o propósito aqui foi o de determinar quais eram os pontos fundamentais desta lógica, o que é que guiou as suas decisões, ou seja, como este determinado espaço social foi engendrado. Essa lógica se distingue bastante dos modelos de estruturação do espaço da classe média; uma distinção que reflete profundas diferenças de estilos de vida. Porém, não é inédita ou exclusiva deste grupo, pois outros indivíduos de classe média estruturaram espaços domésticos semelhantes, guiados por ethos e visões de mundo próximas, tanto em grandes centros urbanos quanto em outras cidades do litoral brasileiro, vivendo o que, na época, se denominava como um estilo de vida “alternativo”.

Chamei esse novo modelo de “autoconstrução” porque assim é que a ele se referiam os indivíduos estudados. A autoconstrução é vista aqui como uma forma específica de estruturação do espaço doméstico que, embora visíveis as diferenças em relação a de outros grupos sociais, deve ser vista como um modo de expressar a participação dos indivíduos em um sistema de relações simbólicas e significativas – que poderíamos denominar cultura – e de que participam outros segmentos que podem ser distinguidos de diversas maneiras em termos de sua inserção na sociedade.

Assim, analisar o espaço que construíram como moradia é também analisar as autoconstruções identitárias dos indivíduos que o produziram, e a sua modalidade particular de inserção na sociedade de Florianópolis, que contribuiu para torná-la o que é hoje – dividida entre dois projetos de cidade: um mais “ecológico” (que defende uma

maior proteção ambiental) e outro mais “desenvolvimentista” (que a quer uma nova Manhattan) (FANTIN, 2000).

As casas

A pesquisa limitou-se à estruturação do espaço da casa – que, como diz Bourdieu, é dotada de uma dupla significação: “Se é verdade que ela se opõe ao mundo público como a natureza à cultura, por outra relação ela é também cultura: não se diz do chagal, encarnação da natureza selvagem, que ele não constrói casas?” (BOURDIEU, 1980).

A construção ou reforma dessas casas é o que de forma mais marcante ligou esses indivíduos e é tendo em vista esse processo que me permito considerá-los um grupo.

Na Ramiro, eu e o Q. já pensávamos nisto: fazer uma trenchtown, uma casa sem acabamento estético, quer dizer, com outro acabamento estético: mais pobre mais lixo. Trenchtown, na Jamaica, é o bairro onde nasceu o reggae (O.).

Não pretendo me deter em analisar as causas por que esses indivíduos se afastaram do estilo de vida dominante na classe média. Se o fizesse, creio que de algum modo as razões estavam ligadas a um ceticismo vigente na esquerda pós-maio de 68 quanto à possibilidade de uma Revolução Social aos moldes marxista-leninistas e à tentativa de instaurar no cotidiano imediato processos de microrrevoluções. E, possivelmente, ligadas também ao contexto do país na época, que incluía grandes restrições econômicas impostas à classe média brasileira em obediência às determinações do FMI. Como se sabe, a década de 1980 é um período posterior ao do “Milagre Econômico” dos anos da ditadura – milagre de taxas de crescimento do PIB de 10%, fundado em um arrocho salarial das camadas subalternas – e anterior ao de

crescimento econômico dos anos posteriores à estabilidade da moeda pós-real – de grande expansão da classe média com ascensão social de parcelas significativas das classes subalternas. O que gostaria de sublinhar é o fato de o grupo ter tido ampla consciência de que estava optando por um modo de construir seu espaço doméstico distinto do da classe média hegemônica: “A gente está batalhando um espaço que não seja classe média, mas que se diferencie um pouco das casas daqui. Que tenha um espaço único” (M).

Projeto arquitetônico e projeto de vida

As cinco casas foram construídas (ou autoconstruídas) durante o ano de 1983. Autoconstruídas, pois, em algumas casas, os proprietários de fato foram os que materializaram sua construção, sem contar com o auxílio de trabalhadores remunerados. Se contarmos como período de construção o tempo compreendido entre o momento inicial, as primeiras pedras, e o momento em que as casas começaram a serem habitadas, teríamos uns seis meses. No entanto, creio ser fundamental ao processo de construção o período do plano ou projeto que antecedeu a construção das casas propriamente ditas e também o período de acabamento e reformulações que o precedeu. Não é possível delimitar uma data precisa.

O início do projeto (etapa em que se planejou a construção das casas) coincidiria com a chegada do grupo na ilha de Santa Catarina, em meados de 1982 e, de algum modo, se estendeu até hoje, pois são constantes as modificações nas casas. Porém, para tornar mais claro, nessa etapa vou considerar como projeto só o que ocorreu antes da colocação da primeira pedra de alicerce.

Como sabemos, a construção de casas nas camadas médias é geralmente a realização de um projeto arquitetônico prévio, desenhado em uma planta-baixa por um perito. Esse desenho é extremamente

detalhado e feito segundo um código nem sempre compreensível ao futuro morador. Eu mesma várias vezes me debrucei sobre plantas -baixas ou cortes transversais dos projetos feitos, na época, em papel vegetal, tentando entender o que representava o piso de cima e o de baixo, onde afinal estavam as portas e as janelas e o que significavam as linhas preenchidas e as vazadas e assim por diante. O projeto arquitetônico é resultado de um saber perito¹⁰ (GIDDENS, 2002).

Essas casas de autoconstrução não tiveram arquitetos ou projetos assim. Mas não partiram do zero: tinham como paradigma as casas/cabanas feitas com material reciclado na Califórnia. Um livro com fotos dessas casas norte-americanas circulava entre o grupo, sendo admirado por todos e fonte de ideias na etapa do projeto.

As casas construídas pelo grupo o foram, de modo geral, de modo bastante econômico – eram em geral de madeira –, que era, na época, um material de construção menos dispendioso do que os tijolos. Custaram na sua construção ou reforma cerca de 10% do que prevê o índice de custo por metro quadrado construído, na tabela do Instituto dos Arquitetos do Brasil. Eram pouco visíveis da estrada (na época, o bairro tinha ruas apenas na sua parte central) e lembravam na sua aparência as cabanas do oeste norte-americano da época da colonização.

Chegava-se às casas pelas estradas – caminho de terra –, com pó nos dias de sol e muita lama e barro nos dias de chuva. Pelas condições dificultosas, raros eram os que se sentiam atraídos a trafegar nessas estradas; a quietude desses lugares era mantida mesmo nos agitados fins de semanas de sol quando na avenida central, distante menos de seis quilômetros, havia congestionamentos de automóveis de dar inveja à Avenida Paulista.

10 Peritos “criam grandes áreas de segurança relativa para a continuidade da vida cotidiana” (GIDDENS, 2002, p. 126)

Todos vinham de experiências anteriores na casa dos pais, de moradias cujo espaço tinha sido estruturado de acordo com o imaginário dominante na classe média. Ou seja, casas que procuravam “dar segurança” e por isso possuíam altos muros ou porteiros eletrônicos, se a caso se tratasse de um edifício; “facilitar a vida” e, por essa razão, estavam atulhadas dos mais modernos eletrodomésticos e *gadgets* que “pouparam o tempo” e diminuem o esforço físico. A privacidade de cada membro da família era respeitada e sagradamente mantida por trás das portas de cada quarto (BAUDRILLARD, 1980).

No projeto da casa (desenhos, conversas) todos expressavam a vontade de construir um espaço diferente dos que tinham vivido em outros momentos, mesmo depois de saírem da casa dos pais e passarem a morar em comunidades¹¹ urbanas ou se casarem. Na época, era comum, entre os jovens de esquerda de camadas médias em grandes centros urbanos, repartirem a moradia com outros jovens, conhecidos ou não, dividindo as despesas da casa e o aluguel. Mais do que a mera economia monetária que o sistema proporcionava, este compartilhar do espaço doméstico era buscado como modo de se afastar dos modelos de famílias nucleares vigentes. As casas e apartamentos onde habitavam eram estruturados, no entanto, segundo modelos hegemônicos vigentes. Buscavam alterar o espaço com a decoração e escolha dos móveis, dando novos usos aos objetos – caixas de laranjas de madeira eram adquiridas no mercado e recicladas para transformarem-se em módulos de prateleiras de livros ou mesas baixas, tijolos reaproveitados sustentavam pranchas de madeira para prateleiras,

11 Uso comunidade aqui no sentido de uma ajuda mútua: “o termo “comunidade” implica uma “obrigação fraterna de partilhar as vantagens entre seus membros, independente do talento ou importância deles (...) alguns indivíduos, porém, não teriam nada a “ganhar com a bem-tecida rede de obrigações comunitárias, e muito que perder se forem capturados por ela” (BAUMANN, 2003, p. 59).

colchões colocados diretamente no chão dispensavam o estrado e as camas, e assim por diante.

Para a maioria dos indivíduos do grupo estudado, essa foi a primeira experiência de construção de casa, ainda que A. já tivesse construído uma casa no litoral paulista, e por essa experiência anterior (aliada à sua personalidade de líder) tinha muita influência nas decisões dos outros quanto ao projeto da casa. Aqui, não se tratava apenas de decorar ou, no máximo, reformar um espaço pouco maleável como o dos apartamentos em que tinham vivido nas cidades, mas de uma efetiva construção do espaço a partir do zero ou de reconstrução de casas antigas. Eles agora poderiam levar bem mais longe as suas concepções de espaços.

Estavam limitados, é claro, pelo pouco dinheiro de que dispunham, mas essa condição estava em harmonia com as suas convicções sobre o consumo, não se constituindo propriamente em um obstáculo para o que tinham em mente – uma *trenchtown*, em princípio, não requer grandes somas de dinheiro. O “despojamento”, a “circularidade”, o “antigo”, o “artesanal” e a valorização positiva do “esforço” físico, o “único”, o conhecimento da “origem ou da história” do objeto eram alguns dos temas recorrentes em suas conversas sobre como o espaço deveria ser construído.

Ele deveria ser mais “despojado” do que o espaço de classe média, mais pobre, sem a obsessão do casamento perfeito e da simetria, sem buscar cobrir e recobrir. O objetivo era evitar o que consideravam uma redundância presente nos lares pequeno-burgueses, onde a cortina dupla encobre a pintura da parede que encobre a massa fina que encobre o cimento que encobre os tijolos. A ideia básica era de construir algo mais “primitivo” no sentido de simbolicamente estarem mais próximos à natureza, ao dado primeiro, e como corolário, mais econômico. Canos, fios de luz, vigas e tijolos à mostra. Pisos de

cimento bruto – onde não se pudesse usar a madeira – aceitando-se a inclusão de uma pequena dose de pó-xadrez colorido para vencer o cinza do cimento. Galhos de goiabeira servindo como corrimão, costaneiras usualmente desprezadas usadas como degraus nas escadas (e assim por diante) os aproximavam da Natureza.

Não deveria haver armários na cozinha escondendo as panelas e louças, que ficam penduradas ou em simples prateleiras de madeira, à mostra; nem armários nos quartos, pois os guarda-roupas eram meras varas de bambus onde os cabides de roupas se penduravam e tábuas sustentadas por tijolos onde eram “guardados” objetos menores.

A temática da circularidade era outra das pedras angulares da estruturação do projeto. Valorizava-se a “circularidade” em oposição à “compartimentalização” encontrada nas casas convencionais da classe média, onde há uma tendência à divisão de forma que um quarto como se esconde dos outros:

O significado de circularidade é a tentativa de descompartimentar um pouco. Apesar da casa ter dois quatinhos, você está ali, mas está vendo a pia da cozinha; os quatinhos estão dentro da casa, não é uma coisa que tenha um corredor que se esconda. A circularidade é o oposto do BNH, é a coisa que se aproxima da oca do índio, mas como eu não sou índio não consegui tirar todas as divisórias da minha oca (A.).

Há um distanciamento do ethos da classe média de origem e uma admiração por dimensões do cotidiano de outros grupos sociais, como de índios ou ‘nativos’ sem que, com isso, se perca a consciência da alteridade, uma condição do que é outro, do que é distinto. A circularidade trazia consigo a ideia de que cada parte deveria estar em contato com o todo e correspondia à busca de um espaço integrado e coletivo. O pressuposto contido nesta busca de não privatização é o de um afeto compartilhado entre os que estão no interior da casa de

forma que não há o medo do morador da casa de se deixar conhecer. A casa se revela por inteiro ao primeiro olhar.

A questão da circularidade, ligada como é a não privatização do espaço, foi um dos temas mais discutidos na fase do projeto e especialmente entre os que pretendiam construir uma casa hexagonal, sem divisões, para ser habitada por quatro pessoas. Tentava-se transpor para o espaço maior da casa (ou seja, os quartos, a sala e a cozinha) o mesmo princípio do não segredo que tinha sido colocado em prática no que respeita ao espaço menor dos armários, roupeiros e guarda-louças. Tinha-se como meta uma casa sem divisões internas ou com o mínimo de divisões internas ou com o mínimo de divisões possíveis. No entanto, afora o grupo de quatro pessoas que iria morar junto, os outros mantinham no seu esboço quartos separados do restante da casa, que seriam os quartos de dormir. Este era então justificado como um lugar de refúgio, de privacidade, de isolamento principalmente acústico, mas também térmico: era a peça da casa que preferencialmente era “forrada” (revestida por uma outra camada de madeira que lhe proporcionava maior isolamento).

Esse era um ponto onde havia uma certa controvérsia. Embora todos aceitassem como princípio, a noção de não privatização do espaço não tinha um consenso sobre onde deveria ser colocado o limite entre o privado e o coletivo no espaço. No caso dos moradores das casas no mesmo terreno, chegou-se a pensar no compartilhamento da cozinha e da sala. Porém, na prática, o que se observou foi um movimento que partia de um ideal de coletivização total para uma realidade onde existiam quartos de uso privado. E os quatro indivíduos que se propuseram a construir uma casa hexagonal acabaram dividindo o quarto de dormir coletivo, primeiramente em dois – com a justificativa de que o casal não suportava fumaça de cigarro – e depois em três quartos, com panos que fizeram as vezes de parede.

Consenso bem maior havia em torno de valorização positiva do esforço físico. Ele era uma das consequências mais importantes da renúncia a certos confortos da sociedade industrial, como os eletrodomésticos, e um retorno ao uso de objetos mais primitivos, como os pratos e panelas de barro e fogão a lenha. Parte importante dessa renúncia dizia respeito à alimentação: os enlatados foram banidos, assim como o açúcar e o arroz branco, e, como já vimos, a carne vermelha era evitada, buscando-se uma alimentação mais próxima da vegetariana com a inclusão de peixes e frutos do mar.

O esforço físico era visto como uma questão de saúde, como uma forma de utilização do corpo que, além de ser produtiva (e os exercícios físicos feitos pela classe média não o eram assim considerados), trazia benefícios para o organismo.

O tipo de vida que a gente leva não corresponde mais à vida que um índio e um caipira levam, pessoas que são obrigadas a trabalhar com os próprios músculos e recebem benefícios em função disto. Nosso corpo é uma coisa muito relaxada, no máximo o que se faz é correr um *cooper* na avenida das rendeiras ou na Baía Norte. Eu também corro para me manter em forma. Agora se você conseguir incorporar algumas coisas no seu cotidiano, como uma escada íngreme, você percebe que vão te trazer benefícios e não vão fazer mal (A.).

O uso dos músculos implicava um tempo maior para a realização das tarefas cotidianas. Todos sabem que a grande conquista dos eletrodomésticos e *gadgets* modernos é a rapidez, a economia de tempo e de esforço físico. Um prato de arroz não leva menos do que uma hora no fogão a lenha (se contarmos o tempo para cortar a lenha e acender o fogo), 20 minutos num fogão a gás ou cinco minutos num de micro-ondas. A opção pela máxima “toda pressa vem do diabo” (*omnis festinatio ex parte de diaboli est*) é justificada também como

devolvendo uma relação psicologicamente mais sadia com o trabalho. Um depoimento ilustra bem esta ideia comum a todo grupo:

Eu não tenho a perspectiva de fazer um almoço em cinco minutos. Aliás, quando eu faço um almoço, eu tenho a perspectiva de curtir pelo menos umas duas horas. Tem alguma coisa altamente terapêutica nisto. Quando eu estou mal, eu faço batik, que é a coisa mais demorada do mundo. Para mim, ter um forno micro-ondas, um carro último tipo são coisas muito ansiosas e eu batalho para tirar um pouco de ansiedade na minha vida (...) Todos estes eletrodomésticos, feito freezer, micro-ondas, eu acho que é um papo meio pobre (M.).

Também eram positivamente valorizados pelo grupo os objetos que remetiam a modos de vida anteriores à urbanização e mais adequados ao meio semirrural no qual as casas foram construídas. O projeto incluía, por exemplo, aquecimento da água do chuveiro por um cano (serpentina) que passava por dentro do fogão a lenha:

Quando eu comecei a batalhar a serpentina do fogão, o comentário das pessoas era: ‘isto é coisa de aposentado’, mas não é. É uma coisa aposentada pelo sistema, mas não de aposentados (M.).

O sistema foi implantado em algumas das casas, com escasso sucesso. O artesanal, o único, o que não foi feito em série era preferido quando da aquisição de material de construção. Assim, enquanto os “nativos” estavam substituindo em suas casas as telhas artesanais por telhas quadradas, aquelas eram preferidas, pois “é outra coisa uma telha que foi feita na coxa do artesão, uma diferente da outra”. Em muitas casas elas ficavam visíveis do interior, já que a casa só era forrada, como vimos, no quarto. Essa telha vã permitia que se acendesse

fogo na sala, no inverno, mesmo quando não existia uma chaminé para conduzir a fumaça para fora da casa.

Amigos arquitetos – que à semelhança de alguns indivíduos do grupo eram professores recém-ingressos na UFSC, vindos de outros centros do país – participaram ativamente da etapa de “projeto da casa”, dando ideias e discutindo conceitos. Porém, essa participação não se expressou em realizarem plantas-baixas – até porque os operários (construtores ‘nativos’, vizinhos) eventualmente contratados por alguns não as compreenderiam. Ainda assim, em muitos casos, a expertise e experiência dos arquitetos foram decisivas. Como, por exemplo, quando o grupo de quatro optou por construir uma casa totalmente coletiva, hexagonal, sem divisões. O arquiteto lhe explicou que divisórias garantem uma intimidade necessária (“mesmo que seja uma gaveta, temos necessidade de algo que seja só nosso” C.). De fato, a individualização cresceu e o que se viu foi uma multiplicação de casas no terreno onde se pensava inicialmente na construção de uma única casa, e um aumento das divisórias – a casa hexagonal ganhou uma primeira divisória de madeira no quarto do casal (“não gostamos de fumaça de cigarro”) e, depois, outra, de pano. A ideia do viver coletivo não é apanágio desse grupo, uma vez que era comum, na época, nos grandes centros urbanos do país, jovens repartirem a mesma moradia, frequentemente com colegas e outros jovens, mesmo desconhecidos, e esses indivíduos já tinham vivido assim nas cidades de onde vieram.

A compra do material e a reciclagem/reaproveitamento

Como disse antes, nem todos os indivíduos do grupo efetivamente construíram suas casas: pregaram tábuas, mexeram cimento, colocaram aberturas no lugar. Mas todos os indivíduos do grupo a construíram pelo menos um pouco – pintando aberturas ou paredes, entre-

gando telhas que outros colocaram no lugar, transportando material e, sobretudo, pesquisando e adquirindo o material de construção. A aquisição do material foi uma etapa demorada e difícil porque boa parte do material utilizado na construção das casas foi adquirida em postos de venda de material de demolição, onde eram armazenados tijolos, aberturas, azulejos, pisos e tudo o mais que se possa retirar de uma edificação que precisa ser derrubada para dar lugar a uma nova. Lembrando: Florianópolis, no início dos anos 1980, passou por um período de renovação drástica no seu centro, com a derrubada de muitas casas coloniais que ainda não estavam protegidas por leis de tombamento – o que viria a ocorrer nos anos do governo de Andrino.¹² As empresas imobiliárias terceirizaram a destruição dos prédios contratando o serviço de ferros-velhos, pequenos empreendedores que viram a possibilidade de um ganho duplo: com a demolição e com a venda do material resultante. Estes “ferros-velhos” passaram a dispor de um material considerado “velho” para o mercado hegemônico e “antigo” e, por isto, mesmo muito valioso para os integrantes desse grupo: aberturas centenárias, ripas e barrotes que seguraram telhas canais por gerações, torneiras, pias, pisos hidráulicos e assim por diante.

Ao contrário das lojas de material de construção, localizadas centralmente e bem visíveis na cidade, os postos de material de demolição poderiam estar em lugares de difícil acesso, às vezes na parte continental da cidade. Sua localização não era de conhecimento de qualquer um, seus endereços eram quase secretos e passados de boca a boca. O mais usado pelo grupo, do “Seu P.”, ficava na ilha de Santa Catarina, no alto de uma montanha, acessível por carro, mas não

12 Édison Andrino (PMDB) foi prefeito de Florianópolis na década de 1980 e durante seu mandato decretou o tombamento de diversos prédios antigos e lugares (as dunas, o Caminho do Costa).

em dias de chuva, pois a lama da rua impedia a subida do veículo ao bairro de habitações muito precárias, semelhantes às de favelas.

Buscar material no “Seu P.” era tarefa arqueológica, pois tudo estava jogado, umas coisas sobre outras, misturadas. De fato, empreendia-se uma coleta com resultados improváveis; a melhor estratégia, ali, não era a de se buscar algo, mas de encontrar algo.

Os postos de venda de material de demolição abrigavam raridades. Ali, por preços que podiam corresponder até um quarto do valor das mercadorias encontradas nas lojas do comércio tradicional, encontrava-se objetos que eram considerados de uma qualidade superior (“Uma porta que resistiu 100 anos aos cupins resiste mais 50” (A.)), tendo, portanto, um valor de uso maior. O grupo realizava nos postos de venda de material de demolição uma caça ao tesouro, conseguindo grandes tijolos do que uma vez fora de uma Igreja, portas altíssimas e janelões como já não se fabricavam mais, e às vezes materiais inesperados que tiveram seu uso alterado – grandes ganchos de aço usados para instalações elétricas municipais foram reciclados em ganchos para pendurar painéis numa cozinha. Havia alguns materiais que eram mais valorizados do que outros pelo grupo, como, por exemplo, os pisos hidráulicos, provavelmente importados, que quando encontrados passavam a enfeitar o chão de cozinhas e banheiros. Com isso, a simplicidade de suas casas/cabanas ganhou ares aristocráticos com aberturas enormes (ver a natureza em volta era um objetivo) de madeiras nobres, que custariam dez vezes mais se fossem compradas nos circuitos comerciais usuais, e dificilmente seriam encontradas ali, banheiras de louça e às vezes também luminárias.

Como as (auto)construções das casas ocorreram quase que simultaneamente, muitas dessas idas aos postos de material de demolição foram em grupo, de modo a economizar a gasolina do transporte. E com compras conjuntas, mais importante, se obtinha opiniões dos

amigos sobre as possíveis aquisições. Quando não era possível a visita acompanhada, se sabia das necessidades mútuas, e se passava informações sobre onde encontrar tal e tal material aos ausentes. Essas idas em conjunto eram momentos de trocas afetivas e continham outras atividades além do objetivo principal de comprar material para a construção. Assim, a ida ao interior do município de Águas Mornas, para comprar diretamente com o artesão, na sua pequena madeireira, incluiu uma parada para comer bergamotas colhidas de árvores à beira da estrada, piquenique num campo, banho de cachoeira, além de uma extensa aula ministrada pelo vendedor sobre bichos de pé e mosquitos.

A compra incluía, frequentemente, um diálogo com o “demolidor” sobre a origem do material adquirido – onde estava localizado o prédio daquela janela? Quem habitara o casarão de onde saía a porta? De onde vinham as telhas canais “açorianas”? – além, claro, de uma “pechincha” que não tinha lugar em lojas comuns. Buscar o material revestia-se, assim, de um alargamento do conhecimento sobre a história da cidade, do objeto adquirido, e de como foi fabricado. Os objetos eram, dessa forma, portadores de um valor subjetivo mais alto (por serem portadores de uma história e guardarem as marcas do seu passado, por serem artesanais e assim por diante) e continuam; além de um valor de uso superior, também um valor simbólico elevado (BAUDRILLARD, 1972).

Os pontos de venda de material de demolição, embora se apresentassem como amontoados de madeira e ferro a céu aberto, numa disposição próxima ao dos ferros-velhos, eram vistos como lojas de antiguidades, onde se podia *dénicher* preciosidades. E eram vistos também como um modo ecológico de se evitar, por meio da reciclagem e do reaproveitamento, poluir o planeta com cada vez mais objetos.

Assim, o reaproveitamento e a reciclagem eram positivamente valorizados tanto do ponto de vista econômico – era mais barato comprar ali – quanto do ponto de vista simbólico – os objetos ali eram portadores de mensagens diferentes dos encontrados no comércio mais geral.

Uma pessoa que esteja mais ligada ao sistema prefere pagar uma prestação enorme do BNH ao invés de ter um processo de autoconstrução, de produção, de ir lá buscar a telha. Ela prefere pagar a prestação porque aquela prestação representa status para ela (M.).

No processo de autoconstrução, mais do que reciclagem propriamente dita, temos uma reutilização de materiais descartados. Neste reaproveitamento, os materiais e objetos passam por uma limpeza simbólica, subindo muitos degraus na hierarquia – deixam de ser vistos como “velhos” para serem vistos como “antigos”, e esta antiguidade lhes agrega valor.

A estruturação do espaço: novo ou reaproveitado/reciclado?

Cada objeto passava por um escrutínio antes de ser integrado na vida do seu novo proprietário, envolvendo em um grau aprofundado o questionamento sobre as necessidades reais e como resolvê-las – necessidade aqui no sentido de resposta a exigências biológicas básicas –, mas, também, de uma estética: a janela deveria ter ou não vedação? O que significa a transparência? Por que impedir o olhar de entrar na casa? Nivelar o terreno ou aproveitar o declive para criar diferentes níveis na casa? Retirar ou incorporar na parede a enorme pedra que está no terreno? Até onde deve ir a distância do meio ambiente em torno da natureza? É preciso construir um banheiro? Não é mais ecológico defecar diretamente na mata? A resposta a essa última pergunta levou A. ao extremo de inicialmente não ter um banheiro no interior ou

no exterior da casa. O banheiro foi construído somente depois de uma amiga lhe ter explicado que era bem mais difícil esta ação para as mulheres. Ainda assim, o banheiro construído não foi o usual, pois incluiu um vaso sanitário tipo “turco”, aqueles que se utiliza em pé, considerado mais higiênico.

Esse questionamento é algo que também ocorre com clientes em lojas usuais ao adquirirem objetos novos. A diferença, aqui, é uma intensidade maior e uma modalidade do escrutínio em que as escolhas tinham que obedecer, além dos critérios técnicos e estéticos, a uma ética ecológica. Neste sentido, o grupo valorizava também objetos que chegavam provenientes de trocas ou dons. E objetos artesanais contrariamente aos fabricados.

Num sentido contrário ao de uma sociedade consumista onde novas necessidades são agregadas em permanência, o grupo buscava restringi-las, e, com isto, os objetos necessários a resolvê-las. “Lá em casa só entra um utensílio que tenha mais de uma função” (D).

Valorizava-se a transparência, o material no seu estado bruto – o que contrariava a estética hegemônica presente em outras casas ‘de fora’, que buscava ocultar: esconder os fios dentro de canaletas, esconder as canaletas no interior das paredes, esconder a parede sob uma pintura. Nessas casas, os tijolos não eram rebocados, e as paredes internas raramente pintadas. Para economia, às vezes se processavam substituições no sentido do simples e barato: torneiras de inox eram substituídas por torneiras de cobre ou plástico, o vidro das janelas podia ser substituído por folhas de plástico transparente colocadas diretamente na moldura da janela. E, sempre que possível, se preferia a madeira. “A madeira guarda os traços do passado, fala de outras épocas, de outras vivências” (D.). Por isto, seu valor simbólico era mais elevado do que o de uma fórmica, que não recebe arranhões,

não conta uma história tão longa, não teve, supostamente, uma trajetória de vida (KOPYTOFF, 2008) tão rica.

Objetos adquiridos nos postos de venda de material de demolição eram mais do que simples utensílios a serem usados, eram vistos como hóspedes convidados a compartilhar um mesmo espaço. O ideal é que fossem *belos*, além de úteis (o que não é prerrogativa do grupo, pois em geral este é o objetivo principal quando da aquisição de um objeto, variando, no entanto, os parâmetros do que cada grupo social define como belo (BOURDIEU, 1979; RIAL, 1988). No caso, para ser belo, o material adquirido deveria ser portador de uma unicidade (ligada à sua origem, ao *hic e nunc* de sua aquisição). Isso os faziam muito valiosos aos olhos do grupo e os distanciavam dos materiais industriais reproduzidos em série (BENJAMIN, 1978).

Quando não se encontrava o objeto buscado, muitas vezes agregava-se, também, valor a um outro objeto por meio de um trabalho pessoal: criavam-se copos e jarras reciclando-se garrafas e vidros, abajures e luminárias recicladas dos mais diversos materiais, e assim por diante. Deve-se ter em conta que, no Brasil, ao contrário do que ocorre em países europeus, os móveis e utensílios raramente precisam ser montados, sendo essa uma habilidade que poucos possuem. Nesse aspecto também houve um aprendizado.

A escolha das cores (da casa, das aberturas, dos objetos) mostrou um afastamento dos padrões hegemônicos nas classes médias do país. Houve uma preferência pronunciada pelo verde em muitas tonalidades, que foi justificada com o argumento de que a casa, assim, mesclava-se à mata ao redor, invisibilizando-se. Aqui, novamente, a ideia de uma construção em harmonia com a Natureza, presente também na escolha do material, em que a preferência foi pela madeira, menos durável, que é mais facilmente incorporada pelo meio ambiente ao final de sua vida útil, e, desse modo, poluindo menos.

A preferência de cores do grupo contrariava tanto a de outros grupos ‘de fora’ (preferência por cores sóbrias, como o bege, marrom) como a dos ‘nativos’. Outros, porém, preferiram usar cores gritantes (amarelo ouro, azul claro, vermelho), próximas à opção dos vizinhos “nativos”, sem, no entanto, obedecer à mesma gramática que designava a combinação de cores precisas (RIAL, 1988) e, às vezes, embora repetindo as cores ‘nativas’, evocando na escolha referências bem mais distantes: “Quero as cores da cozinha de Matisse e, na sala, as da casa de Frida Khalo” (D). Não estamos, portanto, lidando apenas com cores em si, mas com valores mais abstratos – retorno à Natureza, proximidade a uma estética popular de exagero (BAKHTIN, 2010), arte, entre outros.

Poderíamos pensar que esses mesmos valores levassem a um afastamento radical das novas tecnologias. E, de fato, inicialmente, evitou-se a aquisição de uma série de eletrodomésticos, tais como fornos micro-ondas, lava-louças, ares-condicionados (na época não existiam *splits*), aquecedores e alguns foram substituídos em suas funções por outros mais cronófagos e menos custosos financeiramente. Porém, as novas tecnologias não foram totalmente excluídas – não estamos lidando aqui com um grupo Amish.

Os objetos tecnológicos passavam pelo mesmo escrutínio de outros objetos ou materiais, e suas escolhas eram, como aqueles, fortemente guiadas por valores ecológicos. Assim, o grupo valorizava canoas feitas de troncos de guarapuvus (tais como as fabricadas por alguns ‘nativos’), mas julgavam negativamente as lanchas e, mais tarde, os jet-skis (removem o fundo da lagoa, poluem sonoramente e as águas) tão apreciados por outros moradores ‘de fora’.

As novas tecnologias eram bem-vindas em outras instâncias cotidianas, como o trabalho intelectual e o entretenimento, dimensões que, muitas vezes, se conjugavam. Assim, muitos tinham toca-discos,

headphones, faziam viagens ao exterior sempre que possível, tinham motos ou automóveis (prefeririam usar o transporte coletivo, mas consideravam o sistema municipal péssimo) e adquiriram computadores pessoais tão logo tiveram os recursos necessários (muitos ainda no final dos anos 1980).

Para equipamentos mais dispendiosos, estratégias novas foram colocadas em prática: quando da aquisição de um aparelho VHS, organizou-se em reuniões em bares uma compra coletiva na qual foram bem-vindos outros moradores da Lagoa ('de fora', mas com um estilo de vida semelhante), pagando-se a passagem de um dos integrantes do coletivo que foi buscar o videocassete no Paraguai (onde comprava e se compram ainda produtos importados) e, depois, contrabandeando-o para evitar o alto imposto. Já existiam, na cidade, algumas locadoras de vídeos, sendo, assim, possível conseguir "bons" filmes. As sessões de cinema foram organizadas na casa de um ou outro dos integrantes do coletivo, em reencontros festivos que proporcionavam acesso a filmes do gosto do grupo, que, antes, eram vistos apenas no cinema de arte de São José, distante 25 km ou mais de suas residências, acessível por estradas parcialmente sem calçamento. Lembrando: os cinemas localizados no centro de Florianópolis ofereciam na sua programação apenas filmes pornográficos. Curiosamente, essas salas de filmes pornô foram transformadas, nos anos 2000, em lugares de culto de denominações neopentecostais. Como o sinal da TV não era captado na Lagoa até o advento da antena parabólica, em meados da década de 1990, o videocassete coletivo foi um modo inteligente e consoante com os seus valores de se ter acesso a filmes. As sessões eram abertas aos integrantes e amigos, e anunciadas no boca a boca (estávamos longe da internet e para se ter uma linha telefônica era preciso entrar em uma lista de espera de vários anos).

Considerações Finais

Construir uma *Trenchtown*, reaproveitando material descartado, e ao mesmo tempo, manter-se em contato mais próximo com a Natureza, negar o estilo de vida e as necessidades da classe média, viver em comunidade foram algumas das razões apontadas pelo grupo para se estabelecerem nesses lugares semiurbanos, dispensando a vida cultural dos grandes centros urbanos do qual provinham. Trocaram os bares e cinemas, o que consideravam uma mórbida dependência aos meios de comunicação, e procuraram ocupar o tempo livre com a leitura e pequenas atividades artesanais, costura e cozinha, horta e artesanato em madeira; e reformas e construções na casa.

Este grupo foi um dos tantos que auxiliou a fomentar um comércio que se expandiu com o passar dos anos. O preço do material reciclável, dada a demanda, cresceu e hoje aproxima-se a 50% do custo do novo e, às vezes, ainda mais. Também surgiram outras lojas que passaram a explorar esse gosto particular, com a venda de móveis feitos a partir de madeiras recicladas, já não em endereços secretos, mas em pontos de vendas que avizinham os do comércio corrente.

Se, no cotidiano, em geral, vive-se uma certa inconsciência sobre a origem, as realidades tecnológicas dos objetos e as opções arquitetônicas dos espaços habitados, no momento da construção, se tornam conscientes. Alguns buscam mediadores, como arquitetos, mestres de obras e/ou decoradores que se corresponsabilizam pelas escolhas, podendo ter, assim, um papel bem mais passivo na estruturação do espaço doméstico. No grupo, porém, essas escolhas eram centrais no projeto e relacionavam-se à busca de um outro estilo de vida. Dessa forma, a autoconstrução das casas implicou novas experiências que repercutiam numa autoconstrução pessoal.

O projeto das casas autoconstruídas e sua execução aparecem, assim, em consonância com o novo projeto de vida dos seus “cons-

trutores” e futuros moradores, com a mudança planejada nos seus estilos de vida. As escolhas estéticas estavam em harmonia com as opções éticas e revelavam o ethos do grupo que, na falta de um termo melhor, chamei de ecológico. Um ethos que se pretendia diferente do de outros integrantes de camadas médias, pois fundado em outros valores, que aqui vi expressos na escolha de objetos reciclados, reaproveitados ou novos. Identifiquei alguns desses valores: a positivação do antigo, do próximo à Natureza, do econômico, do próximo à estética ‘nativa’, da preservação do meio ambiente, do não consumismo. Ainda que esses valores tenham sido alterados com o passar dos anos (muitos dos indivíduos aqui descritos vivem hoje em casas povoadas por eletrodomésticos que na época estigmatizavam), eles marcaram “uma fase”, e os valores que permaneceram ajudaram a fazer da Lagoa um lugar até hoje caracterizado como um lugar onde um estilo de vida ecologista (consumo de produtos orgânicos, bicicletas, manifestações pela preservação da Lagoa) continua competindo com outros estilos de vida.

Como ocorre em muitas outras instâncias em sociedades individualistas, o que vemos no afastamento realizado pelo grupo da estética e do estilo de vida de outros indivíduos de camadas médias são escolhas arbitrárias entre muitas outras possíveis. Essas escolhas (que podem ser de simples objetos) incluem, excluem, definem, e assim constroem indivíduos e grupos sociais.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Cultura Popular na Idade Média: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BAUDRILLARD, Jean. *Le Système des objets*. Paris: Gallimard, 1968.

- _____. *Pour une critique de la économie politique du signe*. Paris: Gallimard, 1972.
- BAUMANN, Zygmunt. *Amor Líquido: Sobre a Fragilidade dos Laços Humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BENJAMIM, Walter. “A Obra de Arte na Época da Reprodutibilidade Técnica”. In: LIMA, Luiz C. *Teoria da Cultura de Massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- BOURDIEU, Pierre. *Esquisse de une théorie de la Pratique*. Paris: Seuil, 1972.
- _____. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Minuit, 1979.
- _____. “La Maison ou le monde renversé”. In: _____. *Le Sens Pratique*. Paris: Minuit, 1980.
- _____. “Gosto de Classe e estilos de vida”. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sergio. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- FANTIN, Márcia. *Cidade Dividida*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GRAWITZ, Madeleine. *Léxique des Sciences Sociales*. Paris: Dalloz, 1983.
- KOPYTOFF, A. “Biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo”. In: APPADURAI, Arjun (Org.). *A vida social das coisas: a mercadoria numa perspectiva cultural*. Niterói: EDUFF, 2008.
- LEFÈVRE, Henri. *La Production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- NEEDEL, J. “A ascensão de um fetiche consumista”. *RBCS*, n.8, 1988.

- RIAL, Carmen. *Mar-de-dentro. A estruturação do espaço social na Lagoa da Conceição*. 1988. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS.
- SCHNEIDER, Kamila. *Para que a pressa? Uma Etnografia Sobre o movimento Slow Food*. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina - SC.
- TURNER, Victor. *O processo Ritual*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- VELHO, Gilberto. *Nobres e Anjos. Um Estudo de Tóxicos e Hierarquia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- _____. *Individualismo e Cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CONVERGÊNCIAS ENTRE ALIMENTAÇÃO E MEIO AMBIENTE A PARTIR DAS PRÁTICAS DE IMIGRANTES TRANSNACIONAIS EM AMSTERDÃ¹

Carla Pires Vieira da Rocha

Emigrar para um novo país implica redimensionar estilos de vida. A alimentação, assim como o universo de práticas que a circunscreve, constitui um ponto importante nessa direção. À medida que processos relativos à produção e distribuição alimentar decorrentes da industrialização são intensificados, se estendendo cada vez mais em nível planetário, preocupações em torno do impacto ambiental gerado por esses processos passam a ressoar progressivamente na alimentação. Nessa perspectiva, formas de consumo alimentar e também práticas associadas à comida com viés ambiental vêm ganhando expressão em diferentes contextos, constituindo experiências que têm atravessado fronteiras nacionais.

Imigrantes transnacionais² em Amsterdã: compartilhamento de práticas

Amsterdã é exemplo significativo entre capitais mundiais marcadas por forte presença migratória. De acordo com dados do governo,

1 Este texto é resultado de parte da pesquisa de cunho etnográfico realizada com imigrantes transnacionais na cidade de Amsterdã (Holanda), cuja meta principal reside em explorar o que vem moldando as práticas alimentares desses imigrantes e repercutindo na configuração de seus estilos de vida nessa cidade.

2 A categoria *imigrantes transnacionais* para referenciar os sujeitos da pesquisa evidencia a condição migratória desses indivíduos, no sentido de se enquadrarem ao que é concebido sob o termo transnacionalismo, comumente associado a uma série de práticas e que cruzam as fronteiras geográficas, políticas e culturais dos países de origem e de destino, a partir do envolvimento simultâneo dos migrantes nessas sociedades (BACH L., SCHILLER, N., BLANC. S. 1997; BAUBÖCK and FAIST, 2010).

178 nacionalidades estariam ali representadas³. Como mostra a pesquisa realizada com homens e mulheres, de idades entre 21 e 54 anos, provenientes de camadas médias e de diferentes países, que incluem alguns do continente sul-americano (Venezuela, Panamá, Jamaica, Brasil), e também da África (Costa do Marfim) e Europa, a escolha da cidade como destino envolve uma série de fatores. A busca de trabalho ganha relevância, pois Amsterdã é considerada um dos locais mais privilegiados nesse sentido, especialmente na atual conjuntura econômica do continente europeu. No entanto, estudo, turismo, fatores culturais ou, mesmo, questões afetivas também foram apontadas como motivos para desencadear tais deslocamentos.

A escolha de Amsterdã por imigrantes também envolve representações e imaginários relacionados à cidade e ao movimento migratório. Nas falas desses indivíduos, “aberta”, “multicultural” e “tolerante” são termos recorrentes associados à cidade. Em virtude disso, algumas expectativas são também nutridas com relação à forma de modelarem seus estilos de vida, incluindo aspectos e práticas relativas à alimentação.

No entanto, muitas vezes, ao se confrontarem com determinadas realidades, são forçados a reverem seus planos ou empreenderem esforços no sentido de conciliarem seus projetos idealizados com a realidade que se apresenta. Um exemplo significativo refere-se à esfera profissional; algumas dessas pessoas têm formação universitária, mas a falta de domínio do idioma holandês, a indocumentação, ou, mesmo a escassez de oferta em certas áreas, redundam em abraçarem empregos temporários, de menor qualificação exigida e não tão vantajosos do ponto de vista financeiro, como serviços de limpeza, telemarketing, atendimentos em pequenos comércios ou restaurantes.

3 My first month: all you need to know and note. Expatcenter Amsterdam, 11 ed. Jan, 2015.

No que diz respeito à moradia, como a maior parte dessas pessoas veio para Amsterdã num projeto migratório individual,⁴ o mais frequente é alugarem quartos em apartamentos ou casas, pois, comparativamente a algumas outras capitais europeias, o preço dos aluguéis na cidade é bastante elevado. Em geral, essa condição também implica dividir o espaço da cozinha, dos armários, da geladeira, entre outros lugares destinados ao armazenamento e processamento de alimentos. Em consequência, envolve otimizar a utilização desse ambiente, ressoando em ajustes nas práticas ligadas aos alimentos, incluindo o trato das sobras e diferentes resíduos.

A variada presença migratória na cidade também é delineada de maneira expressiva em sua paisagem alimentar, através de itens, comércios e restaurantes associados a diferentes culinárias ao redor do mundo. Além de uma série de produtos industrializados, os traços da acelerada globalização vigente ainda podem ser vislumbrados sobretudo nos supermercados, onde, na seção de produtos frescos, se tem opções como bananas vindas da Colômbia ou Costa Rica.⁵

Num primeiro momento, a oferta diversificada de alimentos nos pequenos mercados ou supermercados de grandes redes – no que se incluem os produtos étnicos –, é vista de maneira positiva por esses indivíduos, principalmente por não encontrarem maiores dificuldades, quando a finalidade é reproduzirem comidas dos seus países de origem ou manterem determinados hábitos cultivados antes de emigrar. Porém, como será abordado mais adiante, conjuntamente a outras questões, essa mesma oferta passa a ser objeto de questionamentos em torno da problemática ambiental.

4 Visto aqui na concepção de Velho (2003), enquanto um projeto de vida.

5 Com relação às consequências da globalização alimentar, ver: Iglis e Gimlin (2010), Nutzenadel e Trentmann (2008), Phillips (2006) e Rial (1995).

Alimentação e meio ambiente

Ao longo do último século, os sistemas alimentares sofreram grandes mudanças, sobretudo no mundo ocidental. Como resultado da modernização alimentar, os modelos de produção, distribuição e comercialização dos mantimentos passaram a vigorar dentro da lógica dos processos industriais, na qual o alimento se torna cada vez mais *deslocalizado*. Nas palavras de Poulain (2006), passou a vigorar uma desconexão parcial entre o comedor e seu universo biocultural.

Em decorrência dos mesmos processos, houve uma generalização dos artigos alimentares, que passaram a ser produzidos em maior quantidade e a um custo relativamente mais baixo, favorecendo um aumento no seu consumo. Na mesma conjuntura, a potencialização das trocas culturais, por meio da globalização dos mercados, e a ampliação das redes distribuidoras e de transportes tornaram disponível uma variedade de itens em diferentes locais e em zonas geograficamente muito distantes. Por outro lado, o uso desordenado dos recursos naturais renováveis e não renováveis, a poluição do ar e das águas, a degradação do solo são alguns dos muitos problemas associados a esses processos.

Assim como discursos em torno do tema já não se limitam a especialistas, ações no sentido de dirimir a problemática ambiental também vêm ressoando em práticas cotidianas, no que se incluem as relacionadas à alimentação.⁶ No relato dos imigrantes mencionados,

6 É importante notar que os questionamentos em torno da qualidade dos alimentos industrializados, assim como dos impactos ambientais, e a busca de alternativas ao consumo, não são propriamente um tema do século XXI. No Brasil, eles surgiram no curso do movimento ecológico desencadeado a partir da década de 1970, fazendo coro a outros tantos movimentos que colocavam em discussão a ordem instituída. Esses movimentos tiveram como ponto em comum sobretudo as críticas à Sociedade de Consumo. Desde os anos 1950, teóricos da Escola de Frankfurt denunciavam a fabricação de falsas necessidades pela *indústria da cultura*, o que influenciou movi-

questões de cunho ecológico associadas às suas práticas alimentares emergiram correntemente. A escolha de alimentos a serem ingeridos (orgânicos, locais, não transgênicos), restrições ao consumo de animais e a produtos embalados, modos de preparo da comida e, mesmo, o trato com o lixo são algumas das atitudes individuais cotidianas consideradas pelos sujeitos da pesquisa como possibilidades de contribuir para minimizar os impactos ambientais, em âmbito doméstico.

Tais práticas, além de evidenciarem dimensões ideológicas e políticas da alimentação, vêm orientando a constituição de estilos de vida dessas pessoas. Nessa concepção, tomamos como referência a noção de Giddens (2002), para quem *estilo de vida* consiste em um conjunto mais ou menos integrado de práticas abraçadas por um indivíduo que, além de preencherem necessidades utilitárias, dão forma material a uma narrativa particular de auto-identidade. Seguindo tal linha de pensamento, essas práticas não significam apenas formas alternativas de consumo, mas constituem-se em algo que contribui para dar sentido aos seus projetos de vida.

mentos contrários ao consumo de massa, como os estudantis, *beatniks*, *hippies*, *punks* e *antiglobalistas*. Razões sociais, ecológicas e estéticas fundamentaram esses movimentos, o que incluía a exaltação a formas alimentares alternativas como a manutenção de dietas cruas, orgânicas ou sem carne. É também bastante expressivo o caso do movimento *Slow Food*, implementado na Itália, nos anos 1980, contrário às transformações na indústria alimentícia e a uma possível padronização global dos alimentos do mundo. Essa insurgência foi marcada pela crítica aos modos de produção e, principalmente, aos modos de vida, quando se reivindicava uma relação mais harmônica entre o homem e a natureza (GONÇALVES, 2001). Além do consumo alimentar alinhado com as prerrogativas ecológicas, tal perspectiva defendia formas alternativas de produção e de distribuição. Nas palavras de Pollan (2007, p. 158): “[...] o que você comia era inseparável de como aquele produto era cultivado e como chegava até a sua mesa”. Ver também Belasco (2007).

Práticas alimentares de cunho ambiental dos imigrantes transnacionais em Amsterdã

Embora não seja um tema propriamente novo e nem se parta da mesma motivação político-ideológica, ações ligadas à ecologia têm despertado interesse nos mais distintos segmentos sociais. No que diz respeito a práticas nessa direção, o aumento da oferta de itens produzidos levando em conta critérios de sustentabilidade, assim como iniciativas no sentido de se incorporarem valores ambientais aos hábitos de consumo, como o uso de sacolas biodegradáveis ou reaproveitáveis nos supermercados, podem ser vistas como exemplos nessa direção. No caso da cidade de Amsterdã, além de restaurantes, eventos, feiras, pequenos mercados de orgânicos e mesmo as principais cadeias de supermercado (*Jumbo* e *Albert Heijn*) são alternativas para o consumo desses itens.

O consumo de produtos inseridos em tal categoria (*bio*) é concebido como opção “mais saudável” por alguns desses imigrantes, indo ao encontro de uma tendência crescente de medicalização da alimentação, e que também se expressa de diferentes maneiras nas práticas desses indivíduos.⁷ Além disso, o consumo de alimentos dessa natureza ainda viabiliza maior precisão da sua proveniência, assim como a ciência de como foram cultivados, produzidos, embalados e transportados, possibilitando maior confiabilidade ao que vão consumir, tanto no que se refere à saúde como ao meio ambiente.⁸

Para uma imigrante austríaca, é motivo de indignação não encontrar opções de cultivo ecológico no supermercado do bairro onde

7 Para uma abordagem mais ampla sobre tendências da alimentação em vigor, ver Barbosa (in PINTO e PACHECO, 2009, p. 15-64).

8 Uma reflexão mais aprofundada sobre percepções de risco na contemporaneidade, sua historicidade e relações com a globalização, individualização e reflexividade, pode ser encontrada em Beck (2010) e Giddens (1991).

mora em Amsterdã, como batatas e demais produtos que costuma consumir. Além de considerá-los mais saudáveis e “normais”, no sentido de “mais próximos da natureza e sem manipulação genética”,⁹ coloca em questão a própria dinâmica entre o local e o global, refletida na paisagem alimentar da cidade, em termos da problemática ambiental: “Eu não aceito comprar batatas vindas da Espanha ou Malta; não tem por que eu ir no supermercado e comprar o produto de um local muito mais longe, se aqui na Holanda produzem batatas”.

Referindo-se a alternativas no bairro onde mora, como os mercados turcos – bastante populares nesta região da cidade (*Osdorp-Midden*), devido à correlativa presença de alguns de seus principais habitantes –, essa mesma imigrante pontuou:

Você já viu as caixas dos produtos deles? A maioria dos produtos vem de fora da Europa. Eles compram em grande quantidade e isso significa grandes plantações, monoculturas, fertilizantes, uso inapropriado do solo [...]. Eu não quero comer coisas com veneno. Esses venenos poluem a natureza e conseqüentemente a água que consumimos.

Como exposto no relato acima, do ponto de vista da problemática ambiental, a localidade e formas de produção e distribuição dos alimentos são ressaltados como questões importantes nas práticas relacionadas à alimentação desses indivíduos. Entretanto, se alimentos *bio* são percebidos como mais saudáveis e menos prejudiciais em termos de impacto ambiental, esses produtos também constituem motivo de desconfiança com relação a determinadas ofertas disponíveis na cidade, colocando em evidência crenças e representações que se

9 Sobre atitudes e crenças a respeito das relações entre alimentação, saúde e o corpo, assim como percepções a respeito do que se concebe como alimento natural e mesmo as associadas aos produtos *Bio* no contexto europeu, ver Fischler e Masson (2010).

nutrem em torno da comida e o seu potencial de desencadear imaginários (FISCHLER, 1995).

Enquanto, para a imigrante austríaca, os mercados turcos não oferecem confiabilidade no que se refere à proveniência dos alimentos e seu consequente impacto ambiental, para uma jamaicana, esses comércios – onde compra regularmente verduras, frutas e carnes –, além de representarem maior economia, do ponto de vista financeiro, são mais confiáveis do que os supermercados. Em sua tese, muitos dos produtos vendidos como *bio*, em particular aqueles cujos rótulos carregam o emblema da principal cadeia de supermercados de Amsterdã, não corresponderiam aos princípios que ostentam, se reduzindo essa oferta a somente uma estratégia de venda.¹⁰ O argumento de outra imigrante aponta para a mesma direção:

Eu tento comprar bio, orgânico, mas eu penso que tem muito a ver com um modismo. Tem muitos produtos nos supermercados e muitos mercados bio e eu estou começando a duvidar da originalidade desses produtos. São eles realmente bio, orgânicos ou são só marketing? (italiana).

Como já foi mencionado, o consumo de alimentos produzidos dentro de preceitos ecológicos também é concebido como uma alternativa aos mecanismos do mercado global, ao viabilizar o rompimento com os sistemas de produção convencionais, o que reforça um caráter ideológico e político relacionado ao consumo alimentar. Nessa perspectiva, esse rompimento também pode estar orientado para questões como o incentivo à agricultura local e familiar e ao que isso possa significar em termos sociais, ambientais e culturais. O relato de

¹⁰ É interessante observar que, diferente do que ocorre no Brasil, por exemplo, alguns produtos vendidos como *Bio*, em Amsterdã, especialmente os que carregam o rótulo das duas principais cadeias de supermercado citadas, são vendidos com preço inferior ao dos produtos convencionais.

uma imigrante argentina sobre sua experiência no supermercado é indicativo desse ponto de vista:

Havia duas embalagens e eu não sabia a diferença entre as duas; eram da mesma marca, os dois quase iguais, mas um era como dez centavos mais caro e este mais caro era *fair trade* (comércio justo). Não vai mudar minha vida gastar dez centavos a mais e estou de acordo que se faça, que eu tenha um café bom e esteja ajudando um produtor. Me solidarizo com este propósito e compro este café. Também me parece uma questão de respeito ao alimento: quem faz, de onde vem.

Além de expressarem parte do que vem norteando as escolhas alimentares de alguns imigrantes transnacionais em Amsterdã, os relatos acima revelam a importância de se contextualizar não somente a oferta alimentar, como os significados atribuídos a determinados alimentos por esses diferentes indivíduos e também sua percepção sobre fatores de ordem mais ampla que vêm incidido na alimentação e repercutindo em sua vida cotidiana. Ainda é importante considerar que, conjuntamente às escolhas alimentares, questões de natureza ambiental ainda se estendem a outras práticas relacionadas à comida, como o trato com o lixo, implicando igualmente ajustes e negociações, como será abordado a seguir.

Sobras, embalagens e o trato com o lixo

Além da atenção ao que se ingere, as práticas de cunho ambiental associadas à alimentação dos referidos imigrantes ainda abarcam outros aspectos. A partir da observação e de alguns relatos, fica evidente que o exercício e manutenção dessas práticas dependem de uma conjunção de fatores. Como já foi mencionado, viver em um ambiente compartilhado, como é o caso da maior parte dessas pessoas, requer gerir o espaço com mais eficiência e compatibilizar diferentes ações.

Tomando o exemplo da cozinha, e considerando que a maioria relata preparar suas principais refeições em casa, o fato de o local para armazenagem de produtos frescos ou das sobras alimentares em geral ser limitado torna-se uma motivação para se observar tanto a quantidade de comida a ser preparada como a dos demais produtos a serem estocados. Um desses indivíduos, ao narrar sua experiência migratória anterior a Amsterdã, mencionou que compartilhava a moradia em Bruxelas com outras treze pessoas. Essa condição não só repercutia em tentativas de gerenciar melhor o espaço que ocupava dentro da casa, mas demandava um esforço extra para organizar tudo que envolvia suas práticas alimentares.

No entanto, esses redimensionamentos em torno da comida não são somente provocados pela questão de espaço. Tanto a condição econômica em que se encontram, muitas vezes passível de restrições, como certos preceitos que incluem um viés ambiental também vêm modulando as práticas alimentares de alguns desses imigrantes, como já foi acenado. Relatos em torno das sobras alimentares apontam para esta direção:

Eu tento fazer só a porção de comida que eu vou comer. É econômico em todos os sentidos (holandesa)¹¹.

Trato de não desperdiçar nada [...] me habituei muito a cozinhar para uma pessoa ou duas e aprendi bastante a reciclar as sobras [...] e me parece uma vergonha que se desperdice comida (argentina).

11 Embora não possa ser categoricamente considerada uma imigrante em Amsterdã, a entrevistada relata que, além de não se reconhecer como holandesa, se considera uma imigrante em Amsterdã, pois deixou a Holanda com a idade de 3 anos e quando voltou, aos 37 anos, teve de passar por todo o processo de integração no país, incluindo aprender o idioma holandês.

Assim como ocorre com outras práticas relacionadas à comida, no que diz respeito ao trato com o lixo doméstico, especialmente com os resíduos alimentares, algumas ações já faziam parte do estilo de vida de algumas dessas pessoas antes da emigração; para outras, essas ações foram implementadas depois de deixarem o país de origem, resultando de novas experiências incorporadas em Amsterdã ou em deslocamentos anteriores. Em virtude das referidas circunstâncias migratórias, se algumas práticas ligadas à alimentação são forçosamente mais individualizadas (compra de ingredientes, preparo da comida, refeições), lidar com o lixo doméstico, mesmo sendo algo que se desenvolva a partir de uma ação individual, em determinadas situações, envolve conciliar propósitos e, mesmo, interações.

O maior montante de lixo acumulado por quase todos esses indivíduos diariamente compreende resíduos e embalagens alimentares. Do mesmo modo que a comida demanda ajustes, o gerenciamento desta fase das práticas alimentares (GOODY, 1995)¹² tem relação com a dinâmica da casa onde vivem, a disponibilidade de coletores seletivos de lixo no bairro, informações sobre o descarte e a coleta de lixo, assim como hábitos cultivados antes e depois da migração, como se pode constatar no que segue:

Aqui nesta casa não separo o lixo. Não separo porque estou preguiçosa e outras pessoas também não separam. Eu separo algumas vezes no trabalho, mas não aqui [...]. Em outros lugares que morei, não acumulava muito plástico porque comprava no mercado e não havia sacolas de plásticos. Quando morei na Ásia, por exemplo, eu compra-

12 Na concepção de Goody (1996), as atividades relacionadas ao provimento e transformação dos alimentos compreenderiam cinco fases: 1. Produção; 2. Armazenamento; 3. Preparação; 4. Consumo e 5. Descarte do lixo. Para este autor, embora a quinta e última fase sejam em geral ignoradas no âmbito dos estudos alimentares, ela exerce relevância quando se busca compreender o sistema alimentar de uma determinada sociedade.

va legumes e peixe e colocava tudo direto na minha bolsa (holandesa).

Eu normalmente separava o lixo, mas aqui não separo. Na Suíça é quase um pecado; você não pode deixar de separar. Lá, todo mundo separa o lixo. Aqui eu não separo porque nesta casa que eu moro não há separação. Eu não tenho ideia de onde colocar papel, vidro ou plástico (suíça).

Aqui em Amsterdã, andava buscando um lugar para colocar as caixas de suco e de leite [...] não sabia onde era e há alguns bairros como este que não há onde colocar este tipo de embalagem; tenho que colocar tudo com o lixo normal e a mim isso incomoda: porque colocar aí quando poderia ser reciclado? (argentina).

Na China eu não separava o lixo porque não era usual; na Itália separava, mas é mais complicado e aqui, em Amsterdã, separo, mas ninguém realmente nunca me explicou como isso funciona (italiana).

Como mostram os relatos acima, para estes imigrantes, a dinâmica da casa ou, mesmo, o provimento de coleta de lixo específico no bairro onde vivem, pode implicar o relaxamento ou abandono de ações relacionadas aos resíduos domésticos. Porém, o oposto também ocorre. Segundo um imigrante africano, a sua ocupação com a separação do lixo só se efetivou quando passou a dividir um apartamento com alguém que o fazia de maneira regular. Desde então, incorporou “automaticamente” essa prática ao seu cotidiano.

Outra questão envolvendo a produção de lixo doméstico e recorrente nos relatos de alguns desses indivíduos relaciona-se às embalagens de comidas. As principais redes de supermercados em Amsterdã, ao passo que reproduzem traços da cultura alimentar na Holanda, onde o almoço, em geral, não é considerado a refeição mais importante, podendo ser constituído apenas de sanduíches, saladas ou frutas, também se alinham à tendência crescente de individualização das

práticas alimentares, sobretudo no mundo ocidental (FISCHLER, 2013). Em decorrência, ofertam uma diversidade de produtos em pequenas porções: alimentos processados ou frescos e também aqueles prontos para o consumo, como frutas descascadas e cortadas, saladas, sanduíches etc. Embora esse sistema contribua para evitar o desperdício de comida e, do ponto de vista financeiro, possa até ser mais vantajoso, levando em conta uma perspectiva ambiental, ele é alvo de críticas por parte de alguns desses indivíduos, determinando, inclusive, reformulações no seu consumo:

Uma das coisas que eu não gosto de Amsterdã é que as comidas vêm todas em muitas embalagens [...] não há necessidade de tantas embalagens. Ninguém coloca tanta embalagem na comida como aqui. Se eu compro gengibre no Albert Heijn,¹³ por que ele necessita vir em embalagem? Eu tento entender onde é melhor comprar [...]. Então, no fim de semana, eu fui num mercado marroquino comprar frutas e verduras. A comida vem de longe, mas tem pouca embalagem e é mais econômica (italiana).

Eu sei que produzo muito lixo. Agora que eu moro na Europa, eu compro muitas coisas que vêm em plástico; tudo vem em plástico e isso é uma coisa terrível, plástico não se desintegra. [...] Isso começou quando eu morava em São Francisco, na Califórnia. Lá, se você joga algo da janela do carro, a multa é de até 1.500 dólares (holandesa).

Eu creio que, em geral, as comidas aqui são bem pensadas; um sanduíche é um sanduíche e está bem. Na Europa, em geral, creio que está bem pensado o tamanho da porção. Mas, há uma contradição: quando penso em uma pessoa comprando uma salada no supermercado, imagino alguém correndo para um escritório e não me parece algo bom. Ao mesmo tempo, eu penso que esta embalagem de plástico vai ser jogada no lixo [...] tudo tem um pró e um contra (argentina).

13 Maior rede de supermercados da Holanda.

Os aspectos que vêm atravessando as escolhas alimentares de imigrantes transnacionais em Amsterdã permitem vislumbrar a maneira pela qual a comida contribui para constituir seus estilos de vida, seja através de uma perspectiva mais saudável ou, então, mais alinhada com certos preceitos ambientais, ressaltando dimensões políticas e ideológicas relacionadas à comida. O conjunto dos relatos apresentados sugere que a compreensão do que norteia a relação entre alimentação e migração envolve considerar não apenas as especificidades do contexto onde esta se dá, mas ainda a interlocução deste contexto com o panorama mais amplo de transformações, no qual a alimentação no mundo contemporâneo está imersa. Além disso, essa contextualização é particularmente importante porque se os indivíduos se deslocam carregando consigo ideias, crenças, comportamentos e práticas relacionadas à comida, à medida que se inserem em um novo ambiente, estão sujeitos a reverem e a reformularem esta série de elementos, pois, similar a outros fenômenos culturais, a alimentação é algo dinâmico e, portanto, passível de mudanças e redimensionamentos.

Este trabalho foi realizado durante uma bolsa de estudos apoiados pelo programa de cooperação internacional CAPES / NUFFIC na VU – University Amsterdam. Financiado pela CAPES - Agência Federal de Apoio e Avaliação de Nível Superior do Ministério da Educação do Brasil.

Referências

BACH, Linda; SCHILLER, Nina Glick; BLANC, Cristina. *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States*. Amsterdam: Gordon and Breach Publishers, 1997.

_____. *Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration*. ANNALS OF THE NEW YORK ACADEMY OF SCIENCES, n. 645, p. 1-24, 1992.

BARBOSA, Livia. Tendências da alimentação contemporânea. In: PINTO, Michele de Lavra; PACHECO, Janie K. (Orgs.). *Juventude, Consumo e Educação 2*. Porto Alegre: ESPM, 2009. p. 15-64.

BAUBÖCK, Rainer; FAIST, Thomas. *Diaspora and Transnationalism. Concepts, Theories and Methods*. Amsterdam: University of Amsterdam, 2010.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. Traduzido por Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BELASCO, Warren. *Appetite for change: How the counterculture took on the food industry*. New York: Cornell Paperbacks, 2007.

FISCHLER, Claude e MASSON, Estelle. *Comer: A alimentação de franceses, outros europeus e americanos*. São Paulo: Senac, 2010.

FISCHLER, Claude. *Selective Eating: The Rise, Meaning and Sense of “Personal Dietary Requirements”*. Paris: Odile Jacob, 2013.

_____. *El (h)omnívoro: el gusto, la cocina y el cuerpo*. Barcelona: Anagrama, 1995.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. A trajetória do eu. In: *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 70-104.

GOODY, Jack. *Cocina, Cuisine y Clase: estudio de sociología comparada*. México: Gedisa, 1995.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des) caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2001.

IGLIS, David; GIMLIN, Inglis. *The globalization of food*. New York: Berg, 2010. p. 185-196.

_____. *My first month: all you need to know and note*. Expatcenter Amsterdam, 11.ed. jan, 2015.

NUTZENADEL, Alexander; TRENTMANN, Frank. *Food and globalization: Consumption, Markets and the politics of the modern world*. Oxford: Berg, 2008.

- PHILLIPS, Lynne. "Food and globalization". *Annual Review of Anthropology*. v. 35, p. 37-57, 2006.
- POLLAN, Michael. *O dilema do onívoro: uma história natural de quatro refeições*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.
- POULAIN, Jean-Pierre. *Sociologia da Alimentação: os comedores e o espaço social alimentar*. Florianópolis: EDUFSC, 2004.
- RIAL, Carmen. "Os Charms dos fast-foods e a Globalização cultural". *Rev. Antropologia Em Primeira Mão*, n. 7, 1995.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

A CULTURA DOS DISCOS DE VINIL EM AMSTERDÃ:
VINYL REVIVAL E A CONVERGÊNCIA ENTRE PASSADO E MODERNIDADE

Luceni Hellebrandt

Há uma possibilidade de você ter ouvido falar, nos últimos anos, que os discos de vinil estão de volta. Alguns jornais de grande circulação como *Estadão*, *Folha de São Paulo*, *The Guardian*, *The New York Times*,¹ entre outros, além da mídia especializada em música, têm até algumas expressões para esta volta dos discos. *Vinyl Revival* é uma delas, e vem sendo utilizada para descrever o aumento das vendas de discos novos em constante ascendência, desde o ano de 2006 (figura 1). Segundo a última avaliação da IFPI (International Federation of Phonographic Industry), este aumento ultrapassou os 50% de 2013 para 2014. Nesse quadro, a Holanda alcança uma posição significativa, figurando em 5º lugar, e isto quer dizer que o – geograficamente pequeno – país Europeu comercializou, em 2014, um valor superior

1 Por exemplo: “O vinil nacional de volta às pick-ups com vários lançamentos” – matéria publicada no jornal *Estadão* em 27 de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/musica,o-vinil-nacional-de-volta-as-pick-ups-com-varios-lancamentos,516899> ; “A volta do vinil?” – matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo* em 08 de março de 2013. Disponível em: <http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/14337-a-volta-do-vinil>; “Back in the groove: young music fans ditch downloads and spark vinyl revival” – matéria publicada no jornal *The Guardian* em 16 de julho de 2007. Disponível em: <http://www.theguardian.com/business/2007/jul/16/musicnews.music>; “Weaned on CDs, They’re Reaching for Vinyl” – matéria publicada no jornal *The New York Times* em 9 de junho de 2013. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2013/06/10/arts/music/vinyl-records-are-making-a-comeback.html>.

a 14 milhões de dólares americanos em discos novos de vinil (figura 2). Esta situação despertou minha atenção, motivando esta pesquisa.²

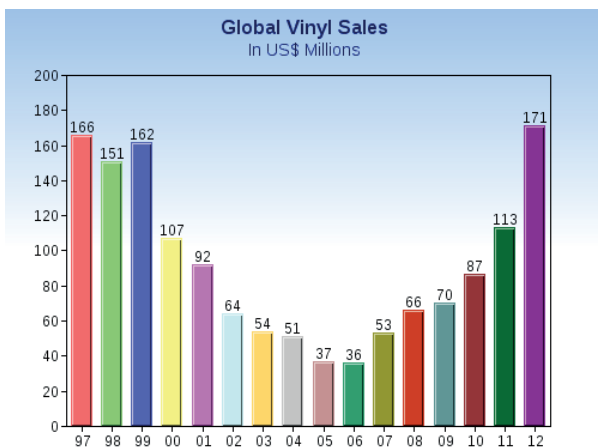


Figura 1: Venda (em milhões de dólares americanos) de discos de vinil novos no mundo, entre os anos 1997-2012

Fonte: IFPI (International Federation of Phonographic Industry).

2 A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do projeto “Modernidade, o meio-ambiente e novas noções sobre lixo e pureza”, do qual participei durante período sanduíche de meu doutoramento. O projeto foi uma cooperação entre a professora Carmen Rial, da Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil) e o professor Freek Colombijn, da Vrije Universiteit Amsterdam (Holanda). Pensar a cultura material e o consumo de um objeto específico se justifica no âmbito do projeto, pois, no caso dos discos de vinil, dialoga com um passado que é recente, mas suficiente para questionar e contrapor, em um mesmo contexto, tanto noções diretamente importantes ao projeto, como passado, moderno, temporalidade, materialidade, descarte ou reciclagem (*2nd hand vinyl*), como discussões da atualidade, como questões econômicas de domínio de mercado por cadeias e marcas multinacionais.

TOP 10 MARKETS - VINYL SALES (US\$ MILLIONS) 2014				
RANK	MARKET	2013	2014	2014 % CHANGE
1	USA	119.8	121.6	+1.5%
2	Germany	25.5	34.0	+33.4%
3	UK	19.8	31.7	+60.1%
4	Japan	9.0	16.3	+81.4%
5	Netherlands	9.4	14.1	+50.2%
6	France	8.8	12.2	+39.2%
7	Canada	7.0	9.2	+31.6%
8	Italy	3.5	6.2	+76.5%
9	Australia	2.7	6.0	+127.0%
10	Sweden	2.3	3.7	+59.9%
	Global	224.2	346.8	+54.7%

Source: IFPI, translated to USD at 2014 fixed exchange rates. Ranking based on 2014 vinyl figures.

Figura 2: 10 maiores mercados de venda de discos de vinil novos (anos de 2013 e 2014)

Fonte: IFPI (International Federation of Phonographic Industry).

Partiu-se de uma grande curiosidade em entender como um formato de distribuição musical físico volta a ganhar destaque nos tempos mais fluídos que vivenciamos atualmente. O que motiva pessoas a empregarem esforços para comprar um disco grande, pesado, e que ocupa espaço físico, quando é possível, à distância de apenas um clique, adquirir grande quantidade de músicas, a serem estocadas num espaço virtual, por menos dinheiro?

Certa da complexidade desta questão, a pesquisa que apresento aqui teve ambições mais modestas, mas que trazem contribuições a este grande paradoxo do consumo em uma sociedade orientada ao descarte.

Em meio a toda a publicidade que a volta dos discos de vinil vem recebendo, a pesquisa foi desenvolvida no sentido de entender como se dá o *vinyl revival* em Amsterdã, a mais famosa das cidades Holandesas. Mesmo que Amsterdã seja mundialmente mais conhecida por outros atrativos que não a música, é curioso perceber nos 8 km² do distrito central da cidade a existência de quase 30 lojas que comercializam discos de vinil usados (*2nd hand vinyl*).

A pesquisa foi desenvolvida por meio da abordagem teórica elaborada pelo antropólogo britânico Daniel Miller, que utilizou conceitos de cultura material para entender o relacionamento entre pessoas e discos de vinil. Este autor explica que “a further understanding of the place of goods in society requires a general perspective of the relationship between people and things” (MILLER, 1987, p. 4). Em 1987, Miller publicou *Material Culture and Mass Consumption*, um livro que traz na introdução a visão geral e a justificativa para a existência deste campo de estudos nas Ciências Sociais:

it will be suggested in the course of this volume that the very physicality of the object which makes it appear so immediate, sensual and assimilable belies its actual nature, and that material culture is one of the most resistant forms of cultural expression in terms of our attempts to comprehend it (MILLER, 1987, p. 4).

Portanto, o objetivo geral da pesquisa foi o de pensar a relação entre pessoas e objetos – neste caso, os discos de vinil – entendendo como se dá o *vinyl revival* em Amsterdã. Para atingir este objetivo, especificamente, a pesquisa ocorreu no sentido de identificar o que constitui uma cultura do disco de vinil em Amsterdã, e quais elementos contribuem para o interesse atual no consumo deste objeto, tido por alguns como obsoleto.

Metodologia

Para desenhar o que estou denominando cultura do disco de vinil, a pesquisa foi estruturalmente realizada considerando duas dimensões: o espaço (físico e virtual) e as pessoas que interagem nestes espaços, formando, então, a cultura do disco de vinil.

Antes de iniciar o trabalho de campo, realizei um levantamento de informações nos espaços virtuais sobre discos de vinil na Holanda,

sobretudo websites. A partir deste levantamento, realizei um mapeamento das lojas de discos de Amsterdã, utilizando ferramentas como um website local oficial e um software (figuras 3 e 4). A pesquisa foi desenvolvida durante os meses de novembro de 2014 à outubro de 2015, quando visitei 5 feiras de discos, alguns concertos e festivais nos quais as bandas comercializavam discos de vinil em seu *merchandising*, ou que tinham bancas com discos de artistas diversos, e as 30 lojas da cidade.

Também realizei entrevistas em profundidade com 5 colecionadores de vinil, utilizando, como base para o roteiro semiestruturado, a técnica de história de vida. Esta técnica foi empregada com objetivo de entender como os discos de vinil entraram na vida de meus interlocutores, e como eles se tornaram uma atividade profissional (remunerada ou não). Além das entrevistas, tive muitas conversas informais ao interagir com diversas pessoas nos espaços de comercialização de vinil descritos acima. Estes diálogos foram fundamentais para entender este universo voltado à cultura do disco de vinil em Amsterdã.

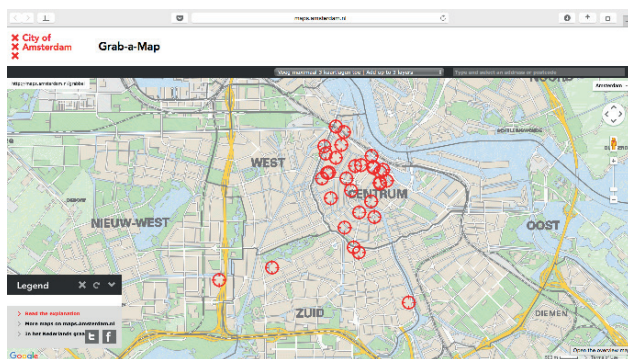


Figura 3: Localização das lojas de discos de vinil em Amsterdã, utilizando website oficial local

Fonte: Elaborado por Luceni Hellebrandt, utilizando Grab-a-Map / City of Amsterdã, em 6 de outubro de 2015.

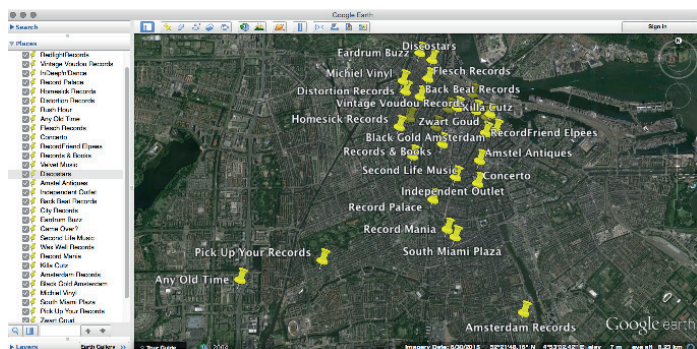


Figura 4: Identificação das lojas de discos de vinil em Amsterdã, utilizando *software*

Fonte: Elaborado por Luceni Hellebrandt, utilizando Google Earth, em 5 de outubro de 2015

A cultura do disco de vinil em Amsterdã

Espaços físicos

Para entender as práticas voltadas ao consumo de discos de vinil, identificando as pessoas que interagem orientadas a este consumo, visitei feiras e lojas dedicadas ao comércio de discos de vinil. Em toda a Holanda ocorrem, com frequência semanal, feiras de discos (*platenbeurs*). Embora o vinil seja o principal atrativo, nestas feiras é possível encontrar outros formatos de distribuição musical, como CDs e fitas cassete. Além disso, também é possível encontrar nas feiras equipamentos para a reprodução sonora, como vitrolas diversas e para ‘todos os bolsos’, materiais para conservação de discos, como envelope plástico, revistas especializadas em música e memorabilia relacionadas a artistas específicos.

As feiras são organizadas por diferentes produtoras, sendo as principais a Dynamite e a ARC. Durante o trabalho de campo, visitei 2 feiras em Amsterdã, e outras 3 em cidades próximas (Amstelveen, Edam e Utrecht, conforme Apêndice 1), desde feiras pequenas, em

ambiente externo e com aproximadamente 20 bancas de comerciantes (*dealers*) locais, até uma feira que é reconhecida como uma das maiores do mundo, com mais de 400 bancas e com comerciantes de aproximadamente 30 países, incluindo o Brasil. Vale destacar que esta grande feira, denominada *Mega Record & CD Fair*, organizada pela ARC, acontece 2 vezes ao ano desde o começo da década de 1980. É um evento de 2 dias, realizado em um local fechado (centro de eventos), onde é cobrado ingresso para o acesso, e uma das atrações é um leilão de itens relacionados ao universo da música.³

Também visitei as lojas que comercializam discos em Amsterdã (*platenzaken*). Quando iniciei a pesquisa, realizei um levantamento de informações que sofreu alguma alteração no espaço de 1 ano de trabalho de campo, fazendo com que eu reformulasse o mapa de localização apresentado no item anterior.⁴ Estas modificações ocorreram pois 3 lojas mudaram de endereço, passando a ocupar locais mais movimentados e comerciais. Surgiram outras 3 novas lojas, 1 loja fechou e 1 loja foi vendida para um grande mercado de eletrônicos, ocupando agora apenas um pequeno espaço dentro dos 3 andares deste mercado. Ao término do trabalho de campo, identifiquei 30 lojas que comercializam *2nd hand vinyl* (apêndice 2), sendo que a mais antiga iniciou suas atividades no ano de 1955 e as mais recentes iniciaram suas atividades por volta de maio e junho de 2015.

3 Na edição que participei, um dos itens comercializados no leilão foi um single (disco de vinil, geralmente em formato de 45rpm – rotações por minuto, que apresenta uma música em cada lado, com objetivo de divulgar e promover a banda ou a música específica) da banda Britânica de punk Sex Pistols. O single A&M “God Save The Queen”, lançado em 1977, foi vendido pelo valor de €13.000 (13 mil euros).

4 Uma versão anterior do mapa de localização pode ser encontrada em poster que apresentei durante a 1º Reunião Anual da Associação de Pesquisadores e Estudantes Brasileiros na Holanda, realizada na cidade de Utrecht em 18 de abril de 2014. O poster (HELLEBRANDT & RIAL, 2015) mostrava conceitos básicos da Teoria de Cultura Material de Daniel Miller, utilizando o caso dos discos de vinil.

Espaços virtuais

Além dos espaços físicos, os espaços virtuais fazem parte do que entendo como cultura do vinil neste texto. Estes espaços virtuais possibilitam, sobretudo, o acesso e a troca de informações relativas ao universo dos discos de vinil. Especificamente para a região de estudo, identifiquei espaços virtuais que podem ser divididos em duas categorias: websites informativos e serviços especializados para comércio de vinil.

Quanto aos websites informativos, existe um específico sobre os discos lançados semanalmente, que funciona também como um (*chart*) quadro de ranking (“Vinyl 50”), e outros dois com informações variadas sobre lojas, feiras, lançamentos, críticas etc. (“LP Vinyl”, no ar desde o ano de 2000, e “Plaatzaken”). Todos estes websites apresentam informações somente em neerlandês.⁵

Sobre os serviços especializados para comércio de vinil, não estou incluindo os websites das lojas físicas, apenas outros serviços. Por exemplo, existe uma *startup* de Amsterdã (“Vinylify”) com um *website* para comercializar discos personalizados, em que a pessoa interessada no serviço faz o *upload* de músicas autorais, escolhe uma arte personalizada para a capa do disco, e recebe em casa o seu próprio disco de vinil. O outro tipo de serviço que identifiquei são os Clubes de Vinil, que funcionam através de associados que pagam uma mensalidade e recebem, mensalmente, em casa alguns discos. Existem 3 serviços deste tipo na Holanda: “For The Record”, que comercializa

5 Até o início do período sanduíche de meu doutoramento, não havia tido qualquer experiência com o idioma oficial dos Países Baixos. A fluência em inglês de quase totalidade dos habitantes de Amsterdã permite a comunicação sem necessidade de conhecimento do idioma neerlandês. Todavia, com o andamento da pesquisa, acabei (re)conhecendo palavras e termos mais utilizados em meio à cultura do disco do vinil. Aliados importantes para a pesquisa em fontes escritas, como *websites*, foram o serviço Google Translator e os aplicativos tradutores instalados em meu *smartphone*.

apenas discos novos; “Mary Go Wild”, especializada em dance music, e “Random Records”, *startup* de alunos de mestrado da Universidade de Amsterdã (UvA) que comercializa apenas *2nd hand vinyl* (discos de segunda mão). Todos estes serviços iniciaram no ano de 2015.

Pessoas

O outro elo da cultura do vinil são as pessoas que interagem nesses espaços. Além das incontáveis conversas informais que tive em momentos de interação com compradores ocasionais, colecionadores, vendedores e curiosos sobre discos de vinil, realizei 5 entrevistas em profundidade com pessoas que se definiram como colecionadores de vinil em algum momento de suas vidas.

Segue uma breve identificação dos 5 interlocutores: 3 donos de lojas de discos, homens, com idades na faixa dos 30, 40 e 50 anos; 1 dono de website, homem, com idade na faixa dos 50 anos; 1 DJ e produtora, mulher, na faixa dos 30 anos de idade. Todos os 5 são holandeses e possuem coleções de cerca de 2.500 discos. Compram seus discos preferencialmente em feiras, pois são mais baratos que em lojas, e construíram suas coleções através de diversos meios, mas, principalmente, no Queen’s Day,⁶ o mais importante dos feriados holandeses, onde pessoas costumam expor nas ruas diversos itens para venda, com preços baixos, sendo que a barganha é um atrativo na negociação do preço final.

6 Queen’s Day, em Português: Dia da Rainha. É o feriado nacional referente ao aniversário da pessoa que governa o Reino dos Países Baixos. No ano de 2014, o feriado passou a se chamar Koningsdag (Dia do Rei, em Holandês), uma vez que o Rei Willem-Alexander assumiu o trono real. É uma grande festividade em todas as cidades holandesas, onde as ruas são tomadas de pessoas vestindo roupas laranjas, a cor símbolo do país, e onde o comércio de rua (*vrijmarkt*) é fortemente incentivado, inclusive entre as crianças, de forma a relembrar a característica cultural da Holanda como personagem central ao comércio mundial durante a Era das Grandes Navegações.

Elementos que constituem o consumo atual de discos de vinil:

Para explicitar estes elementos, apresento 5 pequenos trechos re-produzindo momentos destacados do trabalho de campo, como parte de entrevistas, conversas ou situações ocorridas.

Qual o tamanho de sua coleção?

Fui tomar um café na Black Gold Vinyl & Coffee, e Siebrand, o proprietário, falou para mim “se você quer falar sobre vinil, você deveria conversar com este cara”, apontando para um homem sentado próximo ao balcão. O “cara”, que é um reconhecido DJ e produtor musical, algumas vezes convidado para proferir palestras em Universidades e Institutos de pesquisa sobre música ao redor do mundo, abriu meus olhos para algumas diferenças entre consumidores de vinil. Pessoas que compram em lojas de discos, não são as mesmas pessoas que compram em feiras, ele disse. Como isso? Eu estava intrigada. Pessoas que vão à uma feira de discos normalmente gastam dinheiro comprando ingressos que permitem entrar e passar horas garimpando (*crate digging*⁷). Algumas vezes, eles já gastaram algumas horas se direcionando até o local da feira. Eles vão com uma lista e malas vazias, esperando enchê-las com os itens da lista. Ao passar do tempo, eles reconhecem uns aos outros, de feiras anteriores. Quem entra numa loja de discos – neste momento ele apontou um cliente que estava garimpando no estoque especializado em hip hop da Black Gold – como aquele cara, provavelmente tem uma vitrola em casa e alguns discos. Por outro lado, quem gasta dinheiro e tempo em uma feira de discos, está procurando por algo diferente, e é aqui que a

7 *Crate Digging* é uma expressão usada por consumidores de vinil que significa vasculhar caixas de discos, buscando por itens para comprar. Uma explicação do conceito e discussão teórica sobre *crate digging* pode ser conferida em Hellebrandt & Rial (2015). Por falta de uma expressão equivalente em Português, estou traduzindo neste texto como ‘garimpar’.

qualidade supera a quantidade. Com o passar do tempo, você diminui sua coleção. Ao invés de ter 10.000 discos que você raramente tem tempo para ouvir, você começa a trocar três, quatro discos por um, que você realmente quer. Sua coleção cai para 2.000, número com que você realmente se importa, e, normalmente, você se permite pagar 60 euros ou mais por apenas 1 disco. Isto é o que acontece ao longo do tempo colecionando vinil: qualidade ao invés de quantidade.

Disco é saudável.

Numa tarde chuvosa, típica de Amsterdã em setembro, eu entrei na Records & Books para tirar algumas fotos para meus arquivos de material de pesquisa. Jos, o proprietário, estava empolgado com a ideia de alguém pesquisando sobre discos de vinil, pois, conforme me disse, nos últimos anos muitos jovens têm entrado na loja, localizada numa rua que estrategicamente conecta o centro de Amsterdã à estação central (Station Amsterdam Centraal):

Se você quer saber sobre vinil, não cometa o erro de perguntar para os jovens, você precisa conversar com pessoas da minha geração, da década de 1950 e 1960. Nós sabemos um segredo. Nós temos estas coisas, livros e discos, porque estas coisas são nossos laços. Elas podem falar sobre nossa história. Elas são sobre tradições e valores, valores de família, que conectam você e fazem o que você é. Você sabe, minha mãe e minhas irmãs costumavam tricotar meias e blusas, não somente para prevenir do frio, mas porque estas coisas funcionam como terapia numa maneira meditativa. É o mesmo com alguém que está lendo um livro ou ouvindo um disco. Você pode sentir o pulso e ver como ele baixa sua pressão sanguínea. É quando você para e toma um tempo para si. Pessoas hoje em dia não sabem dessas coisas, deste segredo. Eles estão sempre correndo, com um monte de estresse. Eles esquecem de ter um tempo para si mesmo. Eu tenho estes livros e estes discos pois eu tenho este segredo: isto é saúde.

Você usa seu cérebro, é desafiador.

Eu estava empolgada para esta entrevista em particular. Parte da minha empolgação era devido à Natasja ser a produtora responsável e idealizadora do “Grauzone”, um importante festival dedicado ao post-punk, estilo musical que iniciou no final da década de 1970, que acontece anualmente em Amsterdã e reúne expoentes desta cena musical. A outra parte da minha empolgação era por, finalmente, conversar sobre vinil com uma mulher. Diferente das outras entrevistas, esta foi realizada num ambiente privado, pois ela me recebeu na sala de sua casa (as outras entrevistas foram em ambientes de trabalho), e tocou alguns discos durante nossa conversa. Quando conversamos sobre as diferenças e sua preferência por discos de vinil ao atuar como DJ, Natasja me explicou:

é o som, é o sentimento, são as capas legais, é o peso, mas também é uma coisa do tipo trabalho artesanal, feito à mão. É por ser analógico, mas também é porque você precisa fazer algo técnico. Se você toca com CDs, é tão fácil e tão estúpido, de certa forma. Quer dizer, se você faz mixagem, você só precisa ver o bpm⁸ no lado esquerdo, e o bpm do CD da direita e então você só mistura, e é isso. E isso, pra mim, é algo totalmente retardado. Se você começa a ouvir discos e você tem que misturar músicas em vinil, você tem que começar a contar por você mesmo, então você tem que usar seu cérebro, isto é realmente mais desafiador.

Presente que vale um sorriso

Um desses dias, voltei à Black Gold para entrevistar Siebrand. No meio da entrevista, um rapaz entrou na loja e Siebrand me pediu uma pausa para conversar com seu amigo. Eu coloquei meu gravador digi-

8 bpm = Batidas Por Minuto, medida utilizada por DJs para verificar (e equiparar) a velocidade das músicas.

tal de lado e prestei atenção à conversa entre os dois, enquanto bebia meu café americano. A conversa foi em neerlandês, mas a linguagem corporal foi suficiente para capturar o contexto do momento, e o que não pude entender, Siebrand me explicou depois. O amigo de Siebrand estava lhe trazendo um presente, um disco de vinil desejado. Siebrand tinha um sorriso em seu rosto e, feliz, abraçou seu amigo. Cortou o plástico que lacrava o disco novo e o colocou na vitrola. Uma garota que estava próxima a ele falou algo, mas Siebrand apenas concordou, sem tirar os olhos da capa do disco, e apontou algumas informações sobre uma música, mostrando para todos a capa. Todo esse tempo, o sorriso continuou em seu rosto.

Urban Outfitters⁹ e as vitrolas Crosley

“Eu ouvi que algumas dessas vitrolas Crosley produzem o melhor som quando caem do décimo andar”, me disse Jasper, um dia em que estávamos na porta da City Records, enquanto ele fumava um cigarro. Isto foi logo após um homem, com seu filho pequeno, passar pela frente da loja e parar para perguntar se Jasper tinha alguma vitrola para vender. Eu não fui capaz de entender todo o diálogo devido à minha falta de conhecimento em idioma neerlandês, mas eu pude entender que Jasper disse que não tinha vitrolas para vender, indicando ao homem que fosse na RecordFriend Elpees, algumas quadras de distância da City Records. Quando o homem e seu filho seguiram, contei para Jasper o que tinha entendido da conversa, e ele começou a me explicar as razões pelas quais não comercializava vitrolas. Neste caso, ele teria duas opções, vender vitrolas antigas, mas

9 Urban Outfitters é uma corporação multinacional americana (EUA) de roupas. Iniciou na década de 1970 e, nos dias atuais, tem uma cadeia de lojas presente nos Estados Unidos da América, Canadá, Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Suécia, Irlanda, Reino Unido, Espanha e Holanda. Amsterdã tem uma loja Urban Outfitters localizada no centro comercial da cidade.

ele não entende questões técnicas destas máquinas, logo, se parassem de funcionar, ele não seria capaz de ajudar os clientes. A outra opção seria comercializar vitrolas novas. As novas e boas são muito caras para ter alguma variedade para ofertar. A opção barata seria a vitrola Crosley, uma marca americana (EUA) que produz, entre outros aparelhos, vitrolas portáteis com apelo visual retrô, com preços a partir de 100 euros. Elas são vendidas em diversas lojas, mas, principalmente na Urban Outfitters, cadeia de lojas de roupas direcionada ao público jovem, que começou a vender discos novos de vinil nos últimos anos. A conversa com Jasper citando vitrolas Crosley ou Urban Outfitters como vendedores de vinil não foi o único relato em tom de descontentamento que eu notei durante o trabalho de campo. Em uma entrevista com Gerard,¹⁰ ele me explicou que lojas como Urban Outfitters costumam “vender discos de vinil como apelo para vender outras coisas”, e um outro, quando Siebrand me disse que pessoas vão à Urban Outfitters “para comprar discos superfaturados na loja cool e então colocá-los em uma moldura comprada lá ou na Ikea”.

Discussão

Em abril de 2015, fui à edição de número 43 da Mega Record & CD Fair, que acontece em Utrecht, cidade distante 50 km de Amsterdã. Como mencionei anteriormente, esta feira é conhecida como uma das maiores do mundo. Nesta edição, havia 26 países representados. Uma das conversas durante o evento foi com um *dealer*

10 Gerard é a pessoa responsável pelo website lpvinyl.nl, citado anteriormente. No ar desde o ano 2000, o website sem fins lucrativos começou e se mantém como um hobby. Apesar de ser um hobby, é muito completo, com atualizações frequentes, funcionando como fonte confiável de informação sobre vinil na Holanda e Benelux, e é totalmente em neerlandês. Depois de algumas trocas de email para agendar uma entrevista, eu fui até Amersfoort, uma cidade distante 50 km de Amsterdã, para encontrar Gerard e aprender um pouco sobre discos de vinil na Holanda.

brasileiro, que me disse “vinyl revival é uma mentira inventada pela mídia”, uma vez que discos de vinil nunca pararam de serem vendidos. Existe um nicho que sempre comprou. Um tipo diferente de pessoas, talvez 1% das pessoas no mundo, segundo este *dealer*, mas eles sempre compraram vinil.

Gábor Vályi escreveu um artigo sobre *2nd hand vinyl* na Hungria. Uma das mais importantes contribuições do artigo de Vályi é como ele constrói uma categorização de diferentes tipos de compradores de vinil.

People buying a record out of nostalgia or audiophile inclination do not usually differentiate between different editions of the same recording and prefer a flawless new copy to a scratchy and crackling original pressing. Similarly, casual buyers may find it surprising that collectors will pay multiple times the price of an easily available domestic release for a rare foreign LP (VÁLYI, 2012, p. 17).

Em outros estudos é possível encontrar diferentes categorizações para compradores de vinil. Um exemplo são aqueles que Fleck (2008) entrevistou para seu vídeo etnográfico, chamando-os de *heavy-users*. Observando estes *heavy-users*, Fleck encontrou 5 pontos que fizeram seus interlocutores se identificarem como colecionadores: i) eles passaram a organizar seus discos e a completar discografias; ii) eles eram vistos como colecionadores por outras pessoas, que os convidavam para atuarem como DJs em festas; iii) em algum ponto, eles tiveram problemas com seus equipamentos de reprodução dos discos, forçando-os a pararem de ouvir os discos e, então, reconheceram quão importante era ouvir seus discos; iv) eles possuem materiais especiais, nunca lançados oficialmente; v) eles perceberam a si mesmos tornando-se mais seletivos para as compras.

Discordo de Fleck sobre identificar *heavy-users* considerando a necessidade de cumprir estes 5 pontos, porém, de alguma maneira, os colecionadores que entrevistei para esta pesquisa passaram pela maioria destes pontos. E é sobre estas diferenças que meu interlocutor estava falando no primeiro trecho que reproduzi aqui (Qual o tamanho de sua coleção?). O sujeito que estava garimpando o estoque de hip hop da loja provavelmente é um comprador casual, segundo a classificação de Vályi. Os outros de quem meu interlocutor falava, aqueles que gastam tempo e dinheiro para ir a feiras, são colecionadores. O mesmo nicho sobre o qual o *dealer* brasileiro falou, que nunca parou de comprar vinil. E, tal como Fleck notou em seu estudo, meu interlocutor tornou-se mais seletivo para comprar discos, incluindo se permitir gastar mais.

Para entender o que ser um colecionador significa, ao olhar na literatura, é possível achar algumas definições, como esta:

Collecting is a specialised form of consumer behaviour (i.e. acquiring, using, and disposing of products). Collecting is inherently acquisitive because its primary focus is on the gathering more of something (BROWN, 1988).

In the most common contemporary form of collecting, the objects collected are acquired through marketplace purchase; used through maintenance, display, and related curatorial activities; and disposed of only at death. Rather than viewing shopping as a necessity or even odious task to be minimised or avoided, a collector commits to a constant and continual shopping trip in pursuit of object for the collection (BELK, 1995, p. 16).

Esta definição quase explica o comportamento de um colecionador de vinil como meu interlocutor do primeiro trecho, exceto por “focus in on gathering more of something”. Colecionadores de vinil, como meu interlocutor, podem diminuir suas coleções em busca de

qualidade. Este também foi o caso de Gerard. Ele tinha em torno de 10.000 discos, mas, atualmente, tem 2.500, ele diminuiu sua coleção buscando qualidade ao invés de quantidade.¹¹

Colecionadores podem diminuir suas coleções procurando ter apenas itens de qualidade, mas a posse de uma coleção é necessária. Mesmo nos dias atuais, quando a sociedade pode ser interpretada como uma sociedade consumista preenchida com itens descartáveis (BAUMAN, 2007), colecionadores de vinil possuem uma coleção e agem para manter sua posse. Daniel Miller cita Simmel para destacar que posse não é um estado estático, mas uma atividade, e que “possession is held to indicate a profound relationship since its durability goes beyond the pleasure of immediate gratification” (MILLER, 1987, p. 75). É curioso pensar sobre consumidores de vinil utilizando os conceitos de Zygmunt Bauman, pois, parece que, ao menos para colecionadores, o item vinil se refere a uma fase sólida da modernidade, com uma sociedade de produtores primeiramente orientada à segurança¹². Uma segurança baseada na posse de bens, e estes bens

11 Outras razões para o decréscimo na quantidade de discos de uma coleção necessitam melhor investigação em estudos futuros, mas vale considerar a peculiar situação de espaço físico restrito nas capitais europeias. Por exemplo, para acomodar uma quantidade de 2000 discos de vinil, é necessário um espaço com 0,3 m de profundidade, 1,8 m de altura e 1,5 m de largura (0,45 m²), sendo que mais de 13% das residências da região de Amsterdã possuem menos de 50 m² de área utilizável (EUROPEAN UNION, 2015, p. 72).

12 O termo “segurança”, como é utilizado aqui, se restringe ao sentido dado por Bauman quando explica a sociedade de produtores como “a kind of society committed to the cause of stable security and secure stability, relying for its own long-term reproduction on patterns of individual behaviour designed to follow those motives”. Tais motivações são explicitadas pois “it put a wager on the human desire for a reliable, trustworthy, orderly, regular, transparent, and by the same token durable, time-resistant and secure setting” (BAUMAN, 2007, p. 29). Sendo assim, a segurança expressa pela posse de discos de vinil não apresenta relação com a segurança física e a cultura do medo explicitada nos estudos sobre criminalidade.

devem ser duráveis o suficiente para ultrapassar o prazer imediato da aquisição, como Miller destacou.

Todavia, quando pensamos no vinil como um bem, outras coisas devem ser adicionadas à durabilidade do item físico. Durante a feira em Utrecht, mencionada antes, um *dealer* holandês me explicou que eu não deveria usar termos como consumo de vinil porque consumo é um termo capitalista, e vinil não é sobre capitalismo. Esta conversa ficou em meus pensamentos, então, quando assisti a *Sound It Out*, um documentário de 2011 sobre a última loja de vinil de Tesside, Inglaterra, algumas pistas foram adicionadas a partir de uma sentença falada pelo proprietário da loja de discos de Tesside: “Discos contêm memórias”.

Para contribuir no entendimento do que esta sentença significa, apresento uma citação de um capítulo escrito por Kevin Moist em um livro chamado *Contemporary Collecting: objects, practices, and the fate of things*. O capítulo de Moist começa com uma descrição de como ele se tornou um colecionador de discos e, em algum ponto, ele traduz o significado de sua relação com os discos de vinil com estas linhas:

[T]hat, I think is what I started to collect – not just the LPs as objects, but the experiences they generated, the wider view of the world they provided. The records did more than just play music, – they expanded how I thought about where things came from and what they meant, about history and culture. Because of those records, my own world changed – I understood certain things differently as a result of listening to the sounds in the grooves (MOIST, 2013, p. 230).

Adicionado à esta citação, trago, novamente, o que Jos disse no segundo trecho reproduzido (Disco é saudável), como colecionar discos pode conectar aos seus valores e à forma meditativa com que ou-

vir discos funciona, estão, de alguma forma, concordando com a defesa que o *dealer* holandês fez sobre a perspectiva capitalista de olhar como os discos de vinil são consumidos. Posso adicionar, também, a técnica a que Natasja se referiu, no terceiro trecho reproduzido (Você usa seu cérebro, é desafiador), que contribui para que ela prefira discos de vinil aos CDs, embora CDs sejam atualmente vendidos por um preço bem inferior aos discos de vinil.¹³

Neste sentido também veio o sorriso que se mantinha no rosto de Siebrand, quando ele recebeu um disco como presente de seu amigo, no quarto trecho citado (Presente que vale um sorriso). Seguindo a atribuição de Marcel Mauss da importância do presente para a construção de uma relação social (neste caso específico, parece ser especialmente comprovado, uma vez que Siebrand me explicou que o presente veio de uma amizade nova), aquele momento de receber um presente é, agora, parte de uma memória relacionada àquele objeto, àquele vinil como felicidade traduzida num rosto sorridente. Eu também mencionei o fato de que Siebrand estava lendo concentrado a capa do disco. Não era uma coincidência. A característica de prestar atenção aos discos de vinil foi também mencionada por Jasper, quando me explicou a diferença entre ouvir um disco em vinil ou alguma música num mp3 player. Em outros formatos de música você facilmente passa para a próxima faixa, mas, em vinil, você para para ouvir. Dominick Bartmanski e Ian Woodward recentemente escreveram um artigo sobre vinil enquanto mídia analógica em tempos digitais, e eles apontam a experiência de ouvir discos de vinil com estas palavras:

13 Por exemplo, o disco Blackstar de David Bowie (data de lançamento: 07 de janeiro de 2016), encontrava-se no topo da lista dos mais vendidos em 30 de janeiro de 2016. Neste dia, a maior e mais antiga loja de Amsterdã (Concerto Record Store) apresentava os seguintes valores (em euros) para comercialização de um exemplar novo da edição Holandesa de Blackstar: Vinil = €29,99; CD = €16,99.

The vinyl, which must be flipped at the end of each playing side, commands attentions and sensitises listeners to both overall structure and details of a record [...] these aspects of the vinyl as an attention-riveting medium and awe-inspiring artistic message are explicitly appreciated by the youngest groups of contemporary consumers [...] not just those who grew up with records as the medium (BARTMANSKI & WOODWARD, 2015, p. 8).

Falando em grupos de jovens consumidores contemporâneos, apesar dos aspectos não capitalistas dos discos de vinil, não posso ignorar os fatos do quinto trecho (Urban Outfitters e as vitrolas Crosley). É importante dizer que não há prova real sobre a baixa qualidade desta marca de vitrolas, apenas comentários de colecionadores, não somente aqueles com quem eu conversei pessoalmente, mas, também, comentários como estes em mídias sociais.¹⁴ O mesmo nível de comentários críticos sobre as vitrolas Crosley acontece também sobre a Urban Outfitters como um local que vende vinil. Buscando algumas pistas da razão pela qual as pessoas com quem eu conversei faziam reclamações sobre a Urban Outfitters como comerciante de discos, encontrei a informação de que, em setembro de 2014, o chefe do escritório administrativo da cadeia de lojas, Calvin Hollinger, havia feito um pronunciamento de que a companhia era a maior vendedora de discos de vinil no mundo. Uma semana depois, a Billboard apresentou dados de um survey, contestando as afirmações de Hollinger e destacando que o posto pertence ao website de comércio Amazon. Apesar disso, pude perceber que um ano depois, o pronun-

14 Existem muitas contas de colecionadores, vendedores ou compradores casuais de discos de vinil no Instagram, por exemplo. Estas contas geralmente mostram fotos ou vídeos de discos de vinil, algumas somente para exibição, outras com intenção de comercialização, mas este assunto deve ser retomado em um artigo futuro específico sobre o papel das redes sociais no consumo atual de discos de vinil.

ciamento de Hollinger continuava reverberando nas lojas de discos de Amsterdã.

De qualquer forma, o ponto de eu trazer esta discussão para este texto vai no sentido de responder ao meu objetivo geral de entender do que se trata o *vinyl revival*. Dentre outros, foi pensado, para tanto, no papel que as vitrolas Crosley e a Urban Outfitters desempenham no consumo de vinil atual, especialmente como o *dealer* Holandês pontuou, no sentido capitalista, do vinil como um objeto para vender. No livro *Subculture: the meaning of style*, de 1979, Dick Hebdige citou John Clarke dizendo que

[t]he diffusion of youth styles from the subcultures to the fashion market is not simply a 'cultural process', but a real network or infrastructure of new kinds of commercial and economic institutions. The small-scale record shops, recording companies, the boutiques and one – or two – woman manufacturing companies – these versions of artisan capitalism, rather than more generalised and unspecific phenomena, situate the dialectic of commercial 'manipulation' (HEBDIGE, 1979, p. 95).

Sendo assim é importante pensar sobre o que uma cadeia como Urban Outfitters e uma bem conhecida marca de vitrolas representam em tempos onde expressões como *vinyl revival* são usadas pela mídia.

A questão é que há todo um *hype*¹⁵ em cima desta volta dos discos de vinil, enfatizando o aumento das vendas de discos novos, sobretudo impulsionada pelas campanhas de lojas como Urban Outfitters para atrair um público alvo novo, e jovem, a tornar-se consumidores deste objeto e das formas de consumir (além das vitrolas Crosley, a

15 Este termo pode ser traduzido como euforia, porém o seu uso é comum em ações de propaganda publicitária, como estratégia de marketing para promover uma ideia ou produto.

loja também vende as molduras para exibir na parede o disco adquirido, como citado por Siebrand). Esta volta dos discos é noticiada como algo surpreendente, mas, neste ponto, eu gostaria de resgatar a ideia de convergência proposta por Henry Jenkins em 2006. A proposta por trás da ideia de Jenkins era contrapor o pensamento de que uma nova mídia necessariamente destrói a antiga, e que foi difundida, por exemplo, quando os CDs emergiram no final da década de 1990 e o consenso era de que os discos de vinil acabariam (*CD is killing vinyl*). Enfim, após o trabalho de campo e a oportunidade de observar e interagir na cultura do disco de vinil em Amsterdã, os resultados obtidos me levaram a desconstruir a ideia de *vinyl revival* propagada, com o aumento na venda de discos novos, apenas.

A conclusão a que a pesquisa me levou é a de que, de acordo com a ideia de convergência, é possível que se mantenha, na modernidade, um objeto feito com uma tecnologia criada em um período anterior à sociedade de cultura agorista (*nowist*, conforme BAUMAN, 2007), em que o conceito de obsolescência programada é incorporado no cotidiano. Com a convergência é possível compreender que discos com mais de 30, 40 anos continuem com plena funcionalidade em uma época em que consumir e descartar é a regra.

Conclusão

Para finalizar minhas reflexões sobre discos de vinil em Amsterdã, eu gostaria de sublinhar alguns pontos. Mesmo que Amsterdã não seja referência ao redor do mundo como uma peça importante em questões musicais, ou tenha uma história documentada bem divulgada sobre suas lojas de discos, como as lojas da Inglaterra, famosas pelo livro de Graham Jones, *Last Shop Standing*, a cidade tem, de fato, algo que podemos chamar de cultura do vinil. Esta cultura em torno do vinil foi construída ao longo de muitos anos e muitas práticas,

como a existência da maior loja independente de discos da cidade, Concerto, que está em atividade desde 1955, bem como um fato importante da cena atual: a existência de 30 lojas, sendo que 3 abriram suas portas no meio tempo desde que comecei a pesquisa. Também devo destacar a existência da *Record Industry*, uma planta de prensagem fundada em 1958, em Haarlem, cidade distante 20 km de Amsterdã, ainda em funcionamento e reconhecida como uma das maiores do mundo, com capacidade de produção atual de 30.000 discos por dia. Vale, também, citar que a edição de Amsterdã do *Record Store Day* é um sucesso crescente, ano a ano. Ainda, algo que não se restringe à Holanda, mas que pude observar durante o trabalho de campo, foi o constante uso do *Discogs*¹⁶ em feiras e lojas de discos.

Portanto, o que pude constatar durante a pesquisa foi que o *vinyl revival* em Amsterdã extrapola a ideia simplista de que se trata, apenas, do aumento na venda de discos novos. É, então, na verdade, uma coexistência de um objeto tido como do passado, com os meios modernos. Ou seja, os novos elementos possibilitados pela modernidade, e todas estas interações em mídias sociais, websites de trocas de informações, novos formatos de lojas de discos, e possibilidades geradas pela internet.

Referências

BARTMANSKI, D.; WOODWARD, I. “The Vinyl: the analogue medium in the age of digital reproduction”. *Journal of Consumer Culture*, v. 15, n. 1, p. 3-27, 2015.

BAUMAN, Z. *Consuming Life*. Cambridge: Polity Press, 2007.

BELK, R. W. *Collecting in a Consumer Society*. New York: Routledge, 1995.

16 Discogs foi criado em 2000. Funciona como um catálogo virtual, com base de dados alimentada por usuários, o que significa que usuários podem colocar informações de coleções pessoais para registrar ou comercializar formatos de mídia como vinil, CD, cassette, DVD, Bluray. O uso que observei foi a consulta de preço médio do disco, por parte de colecionadores, utilizando smartphones, antes de comprarem nas feiras e lojas.

- EUROPEAN UNION. *People in the EU: who are we and how do we live?* Eurostat – Statistical Books. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat>>. Acesso em: 30 jan. 2016.
- FLECK, J. P. S. *O colecionador de vinil: um estudo vídeo-etnográfico*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS.
- HEBDIGE, D. *Subculture: the meaning of style*. London: Routledge, 1979.
- HELLEBRANDT, L. & RIAL, C. “Digging vinyl records in Amsterdam record stores: discussing key concepts from material culture”. *Poster*. I APEB-NL Annual Meeting. Utrecht, 18 abr. 2015.
- JENKINS, H. *Convergence Culture: where old and new media collide*. New York: University Press, 2006.
- JONES, G. *Last Shop Standing: whatever happened to record shops?* London: Proper Music Publish, 2014.
- MILLER, D. *Material Culture and Mass Consumption*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.
- MOIST, K. “Record Collecting as Cultural Anthropology”. In: MOIST, K.; BANASH, D. (Orgs.). *Contemporary Collecting: objects, practices, and the fate of things*. New York: Scarecrow Press, 2013.
- SOUND IT OUT. 2011. Direção: Jeanie Finlay. United Kingdom, 2011. Documentário. 75 min.
- VÁLYI, G. “Treasures and Debris: differing assessments and changing values in second hand vinyl exchange in Hungary”. *EastBound*, v. 3, n. 1. 2012.

Apêndice 1



Apêndice 2



DO LIXO AO PRATO: UM ESTUDO SOBRE A REUTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS A PARTIR DA CONCEPÇÃO DE DIFERENTES CLASSES SOCIAIS¹

Kamila Guimarães Schneider

Caroline Soares de Almeida

Introdução

A separação das plantas e animais em “bons para pensar” e “bons para comer”, determinada pelas lógicas totêmicas, revela uma complexa taxionomia que torna cada espécie designada a uma função dentro de um sistema simbólico (LÉVI-STRAUSS, 1975; LÉVI-STRAUSS, 2011). Tal taxionomia também pode revelar diferenças entre clãs, castas e grupos por meio da sua alimentação. Dentro dessa perspectiva, procuraremos fazer um diálogo partindo da ideia da relação entre classes sociais, alimentação e lixo em Florianópolis. Para tanto, utilizaremos os conceitos de Bourdieu (2011) referentes a “espaço e campo social” e “classes”. O autor pensa espaço social através da representação do mundo social “construído na base por princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo” (Op. cit., p. 134). A posição de um indivíduo no espaço social é definida pela distribuição dos poderes nos quais ele atua em diferentes campos e, sobretudo, em função dos capitais econômico, cultural, social e simbólico. Dentro dessa perspectiva, “o campo social” apresenta-se como um espaço multidimensional de posições: os agentes estão distribuídos, numa dimensão, de acordo com “o volu-

1 Pesquisa apresentada no Grupo de Trabalho 16 - “Antropología de la basura: Detritus del consumo e insumos industriales”- na XI Reunión de Antropología do Mercosul em dezembro de 2015.

me global de capital” que possuem e, em outra, segundo o conjunto de suas posses. Capital, para o sociólogo francês, é composto por uma gama de possibilidades, entre elas, o capital social, capital econômico e capital cultural, sendo que todos esses nos possibilitam ver o que o autor chama de capital de distinção ou capital simbólico. Qualquer que seja a sua espécie, “produz separações destinadas a serem percebidas, ou melhor, conhecidas e reconhecidas como diferenças legítimas” (BOURDIEU, 2011, p. 144). As posses irão compor o capital, portanto, estão ligadas à ideia de propriedade tanto material, quanto simbólica (BOURDIEU, 2007).

As “classes”, para Bourdieu, estão baseadas no conhecimento do espaço das posições². Ao fazer um recorte pensando o conceito de classes, o autor a classifica como um conjunto de agentes sociais que ocupam posições semelhantes e, se colocados em condições e condicionamentos semelhantes, apresentam atitudes e interesses semelhantes. Esses espaços que são atribuídos às classes sociais, demonstram que o gosto não está ligado apenas aos agentes ou a questões nutricionais. Bourdieu (2007) faz uma reflexão do “gosto” a partir do poder econômico. Parte da estética e da arte para classificar o gosto no que chamou de “gosto puro” e no que chamou de “gosto bárbaro” e sua relação com os diferentes campos sociais. Para além do “capital econômico”, o gosto está vinculado principalmente ao “capital cultural”, constituído, sobretudo, a partir da trajetória de vida dos agentes. É o que Carmen Rial (1988) afirma ao refletir sobre o gosto das/os moradoras/es da região do Canto da Lagoa, em Florianópolis. Segundo a antropóloga, o que irá definir diferentes gostos em populações

2 Bourdieu entende espaço das posições como condicional e relacional: “um conjunto de campo social que permite pensar a posição de cada agente em todos os espaços de jogos possíveis” (2011, p. 135).

homogêneas economicamente, como a do “Canto”, está diretamente relacionado a essa flexibilização do “capital cultural”:

São os garçons dos restaurantes da Lagoa os primeiros a adotarem as janelas “coloniais” nas suas casas, são os jovens do Canto os primeiros a adotarem o gosto pelo surf e pela ecologia, são as faxineiras nas casas de famílias do Condomínio VILLAGE as primeiras a destinarem um quarto dentro da casa para a TV retirando-a da sala, e é o construtor de casas para o “pessoal de fora” o primeiro a construir uma casa de dois pisos para a sua família” (RIAL, 1988, p. 36).

O bairro do Canto da Lagoa, em Florianópolis está localizado na região da Lagoa da Conceição, importante ponto turístico da cidade. Até o final da década de 1980 e início de 1990, o local tinha como característica uma população detentora de capitais econômico e cultural homogêneos, e que descendia de pescadores e pequenas/os agricultoras/es.³ Carmen Rial realizou sua pesquisa já dentro desse processo de transição do bairro, dentro do que chamou de tentativa de distinção a partir do afastamento do grupo de origem e, por sua vez, da aproximação com outra classe social.

Como nos lembra Roberto DaMatta (1986), a forma como comemos e o que comemos são elementos definidores de nossa inserção em classes sociais. Para DaMatta, porém, outros fatores pesam: ele aponta, igualmente, a identidade nacional como definidora do gosto por determinados sabores. Essas classes sociais e identidades acabam por marcar as relações entre as pessoas. Como a comida, o lixo acaba

³ Destacamos aqui a diferença entre as duas atividades em Florianópolis em meados do século XX: enquanto, na agricultura, as mulheres participavam ativamente das etapas de plantio e colheita; na pesca, as mulheres permaneciam ausentes, sendo convocadas apenas para o cozimento do peixe. O rancho de pesca era um local predominantemente masculino.

também tendo um papel de definição de classes e identidades. Não jogamos tudo ou qualquer coisa fora.

Para aplicar essas teorias, buscamos como nosso universo de pesquisa duas edições de um evento chamado de Disco Xepa que foram realizados em áreas diferenciadas, com participantes que integram classes sociais diferenciadas. O primeiro evento que descrevemos foi realizado na comunidade Chico Mendes, na periferia de Florianópolis, em uma parceria com o projeto Revolução dos Baldinhos.⁴ A outra edição do Disco Xepa aconteceu na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e estava vinculada a um fórum chamado “Sustentar 2014: Energias Renováveis, Consumo Responsável, Agricultura Urbana e Rural”.

Nos dois eventos do “Disco Xepa”, a discussão entre alimentos puros e poluídos – o que é próprio ou impróprio para comer – girou em torno de dois aspectos principais. O primeiro é referente à separação entre o que é considerado lixo (poluição) e não lixo (alimentos puros, úteis ou próprios para comer). A busca pela separação entre “puros” e “impuros” (DOUGLAS, 1991) nos eventos chamados Discos Xepas implica uma desconstrução de um padrão estético – utilizado aqui no sentido amplo do que se refere ao belo e bom – que define os alimentos que apresentam algum sinal de degradação como impróprios para o consumo. Já, na Revolução dos Baldinhos, a separação é definida pelo material orgânico que pode ser utilizado nas composteiras – casca de frutas, restos de alimento, guardanapo de papel usado, coador de café descartável etc – e o que deve ser enviado para o lixo ou reciclagem.

⁴ A Revolução dos Baldinhos é um projeto de gestão comunitária de resíduos orgânicos na comunidade de Chico Mendes, em Florianópolis, que está vinculado à ideia de prática de agricultura urbana.

A ideia do que é alimentação saudável é central aqui. Tal discussão pode ser vista em Poulain (2013) e Fischler (1995). Ambos mostram que, apesar da valorização das questões e das discussões sanitárias, esta visão nem sempre é a preponderante, pois a questão do gosto e das formas de preparar que são atribuídas à tradição e à identidade, também podem ser vistas como insalubres e insanitárias de acordo com certos padrões higienistas. Sobre a questão do bem-estar e da comida como fundante de uma vida saudável, temos, o trabalho de Menasche (2004) sobre consumo de transgênicos. Entendidos como nocivos à saúde, os alimentos transgênicos aparecem nos discursos dentro de uma concepção de medo e perigo. Como mostra Menasche, contudo, na prática, a ideia do saudável nem sempre é aplicada, sendo os transgênicos consumidos em diversos produtos alimentares.

A ideia de uma alimentação saudável não deixa de estar relacionada à discussão que é trazida por Fischler (1995) e Poulain (2013). Dentro dessa perspectiva, discorreremos, aqui, sobre as restrições e impactos que envolvem a alimentação e a ansiedade gerada pelo advento da intensificação do sistema global e a mudança dessa visão entre as diferentes classes sociais. Para tanto, trabalhamos com questões que giram em torno da ideia de lixo e alimento – o que é considerado lixo? O que é considerado alimento “bom para comer”? De que forma as diferentes classes sociais lidam com essas concepções?

Do lixo à xepa

Para um melhor entendimento sobre o assunto, faz-se necessária uma explicação acerca dos conceitos de lixo e de xepa, bem como estes se diferenciam entre si. À primeira vista, temos a sensação de que se trata de algo autoexplicativo. Afinal, lixo é sujeita. Mas, ao refletirmos sobre os conceitos de perigo de Mary Douglas (1991); po-dre de Lévi-Strauss (2006), logo nos deparamos com a complexidade

que seria discutir esta temática. Como dito anteriormente, estamos realizando como recorte a ideia de que diferentes grupos sociais apresentam diferentes conceitos de lixo e alimento.⁵

As catadoras de lixo estudadas por Rita de Cássia Franco Rêgo, Maurício L. Barreto e Cristina Larrea Killinger (2002), por exemplo, veem como lixo os resíduos sólidos urbanos inorgânicos⁶ que não possuem utilidade. Para elas, sem utilidade significa sem valor de troca, venda ou uso. Um dado importante coletado nesta pesquisa está no conceito de lixo como algo relativizado: enquanto, para alguns, um objeto pode ser classificado como lixo, para outros, não. As/os autoras/es acima citados demonstraram que o lixo classifica os grupos socialmente e economicamente, mostrando que as pessoas que possuem menor renda consideram menos coisas como lixo. Contudo, há uma opinião comum entre as informantes utilizadas nessa pesquisa: a classificação de lixo como sendo restos de comida, cascas de fruta e de verduras. Isso entra em contraposição com a ideia de lixo e xepa, que aqui são vistos como sinônimos.

Retornamos ao triângulo culinário de Lévi-Strauss, baseado na tríade cru – cozido – podre. O que, para Lévi-Strauss (2006), seria classificado como “podre”, muitos grupos sociais consideram como lixo. Contudo, o que algumas pessoas descartam como lixo, pode ser visto por outras como algo a ser comido e cozido para festejar – como a própria xepa. Falamos do festejar, pois, para Lévi-Strauss, a comida assada é relacionada à nobreza, logo, à abundância e ao desperdício. O desperdício, apesar de estar diretamente ligado à questão da estrutura de produção, tem um papel diferenciador quando analisamos o

5 Dessa forma, ao falarmos em camadas sociais altas, podemos atribuir ao conceito do lixo como tendo um valor simbólico semelhante ao que Sahlins (2003) – pensando na burguesia – atribui às roupas.

6 Termo também utilizado por suas informantes.

Disco Xepa – e a própria ideia de xepa. Nesse caso, ao colocá-lo sob perspectiva, as questões morais e ambientais que cercam o imaginário sobre o desperdício incentivam uma mobilização para o uso da xepa, ao invés de descartá-la. Logo, se nos pautarmos nos conceitos levis-traussianos, tendemos a ver a xepa como um estágio intermediário entre a natureza e a cultura, pois está em um estágio em que não é nem considerada assada nem cozida, mas que tem elementos de ambos. Já a comida fervida, é ligada diretamente à ideia de cozido, isto é, de um alimento que necessita de um intermediário entre o fogo e o alimento, de modo usual, a água. É uma comida pautada na endocozinha no que se refere à perspectiva da comida da família. É vinculada ao âmbito do doméstico, logo, do econômico. Assim, está muito próxima à ideia de xepa enquanto uso máximo do alimento.

Quando Mary Douglas (1991) nos fala sobre as categorias de “pureza” e “perigo”, ela nos fornece base para analisarmos o lixo como sendo socialmente estabelecido dentro do princípio de alimento perigoso: produto que não deve ser consumido em hipótese alguma. Sua poluição é estabelecida por meio do contato tanto direto quanto simbólico. Dentro dessa perspectiva, podemos utilizar a metáfora de Roberto DaMatta (1986) para exemplificar a ideia do contágio. “Você é um lixo” é uma forma de designar a impureza ou o perigo que o sujeito representa, logo, não é apropriado que se crie relações sociais com ele para que não haja contaminação, pois, “uma laranja podre estraga as outras”.

Esta visão é muito similar à relação que criamos, em função de um sistema globalizado, de grande ansiedade alimentar em que tudo pode ser perigoso, ainda mais quando os meios de comunicação, os especialistas da área da saúde, a vigilância sanitária, entre outros, nos anunciam o risco. O risco alimentar está presente no estudo de Fischler (1995) quando fala de “cacofonia alimentar” e “polifonia ali-

mentar”, o que se refere ao fato de que, nos dias atuais, as informações sobre alimentação estarem cada vez mais popularizadas. Vemos nutricionistas, médicas/os, biólogas/os, cientistas sociais falando e se preocupando com o tema, sendo cada vez mais divulgado pelos meios de comunicação. Um sistema maior de proteção relacionado à alimentação sanitariamente tratada está sendo criado, com embalagens específicas, com controle de qualidade adequado até chegar à boca do consumidor. Assim, as comidas que não fazem parte desse sistema de cuidados geram ansiedade, sendo assim atribuída à ideia de risco. Jean-Pierre Poulain (2013) também trata sobre este assunto, mostrando, através da doença da vaca louca, como o consumo de gado gerou uma ansiedade muito forte.

Giddens (1990), ao falar sobre risco e confiança, nos mostra como damos legitimidade aos especialistas, isto é, aos sistemas peritos. Portanto, se nutricionistas dizem que devemos ter cuidado com alimentos que não possuem determinados selos de qualidade, devemos desconfiar destes alimentos. Ao classificar os riscos, o autor propõe que existe um tipo específico que está diretamente relacionado à alimentação: a forma como a sociedade manipula a natureza, realizando alterações genéticas, por exemplo, reescrever: como os transgênicos – alimentos consumidos que devem possuir restrições e/ou ser evitados (MENASCHE, 2004). No entanto, apesar de se estabelecer o discurso de risco, não existe um afastamento de fato em seu consumo. Essa mesma ideia de risco está presente no imaginário da xepa, pois, apesar de não possuir nenhum fator de risco eminente, o aspecto não comum do alimento somado ao fato de fazer parte de um “resto” faz com que a xepa acabe sendo categorizada como perigosa. Além disso, muitas vezes não estão adequadas a padrões e selos de qualidade, pois são alimentos de feira não embalados: “Por que vou pegar uma verdura com furos e estranha, parece estar ‘buchada’ se posso pegar a bonita

em outro lugar e embaladinha bonitinha no mercado?” (narrativa de um participante do Disco Xepa).

Vimos, em nossa etnografia, que xepa e lixo são categorias diferentes para os grupos que montaram o evento. A xepa é popularmente vista como sendo a sobra alimentar reaproveitável. Essa sobra pode significar desde a comida que poderá ser requeitada até os alimentos que não foram vendidos e que, por conseguinte, seriam deixados pelos feirantes. Em decorrência disso, o final da feira é chamado de hora da xepa, pois são os alimentos que não foram escolhidos pelos demais compradores até então, por causa de sua aparência ou por estarem “passados”, isto é, com batidas, cortes entre outros danos. Acabam, assim, tendo seu valor reduzido pelo seu aspecto feio. Para alguns, a xepa é vista como lixo orgânico, para outros, como um alimento. Dessa forma, o evento Disco Xepa tem como objetivo demonstrar que esse alimento identificado como lixo, por ter aspecto não consumível e ser algo a ser descartado por sua aparência, não o é. De acordo com a organização do evento, ele não representa um alimento sanitariamente inseguro, portanto, pode ser usado em preparo de comida e é bom para consumo.

Após esse breve aporte sobre as ideias de lixo e de xepa, podemos explicar melhor o evento que nos deu subsídio para escrever esta etnografia. Disco Xepa é um evento que surge em prol do não desperdício alimentar, da ampliação do aproveitamento integral dos alimentos e de uma “alimentação saudável”. Procura mostrar, entre outras coisas, que a utilização destes produtos não é “impura” e, sim, faz bem tanto para a saúde quanto para o “planeta terra”. Estes alimentos que iriam ser jogados fora; que teriam como destino os lixões e os aterros sanitários por seus aspectos assimétricos, esteticamente com uma aparência

“feia”, com “machucados”, entre outras “imperfeições”⁷ que fazem com que o produto perca seu valor de troca, servirão agora para produzir pratos saborosos que serão distribuídos à comunidade.

Esta iniciativa teve seu início a partir de dados fornecidos pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO),⁸ os quais mostram que dois terços dos produtos alimentícios jogados fora no mundo poderiam servir para consumo. Este evento é realizado pelo Movimento *Slow Food*, (SCHNEIDER, 2015), que nasceu nos anos 1980 como uma forma de combate ao *Fast Food* (RIAL, 1992) e tem como pretensão o rompimento com a larga cadeia produtiva do alimento, primando por uma alimentação chamada por eles de “boa, limpa e justa”. O evento Disco Xepa teve sua primeira edição na Alemanha com o nome de “*Schnippel Disko Soupe*” em que houve a preparação coletiva da comida que seria distribuída gratuitamente para a população.

Do lixo à horta

Antes de entrarmos na análise do campo, nos eventos Disco Xepa propriamente dito, é preciso uma explicação mais detalhada sobre a Revolução dos Baldinhos. O Projeto Revolução dos Baldinhos teve início em 2008, junto às comunidades Chico Mendes, Novo Horizonte e Nossa Senhora da Glória, que fazem parte da Região Chico

7 Os termos estão utilizados entre aspas por se tratarem de termos empregados pelos organizadores do evento para caracterizar os produtos da xepa a partir de um olhar comum. O que eles pretendem mostrar é que estas imperfeições fazem dos alimentos demarcadores de uma certa “pureza” alimentar.

8 FAO é um setor da Organização das Nações Unidas (ONU), instituída no pós-segunda Guerra Mundial, no ano de 1945, com o objetivo de combater a fome e a miséria. Para isso, seu foco está no desenvolvimento agrícola, segurança alimentar e melhoria nutricional para todo o mundo (Dados extraídos do site: <https://www.fao.org.br/quemSomos.asp>. Acesso em: 31 nov. 2014).

Mendes, situada no Bairro Monte Cristo, área continental de Florianópolis. A ocupação de tal área é decorrente de um fluxo migratório do interior do estado de Santa Catarina em direção à região da Grande Florianópolis crescente até meados da década de 1980 (ABREU, 2013). O processo de empobrecimento que envolveu os pequenos agricultores no interior do país entre as décadas de 1950 e 1970 levou muitas famílias a deixarem o campo a caminho das regiões metropolitanas em busca do que chamavam de uma vida melhor (DURHAM, 1978). Em Santa Catarina, estima-se que, entre as décadas de 1970 e 1980, mais de 100 mil pessoas tenham deixado as áreas rurais. O aparecimento de favelas na região da Grande Florianópolis aparece como consequência desse processo, já que grande parte dessas famílias não encontrava empregos que possibilitassem boas condições de vida – moradia digna, alimentação, saneamento básico, educação e cobertura médica. O crescimento do bairro do Monte Cristo⁹ é um exemplo dessa ocupação urbana.

A Comunidade Chico Mendes, lugar de realização desta pesquisa, é descrita pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, como a área da cidade que detém a maior concentração de famílias em situação de pobreza. É considerada uma zona de risco, com infraestrutura urbana precária e altos índices de criminalidade, constituindo um “problema social”. Isso significa que a comunidade possui condições inadequadas de moradia, de saneamento, de saúde e de lazer para seus moradores (LIMA, 2003).

Entre 1998 e 2011, a comunidade passou por uma revitalização que resultou na construção de conjuntos habitacionais, pavimentação das vias, sistemas de drenagem, ligação de água e luz e áreas de

9 A comunidade estava situada inicialmente no centro de Florianópolis, atrás de onde hoje está Assembleia Legislativa, sendo transferida para a região conhecida como Pasto do Gado, na divisa dos municípios de Florianópolis e São José. Ver Lima (2003).

lazer. No entanto, problemas relativos à deposição de dejetos nas ruas e terrenos baldios causavam infestação de ratos gerando, portanto, risco de doenças às/aos moradoras/es. Com o intuito de utilizar e eliminar esses resíduos sólidos orgânicos produzidos pela comunidade e, por conseguinte, implementar hortas urbanas, nasceu a Revolução dos Baldinhos. Desde o início, a comunidade contou com a assessoria do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo¹⁰ (CEPAGRO) e apoio da Companhia Melhoramentos da Capital (COMCAP). O projeto conta com integrantes, quase todas mulheres, que fazem parte da comunidade e que são responsáveis pelo que chamam de “sensibilização” das famílias locais. Para a sensibilização, essas agentes comunitárias fazem visitas nas casas de moradoras/es a fim de explicar a relevância de separar os resíduos orgânicos já na cozinha. A “sensibilização” com as famílias também é um ponto bastante importante no dia a dia da Revolução. É a partir dessas conversas que depende o sucesso das composteiras. Estima-se encontrar até 5% de outros tipos de materiais – plástico, isopor, papel, vidro – entre o material orgânico coletado, o que é chamado de “infrações”. Se a contaminação for superior, significa que existe algo de errado com a “sensibilização”, existindo a necessidade de essa ser reforçada.

Cada moradia recebe um baldinho para armazenar esse material. O processo de coleta dos resíduos é realizado nos Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) ou por membros da comunidade, que também são responsáveis pela reviragem,¹¹ distribuição de hortas verticais e peneiragem da terra adubada, ações que compõem o projeto Gestão

10 Tal entidade mantém parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina.

11 Reviragem é o termo utilizado para a técnica que faz com que o composto que esteja na parte inferior da compostagem passe a ficar na parte superior da compostagem. Essa técnica é feita para que se elimine excesso de gás carbônico e água. Para melhor entendimento sobre compostagem e suas etapas, ver: Cooper et al. (2010).

Comunitária de Resíduos.¹² Ao final desse processo, o adubo fica disponível à venda, o que gera parte da renda do projeto. Abaixo, apresentamos um esquema¹³ que mostra o passo a passo da “Revolução”:

Reunião de Grupo → Trabalho e Organização → Sensibilização da Comunidade → Separação do Lixo → Pontos de Entrega Voluntária → Virada das Bombonas → Compostagem → Lavação das Bombonas → Limpeza do Pátio → Peneiração → Venda do Adubo e Entrega do composto para as Famílias do Bairro → Comunidade ↔ Hortas Escolares – Palestras – Encontros com as Famílias – Oficina de Agricultura Urbana – Hortas Verticais ← Capacitação ← Reunião de Grupo (CONCEIÇÃO, 2015).

Tivemos contato com o grupo em maio de 2014, quando participamos de um mutirão com a finalidade de refazer a pintura do galpão-sede, preparar a horta e realizar a reviragem das leiras/composteiras. As hortas estão espalhadas pela comunidade – pátio da escola, nas casas, ao lado da quadra – enquanto as composteiras estão dispostas apenas no pátio da escola.

De acordo com moradoras/es e integrantes do projeto, a “Revolução”, conforme foi apelidada, trouxe muitos benefícios à comunidade, os quais vão além da eliminação dos resíduos. As falas das/os moradoras/es remetem a um aumento na autoestima local. Estigmatizada pelas páginas policiais dos veículos de comunicação como um local violento, a Região da Chico Mendes, a partir da “Revolução”, passou a ser reconhecida internacionalmente como precursora na utilização de resíduos sólidos orgânicos como matéria-prima para compostagem comunitária na América Latina. Além disso, integrantes do

12 Ver em Abreu (2013).

13 Ver Ana Karolina da Conceição, “Sensibilização da Revolução dos Baldinhos”, Caramanchão, março de 2015, p. 28.

projeto viajam realizando palestras e cursos sobre gestão comunitária de resíduos orgânicos e agricultura urbana.

Com a criação das hortas comunitárias e a distribuição de canteiros verticais, a alimentação das pessoas do local sofreu mudanças. A inserção de saladas e legumes no dia a dia tornou-se mais frequente. No entanto, as narrativas das/os moradoras/es tratam esse aspecto como uma consequência do projeto. A principal motivação para a criação da compostagem e da Revolução dos Baldinhos como um todo gira em torno da eliminação dos resíduos orgânicos que estariam nas ruas da comunidade ou em aterros sanitários. A Revolução dos Baldinhos está passando por um período de transição em que os membros da comunidade estão se capacitando para transformá-la em uma cooperativa ou associação.

Xepa na Revolução dos Baldinhos

No dia dezoito do mês de outubro de 2014, a mobilidade para um dia de domingo na Comunidade Chico Mendes se alterou. Trampolins e brinquedos para as crianças foram instalados. *Rappers* se encontraram para mostrar seus versos. E, claro, o que gerou tudo isso foi a comida, ou melhor, a comida de xepa. A data foi escolhida para comemorar a semana do Dia Mundial da Alimentação. A movimentação já era percebida no início da manhã, pelas 9 horas, e se estendeu até o final da tarde, pelas 19 horas. Nesse evento, foram servidos café da manhã, almoço e lanche da tarde. Torna-se importante salientar que, assim como todas as edições do Disco Xepa, os preparativos dos alimentos iniciaram-se no dia anterior. A comensalidade¹⁴ se deu

14 Utilizamos o termo comensalidade para referirmos o ato de comer com uma perspectiva além do nutricional e de sobrevivência. Comensalidade vemos como, além destes dois elementos, um ato social que envolve o grupo e não algo apenas individual. Que envolve ritos, práticas e símbolos específicos.

dentro da sede da Revolução dos Baldinhos onde foi montada uma enorme mesa para colocar os alimentos a serem servidos. A intenção era organizar essa mesma mesa na rua em frente à sede. Contudo, após uma grande chuva de primavera, a mesa teve de ser realocada.

Os participantes do evento eram, em grande parte, pessoas da Região da Chico Mendes: moradoras/es da periferia da cidade, que trabalham de oito a doze horas por dia, de segunda a sexta e, alguns, inclusive aos finais de semana. Para eles, o lazer é vinculado ao dia de domingo, chamado de dia de folga, onde podem descansar e desfrutar do ócio. Esse foi um dos motivos, inclusive, da escolha da data para o evento. Assim, seria possível abarcar um maior número de pessoas. Em especial, havia grande concentração de moradoras/es participantes ou ex-participantes da Revolução dos Baldinhos, além de pessoas próximas e esse grupo.

A preparação dos alimentos foi realizada em um espaço comunitário do bairro cedido pela comunidade. Esse espaço localizava-se algumas quadras da sede da “Revolução”, onde seria servida a comida. Lá foram preparados os pratos que precisavam de fogo. Esse preparo se deu em conjunto com a comunidade e as/os participantes do movimento *Slow Food*, em especial cozinheiras/os e nutricionistas, num espaço onde se estabelecia uma troca de conhecimentos tradicionais e científicos. As pessoas responsáveis pelo preparo da comida acabaram por comensalizar naquele espaço mesmo, criando um ambiente de familiaridade e espaço privado. Ao mesmo tempo, também eram preparados outros alimentos na própria sede da Revolução dos Baldinhos, tais como sucos e saladas. Aquilo que não havia a necessidade de fogão ou de muitos utensílios para o preparo – no caso, apenas facas e liquidificador – foi arranjado em um âmbito público.

Os alimentos utilizados como matéria-prima para os pratos foram doados por sacolões,¹⁵ da Central de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S/A (CEASA-SC)¹⁶ e por empresas privadas que tinham em estoque alguns produtos que não conseguiriam vender ou utilizar em tempo, como o salmão e alguns utilitários para o preparo do alimento. Esses alimentos, ao final, também foram distribuídos para as pessoas que participaram do evento, tanto em seu estado *in natura* como já preparado como comida, isto é, já tendo passado por um processo de produção simbólica do assado ou cozido.

Com a finalização do preparo, nos dirigimos para a entrega dos alimentos no local em que seria servida a comida. Alguns pratos foram levados a pé até o local, mas, em sua maioria, foram com a *Kombi* da Revolução dos Baldinhos. Quando foram chegando e sendo distribuídos na mesa, os olhares e as falas amenizaram e as pessoas foram se encaminhando ao redor para começar a entender o que estava sendo servido. Dentre as comidas servidas, havia alguns tipos de tortas com verduras e legumes variados, inclusive alguns ingredientes eram Plantas Alimentícias Não-Convencionais (PANCs)¹⁷, exibidinho de batata com salmão¹⁸, salada com várias folhosas e legumes, cuscuz de

15 Sacolões são locais de venda de produtos alimentares, em sua maioria frutas e verduras, isto é, produtos chamados do “campo”, com um preço mais acessível que são postos em sacolas. Os produtos a serem comprados são pesados todos juntos. Muito comum na cidade de Florianópolis.

16 Local que tem como função fazer uma mediação entre os produtores e os consumidores. Incluem hortaliças, produtos alimentícios derivados da pesca, frutas, plantas ornamentais e artesanais, produtos da granja.

17 Plantas Alimentícias Não Convencionais são plantas que podem ser consumidas, mas que, popularmente, são consideradas mato, ou plantas ornamentais. E que, atualmente, estão sendo resgatadas para consumo alimentar.

18 Exibidinho é o nome dado por uma das cozinheiras ao prato para se opor a um prato popular chamado mocozinho ou escondidinho, em que, ao invés de salmão, é feito com carne bovina moída. Ao invés de esconder o recheio entre duas camadas

peixe, chuchu com caldo de camarão, batata ao murro com molho *pesto*, couve flor e brócolis no molho branco, entre outras coisas. É importante salientar que os talos destes produtos foram usados para fazer outros pratos.

O fascínio e o estranhamento tomaram conta da população ali presente. A familiaridade com alguns produtos ou com a forma de preparo era aparente tanto nos olhares e expressões faciais, quanto no discurso:

Nós estamos no puro luxo, tem coisa aqui que só ouvia falar, nunca tinha visto, muito menos comido. Estamos burguês hoje, pura ostentação. Tem muita coisa diferente, muita coisa mesmo, fartura. Mas que tem umas coisas de *granfino* que é bonita mas tem uns gostos estranhos tem que que é aquele peixe rosa, salmão né, bom, pura *finesse*, mas sei lá nada de mais nisso. Prefiro meu arroz e feijão (Participante 1).¹⁹

A familiaridade com o arroz e feijão exposta pela mulher imediatamente nos remeteu à referência que Roberto DaMatta (1986) faz sobre a comida nacional do brasileiro: a definição do arroz e feijão de forma conjunta, de maneira a ver o prato como um símbolo que nos aproxima da identidade brasileira, a ideia da mistura. Não é mais nem arroz, nem feijão e, sim, uma miscigenação. É essa a identidade que a participante traz, a partir de seu hábito alimentar, como sendo um reflexo de sua própria identidade.

de purê de batata, deixou o recheio em cima, exibindo-o. Isto, segundo a cozinheira, foi feito em decorrência dos espinhos do salmão.

19 Participante 1 é uma mulher que se autodeclara mulata, casada, moradora do bairro e que atua no projeto, Revolução dos Baldinhos. Possui filhos e, antes de se engajar do projeto trabalhava em casa, fazia faxinas e cuidava dos filhos. Vem da classe popular. Faz parte da igreja evangélica, algo que aparenta em suas vestes, discursos e práticas.

O estranhamento se deu mais com relação aos ingredientes usados. Muitos alimentos considerados por eles mais como “de luxo”, do que o como xepa. Não traziam em seu discurso uma visão de “impureza” do produto consumido. Alguns até mencionaram que vão ao CEASA buscar as xepas para levar para casa; outros ficaram interessados com a ideia de poder fazer o mesmo. Também muitas mulheres ficaram satisfeitas por verem as/os filhas/os consumindo verduras e frutas, como declarou uma delas: “Foi por causa do evento que meu filho agora adora suco de fruta, quer sempre fazer agora, não aguentamos mais em casa tanto suco, mas é bom, é fruta, faz bem né, fruta é muito saudável”.

A busca por um aproveitamento total dos produtos foi um dos maiores cuidados no evento. Foram utilizados pratos de papelão para que pudessem ser descartados na compostagem do bairro. Também foi pedido para que se levassem copos para o consumo de bebidas para a diminuição do uso dos copos descartáveis de plástico. Inclusive não se viam muitas sobras de comida nos pratos, que, em grande medida, foram jogados vazios em bombonas azuis, grandes, que possuíam placas escritas a mão que identificavam a separação do lixo. Uma identificava os resíduos que deveriam ser descartados para virarem composto, enquanto a outra identificava o descarte dos demais materiais recicláveis. O que nos reporta à ideia principal passada pelo evento: mostrar que “o que se perde vai para a xepa da xepa que é a compostagem, que é a Revolução do Baldinhos, não se desperdiça nada”.

Xepa na Assembleia Legislativa

Depois de desfrutarmos dos deliciosos sabores servidos na periferia da cidade de Florianópolis, num anoitecer, a parte central sente o aroma da comida que antes seria lixo e se encanta. Ao passarmos

pela ponte Hercílio Luz e entrarmos na Ilha, chegamos à Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Lá ocorreu o primeiro Disco Xepa da cidade. Este estava vinculado a um evento apoiado pela Universidade Federal de Santa Catarina denominado Sustentar 2014. O evento tinha como temática central a agricultura urbana, que, entre diversas questões levantadas, se incluía estudos sobre a questão ambiental e resíduos.

Apesar de ser um evento sobre agricultura urbana com o objetivo abarcar um público de diversas classes sociais, como produtores familiares, o local onde aconteceu o evento e onde ocorreram as divulgações acabou por restringir este público. Dessa forma, observamos um grande número de estudantes e professores universitários, sendo predominantes os provenientes das áreas das ciências da terra e agrárias. Contudo, ocasionalmente, nesse dia, também estava ocorrendo outro evento. Esse último abordava questões relativas à Política como temática. Os participantes, por sua vez, eram hegemonicamente políticos e pessoas de vários ramos da área do Direito.

Em decorrência desse choque de interesses com relação ao espaço físico para utilização dos eventos, como também ideológico, percebeu-se, no ambiente da Assembleia Legislativa, situações de conflito, no sentido atribuído a Simmel (1983).²⁰ Pois, apesar de gerar questões negativas como mal-entendidos, disputas, perturbações e destruições, essa destruição também tem sua contribuição, entre outras coisas, à reelaboração e à reestruturação dos grupos em conflito:

A extensão e a combinação da antipatia, o ritmo de sua aparição e desaparecimento, as formas pelas quais é satisfeita, tudo isso a par de elementos mais literalmente unifica-

20 Entendemos aqui conflito a partir de Simmel (1983) como sendo um fenômeno que constrói a vida social e a causa do conflito é a dissociação. Contudo, esta dissociação não é vista apenas como sendo um aspecto somente negativo, contém, em si, aspectos positivos e negativos mutualmente.

dores, produzem a forma de vida metropolitana em sua totalidade insolúvel; e aquilo que à primeira vista parece desassociação, é na verdade uma das formas elementares de socialização (SIMMEL, 1983, p. 128).

Entre disputas de microfones, de espaços e de acessibilidade, surge a comida como um mediador deste conflito. Essa comida se torna um elemento de apaziguamento entre os grupos que ali estavam em disputa, um elemento que uniu o que estava desunido. Uma comida antes vista como impura e perigosa, agora é elemento que une e se torna um espaço em que os sujeitos conseguem reunir-se para confraternizar, mesmo apresentando divergências.

A Assembleia Legislativa é um local frequentado por uma classe social alta que, em sua maioria, possui “capital escolar” elevado (BOURDIEU, 2007). Os trabalhadores detentores de “capital simbólico” reduzido são desvisibilizados neste espaço. Podemos notar isso, a partir da posição ocupada nesse espaço social por profissionais da limpeza, da segurança e de outros ramos profissionais que não necessitam de um “capital escolar” elevado, que só passavam naquele espaço quando tinham que exercer alguma função como limpar a sopa que caiu ou entregar algo que foi solicitado. Estas pessoas, quando foram comensalizar, permaneceram entre os seus para desfrutar, a fim de não adentrar o saguão onde os demais participantes estavam localizados. Ao final, lhes foram entregues as sobras da refeição que os demais não quiseram levar.

As xepas utilizadas como ingredientes para os pratos servidos foram, assim como na Revolução dos Baldinhos, arrecadadas, em sua maioria, nos sacolões e na CEASA-SC. No entanto, também contaram com a doação de xepa de comércio de legumes e verduras denominados orgânicos. O preparo da comida se deu em um espaço afastado do local onde foi comensalizada, na sede do Serviço Social do Comércio (SESC), local em frente à Assembleia que possuía os

equipamentos necessários para a produção. Isso porque, além de ter cursos técnicos e de capacitação que envolvem a produção de comida, também possui um projeto chamado “SESC mesa Brasil”,²¹ que estava envolvido no evento, o que tornou possível levar os alimentos mais frescos para o consumo. Esta preparação durou em torno de sete horas, sendo que todos os pratos oferecidos foram produzidos por cozinheiras/os formadas/os em gastronomia, ou donas/os de restaurantes e nutricionistas, membros do movimento *Slow Food*, sem o auxílio dos grupos que iriam comer.

Antes da chegada da comida, uma mulher com o olhar entretido nas idas e vindas de pessoas arrumando as coisas para a janta indagou para um dos integrantes do evento sobre quais comidas seriam servidas. Ao se falar da xepa e explicar que eram alimentos que iriam ser jogados fora por sua aparência, seus olhos arregalaram e rapidamente perguntou:

Mas isso é comestível? Tem certeza? Vi na televisão que comer essas coisas não faz bem, minha mãe desde pequena não deixava eu comer nem fruta do pé, porque podia estar contaminada e suja, imagina se tiver bicho dentro. Vocês têm certeza do que estão fazendo? (Participante 2²²).

21 O Mesa Brasil é uma rede nacional de banco de alimentos que tem como meta ações educativas e distribuição de alimentos. Estas ações educativas são voltadas às questões de reeducação alimentar, não apenas dirigidas à infância, mas também fornecendo cursos e palestras sobre segurança alimentar e nutricional. E a distribuição dos alimentos é de produtos excedentes ou não comercializáveis que ainda são consumíveis, isto é, das xepas. Por isso que o apoio e a ajuda foram diretos, inclusive os participantes do evento Disco Xepa apoiam e incentivam esta rede.

22 Participante 2 é uma mulher nascida nos anos de 1970, em uma família de classe alta, cujo pai é médico e a mãe não possui emprego, viveu toda a sua vida em bairros nobres de cidades de grande porte. Ela estava no evento em decorrência do seu trabalho, que era na Assembleia, e tinha diploma de bacharel em Direito.

A mulher só ficou calma quando descobriu que, na equipe, tinha uma nutricionista e várias/os cozinheiras/os formadas/os que asseguraram que não era perigoso e não iria causar nenhum dano à sua saúde. Isso nos remete à ideia do saber perito de Giddens (1991), que se refere às “certezas” emanadas do saber especializado, em que o sujeito que o detém conhece com afinco uma especialidade de forma técnica, prática e teórica. Mas, mesmo assim, a ansiedade alimentar (“risco”) tomava conta da mulher e ela cheirou e olhou a comida atentamente antes de comer.

Ação que se diferencia das/os participantes do evento Sustentar 2014. Como em sua grande maioria são pessoas vinculadas ao campo, direta ou indiretamente, por meio de teorias e práticas, estas acabaram por se deslumbrar com a iniciativa. Acharam muito adequada a refeição servida ali, pois, além de ser gostosa, também era diretamente relacionada à temática do evento.

O interesse pela movimentação dos pratos e talheres chamou a atenção das/os participantes dos eventos ali realizados, inclusive das/os funcionárias/os da classe mais baixas e que ficaram à espera da chegada das comidas – essas vieram em panelas trazidas por chefes de cozinha vestidas/os de forma a serem distinguidas/os como tal. No passar do tempo se via uma interação entre os grupos que outrora se evitavam. Viam-se, assim, pessoas trajadas em roupas formais – terno e gravata – de forma a deixar claro sua distinção, interagindo com universitários vestidos de coturnos, camisas xadrez e calça jeans. Esses últimos, embora trajassem vestes que se inserem dentro de um estilo considerado mais casual, acabavam transparecendo um capital cultural elevado, relativo àqueles pertencentes ao campo intelectual da agronomia ou voltados a interesses rurais.

Os pratos consistiam em duas sopas: uma era de abóbora e outra de batata e linguiça, um *mix* de salada que era acompanhado por um

molho de iogurte com abacate e pimenta rosa, pão com *caponata*²³ e, para a sobremesa, foi feito um creme de *papaya* com catuaba, tendo o prato um pepino como símbolo. Todos os ingredientes que foram utilizados para a produção dos pratos faziam parte da estação. Além disso, o interesse dos organizadores, desde o início, era o de serem recolhidos/recebidos alimentos produzidos na região. Isso demonstra que o intuito não era apenas mostrar a possibilidade de consumir alimentos vistos como lixo, mas também de divulgar e incentivar o consumo de alimentos da região e da estação.

No final da janta, muitos daqueles que antes desconfiavam da comida, até a levaram para casa: “nunca imaginei que jogava fora como lixo algo que poderia ser um ingrediente tão bom para fazer comida; agora vou até ir ao sacolão pedir as sobras [risada]” (Participante 3²⁴). Por outro lado, os estudantes de Agronomia e demais estudantes e professoras/es que estavam presentes, por fazerem parte deste saber perito, tinham reações diferenciadas diante da comida, afirmavam que “esta sim, é comida de verdade”, pois são esquisitas e feias por não possuírem adubos químicos e “se os bichos comeram, é porque é bom mesmo”.

No final foram distribuídas as comidas que sobraram entre os participantes que estavam presentes e queriam levá-las para casa. De acordo com a fala de um dos integrantes do evento:

Realizar uma janta com xepa e jogar o resto fora não faz sentido algum. Nós fazemos comida com a matéria-prima que iria fora e joga a comida com que ele foi feito como lixo. Ele não é lixo também é xepa, só que não é xepa da

23 Caponata é um antepasto típico italiano que tem como ingredientes-base abobrinha, berinjela e tomate. Sabe-se, desde Fischler (1995) e Poulain (2013), que os alimentos podem sofrer alterações conforme as adaptações culturais, mas o ingrediente mínimo (no caso, a berinjela) se mantém.

24 O participante 3 é um homem branco de classe alta.

matéria-prima e sim a xepa da comida. O desperdício não está só nos ingredientes, mas na comida como um todo. Na verdade vejo xepa na vida de hoje onde tudo que compramos é descartável e jogamos fora. Falamos da comida para pensarmos no consumo e no modo de vida como um todo (Participante 4²⁵).

Do lixo à reciclagem

No contexto supracitado, do evento na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, os pratos eram de vidro e os talheres de metal. Eram materiais laváveis e reutilizáveis, sendo vistos como lixo apenas no momento que se quebrassem ou entortassem. Contudo, muitos guardanapos, copos de plástico e restos de alimento foram jogados fora. A comida que sobrara dos pratos, que não fora consumida, também foi para o lixo. Assim, as sobras, em sua maioria resíduos sólidos recicláveis, eram descartadas em lixeiras levadas por expositoras/es do evento Sustentar 2014 que trabalhavam justamente sobre as formas de descarte do lixo, bem diferente do que ocorreu na Disco Xepa da Revolução dos Baldinhos, onde inclusive os pratos eram de papel para que pudessem ser descartados na composteira.

Essas lixeiras na Assembleia Legislativa possuíam as cores convenionadas para cada tipo de resíduo, tendo escrito em seu centro o devido descarte conforme a cor, a fim de ensinar aqueles que desconhecem as regras a respeito. Essas escritas acompanhavam o devido símbolo de reciclável. As cores e seus respectivos descartes de resíduos sólidos secos estavam disponíveis da seguinte maneira: 1) Amarelo para metal: latas, produtos de alumínio, peças de cobre, chumbo, bronze, fios e pequenas sucatas; 2) Verde para vidro: alguns tipos de garrafas, frascos, potes e copos independentemente da cor; 3) Azul

25 Participante 4 é homem que faz parte da organização dos Disco Xepa.

para papel: jornais, revistas, cadernos, embalagens e papelão; 4) Vermelho para plástico: outros tipos de garrafa, sacos, sacolas, potes, tampas, em suma, matérias derivadas do petróleo.

Além dos quatro tipos de descarte de recicláveis, também havia uma quinta lixeira marrom, que seria utilizada para rejeito de resíduo orgânico. Isso, na Assembleia, resumia-se às sobras de comida. Esse também é convenicionado como lixo reciclável. Mantendo o símbolo das três flechas que formam um triângulo. Tal desenho tem como significado a circularidade do produto, seguindo a frase de Antoine-Laurent Lavoisier (2007), que “na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”.

O recolhimento desses resíduos sólidos e a limpeza da cidade de Florianópolis são realizados pela Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP). Tal órgão ficou encarregado de recolher tudo o que foi descartado no evento. É uma empresa mista, isto é, recebe auxílio financeiro tanto da prefeitura, quanto de empresas privadas. A COMCAP não forneceu nenhum tipo de informação que nos permitisse observar se haveria uma distribuição dos resíduos sólidos orgânicos para compostagem ou para outro tipo de descarte que não fosse aterro sanitário ou lixão.

Apesar de tal descarte ser chamado de reciclável, há dois destinos possíveis para eles. Em primeiro lugar, se for utilizado corretamente, será entregue para empresas que utilizarão este material como matéria-prima para produzir produtos finais totalmente diferentes do que se tinha anteriormente. Entre os exemplos, estão camisetas de garrafa pet, “madeiras” feitas com plástico e pneus que viram asfalto. Em segundo lugar, poderão ser utilizados como matéria-prima, mantendo suas características, mas com utilidades diferentes da anterior: vasos de garrafa pet, vidro para a utilização de arte em mosaico, bonecos de sucata. Esse último caso também é chamado de reutilização ou reaproveitamento. Normalmente o reaproveitamento é feito pela/o

própria/o consumidora/or do que era a matéria-prima ou de artesãs/ãos e por catadoras/es de lixo.

Em nossas observações, pudemos notar que não havia muito conhecimento diante do ciclo do que era descartado entre as/os participantes do evento político que estava ocorrendo. Diferentemente daquelas/es presentes no evento Sustentar 2014. Aliás, no próprio evento, tal tema era bem cotado, tanto no que tange à questão da compostagem, quanto no descarte de outros tipos de materiais, passando por alguns riscos gerados por determinados descartes. Entre estes riscos estão a poluição, o uso de agrotóxicos e o descarte de suas embalagens. Isso mostra que não é apenas o produto em si o causador de danos tanto ao ser humano e animais, como para o meio ambiente.

Conclusão

Dentro dos propósitos apresentados neste ensaio, pudemos perceber que existe uma nítida diferença nos estilos de vida entre as/os frequentadoras/es da “Disco Xepa” realizada na Assembleia Legislativa e na comunidade Chico Mendes. Estes estilos de vida diferenciados surgem nos discursos e práticas com relação ao lixo, como foi possível presenciar em campo. Retomando Bourdieu, os grupos que fazem parte de classes com “gostos puros” se isentam dos produtos consumidos no momento em que é realizado o descarte, perdendo total contato ou conhecimento do seu percurso pós-lixo. Podemos observar que a narrativa de algumas pessoas na Assembleia remete a certo interesse e conhecimento dos danos. Apresentam discursos acerca dos perigos que tais materiais podem causar ao ecossistema, mas, no momento do descarte, não os fazem de acordo com o indicado pela COMCAP, alegando que “vai tudo para o mesmo lugar”, “no fim para que separar?”. Cabe ressaltar que estas posições não são hegemônicas entre as classes, pois, no evento da Assembleia havia, também, ativistas da

agroecologia que tendiam a ter um discurso próximo ao apresentado pela Revolução dos Baldinhos. São, inclusive, as/os mesmas/os a prestar apoio técnico e especializado ao Projeto.

Em contrapartida, os grupos que fazem parte das classes de “gostos bárbaros” tanto não se isentam do destino do lixo, como promovem meios para diminuir o impacto deste no meio ambiente. Além disso, a obsolescência de materiais²⁶ dá lugar a um uso mais duradouro, sendo utilizados principalmente como canteiros: monitores, televisores, móveis, pneus, restos de obras, tudo pode vir a se tornar uma horta. O que era considerado lixo e causava transtorno nesse grupo social, agora é visto a partir de uma valorização positiva que traz benefícios econômicos, sociais, assim como prestígio para a comunidade.

Ao vermos as comidas distribuídas notamos um estranhamento em relação aos gostos das classes, bem como os desperdícios gerados por estes gostos. Na Disco Xepa da Revolução dos Baldinhos foram servidos pratos com produtos do que chamam de cozinha “refinada”, com receitas feitas à base de salmão e camarão. A princípio, as pessoas aparentemente mantiveram um determinado “receio” de comer, porém, ao ingerir, apresentaram reações que denotavam feições de “nem é tanta coisa assim” ou, mesmo, de desprezo. Na Assembleia Legislativa, alimentos vistos como consumo de pessoas ligadas ao meio rural ou de classes populares – como sopas de legumes e linguíça – foram servidos num meio que se pensavam como sugestão de lanche da tarde, *canapés*. Não podemos esquecer que o intuito principal da “Disco Xepa” gira em torno da ideia do que se pode preparar com alimentos que outrora iriam para o lixo: a divisão entre pratos mais elaborados

26 Inclusive usando coisas que já tinham sido descartadas anteriormente por classes mais altas.

ou mais simples pospõe a ideia de reaproveitamento e de não desperdício de comida.

A quebra do cotidiano apresentada pela escolha dos pratos remete mais, talvez, ao estranhamento. Seja pela simplicidade e praticidade, ou, mesmo, pelo refinamento. Não apenas as comidas mostram uma diferença com relação às práticas alimentares de ambos os espaços sociais, mas também os utensílios e materiais utilizados para produzir e consumir a comida demonstram essa distinção.

A partir dos discursos e práticas expostos neste ensaio, podemos notar que os conceitos de lixo foram reconfigurados nesses eventos. Aquilo que era considerado lixo, para as pessoas envolvidas no *Slow Food* – Disco Xepa, é xepa, e pode ser utilizado para o consumo. Para as pessoas envolvidas no *Slow Food* – Revolução dos Baldinhos é resíduo orgânico, portanto, deve ser utilizado no processo de compostagem. É no evento do Disco Xepa na Chico Mendes que o conceito de xepa é “extraído” do resíduo orgânico. No entanto, não existe um conflito de ideias. Pelo contrário, o que se vê é um alargamento do que se entende por comida, o que é “bom para comer” (no sentido atribuído por Lévi-Strauss). Aspectos econômicos e ambientais são levados em conta nesse alargamento, porém, a ideia de manter uma alimentação saudável parece prevalecer.

Podemos fazer um diálogo com o filme “Ilha das Flores” para fomentar a discussão em torno do quão relativa é, tanto a ideia do que é lixo, quanto a do que é comestível. O filme, dirigido por Jorge Furtado, em 1989, mostra desde a produção – no caso, de um tomate – até o que é seu descarte em um aterro sanitário, situado, naquela época, na Ilha das Flores, na região metropolitana de Porto Alegre. Dessa forma, o diretor demonstra como esse descarte é relativizado e está presente em todas as etapas do processo alimentar: o tomate que é plantado e colhido; depois, é selecionado como próprio para venda-

consumo; chega ao supermercado, onde é escolhido por uma mulher que o leva para casa. Depois de passar por várias etapas de seleção, ele finalmente é descartado pela consumidora que o define, através de um julgamento baseado na estética, como não sendo próprio para o consumo. Ao chegar no aterro sanitário, o lixo é dividido: uma parte se torna material com valor de revenda para alimentar porcos, enquanto aquilo que não serve nem a esse propósito entra no espaço de consumo alimentar de pessoas de baixa renda que moram na Ilha. Ali, na Ilha das Flores, não se tem apenas lixo, mas também o que podemos considerar como a mais extrema xepa.

Referências

- ABREU, M. J. *Gestão comunitária de resíduos orgânicos: o caso d/o projeto Revolução dos Baldinhos (PRB), capital social e agricultura urbana*. 2003. 184 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- BOURDIEU, P. *Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2007.
- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- COOPER, M. et al. *Compostagem e reaproveitamento de resíduos orgânicos agroindustriais: técnico e prático*. Piracicaba: ESALQ - Divisão de Biblioteca, 2010.
- DAMATTA, R. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- DOUGLAS, M. *Pureza e perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu*. Lisboa: edições 70, 1991.
- DURHAM, E. *O caminho da cidade*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- FISCHLER, C. *El (h)omnívoro: El gusto, la cocina y el cuepo*. Barcelona: Editorial anagrama, 1995.

- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- LIMA, D. J. “*Só Sangue Bom*”: construção de saberes e resistência cultural como expressão do protagonismo juvenil. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- LÉVI-STRAUSS, C. *A origem dos modos à mesa*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. (Mitológicas 3)
- _____. *O pensamento selvagem*. Campinas: Papirus, 2011.
- _____. *Totemismo hoje*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- LAVOISIER, A. *Tratado elementar de química*. São Paulo: Madras, 2007.
- MENASCHE, R. “Risco à mesa: alimentos transgênicos, no meu prato não”. *Revista Campos*, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 111-129, 2004.
- POULAIN, J. *Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2ª edição, 2013.
- RÊGO, R. C. F.; BARRETO, M. L.; KILLINGER, C. L. “O que é lixo afinal? Como pensam mulheres residentes na periferia de um grande centro urbano”. *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p. 1583-1592, 2002.
- RIAL, C. *Mar-de-Dentro: a transformação do espaço social na Lagoa da Conceição*. 1998. 383 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- _____. *Le goût de l'image: ça se passe comme ça chez les fastfoods: étude anthropologique de la restauration rapide*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Université de Paris V-Sorbonne, Paris, 1992.
- SAHLINS, M. “La Pensée Bourgeoise: a sociedade ocidental como cultura”. In: _____. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 179-219, 2003.

SCHNEIDER, K. G. “A Revolução está no prato”: do global ao local no movimento *Slow Food*.” 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SIMMEL, G. “A natureza sociológica do conflito”. In: MORAES FILHO, E. (Org.). *Simmel*. São Paulo: Ática, p. 122-134, 1983.

Introdução

A arte contemporânea trouxe com ela um amplo leque de abordagens voltadas para os campos político, cultural e social. São cada vez mais numerosos os artistas que versam seus olhares sobre nossas sociedades. No caso do lixo, trata-se de uma questão em evidência em nossos dias. O lixo incomoda, o lixo preocupa. Ao problematizá-lo, a arte nos instiga a transformar as relações que temos com ele. Alguns artistas vêm, assim, empregando estratégias para questionar e contestar as ideologias e os princípios estabelecidos, os hábitos e normalidades que orientam os indivíduos na sociedade de consumo. Mediante abordagens críticas, buscam provocar e sugerir novos significados às situações, experiências e compreensões que temos do mundo. Convencidos do poder de transformação que a arte pode ter sobre a existência cotidiana e sobre a sociedade, têm convidado seus sujeitos à reflexão e ao debate. Como nota Jean-Marc Lachaud,

Les artistes contestataires interviennent en fait sur tous les fronts en façonnant des oeuvres dont l'originalité formelle exacerbe souvent la charge dénonciatrice. Les injustices qui caractérisent les sociétés capitalistes, les luttes politiques et sociales (passées et présentes) qui s'y déroulent parfois durement, les désirs de vivre une autre vie (qui se déclinent ouvertement ou secrètement) font l'objet de l'attention acérée des artistes. (LACHAUD, 2007, p. 37).

No que concerne à questão do lixo, ao se apropriarem dele para dar forma a suas obras e/ou elaborar ações e intervenções de caráter conceitual, pedagógico, ou outro, tecem comentários e levantam

questionamentos que buscam chamar a atenção para temáticas como o consumo, o descarte, o reaproveitamento, o meio-ambiente, entre outras.

Durante estágio pós-doutoral vinculado ao Programa CAPES/NUFFIC, realizado em Amsterdã, no período entre abril de 2014 e março de 2015, realizei uma etnografia fílmica junto a artistas com esse perfil, estabelecidos em diferentes cidades da Holanda, Inglaterra e França. Ao apresentar as abordagens e as narrativas dos artistas envolvidos, esta comunicação procura explorar algumas estratégias desenvolvidas pela arte para comentar, questionar, criticar e/ou conscientizar acerca da onipresença do lixo na sociedade contemporânea. As práticas artísticas podem sugerir novas perspectivas críticas com relação à problemática em questão? De que forma os artistas têm buscado promover diálogos com a sociedade para evocá-la? De que modo articulam interações entre estéticas formais e função social da arte, entre poéticas e políticas?

O texto traz igualmente apontamentos sobre a imersão em campo, sobre as relações interdisciplinares em seu âmbito, sobre os questionamentos que emergem das práticas visuais adotadas para a realização do filme produzido durante a pesquisa, sobre as condições de produção de imagens e sobre as questões de caráter objetivo e subjetivo que delas despontam.

As cidades e o lixo

Quando fui convidada pela Professora Carmen Rial a integrar a equipe do projeto de pesquisa “Modernidade, o meio ambiente e novas noções sobre lixo e pureza”, idealizado em parceria com o Professor Freek Colombjin, numa ponte entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a *Vrije Universiteit Amsterdam*, algumas

indagações surgiram prontamente: Como levantar questões eficazes para pensar o lixo? Por onde abordar o assunto? E como?

Do meu lugar de fabricante de imagens,¹ pensei em fazer delas o meu ponto de partida. Foi, desse modo, que adentrei o tema, imageticamente, recorrendo a uma incursão atenciosa por filmes como “*Les glaneurs et la glaneuse*” (Os catadores e a catadora), de Agnès Varda; “A boca de lixo”, de Eduardo Coutinho; “Ilha das Flores”, de Jorge Furtado; “Estamira”, de Marcos Prado; “O lixo extraordinário”, de Lucy Walker. Cada qual com sua especificidade, estes filmes confirmam, através dos personagens filmados, que o conceito de lixo é algo relativo. Quando Agnès Varda apresenta sujeitos catando restos de frutas e legumes descartados nos finais de feiras, em “*Les glaneurs et la glaneuse*”, ou quando “Estamira”, no documentário de Marcos Prado, dialoga com outros catadores do lixão do Rio de Janeiro, que procuram o alimento diário, percebe-se que, o que pode não ter valor para uns, tem para outros.

Bertolt Brecht, em sua famosa peça de teatro “Diálogos de Exílio” (1997), escrita em 1957, enunciava, na fala de dois de seus personagens, a relatividade do valor atribuído às coisas: o valor de algo depende do lugar onde se está. Essa relatividade é evocada por Mary Douglas (2001), que mostra, em seu estudo “Pureza e perigo”, que a ideia de impureza é algo relativo. Douglas defende que a impureza (podemos pensar no lixo como exemplo de impuro) consiste em uma categoria dinâmica, que é parte de um sistema classificatório, codificada por uma dada sociedade.

É ainda possível pensar a relatividade do valor atribuído às coisas por intermédio da ideia de obsolescência, uma condição frequente-

1 Meus estudos e experiências em arte e antropologia, com ênfase em antropologia visual, fizeram das imagens uma constante em meus processos de pesquisa e produção artística.

mente atribuída aos objetos na contemporaneidade. Nesse sentido, podemos acompanhar o pensamento de intelectuais como Zygmunt Bauman (2013), que mostra que o lixo é um produto da sociedade de consumo, onde nada está autorizado a durar mais do que deve, onde a efemeridade das coisas ganha importância em detrimento da durabilidade; e de Hannah Arendt (2008) que, com a mesma lógica, mostra que a

(...) desvalorização de todas as coisas, isto é, a perda de toda a valia intrínseca, começa com a sua transformação em valores de mercadorias, uma vez que, desse momento em diante, elas passam a existir somente em relação a alguma outra coisa que pode ser adquirida em seu lugar” (2008, p. 179).

Conservar bens implica, então, a perda da possibilidade do consumo. Seguindo normas do excesso de publicidade e oferta diária de novos e atraentes produtos, os indivíduos são cooptados à aquisição constante de novas mercadorias, e colaboram com o projeto consumista. Continuando com Hannah Arendt,

nas condições modernas, a bancarrota decorre não da destruição, mas da conservação, porque a própria durabilidade dos objetos é o maior obstáculo ao processo de reposição, cuja velocidade em constante crescimento é a única coisa constante que resta onde se estabelece esse processo (Ibid., p. 265).

Essa rápida flutuação de valores, no caso das grandes metrópoles, pode ser observada nas vias públicas, onde encontramos objetos, muitas vezes ainda em boas condições, depositados nos containers de lixo ou descartados pelas calçadas, os quais são ocasionalmente recuperados para ganhar uma segunda vida. Na maioria dos casos, o acúmulo extremamente exagerado de bens materiais descartados nas vias urbanas torna-se um problema para as cidades. Segundo informações

publicadas no site da *Radio Netherlands Worldwide*, no dia 19 de abril 2011, em artigo intitulado *Amsterdam's trash problem*, apesar da grande organização do sistema público, que disponibiliza containers para o descarte de lixo e define dias e horários para a deposição nas ruas de sacos plásticos contendo lixo, a população, ao se desfazer excessivamente de bens materiais, não observa as normas impostas pelo sistema e, muitas vezes, abandona objetos em lugares impróprios.²

Além disso, como pude observar durante minha pesquisa de campo, por mais que valores como sustentabilidade, consciência ecológica e reciclagem tenham ganhado projeção e adesão nos últimos anos, uma parcela importante dos moradores de Amsterdã ainda não aderiu a esse tipo de hábito ou não separa corretamente o lixo. É possível observar, por exemplo, muito plástico, ou outros materiais, misturados ao papel no dia de coleta deste último, que fica disposto nas calçadas, sobretudo de ruas comerciais, à espera do caminhão de lixo. Na própria universidade, em uma ocasião em que passei alguns minutos filmando o espaço dedicado ao descarte de lixo do restaurante universitário, ao qual os alunos devem encaminhar suas bandejas ao término das refeições e depositar, separadamente, lixo comum, plástico e papel nas lixeiras destinadas a cada um deles, pude perceber que poucas pessoas faziam a triagem. Na ocasião da *Gaypride* de 2014, deparei-me com uma produção e um descarte intensificados de lixo. Um aglomerado de pessoas consumia e descartava os resíduos diretamente nas vias públicas, de forma totalmente aleatória. Naquele momento, senti falta de uma economia alternativa, como temos no

2 Esse artigo pode ser acessado no seguinte endereço: <http://www.rnw.nl/english/article/a-piece-trash>. No que concerne às normas, é possível acessá-las no site: <http://www.iamsterdam.com/en/local/live/utilities-and-maintenance/refuse>. Elas especificam os diferentes tipos de lixo, indicam quais são suas formas de descarte, e onde e quando depositá-los.

Brasil (campeão mundial de reciclagem de latas de alumínio), e via tudo aquilo com um certo desconforto.³

Alguns hábitos levam tempo para se inscrever no repertório das práticas comuns aos moradores de uma cidade. Como mostra Catherine de Silguy (2009), as cidades europeias lutaram durante séculos contra o lixo que invadia suas ruas. Uma cidade como Paris, por exemplo, levou tempo para fazer com que as pessoas parassem de jogar seus restos pelas portas e janelas e adotassem cestos onde depositar o lixo. As cidades holandesas eram uma exceção, devido à existência de canais, como foi o caso de Amsterdã, que evacuava seu lixo por meio de barcos. Foram, no entanto, as descobertas de Pasteur que se revelaram decisivas para a história da higiene. Elas modificaram gradativamente a sensibilidade dos cidadãos sobre a limpeza urbana, o que fez com que o lixo passasse a ser, progressivamente, domesticado, vedado e levado para fora das cidades. É interessante também considerar que o destino do lixo pode depender dos interesses econômicos da época. No caso da Amsterdã contemporânea, grande parte do lixo é incinerado para a produção de energia elétrica.⁴ Há, inclusive, um sistema de importação de lixo de outros países que alimenta essa indústria, ou seja, o lixo produzido pela cidade não dá conta da demanda. Talvez seja esta uma das razões pela qual a prática da triagem não receba um maior estímulo.

Por outro lado, as irregularidades quanto ao descarte nas ruas, normalmente percebidas como algo negativo, mostram sua impor-

3 Já em 1987, um relatório das Nações Unidas mostrava que os países ricos eram responsáveis por 80% do lixo produzido e por 80% da extração de recursos naturais em todo o mundo. Apesar disso, esses países abrigavam apenas 20% da população mundial (Dieleman, 2006). No livro *"Histoire des hommes et de leurs ordures"*, Catherine de Silguy (2009) mostra, por exemplo, que, na França cada indivíduo descarta em média 1 kg de lixo por dia, nos EUA 2 kg e 0,5 kg nos países em desenvolvimento.

4 Para maiores informações, consultar o site <http://www.aebamsterdam.com/>.

tância aos nos confrontar diretamente ao problema. Ao ser colocado à margem do sistema de processamento de detritos aplicado por uma cidade – uma das grandes indústrias da sociedade de consumo,⁵ como bem lembra Bauman (2007) –, o lixo ganha visibilidade, sendo essa uma das formas possíveis de se questionar sua produção. As cidades contemporâneas buscam tornar o lixo invisível. Containers ou outros sistemas de acondicionamento são invólucros capazes de abstrair sua existência: não o vemos, não sentimos seus odores, estamos protegidos de seu horror. O lixo precisa ser esquecido, escondido, colocado à distância para a manutenção de um sistema cuja grande dificuldade é justamente lidar com o descarte. Dissimulá-lo é uma forma de nos fazer esquecer que nossa “vida flutua desconfortavelmente entre os prazeres do consumo e os horrores da pilha de lixo” (BAUMAN, 2007, p. 17-18).

No filme “*Sacrée croissance*”, lançado em 2014, Marie-Monique Robin mostra que o crescimento não é mais possível, que é preciso se pensar em alternativas que nos permitam viver de outro modo, numa sociedade que sacrifica menos. Como nota a cineasta, economistas clássicos como Adam Smith ou John Stuart Mill já diziam que uma vez alcançado um certo nível de desenvolvimento, nos encontraríamos num estado estacionário. Anunciavam que não poderíamos fazer a economia crescer infinitamente em um planeta com recursos limitados. Em seu documentário, Robin mostra que, apesar disso, a terra foi esquecida e ignorada pelos economistas posteriores. Os recursos estão desaparecendo e não temos mais onde colocar o lixo que produzimos. E apesar disso, essa visão que incita ao “crescimento” continua. Alguns economistas ecologistas tem tentado divulgar um novo pensamento inspirado nos clássicos, mas a grande maioria segue

5 A usina da incineração, acima citada, é um exemplo de como funciona essa “indústria”.

pensando em crescimento. Os EUA e os países Europeus conseguiram instalar essa visão no resto do mundo, e todos buscam alcançar níveis de vida baseados nesses modelos. Mas esses mesmos países que instalaram esses modelos têm dificuldades, agora, de enfrentar a questão da justiça e do compartilhamento. E o resultado disso é que os limites continuam a ser negados.

É contra a passividade face a essas diferentes questões (econômicas, políticas, sociais, ambientais) que os artistas que encontrei em Amsterdã e em outras cidades europeias dispõem-se a lutar. No caso do lixo, esses artistas têm dirigido seus olhares para o problema do descarte e para as diferentes formas de lidar (ou não) com ele, compondo um repertório de obras e ações que oscilam entre a documentação, a denúncia, o questionamento e a proposição de alternativas à produção sistemática e compulsiva de detritos.

Do que resta

Antes de adentrar o assunto, ressalto que os encontros que realizei na Holanda, Inglaterra e França darão origem a um filme intitulado “Do que resta”, atualmente em fase de montagem. É importante notar que, no momento em que iniciei o filme, eu vinha refletindo sobre as relações entre arte e antropologia, o que teve início com uma prática artístico-etnográfica adotada em um projeto intitulado “(in) Segurança”, no qual eu buscava ampliar minha atuação no campo antropológico pela arte e graças à fotografia e ao vídeo.⁶ Na perspectiva de seguir explorando esse caminho, perguntei-me se não seria

⁶ Nesse projeto, foram realizados encontros com moradores de diferentes bairros da cidade de Florianópolis, os quais eram convidados a se pronunciar sobre seu sentimento de segurança ou insegurança na cidade. O projeto foi realizado em parceria com a antropóloga Marta Magda Antunes Machado, entre 2011 e 2013 e, neste último ano, tornou-se tema de pesquisa de um pós-doutorado realizado junto ao departamento de História da Arte da *Université Paris I Panthéon Sorbonne* que deu

interessante pensar a questão do lixo sob o mesmo viés. Eu viria, desse modo, a me enveredar por uma antropologia visual que se deixa afetar pela experimentação e por seu próprio tema de investigação, no caso, a arte e o lixo.

Posicionei-me deliberadamente em um lugar que Arnd Schneider e Christopher Wright (2010) chamam de “*inter-spaces*”, precisamente a zona limítrofe entre arte e antropologia, onde, como podemos ver na explanação que fazem na obra “*Between art and anthropology*”, significativos trabalhos vêm sendo produzidos. Para os autores, do diálogo interdisciplinar, novas e interessantes perspectivas podem se abrir a ambas as áreas, não somente quando se explora o que há de comum entre elas, mas, sobretudo, o que há de diferente. Não esquecem, evidentemente, que explorar as diferenças significa experimentar novas práticas, e que a experimentação pode provocar certa resistência. No entanto, para os autores, essas experimentações e associações teriam muito a acrescentar, pois são capazes de enriquecer os enunciados antropológicos. Nessa mesma perspectiva, Peirano defende que “a própria teoria [antropológica] se aprimora pelo constante confronto com dados novos, com as novas experiências de campo, resultando em uma invariável bricolagem intelectual” (2014, p. 381). E acrescenta, ainda, que os “antropólogos hoje, assim como nossos antecessores, sempre tivemos/temos que conceber novas maneiras de pesquisar” (Ibid.). É, pois, sob este ângulo, que apresento o exercício de antropologia visual realizado durante meu estágio pós-doutoral.

O filme foi rodado sem roteiro pré-estabelecido. Eu tinha como único protocolo registrar os encontros com artistas e manter um bloco de notas visual sobre o lixo, a arte, a cidade e a experiência etnográfica. Ao longo da montagem, são os encontros, as experiências e

origem ao artigo “(in)Security project: stimulating a dialogue between Art and Anthropology” publicado na revista *Visual Ethnography*, vol 3, n. 1, 2014.

os imprevistos que estruturam cada um dos segmentos do filme. A subjetividade ganhou espaço ainda nessa última fase com o uso da voz off, que vai conduzindo o espectador com um relato da experiência em campo, com citações de autores e filmes, e com reflexões sobre a arte e o lixo.

Os encontros e conversas que realizei com os artistas foram filmados com uma câmera instalada sob um tripé, que se configurava como um terceiro elemento, “observador” de nossas conversas. Por certo que a câmera não se fazia neutra, mas o fato de não estar por trás dela (eu costumava me instalar ao seu lado e a deixava filmando sozinha), atrelada à inexistência de uma equipe de filmagem (o que me permitia ter maior intimidade com meu interlocutor), nos colocava em uma condição de conforto, favorável ao estabelecimento de um processo de empatia que, segundo DaMatta (1978), deve correr de lado a lado para que possa haver dados. Além disso, considerando que o sujeito pesquisado pode ter um ponto de vista bem mais interessante do que o do pesquisador (PEIRANO, 1995, p. 35), deixei-me inspirar por esta célebre frase de Trinh T. Minh-ha, presente em seu filme *Reassemblage* (1982), onde diz : “*I do not intend to speak about, just speak near by*”. Nessa perspectiva, procurei abrir espaço a uma participação efetiva dos artistas no filme. Eu não pretendia falar “sobre” eles, mas “junto” a eles e, assim, me deixei guiar por seus discursos, ideias, sugestões e convites (como foi o caso de uma viagem à Rotterdam com Renata de Andrade, do registro de uma *mise-en-scène* de Peter Smith, de um passeio pela cidade de Nijmegen com Anita Waltman).

Em paralelo, uma pequena câmera de bolso funcionou como um diário de campo visual, por meio da qual eu filmava constantemente, intuitivamente e, desse modo, evocava minha experiência com relação à pesquisa, à cidade, à alteridade e ao lixo. O próprio deslocamento, que me levava a um país que eu desconhecia, despertava

minha subjetividade e me fazia “experimental” – no sentido proposto por Schneider e Wright (2010) –, de modo a explorar o campo de uma forma totalmente desprendida. Essa prática, inspirada por filmes experimentais e pela vídeo-arte, como é o caso dos trabalhos do holandês Joris Ivans e do brasileiro Cao Guimarães,⁷ que transformam o ordinário em extraordinário – como o simples gotejar da chuva que é magnificado (no caso do primeiro) ou o percurso de uma bolha de sabão que conduz o espectador por um passeio (no caso do segundo) –, tem também origem em uma prática fotográfica que foi tomando forma, de maneira inusitada, durante a pesquisa.

Embora eu tivesse praticado a fotografia em minhas pesquisas anteriores, em Amsterdã eu não tinha a intenção de fotografar. Tinha ido até lá para realizar um filme e pretendia me concentrar nessa realização. No entanto, a experiência visual que me proporcionou a cidade foi mais forte e, mesmo sem a intenção de incorporar a fotografia à pesquisa, ela se impôs em meu cotidiano, trazendo interessantes elementos à produção fílmica e à própria experiência etnográfica. Fotografar Amsterdã⁸ foi, inicialmente, um modo de estabelecer uma relação com o espaço urbano, com um novo campo de pesquisa, o que certamente abriu novas perspectivas ao trabalho. Durante minhas andanças iniciais pela cidade, utilizei a fotografia “para descobrir” (GURAN, 2000) o espaço no qual me instalava. Não que tivesse deliberadamente essa intenção, mas o fato de circular por suas ruas com uma pequena máquina fotográfica não só possibilitou-me cartografar meus itinerários, mas olhar a cidade de um modo particular. Primeiramente, eu retomava a prática da fotografia de rua, que

7 Ver filmografia.

8 Parte desta reflexão encontra-se em “*Art and Garbage: Anthropological studies through a photographer’s eyes*”, no prelo, a ser publicado em TENORIO R et al. *Beyond the market: Sino-latin American cultural relations*. University of Nottingham Ningbo & New Zealand Centre for Latin American Studies.

há muito havia deixado, e, nesse caso, do ponto de vista do *flâneur*, como um “observador apaixonado” (BAUDELAIRE, 1997) , que guia seu olhar pela poesia das coisas do mundo. Tomei a liberdade de fazer o que não fazia há tempos: ter o prazer de fotografar sem intenção alguma, somente apreciando o espaço, os detalhes, as superfícies, as luzes, a vida na cidade. É interessante observar que o fato de me deixar guiar por essa experiência sensorial e espacial promovida pela fotografia foi um modo de adquirir intimidade com o espaço urbano. Passei a reconhecer as ruas, os trajetos, o que, mais tarde, foi de grande utilidade ao me deslocar como a maior parte dos moradores de Amsterdã: de bicicleta.

Em meio às fotografias, o lixo tornou-se uma presença constante. Não que eu tivesse necessariamente a intenção de fotografá-lo, mas eu estava “programada” para vê-lo. E, sem me dar conta, passei a produzir imagens que destacavam essa “normalidade”.⁹ As fotografias se apresentam como pausas, são estáticas, silenciosas, se atêm aos rastros da presença humana na cidade e, sobretudo, às suas pequenas ruínas. Não são fotografias necessariamente etnográficas, porém, o fato de olhar a cidade fotograficamente abriu-me novas perspectivas no que concerne à pesquisa de campo. Essa fotografia intuitiva, sem compromisso, que explora a intangibilidade das coisas do mundo, e que é perceptível nos de detalhes, texturas, sons e atmosferas que evocam as tomadas vídeo-gráficas realizadas posteriormente, não só me fez assumir a experiência etnográfica como experiência sensível, como agregou poesia ao filme. Por fim, aceitei a imersão no espaço urbano por meio dos sentidos invocados pela fotografia como parte do processo, assumindo que a prática da pesquisa de campo “tem

9 Uma seleção dessas imagens está sendo compilada num livro de artista intitulado “O livro do lixo”.

muito de artesanato, de confusão, e é assim, totalmente desligada de uma atividade instrumental” (DAMATTA, 1978, p. 9).

A arte e o lixo

Retornando à nossa pauta – a arte e o lixo –, podemos notar que as vanguardas do início do século XX já vinham utilizando materiais de descarte em um grande número de obras, como é possível observar em trabalhos de artistas como Pablo Picasso e Georges Braque, precursores no emprego de objetos inusitados, lixo ou qualquer outro material descartado. No entanto, ao afirmarem que era possível criar objetos de caráter estético com materiais considerados indignos, buscavam, na época, questionar o valor da arte e a teia social que a definia enquanto tal. Na sequência, Marcel Duchamp inaugurava o *readymade* e, com ele, uma nova forma de se conceber a obra de arte. “Tudo” podia ser arte, ou seja, o “conceito” tornava-se a grande revolução no meio artístico. Duchamp elevava a arte a um status mental, ou seja, passava a concebê-la não mais pela representação plástica ou estética, mas por meio de ações intelectuais. Ao defender que o ato em si concedia ao objeto o status de obra de arte, abria espaço para o gesto, a intenção, a representação, a ideia, o símbolo, o que viria a marcar fortemente a arte dos anos vindouros. É, pois, com a emergência da arte conceitual, por volta dos anos 1960, que o diálogo entre arte e sustentabilidade viria a se manifestar, sobretudo por meio da figura de Joseph Beuys, um dos pioneiros do movimento ambientalista alemão. Motivado pela crença de que a arte deve desempenhar um papel ativo na sociedade, Beuys passaria a produzir obras e ações com o intuito de estimular consciências, contribuindo, desse modo, diretamente com a vida (ROSENTHAL, 2011).

Como Beuys, vários artistas viriam a marcar os anos 1960 e 1970 pela ação e desejo de transformação, onde “a arte ‘age’ frequente-

mente na forma de processos participativos, vivenciais” (KURT, 2006, p.139). Além de seguir questionando a própria noção de arte, os artistas passariam a questionar sua função social, imprimindo em suas obras e ações um forte cunho interventivo e político, o que se torna evidente nas produções das décadas seguintes, profundamente estimuladas por um impulso comunitário e ativista. Nesse processo, passa-se a observar o emprego do lixo pela arte como forma de questionamento ao esgotamento dos recursos naturais e ao aumento da poluição, como denuncia da sociedade de consumo e das desigualdades sociais, entre outros (Vergine, 2007; Ramade, 2000 e 2007; Kurt, 2006). Como observa Hildegard Kurt (2006, p.135), essas novas relações que conectam arte e sustentabilidade “se desenvolvem de forma dinâmica, abrupta e, muitas vezes, com uma certa dramaticidade” e, nesse processo, vão ganhando amplitude e alcance global. Chegou-se a definir esse tipo de abordagem como “arte ecológica”, “eco-arte” ou “arte sustentável”, no entanto, como observa Bénédicte Ramade (2007), os artistas vistos sob esse rótulo não se definem necessariamente enquanto tal. Nunca se reuniram em torno de um manifesto ou de uma ação que assim os apresentassem.

Mas de que modo essas práticas vem se manifestar nos dias de hoje? O que vemos emergir da estética do lixo? Como é explorado o potencial político dessa estética?

A arte dos encontros

Pude identificar algumas características que me permitirão explorar essas questões junto a artistas que encontrei durante minha estadia na Holanda. Artistas que utilizam o lixo enquanto tal, este foi o principal critério para a escolha de meus interlocutores. Eu estava interessada em sujeitos que, antes de apropriarem-se do lixo como simples alternativa plástica, tomam-no, deliberadamente, de forma

a evocar, questionar e/ou comentar os modos de lidar com a questão na contemporaneidade. Exploram as potencialidades poéticas e políticas da arte por intermédio de estratégias plásticas e performativas promotoras de atos de resistência e subversão.



Figura 1: Peter Smith, *World of Litter*, 2012 (arquivo pessoal do artista)

Minhas primeiras pesquisas levaram-me ao nome de Peter Smith, artista holandês baseado em Amsterdã. Colegas de departamento haviam me falado de um globo de garrafas pet de cinco metros de diâmetro, instalado em 2012 no IJ, um importante rio da cidade, por onde é feita a travessia para atingir sua parte norte. Buscas na internet levaram-me ao nome do artista, cuja principal preocupação é a poluição marítima e o que tem sido chamado de “sopa de plástico”¹⁰. Apenas com lixo coletado pelas ruas, Peter realizou a obra intitulada “*World of Litter*”, mundo de lixo (figura 1), com a qual assinalava a descomedida presença de plástico nos mares. Segundo o artista, o lixo

10 Segundo informações do site da fundação *Stiksoep* (<http://www.stiksoep.nl/en/>), em 1997, o oceanógrafo Charles Moore descobriu uma grande quantidade de plástico acumulado no meio do Oceano Pacífico enquanto navegava, o que chamou de “sopa de plástico”. Depois disso, descobriu-se outros quatro acúmulos de plástico no Pacífico e três no Oceano Atlântico e no Oceano Índico. Os oito juntos alcançam uma superfície equivalente ao dobro da superfície dos Estados Unidos.

jogado nas ruas, carregado pelas intempéries, chegará em algum momento ao mar, contribuindo com a expansão do plástico nos oceanos. O globo por ele realizado partiu de uma performance que o artista vem praticando em seus trajetos cotidianos desde 2011. Calçado com sapatos amarelos, Peter pedala pelas ruas da cidade com uma pinça coletora na mão, com a qual recolhe o lixo que encontra em seu caminho, dispondo-o em um cesto aparelhado à parte dianteira de sua bicicleta amarela. A cor amarela, o sorriso sempre presente no rosto de Peter e o estranho ato de coletar o lixo que é descartado por outros nas vias públicas são elementos dessa performance. Além disso, o artista organiza coletas seletivas por meio da fundação criada por ele mesmo e intitulada Klean, acrônimo da expressão em holandês “*Klagen Loont Echt Absoluut Niet*”, que diz que apenas reclamar não nos leva a lugar algum. Com a ideia de que cada um pode fazer sua parte, que o ato de coletar o lixo jogado pelas ruas deveria se tornar algo comum, Peter desenvolve ainda um trabalho pedagógico na forma de palestras, que são dadas em escolas e encontros abertos ao público em geral. Nessas palestras, ele apresenta fotografias, filmes e trabalhos de outros artistas que evocam a questão. Geralmente, as imagens são impactantes (mostram as consequências da presença do plástico na fauna e na flora marinhas) e ainda ganham relevo com as habilidades retóricas e as dinâmicas de grupo empregadas pelo artista.

Quando o encontrei, Peter iniciava um novo projeto, o qual intitulava “*Plastic Madonna*” (madona de plástico), com o qual pretende expandir fronteiras e levar sua mensagem a outras partes do globo. Nesse projeto, o artista tem evocado particularmente a presença do plástico na cadeia alimentar e o modo como isso, discretamente, nos atinge. Uma mãe que alimenta seu filho, ambos feitos de plástico (também coletado pelas ruas), foi a metáfora que Peter encontrou para chamar a atenção para o fato de que ao deixarmos o plástico in-

vadir os mares, nos deixamos invadir por ele. O foco agora é o Rio de Janeiro, e um momento em particular: os jogos olímpicos de 2016¹¹, quando, segundo o artista, o mundo inteiro estará olhando para o mesmo lugar. Durante minha estadia em Amsterdã, pude acompanhar diferentes etapas do processo preparatório da nova obra e as ações do artista para a concretização da mesma. Foi interessante ver seu empenho, sua organização e um grande trabalho de comunicação para encontrar apoio, angariar fundos e reunir voluntários em torno de sua proposta. Peter faz parte desses artistas que, como descreve Paul Ardenne (2003) acreditam que este mundo, por mais fracassado que esteja, não está perdido. A arte, para o artista, por mais utópico que isso possa parecer, é um meio de lutar por uma causa e uma possibilidade de transformação social.



Figura 2: Anita Waltman,
Sem título, 2012
(Reprodução cedida pela artista)



Figura 3: *Videoinstalação "Stik Soup"*
no Museu Valkhof em Nijmegen, julho
de 2013

Outra artista holandesa que trabalha com a mesma temática é Anita Waltman. Baseada na cidade de Nijmegen, Anita evoca igualmente o problema da “sopa de plástico”, mas, diferentemente de Peter, que ocupa essencialmente o espaço público, a artista concebe suas obras no limiar do público e do privado. Ocupa espaços como museus e galerias, além de cidades, praias, rios ou florestas. Nesses úl-

11 Site do projeto: <https://plasticmadonna.com/pt-pt/>

timos, projeta obras do tipo *site-specific*¹² ou realiza performances que são idealizadas para serem fotografadas ou filmadas, como é o caso da obra “Sem título”, de 2012 (figura 2), um de seus primeiros trabalhos sobre o tema. Nesse caso, a fotografia documenta uma performance que deu também origem a um vídeo intitulado “*L’acqua dela morte*”, onde um close de um rosto que respira de forma atormentada dentro de um saco plástico dialoga com imagens da fauna marinha¹³. Os sons da respiração, que se misturam ao barulho de água e de sons emitidos por animais aquáticos, imergem o espectador em uma atmosfera agonizante. O trabalho foi apresentado em 2013 no Museu Valkhof em Nijmegen na forma de uma videoinstalação (figura 3). O aparelho que exibia o vídeo fazia-se “engolir” por um monte de latas de “sopa de plástico”, numa interessante referência a Andy Warhol e à Pop Arte que, ao se apropriar da estética das massas, de um outro modo, já criticava o capitalismo.

Muitos de seus trabalhos, os quais englobam ainda gravura, objetos, vídeos e instalações, exploram esse tipo sentimento. É o caso das instalações que realizou com as “*ghost nets*”, redes fantasmas (assim intituladas pela artista ao fazer referência às redes, inteiras ou em pedaços, que os barcos de pesca perdem pelo mar). Com elas fez instalações sonoras, onde o espectador podia ouvir um penoso barulho de mar a medida que caminhava por entre as redes que,

12 *Site-specific* é uma obra criada para existir num lugar específico, como o próprio nome diz, ou seja, o artista leva o espaço em conta ao produzir o trabalho. “Este novo território fenomenológico englobava a paisagem, entendida como a presença concreta da arquitetura ou elementos naturais, e considerava o indivíduo um participante ativo da obra, conectando-se a partir da apreensão sensorial dos dados visuais e das sensações coletadas no lugar onde a proposta artística se inseria” (Giora, 2010). É importante notar que grande parte das obras de *site-specific* tem uma forte apelação ecológica.

13 https://www.youtube.com/watch?v=MRoqqF_-XZA

por sua vez, o tocavam como a uma presa. Suas obras podem ainda ser concebidas no contexto de projetos de “arte comunitária”¹⁴, onde conta com o auxílio e a participação da comunidade na qual desenvolve seu trabalho. Nessa mesma perspectiva, Anita Waltman realiza também atividades de arte-educação, geralmente em escolas de ensino fundamental e médio, quando procura conscientizar as crianças e os adolescentes sobre sua relação ao consumo, ao descarte do lixo e ao problema da “sopa de plástico” nos oceanos. Como Peter Smith, criou uma fundação, que intitulou “*Stiksoep Foundation*”(sopa sufocante), cujo objetivo é lutar contra a “sopa de plástico” por meio de iniciativas artísticas¹⁵. A artista, que teve sua vida marcada pela prática da navegação e do mergulho, passou a se preocupar com a questão da “sopa de plástico” quando retornou à universidade, no ano de 2008. Interessada por uma arte socialmente engajada, ao se dar conta de que as pessoas no seu entorno nunca tinham ouvido falar do problema, começou a abordar o assunto em suas práticas artísticas, o que tornou-se o foco de suas pesquisas.

14 Um projeto de arte comunitária (*Community-art project*) consiste em uma proposta de arte pública que implica a colaboração e a participação da comunidade, onde a criatividade é vista como uma força real de transformação social. O caráter colaborativo, contextual e social dessas práticas pode ser também observado no que foi definido por diferentes historiadores da arte como “arte contextual”, “arte relacional”, “arte dialógica” ou “novo gênero de arte pública” (Nunes, 2010).

15 “*Our goal: Take care that there will be less waste in the environment and that the plastic soup in the oceans will not increase. To support initiatives, which are looking for solutions to clean the oceans. Using the power of art to help with this social problem*”
[.http://www.stiksoep.nl/en/](http://www.stiksoep.nl/en/)



Figura 4: Renata de Andrade, *Jerrycans na árvore* (garrafas de plástico, e cordas de nylon) 200x150x150cm, Parque Frankendael, Amsterdam, 2011, por ocasião do Brasil Festival (arquivo pessoal da artista)



Figura 5: Renata de Andrade, *coleção de lixo* (objetos de plástico, isopor, e papelão, e pinturas com tinta acrílica sobre madeira) 500x500x150 cm (dimensões variáveis), Willem3, Vlissingen, 2009, por ocasião da exposição solo “upgradedgarbage” (arquivo pessoal da artista)

Ainda na Holanda, minhas pesquisas levaram-me ao nome de Renata de Andrade, brasileira radicada em Amsterdã desde o final dos anos 1980. Artista multiforme, toma o acúmulo como alicerce de sua obra, que se concretiza na forma de instalações, intervenções urbanas, grafite, pintura, fotografia, passando inclusive pela escrita (poesia). É interessante observar que seu próprio website¹⁶ repete a acumulação presente em seu trabalho. Esses amontoamentos nada mais fazem do que reproduzir a evidente essência do descarte. Renata critica a sociedade de consumo discretamente, sem posição marcadamente ativista, apenas mudando as coisas de lugar, ou seja, dando nova vida e reconsiderando o que é descartado por outros. Suas intervenções são mínimas. Suas obras constituem-se, geralmente, em forma de peças

16 <http://www.andrade.nl/>

feitas com objetos que a artista resgata das ruas, e que apenas desloca para questionar os significados que são atribuídos a eles. Defende que as coisas tem uma beleza intrínseca e que transformações não são realmente necessárias. Assim, o que é lixo vira arte, vai para uma galeria ou um museu e, em seguida, volta para a rua, em forma de arranjos que dão continuidade ao processo de transformação dos sentidos. Muitos desses elementos que constituem os arranjos, voltam a ser vistos como lixo (se em algum momento o deixaram de ser) e, por vezes, são ainda coletados por algum passante que os dará uma nova chance.

Ao transformar o lixo em obra de arte para, pouco depois, trazê-lo de volta ao seu lugar de origem (no caso, as ruas), Renata coloca em evidência “a clássica separação entre objetos quotidianos e extraordinários, necessariamente extra-quotidianos” (Lagrou, 2003:96), questionando não somente os valores que são atribuídos ou retirados das coisas, mas também a própria arte. E é assim desde que se formou na *Gerrit Rietveld Art Academy*, em 1995, em Amsterdã. Renata conta que durante sua exposição de final de curso, realizada na escola de arte, poucas pessoas viram suas obras. Estavam espalhadas pelo prédio, de forma sutil, relembrando a própria condição do lixo. Em outra ocasião, durante a abertura de uma exposição coletiva em uma galeria “nobre” de Amsterdã, o público estranhou que o espaço ainda não estivesse pronto, pediu que limpassem aquela sujeira toda. Não entenderam que aquilo era arte¹⁷. Pelo modo como desloca, realoca e dirige a atenção para o descarte, Renata explora o impacto que o lixo

17 Como observa Jacques Rancière, “vivemos hoje em dia a contradição máxima, qualquer coisa pode entrar na esfera da arte. Mais do que nunca, a arte, hoje, se constitui como uma esfera à parte, com as pessoas que a produzem, com as instituições que a fazem circular, seus críticos. Numa época em que os afrescos de uma igreja eram o que se considerava arte, essa questão simplesmente não se colocava, porque a arte não existia como instituição. É a contradição constitutiva do regime estético”(2010, s/p.).

podem causar, procurando despertar nas pessoas uma reflexão sobre o quanto estão presas a convenções.

Em ocasiões em que trabalhou a convite de museus solicitou aos funcionários que trouxessem seu próprio lixo de casa, fazendo com que mudassem sua percepção sobre esses objetos, reativando neles a carga afetiva promovida pela posse e desposse dos mesmos. Contudo, seu trabalho ganha importância mesmo é nas ruas, quando ocupa espaços inesperados, como quando faz brotar um grande “ramalhete de plástico” de uma árvore em um parque público (figura 4). Acredita no poder do discurso oriundo das ações, sem no entanto esperar ingenuamente por transformações, grande pessimista que é, como ela própria se afirma. A artista nada mais quer do que mostrar que porque algo desapareceu de nossa vista, não significa que desapareceu de nossa existência, chamando assim a atenção para o modo como exaltamos o efêmero na sociedade de consumo, como bem lembraria Bauman (2013).

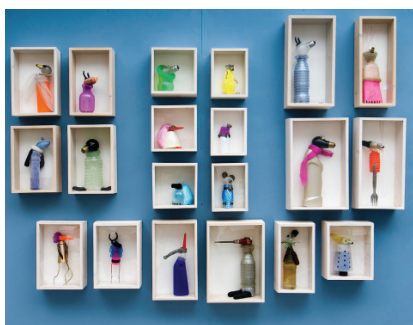


Figura 6: *CollectionsHi*, 2007 (detergent bottles caps, clothes hangers, tools, gloves, whisks), Carolien Adriaansche



Figura 7: *Trophees*, 2004 (detergent bottles caps, clothes hangers, tools, gloves, whisks), Carolien Adriaansche



Figura 8: 11 supermarkettour, 2011 (11/11/11, dia da sustentabilidade na Holanda, ocupação de 11 supermercados)

Se Renata de Andrade é uma exceção, boa parte dos artistas que trabalham com lixo tendem a transformá-lo de algum modo. Esse é o caso de Carolien Adriaansche, artista holandesa residente na cidade de Den Haag que, inspirada por museus de história natural, e com muito bom humor, vem dando forma, a partir do lixo, a uma nova “biodiversidade”. Usando essencialmente material de descarte, Carolien concebe pequenos seres, normalmente apresentados do mesmo modo que os espécimes expostos nos museus de história natural, ou ainda na forma de troféus de caça (figuras 6 e 7). Desse modo, ao mesmo tempo em que evoca o consumo e o descarte desenfreados, critica nossas relações de poder face à biodiversidade. Essa atitude poderia ser vista como uma forma de crítica artística aos “modernos” e sua teoria distante da realidade do mundo, que prega a separação entre ciência, política, natureza e cultura, se seguirmos o pensamento de Bruno Latour (2014). Suas “criaturas”, como a artista as denomina, tem ocupado não somente espaços expositivos tradicionais, mas também espaços cotidianos de consumo, como é o caso de intervenções que a artista realiza em supermercados. Pequenos

adesivos em forma de olho, colados sorratamente por Carolien nas embalagens dispostas nas prateleiras, podem, rapidamente formar uma legião de criaturas a espreita do consumidor desavisado (figura 8). Mas é na arte-educação que o trabalho da artista ganha amplitude. Em meados dos anos 2000, participou de uma iniciativa do Ministério da Educação holandês que tinha como objetivo colocar artistas em sala de aula. Desde então, vem desenvolvendo um trabalho educacional junto a crianças e adolescentes, o qual tem expandido fronteiras, levando-a, inclusive, a outros países. Carolien Adriaansche é uma artista-professora que reclama uma prática colaborativa e participativa da arte-educação, assumindo esse campo como um espaço de questionamento, de reflexão crítica e de intervenção.



Figura 9: *Montagem da exposição Rubbish Collection, de Joshua Sofaer, no Science Museum de Londres, com a participação da comunidade (© Jennie Hills, Imagem de arquivo cedida pelo Science Museum)*



Figura 10: *Exposição Rubbish Collection*, de Joshua Sofaer, no Science Museum de Londres (© Jennie Hills, Imagem de arquivo cedida pelo Science Museum)

Esse aspecto pedagógico está também presente, de uma outra forma, na obra de Joshua Sofaer, artista baseado em Londres cujo trabalho se dá essencialmente por intermédio de práticas colaborativas e participativas. No momento em que eu realizava minha pesquisa, Joshua expunha no “*Science Museum*”¹⁸ daquela cidade. Aproveitei a oportunidade para visitar a exposição intitulada *Rubbish Collection*¹⁹ e encontrá-lo. Tratava-se de uma exposição particular. Todo material apresentado consistia em lixo descartado pelo próprio museu, num espaço de trinta dias: uma parte havia sido recolhida diretamente das lixeiras e outra trazida de volta ao local depois de ter passado pela coleta e pelos processos de tratamento aos quais fora submetida (recicla-

18 http://www.sciencemuseum.org.uk/visitmuseum/Plan_your_visit/exhibitions/rubbish_collection.aspx

19 Interessante notar o jogo de palavras empregado pelo artista. *Collection*, em inglês, pode significar tanto coleção quanto coleta. O homógrafo no título reflete o caráter da exposição.

gem e incineração). Nesta segunda parte da exposição, os visitantes podiam ver o lixo em suas várias etapas, desde o momento do descarte até sua fase de pós-processamento. Mas para chegar a este estágio, todo o lixo descartado fora previamente recolhido, classificado e documentado com a ajuda dos próprios visitantes, durante o período de um mês, num processo participativo estimulado pelo artista, o qual deu forma a um grande arquivo material e fotográfico²⁰.

No que concerne esse tipo de iniciativa, é interessante notar que a tríade arte – educação – instituição tornou-se algo corrente. Como mostra Dieleman (2006), o governo britânico, por exemplo, tem incentivado iniciativas que exploram a colaboração entre o Departamento de Cultura, Mídia e Esportes e o Departamento para o Desenvolvimento Sustentável. No entanto, é curioso quando empresas privadas apoiam esse tipo de iniciativa no intuito de valorizar sua própria imagem, como é o caso da exposição *Rubbish collection* que, dentre seus principais patrocinadores, tinha empresas como Siemens e Shell, líder mundial de equipamentos de automação e uma das grandes refinadoras de petróleo, respectivamente. Como aponta Paul Ardenne, um dos problemas da institucionalização de uma arte que se quer política é o risco de vê-la desviada. O autor observa que

une telle évolution institutionnelle n'est pas anecdotique. D'une part elle montre que l'officialité peut à présent absorber toute forme de création vivante, même la plus en marge a priori. D'autre part, elle signale que le temps des oppositions politiques tranchées et irréconciliables entre centre et périphérie, entre in et off, entre épiceutre et marge, entre intégration et subvention est révolu ou, en tout cas, que ces oppositions de naguère ne peuvent plus être

20 Em trabalhos anteriores, Joshua já havia explorado a questão do lixo, como foi o caso de uma proposta realizada durante uma residência artística em uma biblioteca no Japão e um trabalho desenvolvido com catadores no Brasil.

pensées de manières moderniste, simplement manichéenne et binaire.

Révérons au passage que les artistes ‘contextuels’ s’adaptent très vite à cette nouvelle situation, en collaborant, certes, mais aussi en se réservant le droit de conserver leur libre arbitre esthétique : on participe mais, autant que faire se peut, on récusé le contrôle institutionnel ou, du moins, on le discute (2007, p. 93).

Joshua Sofaer parece ser um desses artistas que busca alternativas para lidar com esse tipo de situação. No caso da exposição *Rubbish collection*, quando mostra o descarte praticado pelos visitantes, pela administração, pela manutenção do espaço, etc., não só assinala o excesso de lixo produzido por um museu, como denuncia a transformação da própria cultura em uma grande indústria. Além disso, quando organiza, arquiva e coloca o lixo à mostra, critica igualmente o conservadorismo desse tipo de espaço que, na tentativa de isolar as coisas para mostrar, corre o risco de afastá-las da vida. Uma dupla crítica, portanto.



Figura 11: Lucy + Jorge Orta, *Hortirecycling project*, obra *souvenir*, 1997-2008. Exposição «Food / Water / Life», Paris, Parque de la Villette, 2014



Figura 12: Lucy + Jorge Orta, *Hortirecycling project*, obra *souvenir*, 1997-2008 (detalhe). Exposição «Food / Water / Life», Paris, Parque de la Villette, 2014

Ainda durante o estágio pós-doutoral, tive a oportunidade de visitar uma exposição realizada no *Parc de la Villette*, em Paris, que evocava problemáticas como o descarte de alimentos, a gestão da água e o aquecimento global. “*Food / Water / Life*” era o título de uma ampla mostra do casal de artistas anglo-franco-argentino Lucy e Jorge Orta que, desde os anos 1990, vem trabalhando em parceria, idealizando propostas que se destacam por seu caráter social, ambiental e militante. No que concerne o desperdício de alimentos, desde 1997, os artistas tem se concentrado em uma arte contextual que busca propor alternativas ao problema. Lucy conta que o interesse pela questão partiu de algumas manifestações nas quais agricultores franceses fecharam autoestradas, espalhando sobre elas frutas e legumes de suas últimas colheitas, em protesto a implantação de uma regulamentação que facilitaria a importação de alimentos de países vizinhos europeus a baixos preços.

Chocados com o desperdício e preocupados com a situação dos agricultores, aquela imagem foi o estopim para o início de uma série de ações que ocupariam os artistas durante anos. De início, começaram a visitar semanalmente os mercados de rua de Paris para recolher produtos frescos descartados pelos feirantes no final do dia. Com a ajuda de Stohrer, um famoso *chef* confeitoiro, e com a coleta de 300 kg de alimentos descartados, fizeram uma enorme coleção de conservas, que foram distribuídas ao público no dia da abertura da exposição *All in one basket (Act 1)*, em 1997, na Galeria *Saint Eustache*, no coração do antigo mercado *Les Halles* de Paris, gerando assim um amplo debate público sobre o desperdício e a desigualdade na distribuição de alimentos. Deram sequência à ação com proposta similar, intitulada *Hortirecycling Enterprise*, que durou de 1999 a 2005. A série foi iniciada em Viena, onde os artistas distribuíram sacolas coloridas aos feirantes, solicitando-lhes que ali colocassem os

alimentos descartados. Em seguida, com a ajuda de uma unidade de processamento – uma cozinha móvel formada por um carrinho de compras, uma pia, um fogão e um freezer – os produtos eram limpos, picados e cozidos no local pelo famoso *chef* vienense, Han Staud. As iguarias recém-preparadas eram distribuídas ao público, em troca de discussões sobre iniciativas sustentáveis.

Na mesma perspectiva, considerando o ato de estar a mesa como um ritual que incita o diálogo, desde os anos 2000, o casal vem desenvolvendo, em diversos cantos do globo, uma série de ações/instalações do tipo *site specific*, intituladas *70 x 7 the meal*, que se constituem em refeições (um piquenique, um almoço ao ar livre, um jantar ou um banquete requintado em galerias, museus e espaços públicos) às quais são convidados agricultores, políticos, jornalistas, profissionais do setor cultural, entre outros. Para perpetuar as discussões, sete convidados convidam mais sete, ampliando assim as possibilidades de reflexão sobre o problema do desperdício alimentar. A confrontação, que promove conexões e faz com que distintos elementos se articulem e se afetem mutuamente, faz dessas interações, se seguirmos o pensamento de Latour (2012) sobre redes, um interessante estímulo à mudança.

Ora, ao observar as abordagens acima citadas, é possível perceber que a socialização é uma lógica que se destaca em meio a elas, ou seja, esses artistas veem a arte, antes de tudo, como uma forma de diálogo (sejam eles militantes ou não). Esse carácter dialógico, explorado por meio de práticas comunitárias e participativas, além de colocar o artista em pé de igualdade com o público, convida-o a uma reflexão sobre sua presença no mundo e sobre os efeitos dessa presença. Como observa Paul Ardenne,

en termes politiques, cet art d'essence démocratique raccourcissant la distance entre artiste et spectateur est l'indice d'une volonté d'agora (l'art comme être-ensemble, com-

me facteur transitif), outre celui d'une dé-hiérarchisation (mise à niveau artiste-spectateur). On y décèle également l'acceptation par l'artiste de l'action modeste, de faible impact, tournant le dos aux propositions de contenu universel. (...) Ce glissement vers la «micropolitique» est significatif. Il suggère la fin de l'héroïsme de l'art politique, plus le goût de la relativité (Ardenne, 2004, s/p.).

É também possível observar que, seja circulando por instituições ou investindo em espaços alternativos (considerando que nestes podem encontrar maior liberdade, autonomia e alcance, como é o caso de ações que vão buscar o cidadão na rua), trazem do banal, do cotidiano (no caso, do lixo), elementos para o debate. Colaboram, em muitos casos, com outras áreas e fazeres, abrindo assim espaço à experimentação. Veem a arte como um sistema de ação e, por meio de uma diversidade de formas, buscam abalar os sistemas de ordem já estabelecidos. Fazem partes desses artistas que, como bem descreve Ardenne (*ibid.*), procuram fazer com que os cidadãos vejam seu próprio ambiente através de uma nova perspectiva, como uma maneira de fazê-los refletir e mostrar que podem mudar seu próprio universo. Na arte dos encontros, a mudança surge de reconfigurações nos modos de pensar e entender a(s) realidade(s) do mundo.

Referências

ARDENNE, P. "L'art en "contexte réel": constats et perspectives". In: ESSCHE, Eric Van (Dir.). *Les formes contemporaines de l'art engagé*. Bruxelles: La lettre volée, 2007. p. 91-104.

ARDENNE, P. "L'artiste et l'engagement politique à l'ère du monde raté". *Esse arts*. Québec: Printemps/été, 2004. Disponível em: <<http://esse.ca/fr/dossier-lartiste-et-lengagement-politique-lere-du-monde-rate>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- BAUMAN, Z. *Vida líquida*. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BERTOLINI, G. *Art et déchet*. Angers: Aprede / Le Polygraphe, 2002.
- BRECHT, B. *Dialogues d'exilés*. Paris: L'Arche éditeur, 1997.
- DAMATTA, R. "O ofício do etnólogo, ou como ter Anthropological Blues". *Antropologia*, v. 27. Rio de Janeiro: Boletim do Museu Nacional, 1978.
- DE SILGUY, C. *Histoire des hommes et de leurs ordures. Du Moyen Âge à nos jours*. Paris: Le Cherche Midi, 2009.
- DIELEMAN, H. "Sustentabilidade como inspiração para a arte: um pouco de teoria e uma galeria de exemplos". *Caderno VideoBrasil Vol 2 N°2: Arte Mobilidade Sustentabilidade*. São Paulo: Associação Cultural VídeoBrasil, v. 2, n. 2, p. 119-133, 2006.
- DOUGLAS, M. *De la souillure*. Paris: La Découverte, 2001.
- EICHENBERGER, A. "(in)Security project: stimulating a dialogue between Art and Anthropology", *Visual Ethnography*, v. 3, n. 1, 2014.
- GIORA, T. "Os espaços em trânsito da Arte: In-situ e site-specific, algumas questões para discussão". *Revista Bimestral de Arte Panorama Crítico*. 6.ed., jun./jul, 2010. Disponível em: <http://www.panoramacritico.com/006/docs/TiagoGioria_EspacosemTransito_artigo_panoramacritico06.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2015.
- GURAN, M. "Fotografar para descobrir, fotografar para contar". *Cadernos de Antropologia e Imagem*. Rio de Janeiro: EdUERJ, v. 10, n. 1, p. 155-165, 2000.
- KURT, H. "Arte e sustentabilidade: uma relação desafiadora mas promissora". *Caderno VideoBrasil Arte Mobilidade Sustentabilidade*. São Paulo: Associação Cultural VídeoBrasil, v. 2, n. 2, p. 135-143, 2006.

LACHAUD, J. “De la dimension politique de l’art”. In: ESSCHE, Éric Van (Dir.). *Les formes contemporaines de l’art engagé*. Bruxelles: La lettre volée, 2007. p. 33-46.

LAGROU, E. “Antropologia e Arte: uma relação de amor e ódio”. *Ilha Revista de Antropologia*. Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 93-113, jan. 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/15360>>. Acesso em: 30 out. 2014.

LATOURET, B. *Nous n’avons jamais été modernes. Essai d’anthropologie symétrique*. Paris: La découverte, 2014.

_____. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do ator-rede*. Salvador: EDUFBA; Baurú: EDUSC, 2012.

NUNES, Lilian do Amaral. *Derivações da arte pública contemporânea*. 2010. Tese (Doutorado em Teoria, Ensino e Aprendizagem) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27160/tde-19082015-113810/>>. Acesso em: 02 out. 2015.

PEIRANO, M. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

_____. “Etnografia não é método”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200015>. Acesso em: 27 fev. 2015.

RAMADE, B. “Mediation artistique du déchet a travers les oeuvres de Mierle Laderman Ukeles”. In: TABEAUD, M.; HAMEZ, P. (Dirs.). *Les métamorphoses du déchet*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2000. p. 75-88.

_____. “Mutation écologique de l’art”. *Esthétique et espace public. Cosmopolitiques*, n. 15, p. 31-42, jun. 2007.

- RANCIERE, J. “Entrevista a Gabriela Longman e Diego Viana”. Revista Cult, n. 139, [s.p.], 2010. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/entrevista-jacques-ranciere/>. Acesso em: 13 out. 2015.
- ROSENTHAL, D. “Joseph Beuys: o elemento material como agente social”. *ARS (São Paulo)*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 110-133, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-53202011000200008&lng=en&nrm=i-so>. Acesso em: 27 out. 2014.
- SCHNEIDER, A. & WRIGHT, C. *Between Art and Anthropology: Contemporary Ethnographic Practice*. London: Bloomsbury Academic, 2010.

Filmografia

- COUTINHO, Eduardo. *A boca de lixo*. Cor, duração 49min. Brasil, 1992.
- FURTADO, Jorge. *Ilha das Flores*. Cor, duração 13min. Brasil, 1989.
- GUIMARÃES, Cao. *Da janela do meu quarto*. Cor, duração 5min. Brasil, 2004.
- GUIMARÃES, Cao. *O inquilino*. Cor, duração 10min 34s. Brasil, 2010.
- IVENS, Joris. *Regen*. Preto e branco, duração 14 min 23 s. Holanda, 1929.
- KEUKEN, Johan van der. *Amsterdam Global Village*. Cor, duração 245min. Holanda, 1996.
- MINH-HA, Trinh T. *Reassemblage*. Cor, duração 40min. USA/Senegal, 1982.
- PRADO, Marcos. *Estamira*. Cor, duração 121min. Brasil, 2004.
- ROBIN, Marie-Monique. *Sacrée croissance*. Cor, duração 82 min. França, Arte éditions, 2014.
- VARDA, Agnès. *Les glaneurs et la glaneuse*. Cor, duração 1h22min, França, 2000.
- WALKER, Lucy. *O lixo extraordinário*. Cor, duração 99min. Reino Unido/Brasil, 2010.

“AQUI SEMPRE SE PRECISA LUTAR PARA MANTER OS PÉS SECOS” — NARRATIVAS
ETNOGRÁFICAS DA VIDA SOBRE A ÁGUA ENTRE MORADORES DE CASAS-BARCO DE
BORNEOKADE E AMSTELDIJK, AMSTERDAM/NETHERLANDS¹

Margarete Fagundes Nunes

Luciano Jahneka

Introdução: situando o campo e “situando-se” em Amsterdã

Esta pesquisa, realizada em 2013, insere-se no interior do projeto “Modernidade, o meio ambiente e novas noções sobre lixo e pureza”, vinculado ao programa CAPES/NUFFIC.² Na época, essa experiência anunciava-se como possibilidade de prosseguirmos com estudos sobre ambiente e sociedade, mais especificamente sobre memória ambiental (DEVOS, 2010) e conflitos sociais no uso das águas urbanas,³

1 Parte desta pesquisa foi apresentada na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, na cidade de Natal/RN.

2 O projeto é coordenado pela Dra. Carmen Rial (UFSC) e o Dr. Freek Colombijn (VU University), no qual participam vários outros pesquisadores. Esta pesquisa, especificamente, é resultado da experiência do estágio de pós-doutoramento realizado na Universidade Livre de Amsterdã – *Vrije Universiteit Amsterdam* – no período de julho de 2013 a janeiro de 2014.

3 Fazemos alusão à participação da autora Margarete F. Nunes na construção de dois documentários sobre conflitos de águas urbanas no Vale do Rio dos Sinos/RS, ambos dirigidos pela antropóloga Ana Luiza C. da Rocha, das Universidades Feevale/UFRGS. Os documentários *Um Panorama da qualidade das águas na Bacia do Rio dos Sinos: poluição e impactos ambientais* e *Os Arroios não estão errados: conflitos de usos das águas urbanas no Vale do Rio dos Sinos* foram finalizados em 2013. Para realizar essa etnografia visual, percorreu-se quatro arroios: Luiz Rau e Pampa, ambos no município de Novo Hamburgo; Schmidt, em Campo Bom; Estância, em Estância Velha. A produção audiovisual integrou o subprojeto 5 – BAISINOS, coordenado pelo Prof. Dr. em engenharia Marco Antônio Siqueira Rodrigues, da Feevale. Este subprojeto, por sua vez, é parte de um grande projeto de Monitoramento de Bacias Urbanas e Rurais/Análise Integrada da Qualidade da Água e Aspectos Socioeconômicos.

agregando-se a esses temas a questão do lixo.⁴ A esses interesses conjugavam-se dois desafios: realizar pesquisa em um campo ainda desconhecido; inaugurar uma experiência de pesquisa no exterior.

Nosso supervisor do estágio no exterior, o Prof. Dr. Freek Colombjin, da *VU University*, sugeriu-nos que a pesquisa fosse realizada com moradores das casas-barco de Amsterdã para que verificássemos a relação desses com o meio ambiente, os canais, o descarte de lixo. Neste caso, priorizamos o estudo dessa população na sua relação com o uso das águas urbanas. Uma das nossas indagações iniciais era sobre como se fazia o descarte de lixo (de resíduos sólidos e orgânicos) e, especialmente, perguntávamo-nos sobre o funcionamento da rede de esgoto sanitário junto a essa forma de moradia sobre a água. Entre as indagações, destacamos: as *houseboats* despejam os dejetos diretamente na água? A água do canal é poluída? Há resíduos sólidos dentro dos canais? Essas indagações iniciais foram motivadas pela nossa experiência de pesquisa no sul do Brasil, percorrendo quatro arroios no Vale do Rio dos Sinos, que, para além dos dados alarmantes acerca da contaminação das águas por esgotos domésticos e industriais, assustava-nos a grande quantidade de resíduos sólidos encontrados à beira e dentro dos arroios.

Como não conhecíamos Amsterdã, ao chegarmos na cidade, necessitamos da intermediação da *VU University* para a instalação e providências de moradia. Por causa disso, gastamos um pouco mais de tempo para compreendermos a “lógica” da cidade, no que diz res-

micos – ANINQAS – financiado pelo CNPq e FINER, que está sob coordenação geral do biólogo Dr. José Galizia Tundisi.

4 Durante o mês de agosto de 2013, a pesquisa centrou-se em levantamento bibliográfico, especialmente a partir da Biblioteca da *VU University*. Paralelamente, procurávamos ter um conhecimento prévio da cidade, especialmente dos principais circuitos, na medida em que seria necessário realizar percursos pela cidade para a identificação dos canais e das moradias sobre a água (*houseboats*).

peito aos deslocamentos, transporte e demais serviços. Nesse período, vivemos em um lugar afastado de onde realizamos parte da pesquisa, ainda que fosse próximo da Universidade. Vivemos em uma cidade satélite da grande Amsterdam, *Amstelveen*, em um lugar denominado *Uilenstede*, onde costumam ficar os estudantes estrangeiros da *VU University*, uma espécie de bairro estudantil. Ali, há dezenas de prédios que reúnem estudantes de vários níveis, desde a graduação ao pós-doutoramento.

Uilenstede é um lugar calmo e bucólico, aliás, podíamos ver as ovelhas pastando em uma área de terra que ficava em frente ao prédio onde residíamos. Ao lado dessa área há um grande canal e uma ciclovia – o que não é nenhuma novidade em se tratando dos Países Baixos – e, evidentemente, uma estrada para pedestres, que leva em direção ao rio *Amstel* no sentido *Amsterdam/Amstelveen*. Os passeios de bicicleta às margens do rio *Amstel*, somados a algumas “escassas” relações de amizade construídas durante a passagem pelo endereço *Uilenstedel510*, são as boas lembranças de *Amstelveen*. Decerto as relações de amizade foram escassas porque escassos eram os espaços de sociabilidade em *Uilenstede*. No prédio onde residíamos, por exemplo, o único espaço de sociabilidade que existia era a lavanderia. Constatamos que, na estrutura dos prédios, não havia espaços de encontro e de sociabilidade, muito comuns no Brasil. Ainda assim, com o passar do tempo, conseguimos nos relacionar com uma turma de estudantes sul-africanos que vivia no prédio. Não os encontramos por acaso. Eles eram os únicos habitantes que, em alguns momentos, deixavam a porta do apartamento aberta, cumprimentavam os que por ali passavam e introduziam alguma conversa, inclusive no elevador. Naquele momento, tivemos a ideia de fazer uma festa no corredor de um dos andares do prédio, exatamente no andar onde a grande maioria desses estudantes habitava. Para que não houvesse conflito com

os demais vizinhos, em virtude de algum possível barulho provocado pela festa, convidamos todos os moradores daquele andar. Alguns aderiram, outros não. Depois deste “salão de festas” inventado houve mais encontros em outros andares, já não mais organizados por nós.

O nome Amsterdã, em neerlandês, deriva do nome *Amstel*, rio que banha a cidade. Boa parte da cidade é formada por *polders*, isto é, terrenos artificiais construídos sobre a água através do uso de aterros, diques e represas (*dam*). A cidade possui um grande número de canais, sendo os mais famosos localizados no centro antigo, no local conhecido como *Canal District*, que, em 2013, comemorou 400 anos de construção, enquanto a data mítica de fundação da cidade é o ano de 1275 (ROEGHOLT, 2010).

Claval (2007), ao apresentar Amsterdã a divide em pelo menos três partes: Amsterdã I, a velha Amsterdã, que preserva a sua arquitetura barroca e se estende pela região da *Central Station*, englobando bairros antigos e nobres como o *Jordaan* e também o *Canal District*;⁵ Amsterdã II, a mais nova Amsterdã (dos anos 1980), a do mundo dos negócios, dos executivos, dos prédios modernos, a que segue a linha do aeroporto *Shipol* em direção à *Zuid Station* e a *RAI Station*; A Amsterdã III, que forma o segundo anel da cidade, englobando áreas desde o oeste, sul, sudeste e norte da cidade. Fruto do crescimento demográfico e da industrialização, essa área costuma passar despercebida pelos turistas e executivos que visitam a cidade, no entanto,

5 Participamos em outubro de 2013 de um Seminário organizado pelo *Centre for Urban Studies – University of Amsterdam – U.V.A.* – intitulado “*Amsterdam’s Canal District in Global Perspective, past and present*”. O Seminário teve como foco de discussão o *Canal District* e dividiu-se em dois momentos: 1. *Historic Origins of the Canal District*; 2. *Future Challenges of the Canal District*. Em 2010, o *Canal District* foi declarado pela UNESCO como patrimônio da humanidade. Ali, estão os canais mais antigos e famosos de Amsterdam: *Herengracht*, *Keizersgracht* e *Prinsengracht*.

abriga, hoje, a maioria dos moradores de Amsterdã, inclusive boa parte dos imigrantes.

A seguir, com o auxílio do *google maps*, indicamos o itinerário percorrido pela pesquisa: Amsterdã Central (*Canal District*) – *Borneokade* e *Amsteldijk*. O *Canal District* foi contemplado mais na forma de registro e coleta de imagens fotográficas, fílmicas e iconográficas do que por narrativas textuais. As narrativas etnográficas sobre *Amsterdã* apoiam-se, sobretudo, na pesquisa realizada com moradores que vivem em casas-barco – *houseboats* – especialmente em dois locais da cidade, *Borneokade* e *Amsteldijk*.

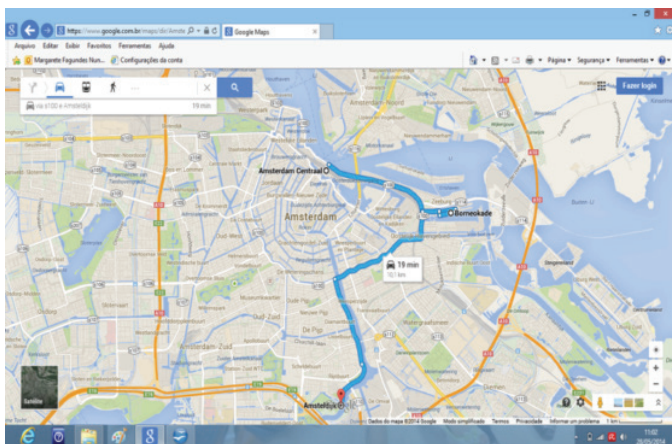


Figura 1: Itinerários da pesquisa de campo

No que se refere à prática etnográfica, vale destacar que a situação de pesquisa aconteceu mediada por uma língua estrangeira para ambos, pesquisados e pesquisadores. Houve momentos de pausa nas narrativas, quando os sujeitos da pesquisa pensavam em como melhor traduzir aquilo que queriam narrar; o mesmo aconteceu com os pesquisadores. Há trechos gravados difíceis de tradução porque, em alguns momentos, o narrador misturou expressões da sua língua ma-

terna, o holandês, à fala estrangeira. Todos os trechos das narrativas apresentados neste artigo foram traduzidos para a língua portuguesa, inaugurando já uma terceira tradução.

Para este artigo, fez-se uma seleção de fragmentos de textos e imagens que compõe o conjunto de material de campo organizado na forma de coleção etnográfica (ROCHA e ECKERT, 2013). O artigo organiza-se, portanto, em torno dessas narrativas, paralelamente às indagações acerca da prática etnográfica, desde o olhar “estrangeiro” sobre a cidade e a interpretação do uso que os habitantes fazem de suas águas à contribuição dessa experiência para as pesquisas de antropologia urbana no Brasil, especialmente no que diz respeito aos conflitos dos usos de águas urbanas nas grandes metrópoles brasileiras. As situações de entrevistas formais, com agendamento prévio e uso de equipamentos audiovisuais, foram 10.

Mesclamos aos fragmentos das narrativas textuais alguns elementos de interpretação, cientes dos riscos de desacomodar a prática etnográfica do “estudo do nacional” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000) ao inaugurarmos as primeiras experiências de pesquisa no exterior. Geralmente, nós, brasileiros, focamos nossas pesquisas dentro do Estado nacional ou, nas raras vezes em que estudamos no exterior, preferimos o estudo com grupos de brasileiros no exterior. Há riscos, por certo, de olhar para um objeto de investigação relativamente distante, com o qual não temos quase nenhuma familiaridade. Porém, o positivo está exatamente em desacomodar nossa prática reflexiva, que nos desafia a (re)pensar a forma como operamos com os parâmetros conceituais de análise e interpretação.

Sobre o *Vlieland* e às margens do Rio *Amstel*

Na primeira semana de setembro, com o auxílio de pesquisadores da própria *VU University*, em especial de Joan Van Wijk, fizemos

uma primeira inserção na pesquisa de campo propriamente dita, com os moradores das casas-barco, em um local denominado *Borneokade*, distante cerca de três quilômetros e meio do centro antigo, em direção a *Azartplein*. Neste local há cerca de 50 casas-barco, distribuídas do lado direito da rua, com os números em ordem crescente, fazendo-se o acesso pela avenida *C. Van Eesterenlaan*. Os deslocamentos eram feitos por *tram* (espécie de bonde elétrico), metrô, ônibus ou bicicleta.

Não sabíamos como iniciar o trabalho de campo. Chegamos a *Borneokade* por indicação da “madrinha de campo”, Joan Van Wijk, que mediou a relação entre nós e sua amiga e comadre que vive numa casa-barco com o esposo e o filho. Fomos convidados a participar de um jantar que ocorre semanalmente na casa-barco dessa família holandesa. O jantar é preparado conforme o número de pessoas confirmadas, é oferecido por €10,00, o que, somado ao consumo de alguma bebida e mais o transporte, pode resultar em um gasto de mais ou menos €20,00.

Convidamos uma amiga brasileira para nos acompanhar no jantar marcado para às 18h e 30min. Chegamos por volta das 18h e 15min, muito apreensivos para não atrasarmos, pois a amiga brasileira lembrava-nos a todo momento: “eles não gostam de atrasos”. Aguardamos cerca de 20 minutos ou mais na frente da casa-barco a fim de sermos introduzidos por uma terceira pessoa à anfitriã que, ao chegar, nos lembrou: “atrasei, fui mais brasileira que as brasileiras”.

Era verão, 04 de setembro, e por isso o jantar ocorreu na parte superior do barco, no convés. Ainda era dia quando chegamos. À medida que o sol ia se pondo, a cidade se apresentava mais bonita com suas luzes refletidas sobre a água. Um sentimento de alegria invadiu-nos naquele final de tarde – “já era tempo”, pensamos. Mais tarde, compreendemos que esse sentimento de alegria não havia sido

despertado à toa, *Borneokade* e o *Vlieland* (nome da *houseboat* que também é o nome de uma ilha no norte da Holanda)⁶ tornaram-se fundamentais para a realização da pesquisa. Naquele entardecer de setembro sobre o *Vlieland* havia cerca de 15 pessoas para jantar. Naquela mesma noite já fomos apresentados a outros moradores de casas-barco, quando aproveitamos para fazer contato com um casal que passou a ser importante interlocutor para a pesquisa, ele holandês e ela espanhola. Em geral, os convidados falavam holandês na maior parte do tempo, somente falavam inglês ou espanhol quando se dirigiam a nós, pesquisadores brasileiros.⁷

Ainda no mês de setembro gravamos as primeiras narrativas, utilizando equipamentos audiovisuais para a coleta de imagens e som⁸. Com essas primeiras entrevistas foi possível acessar conhecimentos fundamentais sobre os Países Baixos e a cidade de Amsterdã, em especial. Em algumas narrativas, os sujeitos da pesquisa explanaram sobre a formação hidrográfica dos Países Baixos, a ocupação do solo e como ocorreu a edificação dos *polders* e diques para a contenção das águas.

6 Os barcos, transformados em casas-barco, costumam receber um nome. Segundo uma das interlocutoras, caso o barco comprado já possua um nome, este não deve ser alterado. Acredita-se que a alteração do nome possa trazer má sorte.

7 Em *Borneokade*, salvo uma interlocutora cuja narrativa foi em inglês, todos os demais falaram em espanhol. Surpreendeu-nos a quantidade de pessoas falantes da língua espanhola nessa localidade. Apesar de a língua inglesa ser considerada segunda língua, pois quase todos os holandeses a falam, um dos interlocutores perguntou-nos em qual língua preferíamos que ele falasse: holandês, francês, inglês, espanhol. Paralelamente às entrevistas individualizadas, procuramos participar semanalmente dos encontros sobre o *Vlieland*.

8 Os registros de imagem e som dessas atividades foram feitos por uma filmadora Sony semiprofissional com o auxílio de um tripé.



Figura 2: *Borneokade*, set. 2013.

Os donos do *Vlieland* são os que preparam toda a recepção, desde o jantar ao atendimento pessoal aos amigos: servem os pratos, trazem a bebida, recebem o pagamento no final. Os frequentadores do *Vlieland* nas noites de quartas-feiras já são conhecidos do casal, salvo algum convidado especial de um dos frequentadores mais assíduos. Não é um restaurante aberto ao público. Para jantar no *Vlieland*, a pessoa precisa ser introduzida na rede. Todas as vezes que convidamos alguém de fora da rede, o fizemos com a permissão dos donos, avisando com antecedência para que os mesmos pudessem se organizar providenciando a comida e a acomodação. Em geral, costumávamos ir em dupla ou convidávamos algum(a) colega da universidade. Somente duas vezes levamos convidados a mais, com o consentimento dos donos, cerca de 10 pessoas. A primeira vez em dezembro, por causa da comemoração do natal e da despedida de alguns amigos de *Uilenstede*, quase todos sul-africanos, que estavam finalizando sua estada na universidade; a segunda vez em 29 de janeiro, na nossa festa de despedida que, por motivos óbvios, não poderia ocorrer em outro lugar.

Ainda hoje recebemos via email o convite semanal para jantar no *Vlieland*, motivo pelo qual abrimos uma caixa especial no *Outlook* chamada de *Vlieland*, onde constam todos os convites recebidos até então, desde setembro de 2013. Aguardamos curiosos o convite, ainda que o *menu* seja apresentado em holandês e a tradução ocorra mais por intuição e pela interpretação das imagens dos pratos que acompanham o texto escrito.



Woensdag eten we:

Romige bloemkoolsoep met crème fraîche
Coq au vin
Krentjebrij (watergruwel)

Zin om te komen eten? We horen het graag!
Vegetarisch is ook mogelijk als je het even aangeeft bij reserveren.
3 gangen menu € 10,-, kinderen 2 gangen € 5,-.
We koken zoveel mogelijk biologisch.

Tot gauw!

Figura 3: Convite para jantar sobre o *Vlieland* (Recebido em 22/02/2016, 18:28)

Borneokade é um pouco afastado da área central, portanto, está fora do circuito turístico de Amsterdã. Alguns moradores relataram que, exatamente por este motivo – a possibilidade de distanciar-se da

parte turística da cidade – é que fixaram residência ali. Tendo como referência a praça *Leidsplein*, localizada na área central, é necessário tomar o *tram* e descer cerca de 10 paradas depois.

Ainda que tivéssemos aderido à bicicleta para realizar grande parte dos deslocamentos em Amsterdã, durante o trabalho de campo em *Borneokade* costumávamos utilizar basicamente *tram* e ônibus, e, algumas vezes, o metrô, de *Uilenstede/Amstelveen* até o centro de Amsterdã, onde tomávamos o *tram* em direção a *Borneokade*. Em geral, costumávamos despendar cerca de 45min para fazer todo o percurso. O transporte público em Amsterdã é excelente, funciona, é organizado, mas é um serviço extremamente caro. Talvez isso ajude a explicar a adesão massiva à bicicleta como transporte alternativo. De modo distinto das cidades brasileiras, em Amsterdã pode-se viver muito bem sem carro, optando-se pelo transporte coletivo ou pela bicicleta.

No primeiro mês em Amsterdam/*Amstelveen*, tínhamos receio de tomar o transporte público errado e perder-nos na cidade/região. Aos poucos, fomos percebendo que tudo era uma questão de organização e planejamento prévio. Há um site disponível por meio do qual se pode construir o trajeto, verificando os horários do metrô, *tram*, ônibus e o tempo do percurso – <http://9292.nl/#>. O suporte tecnológico para o controle do deslocamento também se estende para a administração do tempo e do clima, informando sobre as condições climáticas em tempo real, através do site <http://buienradar.nl>. Em cada ponto de parada desses transportes coletivos há uma placa informando onde o sujeito está e todas as paradas que ele irá percorrer até o seu destino final. Além disso, há um painel no interior dos coletivos informando os pontos de parada. Não há como se perder e não existe o porquê indagar a alguém onde descer. No Brasil, como esse sistema ainda é precário, apostamos sempre na conversa com o motorista,

com o cobrador ou com algum possível passageiro que possa nos ajudar a completar o percurso com êxito.

Borneokade dispõe de uma boa infraestrutura em termos de comércio e demais serviços. Os filhos dos moradores das casas-barco costumam estudar nos arredores e a comunidade conta com serviço de transporte por meio de *tram* e ônibus. Evidentemente, a localidade é bem servida por ciclovias nas principais avenidas, pois as bicicletas são sempre uma importante opção em transporte. Em *Borneokade* não há garagem para carros, esses ficam na rua, estacionados perto do local onde os barcos estão ancorados. Nem todos os moradores possuem carro, no entanto.

De maneira geral, contrastando com o Brasil, as moradias em Amsterdã são pequenas e não dispõem de muito espaço. Referimo-nos a moradias em geral, não apenas às casas-barco. Salvo raras exceções, as moradias costumam ser iguais em termos de tamanho, tipo de arquitetura e estética. Ainda assim, os planejadores urbanos em Amsterdã não se utilizaram disso como pretexto para a ocupação de áreas verdes da cidade. Apesar do espaço reduzido e as limitações hidrográficas, Amsterdam/*Amstelveen* preserva extensas áreas verdes, com parques gigantes voltados ao lazer, à prática de esporte e a eventos culturais.

Ao contrário de *Borneokade*, que acessávamos por meio de transporte público, em *Amsteldijk*, o deslocamento era feito de bicicleta por ser razoavelmente perto de *Uilenstede*, onde residíamos. *Amsteldijk* era também rota dos nossos passeios de bicicleta nos finais de semana. Na região de *Amsteldijk* é possível encontrar grande número de casas-barco que, na verdade, não são ou nunca foram barcos. São casas edificadas sobre plataformas situadas dentro do rio *Amstel* ou dos canais. São também denominadas *houseboats* porque estão sobre a água.



Figura 4: Amsteldijk, nov. 2013

Há pelo menos três tipos de *houseboats*: as casas construídas sobre plataformas dentro dos canais; as que são realmente barcos, isto é, seus moradores possuem autorização para navegar e o barco apresenta boas condições de navegação; ou, ainda, as que já foram algum dia barcos, mas, hoje, não apresentam condições de navegação e tão somente foram adaptados para moradia. Essas últimas *houseboats* preservam toda a estética do barco, mas, em geral, não estão aptas à navegação, algumas delas, inclusive, foram destituídas de motor.

Em qualquer um dos casos citados acima – casas sobre plataformas aquáticas, casas-barco navegáveis, casas-barco não navegáveis – a manutenção, segundo seus moradores, é de alto custo. Todos alegam o desgaste de materiais, por causa do contato contínuo com a água, como sendo o principal fator de corrosão ou destruição. Alguns desgastes se intensificam por decorrência do gelo, durante os invernos rigorosos.

Não chegamos a enfrentar um inverno rigoroso em Amsterdã para que pudéssemos experienciar o congelamento das águas dos canais. Não obstante, os moradores das casas-barco comentaram sobre a incorporação dessa estética na vida cotidiana, quando muitos deles patinam sobre o gelo e constroem brincadeiras sobre a água conge-

lada. Do mesmo modo, no verão. Fato que acompanhamos, pois assistimos a muitas crianças e adultos tomando banho nos canais, especialmente em *Borneokade*. Ao serem indagados sobre a possível poluição das águas, os moradores alegaram haver um baixo índice de poluição e não pareceram preocupados com a utilização da água para este propósito. Quanto à potabilidade da água em Amsterdã, alguns dos interlocutoras/es relataram, inclusive, que a água disponível na torneira é uma das melhores.

Se em *Borneokade* pudemos contar com uma “madrinha de campo”, em *Amsteldijk* não existiu essa figura. Acostumados a pedalar às margens do rio *Amstel*, arriscamos verificar se seríamos bem recebidos pelos moradores diretamente, sem a mediação de um amigo(a) holandês(a). Estacionávamos a bicicleta e batíamos à porta das casas-barco, apresentando-nos como pesquisadores brasileiros e estudantes da *VU University Amsterdam*, mas não apresentávamos nenhum documento de comprovação. Em geral, éramos bem recebidos e a partir dessa primeira abordagem construíamos um novo contato e agendávamos um retorno. Esta facilidade nos surpreendeu porque temíamos qualquer hostilidade e frieza e encontrávamos exatamente o inverso. As pessoas abriam as portas de suas casas para dois estrangeiros, ofereciam café, chá, conversavam, convidavam para passeio, como foi o caso de um dos moradores, e não demonstravam nenhum tipo de receio. Em contraste com o Brasil, na maior parte das vezes tememos abrir nossa casa para um estranho, atendemos do outro lado das grades e dos portões.

Certamente, o ponto citado acima foi um dos mais positivos no que se refere às saídas de campo em Amsterdã. Logo que chegamos na cidade, as pessoas mais próximas já avisaram sobre o baixo índice de violência e criminalidade urbanas, de que não havia necessidade de temer andar na rua, de transportar valores, de circular à noite. A nossa única preocupação nas saídas de campo era certificar-nos de

não esquecer o *ID* e sempre lembrar de fazer *check in* e *check out* no transporte público. No mais, medo nenhum.

Os moradores das casas-barco e a relação com o meio ambiente

Apesar de as casas-barco constituírem-se como uma das marcas da cidade, o número de habitantes que vive numa casa-barco é ainda pequeno em proporção à população total do município, que possui em torno de 800 mil habitantes. Segundo nossos interlocutores, há cerca de 2.500 casas-barco distribuídas pelos canais de Amsterdã. Drenth e Rooi (2013, p. 26) afirmam que deve haver mais de 10.000 *houseboats* por todo os Países Baixos, incluindo as ilegais, e que Amsterdã, sozinha, já deve contar com mais de 2500. Alguns moradores ressaltam que “não se precisa viver em casa-barco para se sentir sobre a água, Amsterdã está sobre a água”.

Ao contrário do que se pensava, a regularização das casas-barco por parte da municipalidade, no que se refere ao sistema de esgoto sanitário, aconteceu tão somente a partir dos dois últimos anos (tendo como referência o ano de 2013, quando foi realizada a pesquisa). Até então, segundo os moradores, todos os dejetos eram jogados diretamente nos canais. Os demais serviços, como água, luz, gás, recolhimento de lixo etc., foram sendo implantados lentamente, ao longo dos últimos anos. Todos argumentam que, no início, contaram com a sua própria organização e a solidariedade dos demais para suprir as necessidades desses serviços. Com a formalização, morar em casas-barco em Amsterdã deixou de ser uma alternativa de vida e passou a ser um estilo de vida “luxuoso e caro”, segundo alguns moradores. Atualmente, os impostos são altos tanto para a aquisição de um lugar sobre a água quanto para contar com os serviços que passaram a ser oferecidos.

Temos uma permissão para ficar aqui. Temos que pagar por esta permissão. Se queres navegar podes fazê-lo, porém se te demoras mais que três meses tens que advertir a prefeitura, senão corres o risco de perder a licença. E como as licenças estão muito caras, aqui, não vale a pena, claro. Se queres vender este barco... Meu barco... A gente paga menos pelo barco do que pela permissão de estar aqui neste lugar, é muito caro. São € 2.900,00 somente para pagar a licença. Há mais impostos anualmente. Nós... Tenho que dizer meu marido, ele nunca pagou por essa permissão porque ele já vive há uns 27 a 28 anos aqui (ela vive há onze anos, desde que casou com ele). Naquele momento ninguém queria ficar aqui, porque não tinha eletricidade, não tinha gás, não havia nada. (...) Ele era muito jovem quando ele decidiu “gostaria de viver num barco”. Esse é seu segundo barco. Ele decidiu por motivo de liberdade. Também, naquele momento não havia muitas casas na cidade. Bom, ele era jovem, podia ficar com seus pais um pouco mais, porém, não, quis buscar uma maneira de sair da casa dos seus pais e como não encontrou uma casa na cidade, pensou: “bom, por que não comprar um barco?”. O barco foi muito barato naquele momento. Ele tinha um barco em outra parte da cidade, antes, onde vivia muito mais gente. Porém, lá, a polícia dizia que não podia ficar, então ele disse: “bom, vou pôr onde posso ficar”. Naquele momento ele chegou aqui, e já havia uns 4 ou 5 outros barcos. Bom, ficou aqui. E, depois, naquele momento não tinha que obter permissão (pagar), porque ele já estava aqui quando a prefeitura decidiu dar licenças e vender licenças a quem queria viver em barcos. Hoje em dia, há muita gente que viu que é uma maneira de viver perto da água, com muita liberdade e aspecto de aventura. Tem muita gente que quer viver em uma casa-barco. A prefeitura tem dado... Não sei exatamente... Umas 600 licenças em toda a cidade. Então, se não há muitos locais para ficar em uma casa-barco e há mais gente que o queira, os preços sobem. Nós nunca pagamos a permissão mas há muita gente aqui que pagou. A licença se paga somente uma vez, porém há um imposto que tens de pagar a cada ano, € 1.500,00 por ano.

– Nossa, é bastante alto (Pesquisadora).

– Não gosto muito de pagar, mas me parece que o governo faz coisas muito boas para o país, e isso se vê também. Há muitas lâmpadas à noite, há tudo que funciona muito bem, é por isso que pagamos, mas é muito dinheiro, claro. Há pessoas que moram nas casas aqui (do lado oposto onde estão as casas-barco). Eles pagam € 1,200,00 ao mês somente de aluguel, não é sua propriedade. O barco é nossa propriedade. Então, para eles é muito caro também (P. Borneokade, set. 2013).

Ao serem indagados sobre o porquê decidiram viver numa casa-barco, os que moram há mais tempo, 20 a 30 anos, salientam o baixo custo. Na expressão “alternativa de vida” destaca-se não somente o fator econômico, mas o espírito de aventura. Morar ao lado da água ou sobre a água é algo que perpassa gerações ao se falar em memória ambiental das populações dos Países Baixos. O que eles destacam como novo é a estética da *houseboat*, que vai ganhar adesão especialmente na segunda metade do século XX, numa situação de pós-guerra e de ascensão dos movimentos de *contracultura*.

Ao acessarmos o livro *Boat People of Amsterdam* (SCHMITZ e SPOELSTRA, 2013), antes da realização da pesquisa de campo, esperávamos encontrar mais pessoas sozinhas vivendo em *houseboats*, porque os autores enfatizaram muito este aspecto, além, é claro, do *ethos* de vida alternativa. No entanto, grande parte dos nossos interlocutores não vive só, mas com a família, companheiros(as) e filhos. Pode ser uma característica das comunidades por onde circulamos. Em *Amsteldijk*, um dos antigos moradores informou-nos que até 30 anos atrás eram basicamente artistas os que viviam em casas-barco. Isso foi confirmado com a presença de pianos ou outros instrumentos musicais em parte das casas-barco onde circulamos.

As narrativas oscilam entre o caráter de liberdade – poder navegar e levar a casa junto consigo – e o aspecto oneroso de se viver em uma casa-barco. Em um dos jantares sobre o *Vlieland*, conhecemos um

senhor que vive em casa-barco, mas que não deseja mais permanecer. A sua explicação para abandonar a ideia diz respeito ao alto custo de manutenção do barco. No entanto, ele é uma exceção entre aqueles com quem dialogamos ao longo da pesquisa. Em geral, eles apreciam muito viver dessa forma, ainda que a observação quanto ao custo dos impostos e à manutenção do barco esteja presente nas narrativas.

Este é o segundo barco que vivemos. Antes, estivemos vivendo em outro barco no centro de Amsterdã. O barco era menor, de 20 metros. Este barco onde vivemos agora tem 35 metros. Há uma superfície maior. Lembro que estávamos buscando uma casa quando eu tinha 22, 23 anos, e meu noivo, agora meu marido, também estava buscando algo. Queríamos viver juntos, esse era o plano, mas nas não tínhamos muito concreto o que fazer. Houve um momento em que vi um anúncio num jornal de que se vendia um barco. Já tínhamos estado em diferentes casas e era tudo muito caro para comprar. Bom, pensamos: “vamos ver... Que tal este barco?”. Resultou que esse barco era um barco antigo, que se construiu em 1920, por aí. Todavia, não estava nesse lugar, estava num lugar onde se reformam barcos para regularizá-los e tal, e depois pô-los em um lugar no centro de Amsterdã. Todavia não estava totalmente regularizada a situação desse barco, ou seja, legalizado no lugar. Era bastante barato para comprá-lo. Compramos esse barco e trabalhamos sete anos nele para tentar consertá-lo um pouco, porque estava completamente vazio aí dentro. Não havia eletricidade, não havia calefação, não havia nada. Não havia água. Bom, estivemos vivendo ali bastante tempo. Bom, primeiro filho, segundo filho e já o espaço ficou um pouco reduzido. Seguimos buscando outro barco e compramos este. O primeiro barco compramos há uns 15 anos. Compramos este segundo barco, o atual, há 7 anos, por aí. Agora temos 3 filhos e quase o barco está pequeno. Estamos pensando, nosso filho mais velho está com 12 anos e todos dormem no mesmo espaço. Estamos pensando em comprar um outro barco pequeno para colocá-lo ao lado desse, para que ele (o filho mais velho) possa ter sua habitação, seu quarto, para dormir ali com suas

amigas e tal. Assim, nós ficamos com mais espaço aqui, e ele terá mais um pouco de privacidade (B. Borneokade, 2013).

– E teus filhos gostam de viver numa casa-barco? (Pesquisadora).

– Não conhecem outra... Nunca viveram numa casa. A princípio sim, eles gostam, sim, claro. Durante o verão, todos os dias, quando vêm do colégio, a primeira coisa é tirar a roupa e meter-se na água e nadar. Nós os ensinamos a natação e tal, para o quanto antes pudessem nadar. É melhor porque, aqui, temos cerca de 10 metros de água debaixo do barco. Necessita realmente saber nadar. O que se passa é que neste barco também navegamos, todo o verão navegamos pela Holanda, pelos rios, e também no Norte da Holanda há uma espécie de mar interno que se chama *Waddenzee*, há ilhas e tal. Também este barco é plano, não se pode ir em alto mar, porém pelos rios e mares interiores não há problema. Cada verão, quando chega o mês de maio e junho, pensamos: “para aonde vamos este verão?” (B. Borneokade, 2013).

Ao indagarmos aos nossos interlocutores sobre o funcionamento do sistema de coleta de lixo, um deles explicou-nos que, em muitas ruas de Amsterdã, não é possível usar *containers* subterrâneos porque logo abaixo do solo já existe muita água. Nós havíamos observado a existência desses *containers* subterrâneos em algumas localidades, inclusive onde vivíamos, em *Uilenstede*. Em qualquer um dos casos, os trabalhadores não tocam no lixo, os *containers* são retirados do solo ou do subsolo por caminhões de guincho, são esvaziados e depois recolocados novamente no seu espaço.



Figura 5: Recolhimento de lixo. *Uilenstede*, ago. 2013

Tanto o serviço de recolhimento do lixo quanto o de água, luz e esgoto sanitário das casas-barco estão conectados à rede geral de serviços disponibilizados na cidade. No entanto, essa conexão é relativamente recente, como nos informa um dos nossos interlocutores:

Eu vivi aqui sete anos sem gás, sem água e sem eletricidade. Tinha um depósito de água, que a cada quarta-feira era abastecido por um barco de água. A princípio, a princípio 400 litros, o que é muito pouco, 400 litros por semana é 50 litros ou um pouco mais ao dia. É pouco. Agora utilizamos 150, 200 litros ao dia: ducha, lavabo, limpeza das roupas. Depois, colocamos um reservatório de 1000 litros, que precisávamos medir: tomar banho ou lavar a roupa? Desde 1996 tenho conexão de água da rua (...). O esgoto cloacal, até dois anos atrás, tudo ia diretamente para a água. Quando eu vim para cá, todos os barcos, o lavabo, tudo ia para a água, porém, aqui, há 40 barcos (refere-se a Borneokade). A água... o canal é muito amplo, muito profundo. Quando o governo fez essas casas (refere-se às moradias da rua), pôs uma infraestrutura de PVC, bombas... Tudo isso faz mais dano ao meio ambiente que esses 40 barcos que descartavam um pouco de merda. Porém, quase dez anos mais tarde fez-se toda uma campanha para conectar todos os barcos, todos os barcos ainda não, mas quase

todos os barcos estão conectados. Estamos numa cidade de quase um milhão de pessoas... não sei exatamente quando se fez toda a infraestrutura para que todas as águas fossem para uma depuradora... Um pouco de material orgânico na água tampouco é um... Eu sempre me banhei aqui e não creio que a água seja suja. Há muitos peixes, muitos pássaros, também há muitos pássaros que necessitam pescar. Se a água fosse contaminada não haveria peixes pequenos para esses pássaros. (...) Todas as casas (do bairro) estão conectadas ao sistema de esgoto sanitário. (...) Durante muito tempo somente os barcos estavam desconectados desse sistema. E, agora, os barcos tampouco. Agora, estamos todos conectados ao esgoto cloacal (H.W. Borneokade, 2013).

Não observamos, durante a circulação por esses bairros, sinais de que objetos, material orgânico, ou quaisquer resíduos que fossem descartados diretamente nas águas dos canais. Ao contrário, o que chamava a nossa atenção era exatamente a não existência de quaisquer resíduos nos canais, salvo na região central, onde, por vezes, era possível avistar alguns objetos, especialmente garrafas plásticas. Esta é uma região de grande circulação de pessoas e de muito fluxo de barcos turísticos, durante todo o dia e parte da noite.



Figura 6: Amsterdã Central

Não obstante, os moradores das casas-barco, nossos interlocutores, demonstraram uma relação de zelo com a água, evitando lançar quaisquer resíduos diretamente nela. A água dos canais, em todas as narrativas, aparece como possibilidade de lazer e entretenimento, onde se pode tomar banho no verão e brincar sobre o gelo nos invernos rigorosos.

Olha, se estás trabalhando com o teu barco... Eu aqui que tenho um barco pequeno e tenho que lixar, vai um pouco à água... Porém, tento fazer o máximo quando está fora d'água, num ambiente seco, num ambiente onde tenha descarte de lixo adequado para a pintura (...) Porém não vais ver nunca um morador lançando lixo na água, isto não (H.W. Borneokade, 2013).

Amsterdã e a água



Figura 7: *Canal District*, Amsterdã, dez. 2013

Em geral, os holandeses demonstram muito orgulho pela relação que construíram com a água. É muito comum ouvir de um holandês ou de um imigrante naturalizado holandês que nos Países Baixos as populações aprenderam a conviver com a água, lutaram desde muito cedo “contra a água” e/ou “com a água”. Tão logo se chega a Amster-

dá, ouve-se esta expressão: “Deus criou o céu e a terra, os holandeses criaram os Países Baixos”. Essa expressão, utilizada no cotidiano, é comum também nos escritos dos materiais turísticos, jornalísticos, encartes e livros sobre a Holanda. Ao folhearmos o livro *New Visions of the Netherlands*, lá está grifado: *God created the world, but the Dutch created the Netherlands* (DRENTH & ROOI, 2013, p.14).

Entre os nossos interlocutores da pesquisa foi recorrente a alusão de que os holandeses lutam “contra a água”, “com a água” ou “sobre a água”. Essas expressões não apenas sugerem certa simbiose entre o povo holandês e a água, mas sinalizam a força dessa relação para a edificação de uma memória ambiental (DEVOS et al., 2010).

– Isto é Holanda (mostra no mapa). A parte amarela é o que se poderia inundar com a maré alta, porque a cada dia temos maré alta, duas vezes ao dia. A parte azul é o que está abaixo do nível do mar ou no nível do mar. O mar tem um nível, e com a subida e a baixa da maré, pela posição dos lagos, esta parte (azul) sempre seria inundada e aquela (amarela) só quando a maré estivesse alta. Como temos todos os diques (na costa) e por dentro do país todos os rios, como os rios *Rijn* (Reno) e *Maas*, também há diques para que não se inunde. Se olhas, por exemplo, aqui nós estamos em Amsterdã (mostra no mapa). Aqui está Amsterdã, na província de Holanda do Norte. A Província começou em 1450 aqui, por exemplo... Com moinhos pequenos começou-se a retirar águas dos lagos para utilizar a terra. Todas estas partes em amarelo são chamadas *polders*, lugares onde antes era água, porém a água foi convertida em terreno fértil por intervenção humana. Como podes ver isto é a Holanda. Neste espaço tão pequeno do globo vivem dezesseis milhões de pessoas. Muita gente para tão pouco espaço. (...) Isto é o Mar do Norte, estas são as ilhas da Holanda e aqui o Mar do Sul (mostra novamente no mapa). Em 1932 se concluiu a obra deste dique, o grande dique, e, agora, aqui, há um lago, o maior reservatório de água doce do país. Há muitos desses lagos que agora são terra (H. Borneokade, set. 2013).

– Se você ficar aqui por um tempo deve visitar o grande dique (no norte da Holanda) para compreender melhor esta luta dos holandeses com a água (W. Borneokade, set. 2013).

– Este mapa é de 196... Não sei bem... (H. Borneokade, set. 2013).

– Seu avô era professor na escola e utilizava este mapa... [risos] (W. Borneokade, set. 2013).

Aqui, por exemplo, tudo isto aqui era água. Agora, aqui é Almere, onde vivem mais de trezentas mil pessoas, e antes aqui era água (o *polder* foi construído nos anos 1960 e a cidade nos anos de 1970). Estes foram os últimos *polders* construídos. Este outro aqui (mostra no mapa), foi planejado, porém nunca foi feito, também por ter um lago perto de Amsterdã.

– Água por todos os lados (a pesquisadora). [risos]

– Sim, Amsterdã, antes, era tocada pelo mar, até 1932, sempre tinha defesas. Agora, para ir ao mar você tem que percorrer um canal. Depois, Amsterdã perdeu sua importância como porto global para Rotterdam.⁹

Na memória ambiental aparece, por um lado, a concepção de que há um controle humano sobre a natureza hostil e adversa: *os holandeses criaram os Países Baixos numa luta com a água*; por outro lado, emergem as lembranças das catástrofes ambientais e das inundações, indicando um receio diante da possibilidade da perda de controle sobre a natureza e a percepção do risco de um possível desastre ambiental (DOUGLAS; WIDALVSKY, 2012).

A construção do grande dique, ao norte dos Países Baixos, obra concluída em 1932, é citada em quase todas as narrativas, e é sempre

9 O casal participou junto de toda a entrevista, por isso mantivemos as narrativas dos dois, indicando para o leitor quando é um ou outro quem narra.

motivo de exaltação e orgulho. O desastre dos anos 50 do século XX, quando milhares de pessoas morreram pelas inundações das regiões costeiras, é um acontecimento signífico, e é parte integrante desta memória ambiental.

– Em 1953, houve uma tormenta muito grande e, nesta zona (mostra no mapa)... Aqui é a Bélgica... Romperam-se todos os diques. Tudo o que está em vermelho (no mapa) foi inundado. Duas mil pessoas foram mortas pela inundação. Depois deu-se início a obras muito grandes que se têm chamado de Plano Delta. Começou-se a fazer muitos reforços nos diques e, aqui, se fechou a conexão com o mar (mostra no mapa o norte da Holanda) (H. Borneokade, set. 2013).

– Obrigada, pela aula (a pesquisadora). [risos].

– Fiz isso para você entender que aqui há muita água. Holanda é um Delta. É um Delta do *Mosa*, do *Waal* e do *Reno*... (cita os principais rios da Holanda). Há muita água... não sei como se chama Delta no Brasil... Delta não era um lugar habitável, era, antes, para a natureza. Agora está mais urbanizado (H. Borneokade, set. 2013).

[...] É uma luta constante, o governo... Uma das funções que o governo tem que assegurar, e acho muita graça desta expressão, tem que assegurar que a população não “molhe os pés”. Se diz assim porque se eles pararem de bombear a água sobe e... Bom, ficamos inundados. Aqui sempre se precisa lutar para manter os pés secos. Claro, isto é bastante único (W. Borneokade, set. 2013).

Abbing (2012), ao apresentar a obra *Holland Land of Water*, lembra que a água constituiu-se, historicamente, como grande aliada dos holandeses, pois também servia como um elemento natural de defesa para possíveis invasões de inimigos. O autor lembra que a prática de alguns esportes aquáticos era comum desde tempos remotos e que alguns desses são ainda muito populares.

De fato, é notável a adesão dos holandeses à prática de vários esportes, associados ou não à água. Durante nossos passeios de bicicleta pelo *Amstel* víamos muita prática de remo, por exemplo. Além disso, verificávamos que passeios de barco ao longo do rio *Amstel* eram constantes. As casas de moradia, às margens do rio *Amstel*, quase todas possuíam um barco ancorado à frente, indicando que os barcos, assim como as bicicletas, são aquisições corriqueiras e estão incorporados ao uso cotidiano.

Algo que nos chamou a atenção nos Países Baixos, sendo um lugar tão frio, é o porquê as pessoas preferem viver às margens da água ou “sobre a água”, mesmo quando poderiam escolher afastar-se um pouco mais. Elas parecem completamente integradas à água, sendo quase parte dela. Estaria a água integrada a elas ou elas integradas à água? Para quem havia experienciado a produção de dois documentários sobre a situação alarmante e precária de quatro arroios da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos/RS, o contraste dessas realidades chegava a ser constrangedor ou, no mínimo, causava certo mal-estar e desapontamento. Enquanto no Vale dos Sinos/RS constatamos o olhar displicente e indiferente das populações por suas águas, visível no próprio planejamento urbano e no modo como se opera a (des)integração dos arroios e rios à paisagem das cidades, vimos em Amsterdã e em outras cidades da Holanda um movimento inverso. Ora, pode-se dizer, numa visão simplista, que dada a quantidade de água, eles não tiveram escolha, ou se integravam à água ou sucumbiam. Mas essa explicação não é satisfatória.

O olhar de fora, o estranhamento levou-nos várias vezes a indagar: o que fizemos com nossas águas? Por que chegamos a este ponto: o de “matar” alguns arroios e rios em nome do progresso e do desenvolvimento? Ainda que os holandeses também enfrentem problemas

com o descarte do lixo e com a poluição ambiental, a relação deles com a água é sensivelmente distinta.

Algo que os holandeses possuem de extremamente positivo na sua relação com a água é a incorporação da água como elemento de contemplação. É bastante curioso porque ainda que as moradias estejam mais distanciadas dos canais, é provável que se avistem pequenos lagos à frente das casas. É como se eles necessitassem contemplar a água no cotidiano.

Drenth e Rooi (2013), e, também, o geógrafo Vossestein (2012), comentam sobre a implicação desta arte holandesa de viver tão próximo à água. Os autores destacam que os holandeses se tornaram referência em engenharia hidráulica no mundo. Para Vossestein (2012), os Países Baixos são uma espécie de *patchwork* de *polders* separados por grandes áreas de captação de água e diques. O nível de água desses *polders* é controlado pelas estações de bombeamento e drenagem modernas que substituíram os tradicionais moinhos. Segundo o mesmo autor, dos 10.000 moinhos que existiam, restam cerca de 1.000 por todo o território dos Países Baixos.

Também Amsterdã está sobre *polders*. Um bom exemplo é a área onde está situado hoje o aeroporto internacional *Shipol*, que até o ano de 1860 era um grande lago. A parte superior do aeroporto está cerca de 4 a 5 metros abaixo do nível do mar e a parte do subsolo, onde se localiza a estação de trem, cerca de 10 metros abaixo do nível do mar (VOSSESTEIN, 2012).

Considerações finais

As considerações finais vão em direção ao enunciado presente no início deste artigo, que é o de refletir sobre esta experiência à luz de sua contribuição para as nossas pesquisas de antropologia no Brasil,

especialmente no estudo das metrópoles e de suas relações com o uso das águas urbanas e a memória ambiental.

Para além dessa especificidade, contudo, pesquisar em um outro país nos faz retomar, imediatamente, as reflexões de Simmel (1983) sobre o exercício de proximidade e distância, quando ele descreve a figura do estrangeiro. Ainda que o estrangeiro não pertença imediatamente ao espaço o qual se adentra, ele passa a ser parte de uma relação em que se vê mais “perto” do “distante”. A discussão de Simmel é retomada por Velho (1994), que nos alerta para as descontinuidades que se apresentam na realidade estudada (seja essa mais ou menos exótica ou familiar, pois, como sugere Velho, nem sempre o familiar é conhecido). Se, na nossa relação com Amsterdã e os holandeses houve níveis de proximidade, mesmo que não fosse um universo familiar, houve, do mesmo modo, vários momentos marcados pela descontinuidade.

Neste sentido, gostaríamos de destacar, mais uma vez, o aspecto que consideramos mais relevante desta experiência assinalada por proximidades e distâncias: a compreensão de que há outros modos de se relacionar com as águas urbanas, incorporando-as à paisagem das cidades, embora isso signifique um alto custo e um controle ambiental permanente.

Há que se relativizar, é claro, as condições sócio-históricas que, no que se refere ao Brasil e à América Latina, levaram a situações limites de degradação ambiental em troca de “desenvolvimento econômico”. Por exemplo, o que vivenciamos de perto, a implantação das chamadas “indústrias sujas” no Vale do Rio dos Sinos/Brasil (FIGUEIREDO, LENZ e NUNES, 2014), que ocasionou inúmeros impactos ambientais, entre os mais graves, a contaminação das águas. Não se pode esquecer que, nas grandes metrópoles brasileiras, o esgoto doméstico ainda é um sério problema de contaminação das águas.

A despeito das devidas considerações sobre as peculiaridades locais da nossa relação com as águas urbanas, haverá um momento em que nem o nosso passado colonial e tampouco as desigualdades econômicas e as atuais relações de poder do capitalismo globalizado serão explicativos o suficiente para a nossa omissão e a nossa displicência com as questões de ordem ambiental.

Referências

- ABBING, M. R. *Holland Land of Water*. Netherlands: Uitgeverijlias, 2012.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000.
- CLAVAL, P. "The cultural dimension in restructuring metropolises: the Amsterdam example". In: DEBENA, L.; HEINEMEIJER, W.; VAART, D. (Orgs.). *Understanding Amsterdam: essays on economic vitality, city life and urban form*. Apeldoorn/Antwerpen: Het Spinhuis, 2007.
- DEVOS, R. V.; SOARES, A. P. M.; ROCHA, A.L.C. "Habitantes do Arroio: memória ambiental das águas urbanas". *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Curitiba, UFPR, v. 22, p. 7, 2010.
- DOUGLAS, M.; WIDALVSKY, A. *Risco e Cultura: um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- DRENTH, J.; ROOI, M. *New Visions of the Netherlands*. Netherlands: Dutch Publishers, 2013.
- FIGUEIREDO, J. A. S.; LENZ, C. A.; NUNES, M. F. "Aproximación de las Teorías del Riesgo en un Estudio de Caso en el sur de Brasil". *Ambiente & Sociedade* (online), v. 17, p. 133-150, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issueto

c&pid=1414-753X20140001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 jun. 2014.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. *Etnografia da Duração: antropologias das memórias coletivas nas coleções etnográficas*. Porto Alegre: Marca Visual, 2013.

ROEGHOLT, R. *A Short History of Amsterdam*. Amersfoort/Netherlands: Bekking & Blitz Publishers, 2010.

SCHMITZ, J.; SPOELSTRA, F. *Boat People of Amsterdam*. Rotterdam: Lemniscaat, 2013.

SIMMEL Georg. “O Estrangeiro”. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.) *Georg Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

VELHO, G. *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VOSSESTEIN, J. *The Dutch and their Delta: living below sea level*. Hague/Netherlands: XPat Media, 2012.



NOVOS RESÍDUOS SÓLIDOS: *E-WASTE* E NUCLEAR

LIXO RADIOATIVO NO CONTEXTO DO DESASTRE COM O Cs137, EM GOIÂNIA: CONSTRUÇÃO
DA PAISAGEM NUCLEAR E DOMESTICAÇÃO DAS PERCEPÇÕES DE RISCO

Telma Camargo da Silva

**Introdução: Representações locais e mídia internacional – de qual
depósito de lixo radioativo estamos falando?**

Strawberry Fields Forever
Let me take you down
'Cause I 'am going to
Strawberry fields
Nothing is real
And nothing to get hung about
Strawberry Fields forever
Living is easy with eyes closed
Misunderstanding all you see
It 's getting hard to be someone
But it all works out
It doesn 't matter much to me
John Lennon e Paul Mac Cartney¹

Em 1995, numa sala de aula do Programa de Doutorado da *City University of New York – Graduate Center* (CUNY-GC), Shiley Lindenbaum, minha orientadora, me entregou um recorte do jornal *The New York Times* com o título “*Tourist Site Springs from a Nuclear Horror Story*”. Junto com o jornal, uma recomendação foi feita: “Parece que você terá que incluir uma reflexão sobre turismo internacional e desastres radioativos na sua pesquisa doutoral”. O projeto a que ela se referia tinha como eixo central as narrativas e experiências de doenças no contexto do desastre radioativo com o césio 137 em

¹ Canção do álbum *Magical Mystery Tour*, de 1967.

Goiânia.² Naquele momento, após um período de permanência de quatro anos em Nova York e do cumprimento dos requisitos acadêmicos junto à CUNY-GC, eu me preparava para regressar ao Brasil e realizar pesquisa de campo em Goiânia. Esta notícia e a observação da minha orientadora provocaram instabilidade e angústia naqueles momentos que antecederiam meu regresso ao campo. Embora compartilhasse do entendimento de que existe uma dinâmica própria à realidade vivenciada em campo e que acuradas e sensíveis leituras de documentos, escuta, observação e olhar dos acontecimentos e das representações feitas por nossas e nossos interlocutoras/es face a estes acontecimentos redirecionam os projetos previamente elaborados, fiquei afetada pela possibilidade de mudança naquele momento.

A notícia trazida pelo jornal, ao mesmo tempo em que sugeria uma nova perspectiva a ser adotada pelo projeto de pesquisa doutoral, construído a partir de pesquisas de campo anteriores (1987-

2 O desastre radioativo com o céσιο 137, situado oficialmente em 1987, decorreu da abertura de um aparelho radioterápico, usado para o tratamento de câncer, abandonado pelos então proprietários do Instituto Goiano de Radioterapia (IGR), no setor central da cidade de Goiânia. A data da abertura é indicada por alguns como sendo 13 de setembro de 1987 (IAEA, 1988, p.11) e, por outros, 10 de setembro de 1987. A situação vivenciada pelos moradores da cidade face à exposição radioativa no período entre 10 e 28 de setembro de 1987 é definida como “fora de controle” (*“time of loss control”*) (ROZENTAL, [s.d.], p. 10) pelo sistema perito nuclear. Isto porque os técnicos nucleares só chegaram em Goiânia no dia 29 de setembro de 1987, quando teve início o processo de gestão da catástrofe. Quatro pessoas morreram nos dias subsequentes à abertura do equipamento e duzentas e quarenta e nove foram consideradas contaminadas (IAEA, 1988). Contudo, até hoje, 2015, inúmeros indivíduos tentam provar na justiça a relação de causa e efeito entre o desastre e seus sofrimentos físicos e emocionais (SILVA, 2015a; 2009a; 2004; 2002; 2001a; 1998a; 1998b). Embora desastres radiológicos já houvessem ocorrido (Cidade do México, 1962; Argélia, 1978; Cidade Juarez, no México, 1983) o de Goiânia era considerado pela Agência Internacional de Energia Atômica, em 1988, como sendo o mais grave (IAEA, 1988, p. 11).

1988; 1990) e de um referencial teórico fundamentado na Antropologia da Saúde e da Doença levantava, também, um questionamento: qual o sentido daquela notícia ser publicada em 1995, no *The New York Times*, quando eu tinha informação de que o depósito permanente de rejeitos radioativos ainda não havia sido construído, oito anos após a produção do lixo radioativo, em 1987?³ Contatei imediatamente amigos e amigas no Brasil e fui informada de que a notícia de um projeto de transformação do depósito de Abadia – como era localmente conhecido – em lugar turístico não havia sido divulgada na imprensa escrita goiana. Então, outro questionamento surgiu: por que esta notícia havia, aparentemente, só ter sido publicada em jornal internacional e não na imprensa escrita local?

Provocada, então, pela reportagem e pela orientadora, pesquisei sobre a temática do turismo internacional nas ciências sociais; reli o artigo do jornal e busquei, nas minhas lembranças e notas de campo do período entre 1987-1990, dados e fatos relativos ao lixo nuclear e ao depósito. Acreditava que, assim, poderia problematizar a notícia do *The New York Times* e redimensionar o projeto de pesquisa em andamento.

A literatura antropológica disponível naquele momento sugeria que o turismo internacional era referenciado nas ciências sociais como “*Four S’s – Sun, sex, sea and sand*” (MATTHEWS, 1977, apud CRICK, 1989, p. 308), indicando que a apropriação dos eventos críticos e catástrofes pela indústria internacional do turismo não era

3 O lixo produzido pelo desastre de Goiânia foi armazenado em tambores e contêineres que foram levados, em 1987, do centro de Goiânia para um local situado no então distrito de Abadia de Goiás, a 20 km de Goiânia. Este depósito, nomeado como Depósito Provisório de Rejeitos Radioativos, ficaria ali por dois anos, ou seja, até 1989, quando seria anunciado o lugar que abrigaria o depósito definitivo e iniciada a sua construção. (IAEA, 1988, p. 82-85). Contudo, isto não aconteceu e o depósito permanente só foi concluído em 1997, edificado no mesmo terreno onde se encontrava o provisório.

um tema de pesquisa nas ciências sociais. Em termos empíricos, outra questão se colocava: existiriam outros locais de lixo radioativo que haviam sido transformados em locais turísticos? Assim, em finais da década de noventa do século XX, a temática parecia não ter sido explorada, sugerindo que a reformulação do meu projeto poderia preencher uma lacuna nas reflexões antropológicas.

Voltando ao artigo do *New York Times*, a matéria anunciava, em 1995, a construção de um depósito permanente de rejeito radioativo em substituição ao provisório (1987), e antecipava, então, algo novo que era a transformação de abrigo de lixo radioativo em local turístico. Segundo informações colhidas pelo correspondente do *New York Times* no Brasil, James Brooke, junto ao Diretor Regional da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Sr. Paulo Ney, a intenção da agência era a de converter um evento catastrófico – o desastre radioativo com o céσιο 137, em Goiânia – em “algo positivo”. Daí a ideia de local turístico. Segundo este representante da CNEN, em Goiás, o depósito permanente de rejeitos radioativos abrigaria um centro de informações entendido como um “memorial às vítimas do céσιο” e um parque com árvores nativas do cerrado. Os turistas poderiam subir até o topo de um morro coberto de grama no interior do qual estaria o prédio construído para abrigar o depósito. E, de acordo com o coordenador da Organização Não Governamental (ONG) *Samauma Fauna Flora*, Celso Carelli Mendes, também ouvido pela reportagem, o projeto previa um espaço, no complexo, para abrigar quatro grupos ambientalistas. Para ele, não haveria problema este local abrigar escritórios, considerando que todo material com potencial risco de contaminação radioativa para pessoas e meio ambiente estaria armazenado segundo normas de segurança. E o artigo do jornal termina com as palavras desse ambientalista, entusiasmado com a perspectiva de ver o depósito de lixo nuclear transformado em local

turístico, projetando, no futuro, a visão de como o espaço seria ocupado: “Todo fim de semana, desejamos ter aqui feiras: artesanatos, comida regional (...) Devemos criar o hábito das pessoas visitarem a área. Provavelmente devemos iniciar oferecendo durante os finais de semana serviço grátis de ônibus até o local”⁴ (BROOKE, 1995, p. 4).

As narrativas do perito nuclear e do ambientalista, trazidas pelo correspondente, no Brasil, do jornal estadunidense, sugeriam uma relação harmoniosa entre natureza, lixo nuclear, depósito de rejeitos radioativos, alimentação, objetos artesanais e pessoas visitantes – um lugar de turismo e lazer. Esta representação se contrapunha ao que havia observado sobre o lixo e o depósito no período entre 1987-1990. A minha primeira experiência sensível com o local foi a de uma antropóloga curiosa e sem noção do perigo e remonta aos meses de setembro-outubro de 1987, quando entrei sem nenhuma restrição na área de cerrado, distante 20 km do centro de Goiânia, situada no distrito de Abadia de Goiás, onde se iniciava a construção do depósito provisório (Figura 1). As máquinas pesadas tomavam conta da paisagem, operários da companhia de eletricidade instalavam a luz elétrica (Figura 2), caminhões transportavam o lixo radioativo retirado do centro de Goiânia. E no local já se encontrava o container contêiner o cabeçote do aparelho de radioterapia com parte do césio 137 (Figura 3). Toda esta paisagem nuclear em “gestação” estava sob a vigilância de policiais militares⁵ (Figura 4) acampados em barracas

4 Minha tradução livre do original: “*Every weekend, we want to have markets there – handicrafts, regional foods, (...) We have to create the habit of people visiting the area. We should probably start by offering free city buses to the site on weekends*”.

5 Alguns desses policiais se tornariam meus interlocutores em 1997, quando tornaram públicas suas angústias e sofrimento e associaram suas doenças ao fato de terem trabalhado na guarda dos locais em processo de descontaminação e no depósito provisório de Abadia de Goiás (SILVA, 1988a; 1988b; 2002). A exposição desses

improvisadas. Esta experiência, captada em fotografias, marcava o início do depósito e a minha experiência com o lugar agora assinalado, via matéria jornalística, como turístico. Nada, naquele momento, em 1987, sugeria um local seguro. Era um descampado sendo ocupado e transformado como resposta à crise e ruptura vivenciadas pelos moradores de Goiânia em decorrência do desastre com o céσιο 137.



Figura 1: Entrada do depósito provisório em construção
Fonte: Telma Camargo da Silva (Foto: 1987)



Figura 2: Funcionário da Companhia de Eletricidade
Fonte: Telma Camargo da Silva (Foto: 1987)

profissionais à “excessiva” radiação já havia sido levantada pela então vereadora do PC do B, Denise Carvalho, em 1989 (O POPULAR, 1989).



Figura 3: Primeiros contêineres com o lixo radioativo no depósito provisório
Fonte: Telma Camargo da Silva (Foto: 1987)



Figura 4: Policiais militares jogando damas na guarda do depósito provisório
Fonte: Telma Camargo da Silva (Foto: 1987)

Nessa época (1987-1990) a que minhas lembranças acionadas em 1995 recorriam, as notícias dos jornais impressos focalizavam a mobilização dos moradores de Goiânia e de Abadia de Goiás face ao risco de serem contaminados pelo lixo radioativo. Os primeiros, moradores de setores próximos aos locais onde a CNEN realizava os trabalhos de descontaminação, faziam manifestações contra a presença dos tambores e contêineres próximos às suas casas e reivindicavam a retirada urgente do lixo do centro da cidade de Goiânia.⁶ Os segun-

⁶ Essa percepção de risco foi um dos motivos de criação da Associação das Vítimas do Césio 137 (SILVA, 2015a; 2015b; 2002).

dos contestavam a escolha de Abadia de Goiás como local definido para o depósito provisório e se manifestavam contra a transferência do lixo do centro de Goiânia para as proximidades de suas casas. Em 1987, eles organizaram passeatas e bloquearam a rodovia BR-060 que dá acesso ao depósito com máquinas agrícolas no esforço de impedir a transferência dos rejeitos radioativos. Estes manifestantes foram contidos pela Polícia Militar e o “(...) governo, buscando prevenir novos confrontos, autorizou a ocupação da cidade pela PM por 3 dias” (CHAVES, 1991, p. 7).

Transferido o lixo, a mobilização continuou ativa, liderada pelo Sr. Adalfior Moraes – presidente da Associação dos Moradores de Abadia – em articulação com lideranças políticas como representantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB); Partido Verde (PV) e Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1989, quando Luis Inácio Lula da Silva, em campanha para a presidência da república, visitou Goiânia, um documento com a assinatura dessas lideranças foi entregue ao então candidato, solicitando apoio para resolver a situação do depósito de lixo radioativo (Figuras 5 e 6).

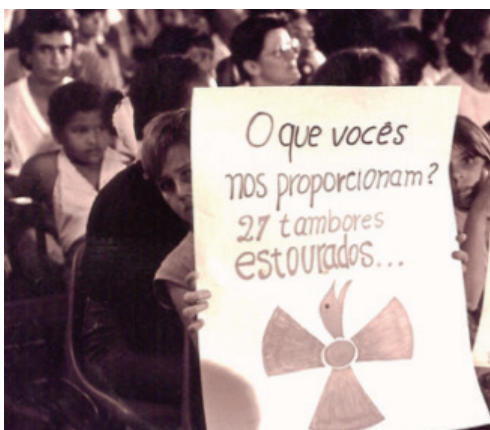


Figura 5: Moradores de Abadia se manifestam durante a reunião com o candidato Luis Inacio Lula da Silva

Fonte: Telma Camargo da Silva (Foto: 1989)



Figura 6: O candidato Luis Inácio Lula da Silva manifesta seu apoio às reivindicações encaminhadas pelos moradores de Abadia e pela Associação das Vítimas do Césio 137

Fonte: Telma Camargo da Silva (Foto: 1989)

Em 1989, a população estava aterrorizada com o fato de morar ao lado dos tambores já corroídos pelo tempo devido à ação da chuva e do sol e tinham medo de que a contaminação estivesse atingindo o solo e que a radiação estivesse sendo levada pelo vento.



Figura 7: Depósito provisório

Fonte: Acervo CNEN



Figura 8: Depósito provisório

Fonte: Acervo CNEN

Essas lembranças rememoravam ações de moradores que percebiam o lixo e o depósito como perigosos e confrontavam o risco por meio de manifestações organizadas. As memórias por mim acionadas em 1995 indicavam ativismo, resiliência e a percepção de que o lixo e o repositório de rejeitos representavam perigo, o que contrastava com a ideia de depósito como lugar de turismo e lazer. Logo, a questão que se colocava naquele momento era a investigação do processo que permitiu a aceitação pública do depósito antes lugar de risco e, agora, segundo a notícia, lugar turístico em gestação. Duas manchetes publicadas pela imprensa escrita, uma de 1987 e a do NYT, de 1995, assinalam esta mudança:



Figura 9: Matéria de imprensa escrita datada de 1987

Fonte: Acervo Pessoal

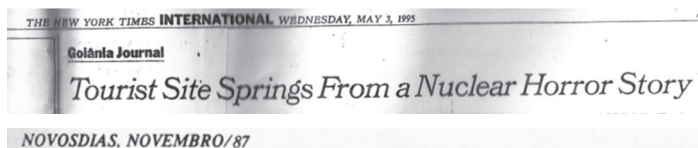


Figura 10: Matéria de imprensa escrita datada de 1995

Fonte: Acervo Pessoal

Pensando nesta questão, ampliei o projeto inicial de pesquisa e retornei ao campo em 1996. Durante aos anos de 1996-1997, estive várias vezes no depósito permanente em construção na agora cidade de Abadia de Goiás⁷ e participei da cerimônia de inauguração, em junho de 1997, do Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste, onde está localizado o Depósito Permanente de Rejeitos Radioativos do Césio 137. No entanto, a questão central evidenciada em campo foi a de representações de saúde e doença articuladas por diferentes atores sociais do desastre e a discussão da política da memória e do sofrimento social (KLEINMAN et al., 1997) em contextos de evento crítico (DAS, 1998). Assim, a tese (SILVA, 2002) retomou o curso do projeto pensado anteriormente e o tema do lixo radioativo e do depósito permeiam parte da análise, mas não são a temática central de reflexão. Deste modo, a questão por mim formulada em 1995 com a leitura da matéria publicada pelo *The New York Times* permaneceu em aberto.

Este artigo se apresenta, então, como uma oportunidade de retomar a problemática pensada em 1995 em resposta a uma provocação de Shirley Lindenbaum e reconfigurada agora em torno de duas questões centrais. A primeira: Como o lixo radioativo e o depósito para abrigar este lixo são percebidos por moradores, governantes, sistema

7 O distrito de Abadia de Goiás é elevado a município em 27/12/1995 como parte do conjunto de medidas compensatórias por abrigar o depósito de rejeitos.

perito nuclear e mídia ao longo dos anos? A segunda, decorrente da matéria do NYT que, ao noticiar a transformação do “lugar/horror nuclear” em “lugar/turismo”, sugere um processo de domesticação do perigo e gera a pergunta: Como se processa a domesticação dessa “paisagem nuclear”?⁸

Os dados sobre os quais a análise é feita resultam de pesquisa em documentos escritos (jornais, revistas, artigos científicos) e em imagens fotográficas que integram meu acervo pessoal; de anotações registradas em diários e cadernetas de campo durante observação participante feita em Goiânia em diferentes momentos (1987-1989; 1990; 1996-1997; 2010-2012; 2014-2015); de entrevistas construídas com pessoas atingidas pelo desastre e com jornalistas e, finalmente, pela releitura de trabalhos por mim escritos e publicados sobre o desastre de Goiânia.

A produção do lixo radioativo e a construção das personas césio: de coisas, sociabilidades, identidades e narrativas jornalísticas

A liberação de cerca de 17 gramas de césio 137 (“SBF interroga CNEN”. *Autos de Goiânia*, 1988, p. 14) decorrente da abertura do aparelho de radioterapia produziu, em Goiânia,⁹ 16 toneladas de resí-

8 Título do artigo de Françoise Zonabend (1995), em que autora analisa a reação das pessoas face à construção de usinas nucleares em Hague, na Manche (França). A autora discute como os e as moradores/es percebem e agem face à instalação dessas usinas e da estocagem do lixo nuclear na paisagem familiar “de água e terra” habitada desde tempos imemoriais (1995, p. 284 -300).

9 Rejeitos também foram produzidos e gerenciados no Hospital Naval Marcílio Dias – HNMD, para onde foram levadas as vítimas consideradas mais graves, e no Instituto de Radioproteção e Dosimetria, ambos localizados no Rio de Janeiro. Estes rejeitos eram constituídos basicamente de excretas de pessoas envolvidas no desastre e de materiais diversos, como roupas de proteção e hospitalares; instrumentos cirúrgicos, duas ambulâncias usadas no transporte de pessoas contaminadas; artigos pessoais de pacientes e profissionais envolvidos (PÉRES; SILVA, 1988). Estes rejeitos

duos sólidos. Esse material foi classificado segundo níveis de radiação e armazenado em tambores, caixas metálicas e contêineres à medida que a descontaminação da cidade se processava. Concomitante a estas atividades ele era, gradativamente, transferido para o depósito provisório onde ficou até 1997, quando foi inaugurado o depósito definitivo na mesma área. A atividade radioativa contida nestes rejeitos, com duração de 300 anos, impôs ao sistema perito nuclear a construção de um depósito que garantisse a contenção segura desse rejeito nuclear por um longo tempo.

Esse lixo é composto por “coisas” contaminadas que foram acessadas por parâmetros definidos pelo sistema perito nuclear e operacionalizados pela CNEN: papéis recolhidos pelos sucateiros que armazenados nos ferros-velhos contaminados também continham o césio 137; as residências que foram demolidas (como portas, janelas, pisos, chuveiro...); a vegetação que foi arrancada; as camadas superficiais de terra que foram retiradas;¹⁰ e também por animais e plantas que compunham os lares das pessoas contaminadas pela radiação. Para as vítimas classificadas como radioacidentadas,¹¹ essas “coisas” das quais o lixo do desastre é feito materializam a ruptura efetiva que a catástrofe ocasionou em suas vidas. Em outras palavras, são os objetos de que falam as suas memórias familiares, afetivas e suas sociabilidades,

não constituem objeto de reflexão deste artigo. Sobre a hospitalização de vítimas no HNMD, ver Silva (2009).

10 Após a demolição das casas, retiraram-se camadas do solo de até 1,5m de profundidade. Em seguida, o terreno foi preenchido com brita grossa e argila e, posteriormente, concretado.

11 Termo nativo ao sistema perito médico-nuclear para nomear as pessoas que trazem em seus corpos as marcas físicas da radiação, seja pelos sinais visíveis das queimaduras deixadas pelo contato com o elemento radioativo (as radiodermites), seja pelo registro das doses recebidas quando medidas pelos diversos tipos de dosímetros, em 1987.

descontinuadas pelo desastre, que estão armazenadas no depósito de Abadia. Com as casas, foram parar no lixo os brinquedos, os documentos de identidade e de casamento, as fotografias, os presentes que assinalavam as comemorações de aniversário, os objetos domésticos comprados com o salário apertado: um lar e um futuro desfeitos. Os resíduos sólidos são, assim, a configuração da memória afetiva.

“Dias negros, sem passado”, título de matéria do jornal impresso *O Popular*, de 1988, em que a jornalista Rachel Azeredo entrevista alguns radioacidentados, é uma metáfora dessa descontinuidade da vida. Neste artigo, Santana Fabiano, uma das pessoas que teve a casa contaminada e, por isto, demolida, afirma:

Não consigo me sentir em casa, na casa onde moro agora. Me sinto como se fosse mais um móvel novo, não encontro meu canto e nem a máquina de costura consegue ser igual”. (...) Das fotos dos filhos ficou um único álbum e a Patrícia nem tem mais nenhuma foto de quando era pequena. Eu morava num barracão feio por fora, mas lindo por dentro, com um piso que eu escolhi, com colchas que sonhei em ter e consegui comprar. Era uma casa construída aos poucos, com amor, com carinho, diferente de onde estou (AZEREDO, 1988).

Por um lado, o lixo nuclear materializou esta percepção de desintegração da vida cotidiana – assim como a bomba atômica desintegra os átomos – e rompeu a relação entre passado e presente, comprometendo o projeto de futuro das pessoas. Sem os objetos do passado – sinalizadores das circunstâncias do presente (VELHO, 1994, p. 101) –, e na nova residência torna-se difícil elaborar projetos e pensar o futuro. Persiste o sofrimento para muitas das pessoas impactadas pelo desastre. Por outro lado, o desastre transfigurou pessoas em césio. Neste caso, engendrou um ser híbrido, em que as fronteiras entre humano e “coisa” ficaram diluídas e, por conseguinte, o “caráter sagrado da pessoa humana” (MAUSS, 1974, p. 241) algumas vezes

negado. Foi o que aconteceu em um dos momentos mais dramáticos da história desse desastre, quando, durante o sepultamento das duas primeiras vítimas fatais, os gritos de “lixo radioativo” ecoaram acompanhados do lançamento de pedras sobre os caixões (SIMONS, 1987; HOUSE, 1987). Para estes manifestantes, vítimas/césio/lixo radioativo/depósito configuravam uma só substância, representavam risco para a saúde dos moradores do bairro onde estava localizado o cemitério e provocariam a desvalorização dos imóveis construídos nas imediações. Por esta razão, este “ser césio” deveria ser levado para longe do espaço urbano de Goiânia e enterrado no local destinado a abrigar estas “coisas” que constituem os rejeitos do desastre.

Observado de outro ângulo, a percepção desse ser “meio césio meio humano”, nascido da/com a catástrofe, é subjetivamente vivenciado pelas vítimas do desastre, sugerindo a continuidade da tragédia além da temporalidade pontual do evento. João, que transportou em seu ombro a cápsula de césio 137 para a Vigilância Sanitária carrega a “coisa” como um número que escreve em todo lugar como uma memória performativa (CONNERTON, 1996, p. 2): nas paredes da sua residência; nos blocos de encomenda do polvilho que comercializa pelas ruas do bairro. Tereza, moradora, em 1987, da Rua 57, onde a cápsula foi aberta, adquire uma nova identidade: “Eu sou Tereza-137”. As vítimas que eram crianças em 1987 entrelaçam o evento à sua própria condição de existência: “É... costume dizer que é um fantasma. Eu cresci com o desastre. Porque não no sentido psicológico, mas em todos os sentidos”. Outro jovem diz: “Não tem como separar a (minha) identidade do desastre”. Essa “coisa” césio que cria uma “*persona* césio” também tem vida própria e interage com as pessoas:

Meu amigo foi lá em casa, acho que um ou dois dias depois que o césio tinha chegado... já tinha varrido a casa. Já tava espalhado tudo na casa, o césio (...) no... no chão... lá

no meu quarto... onde o céσιο tava. Meu amigo agachou. Olhou lá debaixo da cama, lá (...) o céσιο vivo mesmo (ênfase) estava ali (SILVA, 2010, p. 14).

Nas representações processadas pelo desastre de Goiânia, o “céσιο” é, então, esse “elemento vivo”, híbrido de “coisa” e humano, que engendra novas identidades e em, algumas representações, institui relações de posse e de parentesco entre as pessoas e o elemento radioativo: Elas, as vítimas, “são do céσιο”. É desta forma, por exemplo, que parte da mídia local se refere às pessoas que foram contaminadas em 1987: “Menina do Céσιο vai para seleção” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1999).¹² Se estas configurações sugerem que, no contexto do desastre, identidades são constituídas e novas subjetividades são vivenciadas, indicam, também, a persistência do trauma e do estigma.

É nesse contexto, que o lixo do céσιο também adquiriu “vida” e habitou as noites de alguns dos policiais militares que faziam a guarda do depósito provisório:

Já me contaram que tem gente que começou a ver coisas no depósito. Um certo dia, o soldado Teixeira estava na guarita, aí ele viu um clarão. Ele desceu da guarita e... saiu correndo e foi parar lá no nosso alojamento. Diz que tinha visto um fantasma. Num passou poucos dias, o Jorcelice ia prá lá... pro alojamento, (e viu) uma pessoa andando atrás dele. Ele parou. Olhou. Tava uma pessoa vindo de capa, que tava chovendo. Aí falou: – Vou esperar ele chegar perto do poste que lá tem luz, e vou ficar lá prá esperar. Quando ele olhou prá trás, num tinha ninguém. Ele chegou apavorado. Nós andamos tudo lá... em volta do depósito. Não achamos nada. Ele ficou desequilibrado. E depois teve o soldado Andrade que metralhou a porta da guarita. Ele diz que era uma coisa batendo na porta. Ele olhou, viu um cara lá embaixo. Pediu prá identificar, o cara

12 A matéria noticia o fato de que uma garota vítima do desastre foi selecionada para integrar a seleção brasileira de polo aquático.

não identificou. Tudo aconteceu na mesma guarita. A de número quatro (Soldado Carlos.¹³ Entrevista colhida em abril de 1997).

As narrativas trazidas pelo soldado Carlos rememorando experiências vividas no período trabalhado no depósito provisório (1987-1997) ecoam outros fantasmas, aqueles que povoaram as narrativas de moradores de Abadia de Goiás e de Goiânia. Esses clarões vislumbrados pelos policiais militares ressoaram na imprensa como “vazamento” de radiação dos tambores enferrujados, fato assumido pelos representantes da CNEN:

A população do município de Abadia de Goiás passou uma semana agitada, com a notícia divulgada pelos jornais locais de que estavam vazando aproximadamente 30 tambores do depósito de rejeitos radioativos do acidente de Goiânia de setembro de 1987. A situação ganhou ares de tragédia quando o próprio coordenador da CNEN da região, Júlio Jansen Laborn, admitiu, em matéria publicada pelo *Correio Braziliense* de 08/06, que 27 dos 4.250 tambores apresentavam corrosão (CIÊNCIA HOJE – SBPC, 1989).

O perigo representado por estes tambores em deterioração habitou também o imaginário da população local. O fato, nomeado como “um macabro problema”, era entendido como um problema brasileiro e não só dos goianos:

Uma raiva crescente e justificável domina os líderes e a parte da população consciente do perigo, superpreocupados com esse problema MORTAL DOS TAMBORES DO LIXO RADIOATIVO (maiúsculas no original). (...) OS TAMBORES DO LIXO RADIOATIVO (maiúsculas no original) estão lá, ao relento sob o sol inclemente e a chu-

13 Carlos é um pseudônimo usado por mim para nomear este policial militar assim referenciado em outros trabalhos por mim publicados.

va fustigante corroendo OS TAMBORES (maiúsculas no original), e sabe-se que uma catástrofe poderá ocorrer repentinamente... Tremamos todos de medo dos TAMBORES DO LIXO RADIOATIVO (maiúsculas no original), tomemos todos consciência do perigo real que representa o DEPÓSITO PROVISÓRIO DO LIXO RADIOATIVO (maiúsculas no original)... (MONSORES, 1989, p. 8).

As expressões de medo e a persistência de manifestações quanto à situação desse depósito foram acompanhadas pelas tensões entre governo do estado de Goiás, governo federal e CNEN. Os pontos de conflito giravam em torno da definição do local definitivo para abrigar os rejeitos; da construção do depósito definitivo; e sobre a aprovação da regulamentação para construção de depósitos permanentes de rejeitos nucleares no Brasil, em tramitação no Congresso Nacional, e que precedia a tomada de decisão relativa ao caso de Goiás. A imprensa escrita local tomava partido nos debates, ora enfatizando os jogos de interesse relativos à tomada de decisão, ora dizendo da falta de competência técnica da CNEN em realizar o empreendimento da envergadura de um depósito permanente de rejeitos. Nesse sentido, era um ator social integrante do conjunto de vozes distoantes que produziam as representações sobre o lixo e sobre o depósito.

Compartilhando do entendimento de que “Os meios de informação são os lugares em que as sociedades industriais produzem o nosso real”,¹⁴ Veron (1981, p. 8) chama atenção à mudança operada no tratamento que a imprensa escrita local deu ao lixo e ao depósito a partir de 1991. O anúncio do local definitivo que abrigaria o depósito foi narrado como uma decisão tomada sem conflitos e o evento, que até então era noticiado como uma tragédia em processo, passou a ser narrado tendo como foco a ideia de sua finitude:

14 Do original, em francês: “Les médias informatifs sont le lieu où les sociétés industrielles produisent notre réel”.

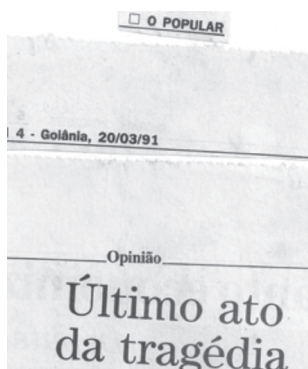


Figura 11: Título de editorial do Jornal *O Popular*, 1991

Este último ato, anunciado em 1991, foi efetivado, segundo estas narrativas, com a inauguração do depósito permanente em 1997, reiterado pela imprensa como “ponto final do acidente” e entendido pelo então governador Maguito Vilela como “final feliz para o drama marcado por mortes...” (CUNHA, 1997). É nesse contexto que a cerimônia de inauguração foi interpretada como o sepultamento daquele “ser vivo” presente na narrativa do jovem radioacidentado mencionada anteriormente:



Figura 12: Título de matéria do Jornal *O Popular*, 1997

Fonte: Acervo pessoal

A incompetência técnica da CNEN, assinalada pela mídia impressa tanto na gestão da catástrofe, em 1987, como ao longo do período de 1989-1991, é “sepultada” com o lixo e as narrativas da imprensa

ênfatisam o local, agora Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste (CRCN-CO),¹⁵ como um polo de segurança e de referência na área nuclear. As matérias publicadas sobre a inauguração do depósito, em 05 de junho de 1997, ênfatisaram e ressoaram a afirmação do Coordenador do Projeto de Construção do Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste, Alfredo Tranjan Filho, de que o local representava “uma vitória da Ciência e Tecnologia Nacional” (CUNHA, 1997). O foco narrativo, centrado na competência tecnológica e no pressuposto de que o Brasil produzia conhecimento científico na área de gestão de lixo nuclear, era urdido com o outro, de que o “césio estava sendo sepultado”. Para quem acompanhou a trajetória das notícias ao longo desse período, fica evidente uma mudança na narrativa jornalística veiculada pela mídia impressa local.

Para Noêmia Felix, uma das jornalistas que fez a cobertura da inauguração,¹⁶ houve uma “construção discursiva” engendrada durante as entrevistas coletivas com especialistas, integrantes da equipe técnica responsável pelas obras de construção do depósito, de que era necessário “virar a página negativa da história da cidade”. Essa “construção”, reforçada pela fala dos políticos e pela anuência de Abadia, direcionou os jornalistas a “olhar de outra maneira” o fim do “acidente com o césio 137”:

Houve toda uma construção para se olhar a história da cidade de outra maneira. Eu vou ser muito honesta. Eu percebo hoje, olhando para esta memória, né? Tinha que

15 O CRCN-GO é um complexo constituído por sete unidades: Laboratório de Radioecologia; Centro de Informações; Centro de Estudos e Formação em Radiologia; Prédio de Manutenção; Depósitos Definitivos; Prédio de Segurança, Guaritas e Torres de Observação e Laboratório de Monitoração Individual (CRCN-CO, 1997).

16 Ela trabalhava no Jornal *Diário da Manhã* e cobriu a inauguração do depósito. É de sua autoria a matéria “CNEN e GO inauguram depósito definitivo (05/06/1997). O uso do nome próprio foi autorizado pela entrevistada.

se vender esta ideia: a questão do acidente radiológico era essa página virada. De ser esse depósito seguro. Na coletiva de imprensa foi dito:

– “A população de Abadia não precisa se preocupar. Aqui se encerra este capítulo”.

Isto estava em todas as falas. Isto foi muito forte. Os especialistas bateram muito forte na competência deles. Então a gente percebia na equipe técnica que nos concedeu a entrevista, só de especialistas, o reforço (ênfase) desta competência de conseguir conter estes rejeitos. Que não haveria contaminação do lençol freático. Por mais que a gente não soubesse o que aconteceria no futuro, a gente acabou comprando a ideia de que era uma página virada: “Agora realmente acabou. E aqui jaz o cézio 137”. E a gente não tem como contestar com dados. Quem detém o discurso de verdade é o especialista. Quem diz que é seguro ou não seguro é o especialista. Por mais que você tenha conhecimento técnico de cobertura de jornalismo científico, você nunca vai ter condições para sentar com o físico nuclear e argumentar qual daquela espessura x , y ou z de uma técnica de um depósito é a mais segura. Eu me sinto segura pela fala desses especialistas. Foi uma construção não no sentido de uma coisa maquiavélica. Construção não de algo pensado: nós vamos fazer isto para ter um resultado. Não. Não é intencional. Claro que a gente tinha atores políticos que tinham interesse – Não tenho a menor dúvida – e tentaram vender, fazer este discurso que pode ser convincente ou não. E aí o especialista é um elemento importante. Olhando toda a construção pelos discursos, o jornalista estava seguro porque ele concordou com a fala do especialista. Houve o convencimento pelos especialistas de que não haveria problema (Entrevista realizada Nôemia Félix, jornalista e professora universitária. Goiânia 15/10/2015).

Segundo Nôemia Félix, o compartilhamento da narrativa dos especialistas nucleares reverberou não só nas matérias publicadas, mas também na forma como ela e seus colegas vivenciaram a cerimônia

de inauguração: “A gente está vivenciando o marco histórico do acidente. A gente falava isto entre a gente com emoção: “está tudo resolvido”. Porque todo mundo queria esquecer, inclusive nós jornalistas. Foi um momento de emoção”. As memórias afetivas da jornalista me fizeram pensar sobre os meus próprios sentimentos naquele evento. Não me emocionei, não chorei, nem entendi que ali terminava a história do desastre. Enquanto ouvia as falas das autoridades, eu só me lembrava das histórias de vida que estava construindo naquele momento com as pessoas atingidas pelo desastre e todas elas permeadas de intenso e contínuo sofrimento. Nesse sentido, o desastre não era uma página virada com a realização daquela cerimônia de inauguração.

Ao contrário do entendimento da jornalista por mim ouvida em 2015, os especialistas nucleares eram atores políticos do desastre e a “construção” a que ela se refere foi mais do que discursiva. Na verdade, todo o processo de construção do depósito permanente foi um evento planejado e implementado desde 1991 por especialistas do sistema perito nuclear. Nomeado de “Projeto Goiânia” tinha, entre um dos seus objetivos, a aceitação pública do lixo e do depósito do lixo. Não por acaso, um dos documentos desse período e assinado por representantes da CNEN tem por título: “Aceitação do Local e da Construção do Depósito Definitivo de Rejeito Radioativo de Abadia de Goiás” (TRANJAN FILHO; RABELO, 1997). Nesse projeto, os jornalistas são entendidos como o primeiro grupo social a ser atingido na “produção” dessa aceitação pública. Nessa direção é empreendido um trabalho de “construção” de uma relação de confiança entre a CNEN – através do trabalho desenvolvido pelos especialistas nucleares em Goiânia – e jornalistas (Idem, p. 8). Entendo, pois, que as matérias do jornalismo impresso nas quais os jornalistas “compram

a ideia dos especialistas” como um “discurso de verdade” evidenciam que um dos objetivos do “Projeto Goiânia” foi alcançado.

Domesticando as percepções de risco do desastre: forjando o esquecimento dos malefícios da radiação

Com o anúncio, em março de 1991, de que o Depósito Permanente de Rejeitos Radioativos seria construído na mesma área onde se localizava o depósito provisório, o sistema perito nuclear iniciou o projeto de contenção das opiniões e manifestações que se opunham a esta ideia. Duas ações interligadas foram consideradas, na perspectiva da CNEN, demonstração de mudança na sua forma de atuação em relação às preocupações levantadas pela população: a) a substituição do profissional responsável pelo Distrito de Goiás da CNEN (DIGOI); b) a abertura à visitação da área onde estava o depósito provisório, proibida até 1991, inclusive para a imprensa¹⁷ (O POPULAR, 1990). Seguindo as diretrizes do “Projeto Goiânia”, José de Júlio Rozental, que havia trabalhado em Goiânia como coordenador da fase de descontaminação, voltou à cidade como supervisor do DIGOI. Segundo o Presidente da CNEN, Rozental havia estabelecido uma relação de confiabilidade com a população, e seu regresso sinalizaria aos habitantes da cidade a confiança quanto à segurança da obra a ser construída (TRANJAN FILHO; RABELO, 1997, p. 4-5). Ao mesmo tempo, as visitas ao Depósito Provisório de Rejeitos, impedidas no período de janeiro de 1988 a março de 1991, passaram a ser incentivadas e promovidas. Este novo direcionamento da atuação da CNEN em Goiás foi concebido como parte da estratégia para adqui-

17 Essa proibição provocou críticas de vários setores organizados e também da Câmara Municipal de Goiânia, onde uma comissão foi formada para discutir o tema. Membros dessa comissão ameaçaram acampar em frente ao depósito até obtenção de um pronunciamento da CNEN sobre o assunto (O POPULAR, 1990).

rir a confiança dos habitantes, dos políticos locais e da mídia para a implantação do Depósito Permanente de Rejeitos Radioativos.

Fundamentada no entendimento de que a percepção de risco pode ser modificada através da informação e que os resultados são mais bem atingidos quando os programas são direcionados aos jovens, a CNEN estabeleceu, em 1992, um programa educacional para estudantes do primeiro e segundo graus, intitulado “CNEN Vai às Escolas”. Este programa objetivava ensinar as noções básicas de energia nuclear e apresentar os benefícios do uso da radiação na agricultura, medicina e indústria. A realização do projeto incluía palestras, exibição de vídeos e visitas ao depósito (OTTO et al., 1996).

Em 1993, a publicação de artigos no suplemento infantil semanal “Almanaque” – encarte editado pelos jornais *O Popular*, *Jornal de Brasília* e *Jornal do Tocantins* – aumentou a população atingida pelo programa educacional “CNEN Vai às Escolas” (CNEN/DIGOI 1995). Como parte do processo de ‘purificação’ dos malefícios da radiação e da energia nuclear, os artigos veiculados pelo “Almanaque” ampliaram o público a receber a “educação sobre os aspectos positivos do nuclear” para além das escolas de Goiânia. Esta ampliação incluiu, também, a distribuição gratuita do “Suplemento Almanaque” para duzentas e quatro escolas públicas, atingindo uma média de cem mil estudantes.

Para a CNEN, a disseminação de informação sobre a questão nuclear e sobre a radiação integrava o processo de promover a desmistificação do risco da radiação e de domesticar a situação pós-emergencial do desastre. Era também objetivo enfatizar o conhecimento e a capacidade dos especialistas nucleares brasileiros em conter os efeitos danosos de um desastre radioativo. Embora a edificação de um depósito permanente tivesse sido declarada imprescindível desde 1987, sua construção foi protelada e a ajuda internacional recusada

para favorecer o uso de uma tecnologia brasileira. A protelação gerou dúvidas quanto à capacidade técnica da CNEN e, assim, ao mesmo tempo em que o “Projeto Goiânia” desenvolvia um programa educativo, ele reforçava o sentimento de nacionalismo e a competência dos especialistas da agência nuclear. O pronunciamento feito pelo Presidente da CNEN, em 1988, na Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal, ilustrou esta relação entre nacionalismo e competência tecnológica na gestão do desastre, noções que foram atualizadas quando da inauguração do depósito definitivo em 1997:

(Em 1987) Devido a um ou mais fatores de dispersão, diversos logradouros públicos também tiveram detectados níveis de radiação comparáveis com aqueles do segundo grupo de residências. Essa avaliação... era fundamental que, face às dúvidas que existiam da real dimensão do acidente, fosse garantida que apenas se limitava a esses locais. E duas técnicas foram aí aplicadas. E aí, Srs. Senadores, eu diria que foi um esforço de brasileiros em prol da garantia de segurança de brasileiros; e os meios usados foram meios brasileiros.

Repudiávamos, fortemente, ofertas internacionais que procuravam apenas demonstrar que não havia competência e que não havia condição de o Brasil, efetivamente, realizar essa tarefa. E a prova foi feita com o resultado da descontaminação num trabalho de 82 dias contados a partir do momento da identificação até o momento em que as áreas de Goiânia pudessem retornar aos níveis que lhe eram primitivos (NAZARÉ 1988, p. 12-13).

Portanto, na perspectiva dos peritos nucleares, a construção da narrativa oficial do desastre implicou a aglutinação de forças políticas para limpar os aspectos danosos da radiação e glorificar a competência brasileira em lidar com material radioativo contaminado desde a fase emergencial do desastre e dos primeiros momentos de gestão da catástrofe. A inauguração do depósito permanente de rejeitos radioa-

tivos, dez anos após o reconhecimento do vazamento de radiação, foi um marco decisivo no processo de estabelecimento das fronteiras da memória. Esta cerimônia simbolizou, no ponto de vista da CNEN, o momento de reintegração do drama social (TURNER, 1974, p. 3-37), o fim da crise e a volta à normalidade para as quais a instituição trabalhou ao longo de dez anos. A finalização obra/depósito visava à comprovação, para a população de Goiânia e para a comunidade internacional, de que o Brasil tinha competência na área nuclear, inclusive na gestão das consequências e do impacto social de um desastre radioativo. Mas, para isto, era necessário, antes, “construir” a aceitação pública da obra – como analisado.

O “Projeto Goiânia” evidenciou, também, a eliminação dos rastros que o lixo e o depósito poderiam deixar na paisagem. A área onde estava localizado o depósito temporário foi transformada em “Parque Estadual de Abadia de Goiás”,¹⁸ onde se situa um complexo de edificações nomeado Centro Regional de Ciências Nucleares do Centro-Oeste. Usando o conhecimento científico, os especialistas nucleares brasileiros promoveram o “sepultamento” do rejeito radioativo em um depósito subterrâneo, entendido pelo coordenador do projeto como “uma vitória da tecnologia e das ciências brasileiras” (CUNHA, 1997, p. 3B). A mancha amarela impressa na paisagem pelos contêineres e tambores metálicos deu lugar a duas elevações gramadas. Os sinais dos possíveis efeitos tóxicos do desastre e de um rejeito cuja atividade radioativa se estenderá por trezentos anos foram eliminados do olhar. Nessa perspectiva, a produção de matérias na imprensa escrita local teve papel significativo na produção dessa representação: “O lixo está sepultado”.

18 Posteriormente nomeado como Parque Estadual Telma Ortegá, em homenagem à primeira prefeita de Abadia, Maria Telma Miranda Ortegá, falecida alguns meses após a inauguração do depósito permanente.



Figura 13: Depósito permanente de rejeitos. Na imagem, um dos “morros” no interior do qual foi construído o prédio contendo os rejeitos radioativos

Strawberry Fields

A “paisagem nuclear” construída sobre o depósito promove a eliminação dos rastros da radiação e do perigo e dá origem a um parque, não por acaso, inaugurado no dia 5 de junho – dia internacional do meio ambiente: O Parque Estadual de Abadia de Goiás. O “sepultamento do céσιο” engoliu simbolicamente a toxicidade, enquanto promoveu a recuperação de uma área antes considerada degradada por erosões, pela destruição de matas ciliares e da vegetação nativa. Uma paisagem de cerrado recomposta é então entregue à população no formato de um parque entendido como reserva ambiental. Como estratégia política, o governo do estado de Goiás e a agência nuclear se apropriam de valores veiculados durante a realização da ECO-92,¹⁹ quais sejam: a preservação do meio ambiente e a valorização do bioma cerrado. Entendo, assim, que narrativas oficiais fazem uso de re-

19 Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento sustentável, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, durante a qual foi assinada a Agenda 21, um plano de ações com metas para a melhoria das condições ambientais do planeta terra.

apresentações culturais locais – o bioma cerrado – para enquadrar e formatar a paisagem do depósito permanente.

A paisagem nuclear, como quaisquer outras paisagens, são manifestações culturais e por isto “(...) são cenários ativos, implicados nas dimensões socioambientais e práticas humanas em interação” (SILVEIRA, 2009, p. 72). No caso do depósito de rejeitos radioativos de Abadia, a representação da natureza como higienizadora e portadora de pureza fundamenta o projeto de construção de aceitação pública do lixo radioativo através da desconstrução do risco que ele representa. Mesmo antes da criação do parque, essa ideia da natureza como agente de purificação já norteava ações empreendidas no depósito. Um canteiro de morangos foi cultivado nas imediações dos contêineres e tambores como prova de que frutas sadias poderiam germinar naquela terra. Os visitantes e, entre eles, eu também, éramos convidados a saborear do morango e, dessa forma, compartilhar do entendimento de que “nada ali era perigoso”.

Assim, o conteúdo da matéria do NYT, ao projetar no futuro o depósito como um lugar de turismo e lazer – de alimentação – é parte dessa estratégia pensada para moldar a percepção de risco e para construir a “paisagem nuclear” nos termos do sistema perito nuclear brasileiro. Como assinalado anteriormente, a mídia foi usada na produção da aceitação do local e da construção do depósito definitivo de rejeito radioativo de Abadia de Goiás. E o capital simbólico de uma reportagem publicada no *New York Times* foi levado em consideração.

Ao longo dos anos, nem o parque nem o depósito se transformaram, para os habitantes de Abadia e Goiânia, nesse lugar de lazer e harmonia em que os visitantes desfrutariam de um agradável passeio por entre bancas de artesanato e de guloseimas regionais. As chamadas visitas técnicas que acontecem ao Centro Regional de Ciências

Nucleares – CRCN-CO, organizadas por escolas, ou por empresas como a BSB Turismo e Entretenimento, de Brasília, podem ser entendidas como uma forma de turismo: o “turismo científico”. Contudo, não se configuram como a transformação de “uma história de horror” em uma história de alegria decorrente da visita a um lugar prazeroso.

No caso da catástrofe de Goiânia, argumento que existe uma contínua tensão entre narrativas de encerramento do evento e narrativas que contam de sua continuidade, o que conforma a política da memória do desastre, considerada por mim em trabalhos anteriores. A análise dessas narrativas indica, por um lado, que as falas dos “sobreviventes” rompem com a temporalidade definida pelo sistema perito nuclear e pelos agentes governamentais. Por outro, corrobora as afirmações de que as percepções de risco são engendradas em uma arena política (BECK, 1993; PALMLUND, 1992; DOUGLAS & WILDAVISKY, 1983).

Retomando a música dos Beatles, cujos versos iniciam este trabalho, pode-se adentrar o *Strawberry Fields*²⁰ com os olhos fechados e seguir em frente “sem nada entender” e “sem se preocupar”. Mas, sem entender o que se vê, “fica difícil ser alguém”. Assim, como uma antropóloga nativa desse desastre, argumento que o entendimento desta “paisagem nuclear” pressupõe colocar diferentes narrativas em perspectiva. Aquelas que relatam o “fim do desastre” e o “sepultamento do césio”. E as outras que narram, ainda em 2015, a luta contínua das *personas* césio por melhores condições de saúde; falam dos agenciamentos pelo reconhecimento jurídico da relação entre doença e desastre; ou, mesmo, aquelas em que moradores de Abadia de Goiás

20 *Strawberry Fields* é o nome de um orfanato mantido pelo Exército da Salvação, localizado em um subúrbio de Liverpool, na Grã-Bretanha, perto da casa em que John Lennon morava com a sua tia Mimi.

contam sobre o estigma impingido à cidade por abrigar o depósito do césio.

Referências

BECK, Ulrich. *Risk society: towards a new modernity*. London: Sage Publications, 1993.

CHAVES, Elza Guedes. *O Depósito de Abadia: Suporte Material do Imaginário Social*. 1991. Tese (Doutorado), Ciências Sociais, UNICAMP, Campinas. (Trabalho apresentado no Curso “Sindicalismo do Campo: Comparações e Perspectivas Analíticas”) Doutorado em Ciências Sociais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

CNEN – DIGOI – COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR/DISTRITO DE GOIÂNIA – 1995. *Coletânea de Artigos sobre “Energia Nuclear” publicados no Encarte Infantil do Jornal “O Popular”*.

CRCN-CO – CENTRO REGIONAL DE CIÊNCIAS NUCLEARES DO CENTRO-OESTE. 1997. *Dia mundial do Meio Ambiente é comemorado com a inauguração do centro regional*. (Encarte impresso)

CRICK, Malcolm. “Representations of International Tourism in the Social Sciences: Sun, Sex, Sights, Savings, and Servility”. *Annual Review of Anthropology*, v. 18, p. 307-44, 1989.

DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. Delhi: Oxford University Press, 1998.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, A. *Risk and Culture: An essay on the selection of technological and environmental dangers*. Berkeley: University of California Press, 1982.

IAEA - INTERNATIONAL ATOMIC ENERGY COMMISSION. *The radiological Accident in Goiânia*. Viena, IAEA, 1988.

KLEINMAN, Arthur et al. *Social Suffering*. Berkeley: University of California Press, 1997.

MATTHEWS, H. G. *International Tourism. A Political and Social Analysis*. MA: Schenkman, 1977.

MAUSS, Marcel. “Uma categoria do espírito humano; a noção de pessoa, a noção do “eu””. *Sociologia e Antropologia*. Antropologia. São Paulo, v. I, E.P.U. / EDUSP, 1974.

NAZARÉ, Rex. *CPI do Césio*. Brasília. Senado Federal, 3 de março de 1988. (Acervo Pessoal)

OTTO, A. C. et al. “Formação de base em energia nuclear: a experiência em Goiânia”. *Anais do VI Congresso Geral de Energia Nuclear*, Rio de Janeiro, out. 1995.

PALMLUND, Ingar. “Social drama and risk evaluation”. In: KRIMSKY, Sheldon; GOLDING, Dominic (Orgs.). *Social theories of risk*. Westport: Praeger Publishers, 1992. p. 197-212.

PÉRES, S. S.; SILVA, J. J. G. “Gerência dos Rejeitos Radioativos do HNMD e do IRD devido ao acidente de Goiânia”. *Seminário – Proteção Radiológica e Controle Ambiental*. Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear, 1988.

ROZENTHAL, José de Júlio. *Radiological Accident in Goiânia - Implementation of Response - Lessons and response*. IAEA interregional training course on planning, preparedness response to radiological emergencies. Argonne National Laboratory U.S.A., p. 35, 1989-1991.

SBF INTERROGA CNEN. “Autos de Goiânia”. *Suplemento*, v. 7, n. 40, p. 14-17, 1988.

SILVA, Telma Camargo da. “La catastrophe radioactive de Goiânia au Brésil: Conflits sur l’interprétation d’un désastre, comment vivre après?” *Multitudes*, v.1, n. 58, p. 161-166, 2015a.

_____. “Tracing identities through interconnections: the biological body, intersubjective experiences and narratives of suffering”. *Vibrant*, v. 12, n. 1, p. 265-294, 2015b. Disponível em: <http://www.vibrant.org.br/telma-camargo-da-silva-tracing-identities-through-interconnections/>.

_____. “Eventos críticos: sobreviventes, narrativas, testemunhos e silêncios”. 27a Reunião Brasileira de Antropologia, Belém, ago. 2010. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_virtual_27_rba/arquivos/grupos_trabalho/gt20/tcs.pdf.

_____. “Colecionando cartões postais: os lugares constituídos em contexto de isolamento”. *Visualidades*. Revista do Programa de Mestrado em Cultura Visual. Faculdade de Artes Visuais. Goiânia: UFG, v. 7, n. 1, jan./jun., p. 212-233, 2009 (2007).

_____. “As fronteiras das lembranças: memória corporificada, construção de identidades e purificação simbólica no caso de desastre radioativo”. *Vivência*. Natal: UFRN, n. 28, p. 57-73, 2005.

_____. Desastre como processo: saberes, vulnerabilidade e sofrimento social no caso de Goiânia. In: LEIBING, Annette. *Tecnologias do Corpo: Uma antropologia das medicinas no Brasil*. Rio de Janeiro: NAU, 2004. p. 201-225.

_____. *Radiation Illness Representation and Experience: The Aftermath of the Goiânia Radiological Disaster*. 2002. Thèse (Doctorat) New York: City University of New York - Graduate Center (CUNY -GC).

_____. “Bodily memory and the politics of remembrance: the aftermath of Goiânia radiological disaster”. *High Plains Applied Anthropologist*. Colorado: U.S.A., v. 21, n. 1, p. 40-52, 2001a. (Understanding Disasters and Catastrophes: an anthropological perspective)

_____. “Traces, souvenirs, oubli”. *Infos Brésil*. Paris, n. 172, p. 10-11, 2001b.

_____. “Soldado é superior ao tempo”: da ordem militar à experiência do corpo como lócus de resistência”. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, v. 5, n. 9, p. 119-143, 1998a.

_____. Política da memória: recompondo as lembranças no caso do desastre radiológico de Goiânia”. In: FREITAS, Carmelita Brito (Org.) *Memória*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1998b. p. 117-138.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu de. “A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar”. In: SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu de; CANCELA, Cristina Donza (Orgs.). *Paisagem e Cultura: Dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade*. Belém: EDUFPA, 2009. p. 69-83.

TURNER, Victor. *Drama, fields, and metaphors: Symbolic action in human society*. Ithaca: Cornell University Press; California Press, 1974.

TRANJAN FILHO, Alfredo; RABELO, Paulo Ney. *Aceitação do Local e da Construção do Depósito Definitivo de Rejeito Radioativo de Abadia de Goiás*. c:digoi\10-anosf.doc. Acervo pessoal (1997).

VELHO, Gilberto. “Memória, identidade e projeto”. In: *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 97-105.

VERON, Eliseo. *Construire L'Événement : les médias et l'accident de Three Mile Island*. Paris : Les Éditions de Minuit, 1981.

ZONABEND, Françoise. “Paysage au Nucléaire”. In : ROGER, Alain. *La théorie du Paysage en France, 1974-1994*. Seyssel: Éditions Champ Vallon, 1995. p. 284-300.

Referências de periódicos

AZEREDO, Rachel. “Dias Negros, sem Passado”. *O Popular*. (Caderno 2). Goiânia, publicado em 22 mai. 1988.

BROOKE, James. "Tourist Site Springs From a Nuclear Horror Story". *The New York Times*. Nova York, publicado em 3 mai. 1995.

CIÊNCIA HOJE – SBPC. – INFORME. "Acidente de Goiânia". *Boletim Informativo da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, v. 17, n. 117, 23 jun. 1989.

CUNHA, Rosane Rodrigues da. "Parque de Abadia sobre o Césio". *O Popular*. (Caderno 3 B). Goiânia. Publicado em 06/06/1997.

DIÁRIO DA MANHÃ. "Menina do césio vai para seleção". Goiânia, publicado em 6 jun. 1997.

FÉLIX, Noêmia. "Depósito do césio é inaugurado". *Diário da Manhã*. Goiânia, publicado em 5 jun. 1997.

HOUSE, Richard. "Burial of Radiation Victims Protested". *Washington Post*. Washington, 27 out. 1987.

MONSORES, Lieda Sobrosa M. "Os tambores do lixo radioativo". *O Popular*. Goiânia, 23 set. 1989.

O POPULAR. "Comissão ameaça acampar no local do lixo atômico". Primeira página. Goiânia, 07 nov. 1990.

O POPULAR. "Seção: Política". Goiânia, 15 abr. 1989.

SIMONS, Marlise. "Deaths Raise Brazil's Fear of Radiation". *The New York Times*. Nova York, 29 out. 1987.

João Samarone Alves de Lima

Julia Sílvia Guivant

Introdução

Este artigo baseia-se em investigação realizada pelo autor principal para elaboração de tese de doutoramento no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas – UFSC, sob orientação da Dr^a Julia Sílvia Guivant. Na era da Sociedade da Informação,¹ a indústria das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) tem recebido destaque no cenário global seja pela sua capacidade de inovação no desenvolvimento de produtos e serviço, mas, também, pelo seu poder econômico. É característico desta sociedade o consumo de equipamentos eletrônicos, que levou a indústria das TIC a um período de prosperidade como nunca antes visto em um curto período de tempo. O setor das TIC sempre foi considerado uma indústria limpa, mas, nos últimos anos, começaram a surgir problemas socioambientais relacionados aos resíduos eletrônicos (*e-waste*) revelando uma situação bastante diferente do que se pensava a respeito da sustentabilidade

1 O sociólogo americano Daniel Bell foi um dos primeiros autores a introduzir a categoria “sociedade da informação”. Em seu livro *O advento da sociedade pós-industrial*, o autor sustenta que a dependência da tecnologia criaria o eixo principal desta sociedade – o conhecimento teórico. Advertiu que os serviços baseados no conhecimento se converteriam na estrutura central da nova economia e de uma sociedade sustentada na informação (BELL, 1973, p. 467).

daquela indústria. O capítulo aborda as origens do *e-waste* das TIC, apresenta seus impactos socioambientais e os desafios enfrentados pela cadeia de gestão dos mesmos. São abordadas as oportunidades de negócios e desenvolvimento social a partir da reciclagem deste tipo de resíduo no Brasil, com destaque em projetos desenvolvidos em Recife e Florianópolis. Normas reguladoras tanto a nível nacional, com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, como internacionais, com as diretivas da União Europeia, estão entre as inovações discutidas que visam à construção de uma nova consciência de consumo para um sociedade sustentável.

Passaremos a analisar estratégias adotadas em seu processamento buscando responder essa e outras indagações: como as empresas geradoras desses resíduos estariam se posicionando? De quem seria a responsabilidade pela gestão do *e-waste*? Existem regulações a nível nacional e internacional? Quais suas semelhanças ou diferenças na abordagem do assunto? O capítulo foi organizado em subitens que cobrem desde as origens desses resíduos, seus riscos para o meio ambiente e a sociedade; como o problema está distribuído em nível global e nacional; regulações de Estados e organismos internacionais até as estratégias tecnológicas empregadas para o processamento e recuperação dos recursos materiais.

Contextualizando o *e-waste* e a problemática de riscos

A produção de resíduos é uma ação natural que está presente em todos os ecossistemas. A ação humana, através do consumo de recursos para manutenção de sua existência no decorrer dos tempos, naturalmente, tem gerado muitas formas de resíduos, criando certa dificuldade em defini-los enquanto tal. É sabido que uma infinidade de elementos oriundos do metabolismo dos ciclos de vida dos orga-

nismos serve de nutrientes vitais para outros organismos, permitindo, assim, a manutenção saudável da vida.

Na Sociedade de Risco, definição dada por Beck (2010) à última modernidade, a geração de resíduos é potencializada a níveis que têm provocado desequilíbrios ao ambiente natural devido à extração de recursos acima da capacidade de resiliência do sistema natural. A isso se somam as alterações físicoquímicas das sobras que ficam como subprodutos e ultrapassam as capacidades de reintegração ou regeneração das substâncias por meios naturais. Atualmente, o lixo ou resíduos gerados representa um dos problemas potenciais para a sobrevivência das espécies porque polue de maneira violenta os recursos importantes para a manutenção da vida.

Alguns dos resíduos, principalmente após a revolução industrial, apresentam uma composição material muito complexa e, sobretudo, os artificiais, aqueles que não são encontrados naturalmente ou ocorrem em baixas concentrações, trazem sérios riscos à vida na biosfera. Guivant (1998, p. 22) afirma que os sociólogos Beck (2010) e Giddens (2012) adotam uma abordagem tão original quanto polêmica ao colocar os riscos ambientais e tecnológicos como centrais para a explicação da sociedade contemporânea. Os autores reconhecem que sempre existiram riscos, só que consideram os atuais objetivamente diferentes porque “não são meros efeitos colaterais do progresso, mas centrais e constitutivos destas sociedades, ameaçando toda forma de vida no planeta e, por isso, estruturalmente diferentes no que diz respeito a suas fontes e abrangência”. Essa transformação ocorre de maneira autônoma, portanto, independe de intenções ou políticas, mas é processada pelas forças da própria sociedade reflexiva. Os riscos dessa sociedade rompem a hierarquia distribucional de classes, apesar de os menos privilegiados continuarem sendo mais afetados, num efeito bumerangue em que as classes favorecidas são também

atingidas porque se torna impossível a fuga em uma sociedade global de risco (BECK, 2010, p. 27).

O crescimento da população e o aumento do consumo contribuem ano após ano para a geração de resíduos sólidos em escala global, tornando-se, nos dias atuais, tema de discussões e debates intermináveis que, na maioria das vezes, apresenta poucas soluções práticas. Os resíduos sólidos provenientes dos eletroeletrônicos (*e-waste*) passaram a despontar no cenário global como elementos potencialmente tóxicos, superando em muito as antigas engrenagens que faziam parte do aparato tecnológico da sociedade da informação anterior. Equipamentos mecânicos como máquinas de calcular e escrever, entre outros, abriram espaço para a era digital onde os computadores e os vários periféricos eletrônicos assumem o papel de protagonistas na nova sociedade da informação. Assim, são os resíduos sólidos dessa nova era – a digital ou eletrônica – que se quer apresentar com propriedade neste capítulo.

Origens, definições e classificações do *e-waste*

O *e-waste* tem sua gênese no desenvolvimento dos circuitos eletrônicos digitais construídos em material semicondutor, o silício, que dá forma ao chip, também conhecido como circuitos integrados, e possui em seu interior centenas, até bilhões de transistores nos dias de hoje (VASCONCELOS, 2009). Esse número tende a crescer muito ainda. E este seria, sem dúvida, o mais importante componente eletrônico sem o qual não existiriam os avanços da era digital tal como é conhecida. O processo de miniaturização dos transistores possibilitou a fabricação dos microprocessadores ou *chips*, considerados o “cérebro” do computador, que é o responsável por executar programas, fazer cálculos e tomar decisões de acordo com as instruções recebidas. Os primeiros microcomputadores foram montados em uma

placa principal, na qual ficam instalados o microprocessador e vários outros chips de apoio, memórias e algumas interfaces. Essa estrutura acabou por caracterizar a arquitetura dos micros e definiu o padrão *Personal Computer* (PC). Com o tempo, o termo placa de CPU, atribuído à placa principal, foi substituído por placa de sistema (*system board*) e placa mãe (*motherboard*) (TORRES, 2001; VASCONCELOS, 2009).

A revolução da microeletrônica tem início em 1971, quando a Intel² desenvolve o primeiro processador da companhia e lança no mercado o Intel 4004, anunciando o início de uma nova era na eletrônica: a era dos circuitos integrados.

A produção de transistores cada vez menores potencializa os benefícios na fabricação de processadores: redução dos custos de fabricação, redução do consumo de energia, menos corrente elétrica, representa maior eficiência energética e menor aquecimento; e, principalmente, maior velocidade no processamento. A busca contínua desses benefícios foi refletida no empenho da Intel e de outros fabricantes para fazer cumprir a afirmação de Gordon Moore,³ cofundador da Intel, que ficou conhecida como a Lei de Moore: “*The number of transistors incorporated in a chip will approximately double every 24 months*”.⁴

A Lei de Moore dita que o número de transistores em um processador tende a dobrar a cada dois anos, ainda que outros executivos da

2 Empresa inventora do microprocessador e líder mundial do mercado – www.intel.com.

3 Cofundador da Intel, Dr. Gordon E. Moore fez parte da geração de engenheiros eletrônicos dos anos 1960, apesar de ser formado em química pela Universidade da Califórnia e um Ph.D. na mesma área no *Institute of Technology California* (MOORE, 1965).

4 Disponível em: <<http://www.intel.com/content/www/us/en/history/museum-gordon-moore-law.html>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

Intel afirmem que o período correto de transição corresponda a 18 meses. Nas últimas quatro décadas, os fabricantes de semicondutores em geral, e não somente a Intel, parecem demonstrar os ditames de Moore, investindo em pesquisas e desenvolvimento para manter o ritmo acelerado de inovação. Tanto o *hardware* como o *software* evoluíram transformaram os estilos de vida e trabalho. No quadro 1 foi organizada a evolução das principais gerações de processadores Intel. Nele é possível verificar, entre outras informações, o processo de miniaturização do transistor. É apresentada, também, sua íntima relação com os Sistemas Operacionais (SO) dominantes.

Utilizando os microprocessadores da Intel, a IBM promoveu uma revolução no consumo na indústria da microcomputação com o lançamento do IBM-PC (computador pessoal da IBM) no início dos anos de 1980 – na época a IBM era a maior e mais poderosa empresa de computadores do mundo. O peso do nome IBM favoreceu também a padronização do uso do MS-DOS como principal SO para PC naquele momento e projetou a Microsoft,⁵ que se tornaria, mais tarde, a maior empresa desenvolvedora de *software* do mundo.

Quadro 1 - Evolução dos processadores Intel e dos sistemas operacionais

Geração e ano	Processador	Velocidade do <i>clock</i>	Número de transistores	Largura do transistor	Sistema operacional
1ª - 1971	4004	108 KHz	2.300	10 μ	CP/M
2ª - 1972	8008	800 KHz	3.500	10 μ	COM
3ª - 1974	8080	2 MHz	4.500	6 μ	BASIC
4ª - 1978	8086	5 MHz	29.000	3 μ	MS-DOS
5ª - 1982	286	6 MHz	134.000	1,5 μ	MS-DOS
6ª - 1985	386	16 MHz	275.000	1,5 μ	MS-DOS
7ª - 1989	486	25 MHz	1,2 mi	1,2 μ	MS-DOS
8ª - 1993	Pentium	66 MHz	3,1 mi	0,8 μ	MS-DOS

⁵ Fabricante mundial de *softwares* fundada em 1977 por Bill Gates e Paul Allen.

9ª - 1995	Pentium Pro	200 MHz	5,5 mi	0,35 μ	Windows 9x
10ª - 1997	Pentium II	300 MHz	7,5 mi	0,25 μ	Windows 9x
11ª - 1998	Celeron	266 MHz	7,5 mi	0,25 μ	Windows 9x
12ª - 1999	Pentium III	600 MHz	9,5 mi	0,25 μ	Windows 9x
13ª - 2000	Pentium 4	1,5 GHz	42 mi	0,18 μ	Windows 2000
14ª - 2001	Xeon	1,7 GHz	42 mi	0,18 μ	Windows 2000
15ª - 2003	Pentium M	1,7 GHz	55 mi	90nm	Windows X/P Vista
16ª - 2006	Core 2 Duo	2,66 GHz	291 mi	65nm	Windows X/P Vista
17ª - 2008	Core 2 Duo	2,40 GHz	410 mi	45nm	Windows X/P Vista
18ª - 2008	Atom	1,86 GHz	470 mi	45nm	Windows X/P Vista
19ª - 2010	Core 2ª geração	3,80 GHz	1,16 bi	32nm	Windows 7
20ª - 2012	Core 3ª geração	2,90 GHz	1,40 bi	22nm	Windows 8

Fonte: Elaborado por Samarone.⁶

⁶ A evolução dos processadores da Intel é caracterizada pelo aumento da quantidade de transistores e a velocidade processamento. Elaborado a partir de Holcombe e Holcombe (2003), Vasconcelos (2009), Flynn e Mchoes (2002), Tanenbaum (2003) e do website: <http://www.intel.com/content/dam/www/public/us/en/documents/corporate-information/history-intel-chips-timeline-poster.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2013. Quanto maior for o *clock* – expresso em KHz, MHz e GHz – maior é o desempenho do processador.

M-DOS: Popularizou o Windows com várias versões.

“x” representa as versões 95, 98 e Millennium.

O *hardware* e o *software* representam as colunas da evolução tecnológica das últimas décadas na indústria das TIC. O desenvolvimento de novos *hardwares* (processadores, memórias etc.) com maior capacidade de processamento suscita a elaboração de novos *softwares* (sistemas operacionais e aplicativos) capazes de processar um número maior de dados que cresce freneticamente a cada momento.

É a parceria entre de um lado, essas grandes indústrias e os três principais fornecedores mundiais de *hardware* (Desktops, Portables, Mini Notebooks e Workstations), a Lenovo, HP e Dell e, do outro, a Microsoft, fornecedora de *softwares* que, mesmo em um cenário de crise econômica mundial, tiveram a capacidade de catalisar as vendas do segmento, conseguindo superar as projeções mais negativas em seus negócios, como mostram as pesquisas do International Data Corporation (IDC).⁷

Assim, tendo apresentado o panorama sobre a evolução do *hardware*, do *software* e a parceria entre essas indústrias, argumentamos que existe relação direta desses eventos com o agravamento do problema do *e-waste*. Parte deste tipo de resíduo tem despontado nos noticiários em todo o mundo e, por ser uma sobra problemática, tem sido alvo de muitos debates. Estamos nos referindo, especificamente, ao *e-waste* da indústria das TIC que, além de carregado de substâncias tóxicas (chumbo, cádmio, mercúrio, arsênio e cromo), tem gerado um enorme passivo ambiental em sua produção.

Cenário global da poluição eletrônica: o destino do *e-waste*

A necessidade crescente por matéria-prima em países emergentes tem levado países como a China a se destacar no cenário global como receptor do lixo tecnológico. Ano após ano de crescimento econômi-

7 Disponível em: <<http://www.idc.com/getdoc.jsp?containerId=prUS24375913>>. Acesso em: 05/11/13.

co superando, inclusive, as nações desenvolvidas, mesmo em tempos de crise econômica, talvez tenham contribuído para que este País assumisse a dianteira na reciclagem precária do *e-waste*. Outros países no hemisfério sul, por exemplo, Índia, Paquistão, Nigéria, Gana e Quênia, também são os destinos finais do lixo digital produzido nos países desenvolvidos (ROBINSON, 2009).

Nestas nações há um conjunto de fatores como uma fraca ou inexistente legislação ambiental, regimes de governos autoritários e corruptos, além de uma vulnerabilidade social instalada, que contribui para implantação de uma indústria de reciclagem altamente poluidora do meio ambiente (CLAIBORNE, 2009). Isso reflete a negativa dos países consumidores de eletroeletrônicos em providenciar o seu tratamento adequado e, talvez, esconder todo seu lixo eletrônico.

O *e-waste* faz parte do cotidiano dos países ricos e emergentes; é onipresente e visível, sobretudo nas metrópoles. Quanto mais rico for um país, mais *e-waste* será gerado, podendo ser considerado até como inevitável e compreendido como resultado de uma economia pujante. Na edição especial da revista *Veja* de dezembro de 2011 sobre o tema, numa reportagem se afirma que, no porto de Karachi, no Paquistão, chegam e são descarregados navios cargueiros provenientes de Dubai transportando contêineres com resíduos eletrônicos de origem americana, europeia e de outros países como Japão, Kuwait, Arábia Saudita, Singapura e Emirados Árabes. O intrigante é que algumas dessas nações se apresentam na vanguarda dos processos de reciclagem, mas acabam permitindo a exportação desse material para ser reciclado de maneira contingente em localidades como Sher Shah – bairro periférico de Karachi, no Paquistão – onde sobrevivem mais de 20.000 pessoas da atividade de catação do *e-waste* depositado em aterros.

O processamento do *e-waste* em Sher Shah é, em grande parte, realizado em instalações informais, não é regulamentado e não segue normas ambientais prescritas para lidar com substâncias perigosas. As atividades praticadas no âmbito da informalidade têm causado sérios impactos ambientais e sociais (uso de produtos químicos tóxicos, queimas de placas eletrônicas, más condições de trabalho, trabalho infantil etc.). Essa cadeia produtiva de “reciclagem” do *e-waste* é composta por dois conjuntos de processos: o desmantelamento dos equipamentos e a separação dos componentes – atividades enquadradas como pré-processamento; e a recuperação de material, realizada por recicladores especializados em materiais como plásticos ou vidro, por exemplo, comercializados no mercado informal de sucata ali estabelecido. Outras frações dos resíduos são transferidas para recuperação do material em instalações no exterior.

O mesmo ocorre no subúrbio de Agbogbloshie, em Accra, capital de Gana, assim como, na Índia, em cidades como Delhi, Mumbai, Bangalore, Chennai e Kolkata. Nessas localidades, o setor informal de reciclagem de *e-waste* tem a maior participação no processamento dos resíduos. Estima-se que, na Índia, do total de resíduos disponíveis para o processamento, quase 95% por cento são tratados pelo setor informal (CLAIBORNE, 2009; SINHA et al., 2010). Por conta disso, os trabalhadores dessas regiões são acometidos de várias doenças, principalmente as respiratórias e câncer de pulmão. A causa mais provável seria a inalação de gases tóxicos emitidos a partir da fundição ou queima dos resíduos durante o processo de separação e recuperação de metais.

A figura 1, retirada da capa do artigo, ilustra de maneira impactante o trabalho de fundição empregado pelas pessoas que sobrevivem ou morrem trabalhando naquele que, talvez, seja o maior aterro de *e-waste* do mundo, localizado na República do Gana. É o retrato

da face mais sombria dos riscos na modernização reflexiva (BECK, 2012), os quais derivam do que Giddens (2012) aponta como as “incertezas fabricadas”.



Figura 1: Capa do artigo da Revista Veja sobre o drama do *e-waste* em Gana
Fonte: Revista Veja, n. 2249

É atribuída pela comunidade ambientalista mundial à cidade chinesa Guiyu o título de capital mundial do *e-waste*. Também seria o segundo lugar mais poluído do planeta, ficando atrás apenas de cidades russas que contêm depósitos de lixo radioativo (ROBINSON, 2009; WALDMAN, 2010). Guiyu está situada na costa do Mar do Sul da China, e é uma cidade do distrito de Chaoyang, da província de Guangdong. Nesta cidade, a reciclagem informal se repete em grande escala e em dimensões que envolvem a maioria dos habitantes que trabalha em oficinas domésticas. Estes habitantes especializaram-se na extração dos componentes valiosos da sucata eletrônica para vender matéria-prima a indústrias como a Foxconn, fornecedora da Apple. Grande quantidade do *e-waste* é proveniente da própria China. Mas, de acordo com Robinson (2009), a maioria do *e-waste* é proveniente de importações ilegais.

O Greenpeace descobriu que o comércio do *e-waste* na Índia vem crescendo substancialmente a cada ano e só em Delhi são envolvi-

dos mais de 25.000 trabalhadores. Estima-se que o volume de sucata eletrônica processada a cada ano na cidade ultrapasse as 20.000 toneladas e 25% desse total corresponde a computadores obsoletos. A figura 2 mostra algumas das rotas do entulho eletrônico produzido em países desenvolvidos e seus destinos na periferia pobre do mundo.



Figura 2: Rotas de movimentação transfronteiriça do *e-waste*
Fonte: Greenpeace Internacional⁸

A reciclagem representa uma excelente prática para reutilizar matérias primas de um produto, mas no caso de *e-waste*, os produtos químicos perigosos presentes – como indica o quadro 2 – podem prejudicar a saúde dos trabalhadores envolvidos, das comunidades vizinhas e do meio ambiente.

Em países desenvolvidos a reciclagem do *e-waste* é realizada em usinas construídas para esse propósito. Em condições controladas, a integração de tecnologias utilizadas nestas usinas é considerada o *state-of-the-art* em operação de reciclagem do *e-waste*, as melhores disponíveis segundo o Unep (2009).

⁸ Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/international/en/campaigns/toxics/electronics/the-e-waste-problem/where-does-e-waste-end-up/>>. Acesso em: 09 jan. 2014.

Quadro 2 - Substâncias perigosas contidas no e-waste

Metais tóxicos	chumbo, cádmio, mercúrio, berílio, berílio, lítio, antinomia, arsênico
Retardadores de chama bromados	TBBPA (terabromo bisfenol-A) PBDE (éter difenil polibromados)
Outros hidrocarbonetos halogenados	PVC (policloreto de vinila) CFCs (clorofluorcarbonetos)
Elementos raros	ítrio, európio, amerício

Fonte: Westervelt (2011, p. 9 [tradução nossa]).

Empresas sem escrúpulos, em países desenvolvidos, utilizam do mecanismo de “doações bem intencionadas” de computadores considerados obsoletos, mas que ainda funcionam, e, driblando fiscalizações frágeis nos países pobres, enviam junto grandes quantidades de equipamentos irreparáveis, na verdade, sucata que tem como destino lixões e aterros nas periferias de cidades como as que foram apresentadas. Este tipo de operações semiclandestinas torna muito difícil, senão impossível, de quantificar a real quantidade de e-waste comercializado em todo o mundo. Além disso, representa uma ação ilegal, segundo a Convenção de Basileia (CB) (CLAIBORNE, 2009; LISBOA, 2009; ROBINSON, 2009; WALDMAN, 2010), que é assumida por países ricos e signatários da convenção. Esses países estão proibidos de exportar quantidades desconhecidas de materiais perigosos para outro país sem a autorização do destinatário, como é o caso do *e-waste*.

A CB, realizada pela ONU em 22 de março de 1989,⁹ proíbe os movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos para países pobres. Entretanto, a atividade não é ilegal, por exemplo, para os Estados Unidos, único país desenvol-

9 O texto entrou em vigor em 5 de maio de 1992. Disponível em: <http://www.basel.int/TheConvention/Overview/TextoftheConvention>. Acesso em: 08 dez. 2013.

vido não signatário da BC, que comercializa e-waste com países que nunca ratificaram a convenção, como Angola, Serra Leoa ou o Haiti.¹⁰ O tráfego e operações semiclandestinas de movimentações transfronteiriças do e-waste já seriam previsíveis no momento da aprovação do texto final da CB. Países liderados pelos Estados Unidos – Canadá, Alemanha, Inglaterra, Austrália, Nova Zelândia e Japão – defendiam a implementação de mecanismos que permitissem que os países de destino dos resíduos decidissem por si sobre aquelas importações. Para Lisboa (2009), o Prior Informed Consentiment (PIC), imposto pelo grupo dos países desenvolvidos, é falho porque não leva em consideração a capacidade técnica do país importador para avaliar a toxicidade dos resíduos perigosos, bem como os custos socioambientais de curto e longo prazo.

Outro relatório ambiental do UNEP (United Nations Environment Programme / Programa Ambiental das Nações Unidas), produzido em 2011, continua indicando para cenários de agravamento da situação. O relatório sugere que países como: Índia, China, África do Sul, países da Europa Oriental e da América Latina, principalmente, o Brasil, serão os próximos a se tornarem grandes produtores de *e-waste*, ultrapassando, ainda nesta década, o montante gerado nos países desenvolvidos. Na África do Sul e China, por exemplo, é previsto que até 2020 o *e-waste* exclusivo de computadores e periféricos obsoletos pode saltar de 200% a 400% em relação aos níveis de 2007. Espantosamente, na Índia, o salto previsto é de 500%. Entre os países emergentes, o Brasil só fica atrás da China, como pode ser observado na tabela 1.¹¹

10 Disponível em: [http://www.basel.int/Countries/StatusofRatifications/PartiesSignatories / tabid/1290/Default.aspx](http://www.basel.int/Countries/StatusofRatifications/PartiesSignatories/tabid/1290/Default.aspx). Acesso em: 08 dez. 2013.

11 Para uma panorâmica ampla, ver UNEP (2011)

Tabela 1 - Estimativas de geração de *e-waste* em toneladas por ano

País	Data Avaliação	Computadores Pessoais (PCs)	Impressoras	Total
China	2007	300.000	60.000	360.000
Brasil	2005	96.800	17.200	114.000
Índia	2007	56.300	4.700	61.000
México	2006	47.500	9.500	57.000
África do Sul	2007	19.400	4.300	23.700

Fonte: Samarone a partir do UNEP (2011, p. 298).

O ritmo nas vendas mundiais de computadores contribui para geração de PCs obsoletos e de resíduos provenientes destes, o que, aliado com o crescimento de poder de compra das populações de países emergentes, tende a reforçar os cenários de geração do *e-waste* apresentados. Por exemplo, as vendas mundiais de computadores no terceiro trimestre de 2013 dos três principais fornecedores – Lenovo, HP e DELL – apresentaram, mesmo em tempos de crise econômica, um modesto crescimento quando comparado com o mesmo período do ano anterior, com destaque para Lenovo que registrou um crescimento de 2% no último ano, ajudando-a a se consolidar como líder mundial de vendas daquele mercado, como indica a tabela 2.

Tabela 2 - Vendas globais de PCs no 3º trimestre (em milhares de unidades)

Fabricante	Vendas 3º Trimestre 2013	Participação Mercado 3º Trimestre 2013	Vendas 3º Trimestre 2012	Participação Mercado 3º Trimestre 2012	Crescimento Anual
1. Lenovo	14.136	17,3%	13.828	15,7%	2,2%
2. HP	13.992	17,1%	13.931	15,8%	0,4%
3. Dell	9.519	11,7%	9.493	10,8%	0,3%
4. Acer	5.467	6,7%	8.349	9,5%	-34,5%
5. ASUS	4.208	5,2%	6.384	7,2%	-34,1%
Outros	34.287	42,0%	36.314	41,1%	-5,6%

Total	81.609	100,0%	88.298	100,0%	-7,6%
-------	--------	--------	--------	--------	-------

Fonte: IDC¹²

A cada ano são vendidos no mercado global milhões de computadores para atender não só à demanda crescente do consumo doméstico, mas, também, atender a mercados corporativos. Só nos últimos cinco anos, foram vendidos no mercado global mais de 1,6 bilhões de computadores (tabela 3), muitos dos quais já se tornaram obsoletos. A média do tempo de vida útil de um PC, conforme apontado no relatório da UNEP (2009, p. 67), gira em torno de cinco anos.

Tabela 3 - Vendas globais de PCs de 2009 a 2013 (em milhares de unidades)

Ano	Lenovo	HP	Dell	Acer	Asus	Outros	Total
2009	24.710	58.940	37.350	39.790	8.490	138.270	307.550
2010	35.720	62.730	42.110	48.740	18.940	147.280	355.520
2011	45.700	60.560	42.860	39.290	20.680	156.230	365.320
2012	52.160	56.510	37.620	36.560	24.200	145.550	352.600
2013	38.450	37.820	27.020	19.820	14.870	97.450	235.430
Total	196.740	276.560	186.960	184.200	87.180	684.780	1.616.420

Fonte: Samarone, a partir de Gartner¹³

Cenário brasileiro da poluição eletrônica

A realidade brasileira não difere do cenário internacional. Não existem lixões e aterros exclusivos de entulho eletrônico nas proporções dos países africanos e asiáticos. Mesmo assim, o *e-waste* nacional se configura como um grande problema de saúde pública e ambiental. Muitos dos resíduos são despejados sem qualquer tratamento junto com o lixo urbano. O trabalho de reciclagem informal de catadores,

12 Disponível em: <http://www.idc.com/getdoc.jsp?containerId=prUS24375913>. Acesso em: 05 nov. 2013.

13 Disponível em: <http://www.statista.com/statistics/263393/global-pc-shipments-since-1stquarter-2009-by-vendor/>. Acesso em: 14 nov. 2013.

na grande maioria das cidades brasileiras, representa, talvez, uma das forças ativas para resolver o problema, o que os tornam verdadeiros “heróis do *front* ambiental”.

A figura 3 ilustra de maneira bastante significativa os impactos socioambientais gerados pela falta de gestão do *e-waste* em um grande centro urbano, no caso específico, a Região Metropolitana do Recife (RMR). Nas imagens, pode ser observado o descarte do *e-waste* em vias públicas; carroças de catadores informais lotadas de resíduos sólidos e, entre eles, nota-se, também, a presença de *e-waste*; trabalhadores de cooperativas de catadores em meio a montanhas de resíduos realizando a triagem de materiais; e, no centro, uma imagem forte porque retrata o drama humano de um menino¹⁴ nadando no Canal do Arruda tomado pela poluição de resíduos sólidos em busca de materiais recicláveis. No detalhe circulado na imagem, é possível notar a presença de *e-waste*.

14 Retirada da apresentação da pesquisa intitulada “Resíduos Eletroeletrônicos na Região Metropolitana do Recife (RMR): Gestão socioambiental da cadeia produtiva”, realizada pela Fundaj (Fundação Joaquim Nabuco), no Recife, e liderada pela pesquisadora Lúcia Helena Xavier. As fotos de Paulo Henrique Félix da Silveira, ou, simplesmente, Paulinho, 9 anos, catando lixo no Canal do Arruda, ganharam o mundo. A imagem do menino quase submerso no rio de lixo do Canal do Arruda, na Zona Norte do Recife, só a cabeça para o lado de fora, correu o Brasil e atravessou fronteiras. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/noticia/2013/11/06/fotos-e-materia-de-criancas-catando-lixo-no-canal-do-arruda-ganham-o-mundo-104349.php>>. Acesso em: 14 de janeiro de 2014.

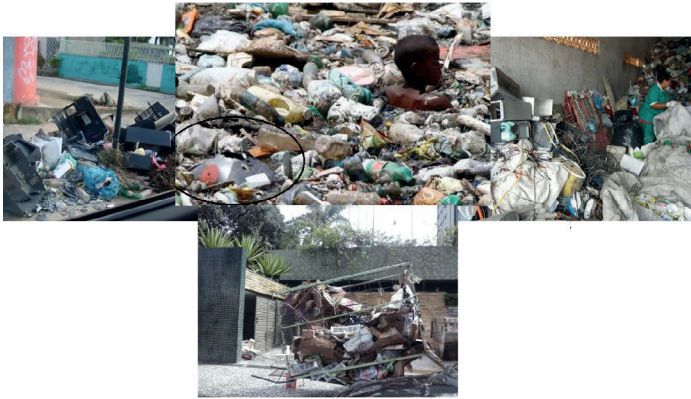


Figura 3: Retratos dos impactos socioambientais de *e-waste* no Recife
Fonte: Xavier et al. (2013)

Informações oficiais sobre a quantidade de *e-waste* gerada no Brasil e proveniente, exclusivamente, de produtos da indústria das TIC, não foram encontradas, nem em dados agregados nem estratificadas por região ou tipo de produto. Não existem informações publicadas pelo Ministério de Meio de Ambiente, pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE) ou pela Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (ELETROS). A ABINEE e ELETROS são associações representativas de centenas de empresas do segmento eletroeletrônico, cujas projeções para 2013 indicavam uma correspondência de faturamento daquele setor de mais de 3% em relação ao PIB nacional.¹⁵

A referência mais citada em relação ao volume do entulho eletrônico nacional, classificado como *Linha Verde*, é aquela que consta no relatório da UNEP (2011) e foi apresentada na tabela 1. Ou seja, uma estimativa do ano 2005, muito desatualizada quando comparada à velocidade de desenvolvimento das TIC. Um relatório anterior,

15 Um panorama econômico mais completo do setor está disponível em: < <http://www.abinee.org.br>>. Acesso em: 16 de janeiro de 2014.

também da ONU, já havia criticado a falta de dados oficiais sobre o assunto, inclusive porque o Brasil foi classificado como o maior produtor de *e-waste* entre os emergentes e é considerado o 5º maior mercado de eletrônicos depois da China, Estados Unidos, Japão e Rússia. Neste relatório, intitulado “*Recycling: from E-Waste to Resources*”, o problema do *e-waste* no Brasil foi apresentado como uma questão de pouca importância em virtude da escassez de informações e avaliações abrangentes dos impactos socioambientais (UNEP, 2009). Dados preliminares e incompletos desse relatório, apurados até outubro de 2008, apontavam em três direções: 1) falta de uma regulação estatal abrangente para gestão de resíduos e, portanto, um obstáculo ao desenvolvimento de regulação específica para o *e-waste*; 2) limitação tecnológica e competência técnica para o processamento do *e-waste*, ficando reduzida a reciclagem a frações de materiais com mais valor agregado (como placas de circuito impresso, aço inoxidável, componentes contendo cobre); e, por último, falta de investimentos para alavancar o negócio da reciclagem do *e-waste*. A nosso ver, o principal fator gerador para o descaso de alavancar de forma sustentável a indústria de reciclagem do *e-waste* nacional reside na falta de uma regulação estatal. As empresas estariam aguardando esta imposição para assumir suas responsabilidades socioambientais.

A ONU também aponta para o trabalho de reciclagem informal que, de forma seletiva, opta, prioritariamente, por itens de maior valor agregado e, neste sentido, não haveria preocupação em atender princípios de sustentabilidade como, por exemplo, a não adoção de tecnologias seguras do ponto de vista socioambiental. Critica, ainda, a indústria de TIC instalada no país por não estar fazendo a parte que lhe cabe na gestão dos resíduos eletrônicos, chegando a sugerir um imposto adicional destinado à reciclagem do *e-waste* mesmo diante de um quadro tributário impopular no País.

Também faltam dados oficiais sobre a quantidade de resíduo eletrônico resultante da obsolescência dos equipamentos do setor das TIC. Esse tipo de informação não é publicada por órgãos públicos, como poderia ser o caso do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), que recebeu a incumbência de montar um Grupo Técnico de Trabalho de Eletroeletrônicos, no âmbito dos acordos setoriais, para preparar um estudo e propor uma modelagem para subsidiar a implantação da logística reversa. Ou, ainda, pelas associações civis do setor, como a ABINEE e a ELETROS.

Um cálculo preciso deste volume representa um requisito básico e muito relevante para uma análise ampla da problemática. A representatividade deste montante de *e-waste* teria a capacidade de prever o impacto ambiental, além de influenciar um planejamento de implantação de um padrão de logística reversa. Fazer uma estimativa do *e-waste* nacional representa uma tarefa sensível que deve levar em consideração alguns cuidados por razões como as expostas pela ABDI (2012): i) volumes subestimados poderiam sobrecarregar arranjos implantados, sufocar os sistemas de forma não prevista e gerar sobrecarga na disposição final; e ii) volumes superestimados poderiam desorientar a cadeia de reciclagem, diminuir a ocupação da estrutura montada, aumentando custos e desestimulando agentes envolvidos.

Para estimar a quantidade com maior precisão de volume do *e-waste*, em tese, faz-se necessário adotar um modelo que falhe menos no quesito volume. Assim, utilizando o critério de menos “erro de volume” e visando à minimização do nível de incertezas na aferição, o estudo da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), de novembro de 2012, poderia ser adotada a metodologia de “Suprimento de Mercado” para produzir uma estimativa de geração do volume de *e-waste* até o ano 2020. O volume calculado considera todas as categorias de produtos eletroeletrônicos. Entretanto, não foi

realizada uma estratificação para mostrar a estimativa do volume dos resíduos específico da indústria das TIC.

Uma estimativa com foco nos produtos de informática mais comuns (*desktop*, *notebooks*) poderia ser desenvolvida utilizando metodologias semelhantes ao caso anterior devido à disponibilidade da informação e pelas características específicas desses produtos em termos de crescimento acelerado da venda e do tempo de vida útil em comparação com outros eletroeletrônicos. Estima-se que, em média, a partir do terceiro ano de utilização, os computadores atingem o início da janela de obsolescência e, por volta do quinto ano, já não apresentariam condições operacionais produtivas pelos motivos antes apresentados no quadro 1. Ou seja, evolução da velocidade de processamento do microprocessador e compatibilidade deste com a arquitetura do PC, entre as quais se pode destacar o aumento da capacidade de processamento e armazenamento em memórias voláteis e não voláteis; atualização de softwares básicos e aplicativos, com destaque para o sistema operacional e o conjunto de sistemas compatíveis do qual dependem para um perfeito funcionamento.

Com esta orientação, seria possível simular cenários de obsolescência desses equipamentos de informática que se diferenciam dos demais eletrodomésticos justamente pela rápida percepção de obsolescência por parte de seus usuários. Neste sentido, e sem considerar o desgaste natural dos equipamentos por oxidação ou outras formas de uso, projetamos dois cenários de obsolescência: no primeiro, cenário “A”, os microcomputadores se tornariam obsoletos quando completassem três anos de utilização. No segundo, cenário “B”, a obsolescência se daria a partir do quinto ano.

Na tabela 4 são apresentados os cenários. No cenário “A”, um computador (*Desktop* ou *Notebook*) vendido no ano de 2004 estaria obsoleto após três anos de uso, ou seja, no ano de 2007. Com base neste cenário e nas vendas do período, conforme esta mesma tabela, o

ano de 2014 se inicia com um passivo de entulho eletrônico estimado em 66 milhões de máquinas obsoletas. No cenário “B”, o montante, apesar de menor, continua sendo motivo de preocupações diante do desafio que se lança para a gestão daquele *e-waste* que aumenta ano após ano. Neste cenário está previsto um montante de velharia eletrônica que alcança os 40 milhões de unidades obsoletas em 2014.

**Tabela 4 - Vendas e estimativas de PCs obsoletos no Brasil
(em milhares de unidades)**

Descrições & Projeções	Período anual de vendas									
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Venda Total	4.074	6.274	7.755	10.673	11.893	11.482	14.189	15.853	15.513	13.996
Desktop	3.880	5.997	7.143	9.123	8.673	7.687	7.981	7.500	6.582	5.715
Notebook	194	277	612	1.551	3.219	3.795	6.208	8.353	8.931	8.251
Venda acumulada	4.074	10.348	18.103	28.776	40.669	52.151	66.340	82.193	97.706	111.702
PCs Obsoletos (Cenário A)				4.074	10.348	18.103	28.776	40.669	52.151	66.340
PCs Obsoletos (Cenário B)						4.074	10.348	18.103	28.776	40.669

Fonte: Samarone, a partir da ABINEE¹⁶

Construir uma estimativa da quantidade, em toneladas, de todo esse *e-waste* é uma tarefa relativamente simples, considerando que o peso individual de um *desktop* com monitor *Cathodic Ray Tube* (CRT) ou *Liquid Crystal Display* (LCD) corresponde, em média, a 26 e 6 quilos respectivamente, e um *notebook* em média pesa 3 quilos, de acordo com Ijgosse (2012) e UNEP (2009). Utilizando como base para cálculo o peso de um *desktop* com LCD, característica predominante da configuração de um microcomputador do período de vendas apurado nesta amostra e de um *notebook*, seria possível estimar que o país iniciou 2014 com uma montanha entre 226.000 (considerando o cenário “B” de geração de computadores obsoletos)

16 Disponível em: <http://www.abinee.org.br>. Acesso em: 20 jan. 2014.

e 350.000 (cenário “A”) toneladas de resíduos sólidos oriundos exclusivamente de computadores.

Tecnologias de reciclagem do *e-waste*

Como vimos anteriormente, a gestão do *e-waste* tanto pode evitar sérios danos ambientais como, também, promover a recuperação de recursos naturais. No relatório UNEP (2009), é apresentado o processo de reciclagem do lixo eletrônico, sendo ele composto por três etapas principais e subsequentes:

coleta do e-waste: processo de fundamental importância para o estabelecimento de uma cadeia de reciclagem. Desse processo nasce todo o sistema de reciclagem. Ele é o motor que determina a quantidade de material que está realmente disponível para a recuperação. Se não forem coletados dispositivos, simplesmente não existirá a matéria-prima para a desmontagem, para o pré-processamento e para as instalações de processamento final. Além disso, outras atividades, como a identificação de fontes geradoras, para tornar o processo de aquisição da matéria-prima perene, e a existência de espaços apropriados para armazenamento dos resíduos, fazem parte desta fase.

triagem, desmontagem e pré-processamento: têm por objetivo a separação de materiais ao encaminhamento dos mesmos para os processos de tratamento subsequentes adequados. As substâncias perigosas são identificadas e removidas para receberem o tratamento necessário de maneira ambientalmente segura. O material valioso precisa ser retirado para reutilização ou para ser encaminhado a processos de recuperação eficientes. Por exemplo, placas de circuito impressos (PCI) presentes em equipamentos de TIC contêm a maior parte dos metais preciosos e especiais. Eles podem ser removidos dos dispositivos no processo de desmontagem manual, trituração, ou uma combinação de ambos. Mas a remoção manual das PCI dos equipamentos antes

de trituração pode evitar perdas daqueles metais, o que pode vir a favorecer a obtenção de vantagens econômicas. Entretanto, alguns dispositivos eletrônicos, por serem pequenos e muito complexos, inviabilizam sua desmontagem, como telefones celulares, por exemplo. Neste caso, devem seguir diretamente para a próxima etapa – o processamento final – para recuperação dos metais. Segundo Conde, Xavier e Frade (2014), a triagem objetiva também identifica equipamentos que podem ser encaminhados para reuso ou remanufatura. Nesta etapa, é possível identificar equipamentos passíveis de recondição e reutilização que, submetidos à remanufatura com a substituição de peças, podem ter seu tempo de vida útil estendido. Para realizar a triagem, é exigida a mão de obra de um profissional técnico em informática ou eletrônica que avaliará a funcionalidade do equipamento, definindo as necessidades do reparo ou manutenção.

o processamento final (refinação e eliminação) de metais a partir dos resíduos vindos da etapa de pré-processamento: separados em três processos principais. As frações de resíduos ferrosos são destinadas às usinas siderúrgicas para recuperação do ferro. As frações contendo alumínio têm destino semelhante: fundições de alumínio. Os demais resíduos contendo frações, por exemplo, cobre, chumbo e PCIs, seguem para fundições especializadas em metais integrados que recuperam os metais, inclusive, os preciosos e outros metais não ferrosos.

Para cada uma das etapas se faz necessária a existência de recursos especializados, sejam eles humanos ou tecnológicos, para que seja atingida a eficiência em toda a cadeia. A eficiência final fica dependente de cada etapa e da forma como as interfaces de gestão entre os passos tornam-se interdependentes. As técnicas utilizadas no tratamento para recuperação de materiais dos resíduos eletroeletrônicos precisam cuidar para que componentes tóxicos sejam processados

sem comprometer o meio ambiente e, também, que haja, no processo, a recuperação econômica de recursos materiais. Trata-se da interligação de duas dimensões importantes, a ambiental e a econômica, tendo por finalidade a ecoeficiência.

Contextualização da regulação interna e externa da poluição eletrônica

O relatório *Recycling – From E-waste to Resources*, preparado por especialistas da UNEP, em 2009, e publicado em reunião da CB, de fevereiro de 2010, alerta para a necessidade de se intensificar os esforços para coletar e para a reciclagem ambientalmente sustentável do *e-waste* nos países em desenvolvimento. Segundo o estudo, alcançar eficácia nos processos para o tratamento sustentável do *e-waste* no Brasil a partir da transferência de tecnologias modernas teria como pré-requisito o enfrentamento e a resolução de outras questões importantes, entre elas, a falta de uma política pública e uma legislação nacional. A falta de marcos legais que valessem para todo o país acabava criando conflitos e aplicações descoordenadas entre as poucas legislações estaduais existentes. Por exemplo, a ausência das definições quanto à presença de determinadas substâncias em produtos aumentaria, em tese, a dificuldade de fiscalização dos órgãos competentes, bem como da aplicação das devidas sanções. Ou seja, a ausência de enquadramento jurídico claro e da participação ativa do governo acaba contribuindo para a falta de consciência entre os consumidores em relação à importância do tema, fazendo com que ele não receba a devida prioridade. Outros problemas registrados na avaliação da ONU: ausência de normas para preservar a segurança e saúde dos trabalhadores e a preservação ambiental; forte influência do setor informal; e a falta de infraestrutura de coleta.

Em países desenvolvidos, a consciência quanto aos riscos provenientes da má gestão dos *e-waste* motivou o estabelecimento de normas que visam à regulamentação do gerenciamento dos resíduos eletrônicos e a restrição de substâncias tóxicas. As diretivas da UE, a RoHS e a WEEE são exemplos de arcabouços legais com tais finalidades. Para os países membros da EU, as respectivas diretivas funcionam como recomendações tomadas em consenso pelos países membros, os quais devem criar leis que regulamentem sua aplicação em seus territórios nacionais e, assim, consigam adaptar e tornar práticas as medidas para gestão eficiente do *e-waste*.

A diretiva RoHS (2002/95/EC) sobre a restrição do uso de certas substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrônicos foi revisada e substituída em 8 de junho de 2011 pela diretiva 65/2011/UE, mantendo a delimitação do uso de substâncias tóxicas em equipamentos eletroeletrônicos no estágio de fabricação e produção. A diretiva WEEE (2002/96/EC) relativa aos resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos também foi alvo de revisões, sendo substituída pela diretiva 19/2012/UE de 4 de julho de 2012. A norma estende-se do projeto à produção de equipamentos eletroeletrônicos, objetivando auxiliar no processo de reciclagem, e atribui a responsabilidade da reciclagem ao produtor. Ambas as diretrizes compartilham de alguns dos conceitos, sendo importantes para o entendimento do que seja um produto, componente, fabricante, importador, distribuidor ou comerciante de eletroeletrônicos.

O princípio de responsabilidade do produtor fica estabelecido na diretiva WEEE (19/2012/UE), com o objetivo de contribuir para uma produção e o consumo sustentável. Ela busca, igualmente, melhorar o desempenho ambiental de toda a cadeia de operadores envolvidos no ciclo de vida dos equipamentos eletroeletrônicos: os produtores, distribuidores; consumidores; e, em especial, os opera-

dores diretamente envolvidos na coleta e tratamento do *e-waste*. Na pauta da diretriz aparece, prioritariamente, a prevenção de geração do *e-waste* e, depois, a reutilização, reciclagem e outras formas de tratamento que possibilitem a valorização desses resíduos e a recuperação de matérias-primas, inclusive, os metais valiosos.

As direttrizes europeias são os instrumentos mais observados por fabricantes transnacionais de computadores. Produtos em desconformidade com essas direttrizes estão proibidos de serem comercializados nos países-membros da UE e, também, em outros países que acabaram incorporando-os aos seus arcabouços jurídicos, a exemplo do Japão, China, Coreia e a maioria dos estados americanos – com algumas adaptações e diferenças entre si.

PNRS e Regulamentação aplicável ao *e-waste*

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei Federal 12.305/2010 e sancionada em agosto de 2010, foi fruto de discussões que perduraram por mais de duas décadas. A política tem por objetivo criar condições para o Brasil avançar em relação aos principais problemas ambientais, socioeconômicos, políticos e culturais derivados do manuseio inadequado dos resíduos sólidos. Para guiar o planejamento de ações de vanguarda para essas dimensões, a PNRS foi estruturada com a seguinte hierarquia: “não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos” (BRASIL, 2010, art. 7º, inciso II).

Estes princípios encontram consonância com legislações internacionais, a exemplo da Diretiva 2008/98/CE, da UE, e implicam o desenvolvimento de mecanismos capazes de inventariar e desenhar os fluxos e destinos dos resíduos (UNIÃO EUROPEIA, 2008, art. 4º). Entretanto, existem diferenças substanciais entre a PNRS e as

legislações da UE que, como vimos, utilizam o princípio da responsabilidade estendida do produtor pelo ciclo de vida dos produtos, o incentivo à concepção de fabricação de produtos eletroeletrônicos que contemplem atualizações, facilidades em reparação, reutilização, desmontagem e reciclagem. Os fabricantes tornam-se responsáveis financeiros pela coleta do seu *e-waste* e, inclusive, deverão “prestar uma garantia financeira a fim de evitar que os custos da gestão de WEEE provenientes de produtos órfãos recaiam sobre a sociedade” (UNIÃO EUROPEIA, 2012, p. 41).

A PNRS institui o princípio de responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e adota vários outros objetivos. A responsabilidade compartilhada é assim definida:

[...] conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos (BRASIL, 2010, art. 3º, inciso XVII).

O princípio da responsabilidade compartilhada admite que as responsabilidades iniciadas no processo produtivo e concluídas na etapa pós-consumo de um determinado produto são de todos os atores envolvidos: os fabricantes; importadores; distribuidores; comerciantes; poder público e, até, os consumidores e catadores de materiais recicláveis. A responsabilidade compartilhada desafia governos, empresas e cidadãos a mudar sua forma de compreensão e relação com os resíduos sólidos em geral, além de mostrar que as soluções dependem da colaboração ativa entre esses atores, afinal, todos, de alguma maneira, são poluidores e, portanto, devem pagar um preço pela proteção ambiental. A Lei torna obrigatória a implantação de sistemas de logís-

tica reversa para a cadeia produtiva dos seguintes produtos: pilhas e baterias; embalagens de óleos lubrificantes; lâmpadas de vapor de sódio e mercúrio; descarte de medicamentos; embalagens em geral e produtos eletroeletrônicos e seus componentes. Os desafios para implantação da logística reversa dos Equipamentos Elétricos e Eletrônicos (EEE) envolvem uma série de questões, como a necessidade de harmonização e uniformização entre as legislações (federal, estadual e municipal).

Diferentemente de regulações internacionais que determinam a responsabilidade como sendo exclusiva do fabricante, a brasileira possibilitou o compartilhamento de responsabilidades com uma rede de atores que inclui o fabricante, o comércio e o consumidor. É possível que esse espaço coletivo de responsabilidade possa trazer um melhor resultado prático quando estiver em plena operação. O fato é que a gestão dos resíduos eletrônicos no Brasil e no mundo tem sido motivada, principalmente, por exigências legais. Entretanto, como foi apresentado no capítulo, aspectos de ordem social, econômica e ambiental também deflagram condutas que têm favorecido a implantação de políticas públicas pelo Brasil afora. Assim, enquanto são aguardadas soluções políticas e tecnológicas para a questão nacional do *e-waste*, por exemplo, a assinatura de acordos setoriais entre o governo e a indústria de eletrônicos, soluções criativas de reuso e reciclagem do *e-waste* despontam como alternativas de criação de valor social e também econômico, como nos exemplos das iniciativas do Comitê pela Democratização da Informática (CDI), Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC) e em empresas de reciclagem como a Compuciclado, que passamos a discutir a seguir.

Reciclagem do *e-waste* na prática: casos em Florianópolis e Recife

Mesmo com o cenário de incertezas que a PNRS pode acarretar, um dos propósitos da política é propiciar o desenvolvimento da in-

dústria de reciclagem e avançar na agenda de resíduos, percebendo e abrindo a perspectiva do tema na legislação como oportunidade para novos negócios sustentáveis. O desenvolvimento desta nova indústria exige uma governança integrada com estratégias de eliminação de resíduos e valorização de materiais que, juntos, podem moldar os passos importantes para que o Brasil inicie um processo rumo a uma nova economia. Contudo, essa trajetória pode se delinear como uma tarefa não muito simples de ser atingida, por exemplo, a pergunta sobre a viabilidade econômica precisa ser transportada à prática. Casos identificados na Compuciclado, empresa instalada na cidade de Palhoça, em Santa Catarina, e o Centro de Reciclagem de Computadores (CRC), no Recife, em Pernambuco, entre outros exemplos, serão apresentados nos próximos tópicos como experiências e práticas do processamento do *e-waste*.

Compuciclado, Palhoça-SC: gestão do *e-waste* e benefícios sociais

O casal de empresários, fundadores e proprietários da Compuciclado Manufatura Reversa e Gerenciamento de Resíduos, empresa especializada na manufatura reversa (desmanche, triagem e destinação ambientalmente correta) de equipamentos de informática e outros resíduos eletroeletrônicos, iniciou sua atuação no setor de reciclagem de *e-waste* em 2008. Desde o início, o casal tinha em mente desenvolver um negócio inovador na região que facultasse aos usuários de equipamentos eletroeletrônicos (principalmente microcomputadores e seus periféricos) os meios adequados de descarte daqueles resíduos. As informações e dados apresentados a seguir são fruto de visita à empresa Compuciclado, em 2013, quando foi possível conhecer in loco o processo de tratamento do *e-waste* e a filosofia de trabalho empregada no negócio. Os dados apresentados foram obtidos por meio de entrevista semiestruturada com a proprietária da empresa.

Instalada no Centro Empresarial e Industrial Palhoça II, na cidade de Palhoça, região metropolitana de Florianópolis, a empresa emprega sete funcionários e está devidamente homologada pelos órgãos estatais para operar com *e-waste*. A empresa possui Certificação Ambiental emitida pela Fundação do Meio Ambiente (FATMA) – órgão ambiental do Estado de Santa Catarina – e obteve a Licença Ambiental Operacional (LAO) emitida pela Fundação Cambirela do Meio Ambiente (FCAM) - órgão ambiental do município da Palhoça. Possui cadastro técnico federal no IBAMA e está em fase de análises para adoção da norma *International Organization for Standardization* (ISO) 14.001. De acordo com a entrevistada, a Compuciclado teve sua fundação motivada para proporcionar oportunidades tanto para pessoas físicas como jurídicas, de descartarem adequadamente seus equipamentos eletroeletrônicos (resíduos ou lixo eletrônico) que, após o término da vida útil e/ou obsolescência, necessitam de uma destinação preferencialmente realizada por uma empresa qualificada, autorizada e cadastrada junto a órgãos ambientais.

Pelo relato da proprietária, é possível identificar que, desde o início de sua fundação, houve a visão de uma oportunidade de um novo negócio a partir do cenário de crescimento da poluição eletrônica. Nota-se também a preocupação para a aplicação de técnicas apropriadas nos processos de tratamento e destinação final ambientalmente adequada do *e-waste*, que, na Compuciclado, inclui a reutilização a partir da recuperação e destinação de PCs para projetos sociais e a reciclagem com a transformação dos resíduos em insumos que serão destinados a empresas parceiras – as quais a Compuciclado faz questão que estejam devidamente licenciadas e certificadas a operar – que se encarregam de inseri-los em outros processos produtivos. Além disso, observa-se, na declaração da empresária, a atenção dada

ao atendimento a padrões e exigências ambientais estabelecidos pelos órgãos de controle competentes.

Na Compuclado, o processo de Manufatura Reversa consiste, primeiramente, em passar todo o material por uma avaliação que identifica os equipamentos (PC e Monitores) que apresentam condições de reuso. Depois dessa etapa, os equipamentos não selecionados para aquele fim são encaminhados para o processo de desmontagem, separação e classificação (ferro, plástico, alumínio, placas eletrônicas, fios e cabos), para, posteriormente, serem encaminhados à reciclagem.

Em todo o processo, a Compuclado se preocupa com a completa destruição e descaracterização de todo o material gravado em dispositivos, garantindo a proteção de marcas e de tecnologias das empresas fornecedoras dos resíduos. Isso se dá de duas formas: os equipamentos selecionados para reuso têm todos os dados apagados e recebem novas instalações de programas não proprietários – softwares livre – que viabilizam a extensão do tempo de vida útil do equipamento; os equipamentos restantes, ou seja, aqueles não destinados ao reuso, registre-se, têm, em sua maioria, seus dados apagados através de processos de trituração completa do material, destruindo-os efetivamente e impossibilitando a reutilização ou o retorno de qualquer parte do produto para o mercado. Os processos realizados na Compuclado compreendem as etapas do pré-processamento do *e-waste*.

A Compuclado não opera com processos de recuperação de metais preciosos contidos nas PCIs. Segundo a entrevistada “não existem empresas no Brasil para reciclar as placas eletrônicas (circuitos integrados). As placas eletrônicas enviamos para uma empresa nos Estados Unidos e outras para a Alemanha”. Para exportar este tipo de resíduo, a empresa segue rigorosamente as orientações dos órgãos controladores. O material é semitriturado, embalado e enviado em contêineres para o exterior em navios.

Para a Alemanha seguem os resíduos de Monitores CRT, TV e suas PCIs – em média vinte e duas toneladas/mês – e para os Estados Unidos são enviadas as PCIs dos demais resíduos, sobretudo, as placas dos PCs – em média são exportadas duas toneladas por mês. Com capacidade instalada para processamento de até 100 toneladas por mês de *e-waste*, a Compuciclado tem operado em média com 70% de sua capacidade. Indagada a respeito da viabilidade econômica do negócio, a empresária é cautelosa em confirmar, mas é otimista, apostando em um futuro modelo de negócio ancorado na prestação de serviço para empresas e organizações. Segundo ela, o custo com a logística para aquisição do *e-waste* tem o maior peso no processo, o qual, não sendo bem equalizado, pode inviabilizar economicamente todo o negócio. Na produção, o processo de desmontagem também exerce uma pressão significativa nos custos do negócio. Por isso, a empresária é categórica em afirmar: “a prestação de serviço de reciclagem para empresas é a solução para a sustentabilidade do nosso negócio”.

A sustentabilidade à qual se refere a empresária deve ser compreendida a partir do tripé: dimensão social, ambiental e econômica. Nesse sentido, seria difícil pensar em negócios ambientalmente corretos – “verdes” – que excluam o contexto econômico. Em outras palavras, a economia pode estar alinhada ao meio ambiente natural no momento em que se estabelecem relações convergentes entre princípios econômicos e os interesses ligados ao meio ambiente.

Entretanto, em relação a custos do processo de logística citados pela entrevistado, alguns modelos observados na pesquisa parecem ir na contramão. Organizações e empresas recicladoras de *e-waste* oferecem gratuitamente o serviço de coleta dos resíduos eletroeletrônicos, por exemplo, a ONG Ecobraz (www.ecobraz.org.br) e a empresa Eco

Computadores (<http://www.ecocomputadores.com/>), que atuam na região metropolitana de São Paulo-SP.

Na região metropolitana do Recife-PE é encontrado este mesmo tipo de serviço, oferecido pela empresa Eco Reverso (<http://www.eco-reverso.com.br/>), conforme sítios acessados em 5 janeiro de 2014. Geralmente, nos grandes centros urbanos brasileiros se formam grandes congestionamentos que propiciam a geração de uma série de custos relacionados com o transporte de cargas, e essas situações são associadas às perdas e aos prejuízos. Portanto, manter serviços desta natureza de forma gratuita deve exigir grandes desafios do ponto de vista econômico para seus mantenedores. Em estudo de viabilidade econômica desse tipo de negócio, produzido pela ABDI (2012), considerando a existência de muitas variáveis que impactam os custos, o valor do frete para transporte do *e-waste* até a empresa recicladora seria uma das mais sensíveis. Por isso, adota como premissa a proposta de prestação de serviço por parte das recicladoras.

Sobre a origem do *e-waste* processado pela Compuciclado, a empresária esclarece que os resíduos eletrônicos que recebem são provenientes da população, empresas, universidades, órgãos públicos, prefeituras, da Grande Florianópolis e de outros municípios do Estado de Santa Catarina e também de outros Estados. Não importa o *e-waste*. Até a presente data, a empresa não cobra para receber os equipamentos/materiais para dar a destinação ambientalmente correta aos mesmos. Também não paga para receber e destinar todo este passivo ambiental.

Na declaração da empresária, observa-se a pluralidade de origens do *e-waste* sendo que ela deixa evidente que não faz importações, as quais seriam ilegais devido à ratificação feita pelo Brasil à CB. Percebe-se, também, no entender da empresária, uma obrigação que deve ser assumida pela sociedade: resolver o problema do *e-waste* gerado a

partir do consumo crescente de equipamentos eletroeletrônicos, reforçando a proposta antes lançada da necessidade de se pagar pelo serviço de reciclagem e, não o contrário, que as recicladoras comprem/paguem pelo *e-waste*. A Compuciclado recebe esse material em suas instalações quando trazido pelos doadores, mas também faz a coleta após avaliar a viabilidade econômica do frete versus volume de resíduos.

A empresa conta com um parceiro importante para obtenção de resíduos, o Comitê pela Democratização da Informática (CDI) de Santa Catarina. Na parceria, ambos saem ganhando: a Compuciclado ganha por contar com um volume significativo de doações de *e-waste* de diversas empresas e órgãos estatais que contribuem para o CDI, e aquele, por contar com os serviços especializados da Compuciclado no acondicionamento de PCs que serão utilizados pela ONG na montagem de Escolas de Informática e Cidadania.

A figura 4 mostra o volume de PCs recebidos de diversas fontes para serem reciclados. O programa “Recicla Tec”, organizado pelo Centro de Reciclagem Tecnológica (CERTEC) do CDI de Santa Catarina, recebe doações de pessoas físicas e jurídicas, exclusivamente de equipamentos de informática (PC, notebook, impressora, teclado, mouse, monitor, modem, roteador, cabos e celulares). O CDI também conta com uma rede de apoiadores (empresas em geral) que disponibiliza pontos de coleta espalhados na grande Florianópolis.

De acordo com a entrevistada, quando estes postos de coletas estão lotados de material, algumas empresas os transportam até a Compuciclado. Mas, quando isso não acontece, a recicladora os inclui em suas rotas de coleta de *e-waste*.



Figura 4: Fardos de PCs Compuciclado para reciclagem

O projeto CDI é uma das iniciativas que surgiram como consequência da espera por uma legislação que atribuísse a devida responsabilidade sobre a gestão do *e-waste*, que, no Brasil, só ocorreu com a promulgação da Lei que institui a PNRS discutida anteriormente. Criado em 1995 por Rodrigo Baggio, um jovem professor e talentoso profissional de TIC com passagem por empresas como a IBM, que, junto com amigos e voluntários, iniciou uma grande campanha de arrecadação de computadores intitulada “Informática para Todos”. Pioneiro no movimento de Inclusão Digital (ID) na América Latina, fundou, naquele ano, a primeira Escola de Informática e Cidadania (EIC) da ONG no Morro Dona Marta, Zona Sul do Rio de Janeiro, oferecendo cursos básicos de informática para a comunidade. O CDI é um projeto da sociedade civil organizada, espalhado em 17 estados brasileiros, no Distrito Federal e em outros Países: Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, Estados Unidos, Inglaterra, México e Portugal. Por meio de seus 715 espaços de ID existentes no País e no mundo, já beneficiou mais de 1,58 milhões de pessoas. O projeto recebe o apoio de atores econômicos como: Microsoft; TIM; GVT; Google; HP; Adobe; Casas Bahia, entre outros que ajudam mantendo e apoiando as iniciativas desenvolvidas pela ONG.¹⁷

17 Disponível em: < <http://www.cdi.org.br/> >. Acesso em: 20 nov. 2013.

O CDI é um projeto cujo objetivo é promover o reuso de EEE, especificamente, microcomputadores e periféricos, com finalidades sociais visando beneficiar populações menos favorecidas. Ao realizar ações ID, possibilita, também, que seja dado um passo além da preocupação ambiental quando evita que seja jogada fora vasta quantidade de conhecimento incorporado aos EEE. Entre as formas de reuso de EEE, destacam-se: projetos de inclusão digital como bibliotecas públicas e centros comunitários; e suporte material computacional para fins educacionais e artísticos para projetos comunitários.

O CDI Santa Catarina conta com uma rede de apoiadores que faz as doações de computadores usados. Figuram entre seus apoiadores atores econômicos como empresas públicas e privadas de vários setores da economia: Grupo Angeloni; Shopping Iguatemi Florianópolis; Floripa Shopping; Eletrosul; Intelbras; FAPESC; Comcap; Dígito; CIASC; Seprol; Stock&Info; CiaNet Networking, entre outros.¹⁸ Pode ser observado que alguns dos atores econômicos citados como mantenedores e apoiadores do CDI atuam no setor das TIC. Suas participações corroboram com ações sociais desenvolvidas pelo CDI, o que pode ser um indicativo de que o setor estaria tomando consciência da emergência de ações que visam mitigar parte dos efeitos socioambientais nocivos por ele causados.

Sobre a atuação das empresas em resolver os problemas sociais ou ambientais da sociedade, Laville (2009, p. 45) argumenta contra uma ideia que considera ultrapassada: assuntos de cunho socioambiental são de responsabilidade do Estado que já recebe impostos das empresas. Para a economista francesa, a vocação das empresas não é resolver os problemas sociais, mas “ela deve, apesar de tudo, resolver aqueles [problemas] pelos quais é corresponsável, ou seja, aqueles para os

18 Disponível em: < http://cliquefuturo.org.br/?page_id=519>. Acesso em: 22 nov. 2013.

quais a própria existência de suas atividades contribui”. Assim, acreditamos que é errado atribuir às ações das empresas de base tecnológica rótulos que classifiquem aquelas ações como simples mecenato.

Como o CDI não demonstra ter infraestrutura para processar a sucata eletrônica, e, talvez, nem tenha interesse em resolver a questão do *e-waste* em grande escala, uma vez que tem como foco a ID, conta com o apoio de parceiros como, por exemplo, a Compuciclado, em Santa Catarina, para recondicionar os computadores descartados pelas organizações.

A Compuciclado e a Cereel¹⁹ são as duas únicas empresas indicadas pelo departamento técnico da Companhia de Melhoramento da Capital (Comcap) como os destinos corretos para o descarte de *e-waste* na cidade de Florianópolis. As empresas foram selecionadas porque cumprem uma série de exigências de ordem técnica, burocrática e ambiental. Segundo a Comcap, depois de uma análise detalhada das documentações solicitadas, foram realizadas visitas às empresas por Engenheiros Sanitários que aprovaram as inspeções das instalações²⁰.

Com o lema “Renovação com Atitude”, a Compuciclado quer demonstrar que atua no descarte correto e na reciclagem de eletroeletrônicos de maneira responsável. Podemos afirmar que a atividade desenvolvida pela empresa tem contribuído para preservação do meio ambiente a partir do momento em que possibilita, por um lado, a recuperação de recursos materiais e os reinsere no processo produ-

19 Empresa localizada na Fazenda Rio Tavares, município de Florianópolis-SC. Foram feitos contatos solicitando agendar uma visita ao local e todos foram negados. O empresário responsável, Clovis Caíres, alegou como motivo para não atender à solicitação a existência de informações comerciais privilegiadas que precisavam ser preservadas. Algumas informações sobre o negócio da empresa constam em seu endereço eletrônico na Internet (www.cereel.com.br), esclarece o empresário.

20 Cf. < <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/comcap/index.php?cms=residuo+eletroeletronico+++que+fazer&menu=5>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

vo. Por outro lado, a Compuciclado, atuando em resuo de EEE com natureza social em parceria com o CDI Santa Catarina, tem ajudado a promover o desenvolvimento da inclusão sócio-digital de parcela significativa de populações carentes. Com acesso às tecnologias da informação, pensamos que essas populações habilitam-se como parte ativa na nova sociedade do conhecimento e, na condição de cidadãos autônomos, críticos e empreendedores sociais, teriam mais chance de desenvolver capacidades para combater a pobreza e a desigualdade social.

CRC, Recife-PE: gestão do e-waste e benefícios sociais

O Centro de Recondicionamento de Computadores (CRC) instalado no Recife é parte do Projeto “Computadores para Inclusão” – Projeto CI – do Governo Federal, criado em 2004, é coordenado pela Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações. Trata-se de uma rede nacional de reuso de equipamentos de informática, formação profissional de jovens carentes e inclusão digital, supridos por computadores e outros periféricos de TIC descartados por órgãos do governo e empresas estatais (federal, estadual e municipal), empresas privadas, além de pessoas físicas. No CRC, os computadores são recondicionados e doados a telecentros, escolas públicas e bibliotecas de todo o País; eles são distribuídos pelo CRC conforme a região de atuação onde estão instalados. Por exemplo, o CRC Recife faz a entrega de computadores recondicionados em todos os estados da região nordeste utilizando veículos próprios.²¹

21 Disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=X9NWT0Uy58I>>. Acesso em: 08 de nov. 2013.



Figura 5: Modelo de funcionamento do Projeto CI

Fonte: Computadores para inclusão²²

A figura 5 mostra o funcionamento do Projeto CI, que tem os seguintes objetivos: i) criar oportunidades de formação educacional e profissional e de inserção no mercado de trabalho para jovens de baixa renda, em situação de vulnerabilidade social; ii) apoiar iniciativas de promoção da inclusão digital por meio da oferta de equipamentos de informática recondicionados, e do reaproveitamento criativo de suas partes e peças; iii) estimular a disseminação de políticas de descarte planejado e ecologicamente sustentável dos equipamentos de informática dos setores público e privado; iv) definir e implantar modelo de funcionamento em rede dos CRCs para o aprimoramento dos conteúdos, recursos didático-pedagógicos e metodologias relacionadas à manutenção e configuração de computadores; e v) desenvolver e aprimorar atividades educacionais e de sensibilização em temáticas relacionadas à gestão e descarte de *e-waste*.²³

Os CRCs funcionam, portanto, como oficinas e assistências técnicas especializadas em manutenção e recondicionamento dos equi-

22 Disponível em: <http://www.computadoresparainclusao.gov.br>. Acesso em: 07 mar. 2014.

23 Idem.

pamentos de TIC. Estes são espaços físicos preparados para a formação técnica de jovens em situação de vulnerabilidade social. Os jovens são formados em uma série de atividades inerentes à qualificação profissional exigida pelo mercado de trabalho daquele setor, como: instalar softwares, testar, consertar, limpar, configurar equipamentos, entre outras atividades afins. Dessa maneira, a iniciativa estaria favorecendo a inclusão social e a profissionalização dos jovens, bem como refletindo em ações que ajudam na redução dos impactos ambientais causados com o descarte inadequado do *e-waste*.

Instalados e mantidos em parceria com o setor público e privado em diferentes regiões do Brasil, com o apoio do Governo Federal, os CRCs, além dos objetivos já mencionados, cuidam da captação de doações, armazenagem, recondicionamento e distribuição dos equipamentos de informática para entidades selecionadas como beneficiárias; e, também, separa e prepara os resíduos não aproveitados em projetos de inclusão digital e os enviam para destinação final ambientalmente adequada; outra parte não funcional dos equipamentos é utilizada na forma de objetos artísticos, artesanato ou afins, contribuindo, assim, na formação cultural dos jovens integrantes dos projetos.

Inaugurado em outubro de 2009, o CRC Recife é resultado de parceria entre a União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE), por meio do Centro Marista Circuito Jovem do Recife. Antes da unidade no Recife, a rede Marista havia instalado o primeiro CRC em Porto Alegre, em 2006. A mantenedora tem entendido e participado cada vez mais da agenda da inclusão sócio-digital para o Brasil com o Governo Federal, informou o professor Domingos Sávio de França, diretor do CRC Recife, em entrevista à TV SERPRO em agosto de 2013 pela ocasião do VI Congresso Internacional de Software Livre

e Governo Eletrônico (CONSEGI). Naquela entrevista o professor França apresentou as linhas gerais de atuação do CRC Recife:

Hoje, talvez, o que consigamos menos fazer é recondicionar computadores, hoje temos um conjunto de outras iniciativas que terminam configurando o espaço como um grande centro de tecnologias livres. E trabalhamos muito forte desde os primeiros dias de atuação com a dimensão do software livre, com a dimensão da metarreciclagem, na dimensão da robótica livre. Os meninos estão ali em processo de formação, eles têm acesso a uma quantidade gigante de resíduos de materiais que são descartados ou não têm mais utilização para algumas pessoas. E a partir daí eles começam a desenvolver a sua criatividade, sua inteligência e isso fazendo uma harmonia entre a dimensão do resíduo com a dimensão do desenvolvimento em plataforma livre. Sempre coloco como viés de emancipar e promover jovens em situação de vulnerabilidade.²⁴

Lúcia Helena Xavier, autora do livro “Gestão de Resíduos Eletroeletrônicos”, publicado pela editora Elsevier, em 2014, foi colaboradora durante os dois primeiros anos da fundação do CRC Recife e tem pesquisado a gestão de *e-waste*, conhece a história recente das atividades desenvolvidas nos CRCs no País e, em particular no Recife. Desde sua fundação, o CRC Recife tem assistido às demandas de inclusão socio-digital de mais de cinco mil jovens carentes. O *e-waste* utilizado nos trabalhos desenvolvidos na instituição é doado por órgãos públicos e estatais das três esferas (federal, estadual e municipal), empresas privadas e por pessoas físicas que levam o material até o centro. Dotados de uma Logística Ativa, utilizam veículos próprios para buscar volumes maiores de *e-waste* diretamente nas fontes doadoras, dentro da área de atuação do CRC, neste caso, todos os estados da região nordeste do País, conta a pesquisadora.

24 Disponível em: <http://www.tv.serpro.gov.br/jornalismo/cobertura-consegi/video.2013-08-15.8105319259/view>. Acesso em: 02 dez. 2013.

Em 2011, o volume movimentado por mês chegava a 80 (oitenta) toneladas. Desse total, segundo Lúcia Xavier, 30% correspondem ao “material vivo”, ou seja, aquele montante reconicionado pelo CRC e tornado útil para montagem de telecentros aplicados à inclusão digital. Os 70% restantes são passíveis de serem reciclados (desmontados, desmembrados, descaracterizados, compactados, acondicionados) e terem uma destinação final ambientalmente adequada, mas isso não é realizado no CRC, e, sim, por uma empresa privada que recebe os resíduos, os quais, após sua transformação, tornam-se recursos primários valorizados.

Esse volume de matéria-prima – o *e-waste* –, fonte de doações sendo transformada em recursos de alto valor agregado em mãos da iniciativa privada, tem chamado a atenção da direção do CRC Recife, que já planejava, para o ano 2011, montar uma unidade de produção voltada à metarreciclagem – não foi possível confirmar o funcionamento desta unidade de produção porque a visita ao CRC Recife não foi viabilizada pela instituição. Neste novo espaço definido de Metarreciclagem, os jovens aprenderão a transformar *e-waste* em novos componentes que retornarão à cadeia produtiva, como afirma o diretor do projeto, Sávio França:

Na unidade de metarreciclagem outros jovens em processo de formação vão entender conceitos, vão entender a filosofia, vão entender técnicas de como realizar a separação dos fios, dos metais, do cobre, dos metais leves e pesados e retorná-los para as cadeias produtivas.²⁵

Processo semelhante havia sido adotado antes pelo CRC Oxigênio, em São Paulo, que, posteriormente, passou a ser uma empresa quando descobriu que a atividade de reciclagem poderia ser lucrativa.

25 Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=X9NWT0Uy58I>. Acesso em: 08 nov. 2013.

Essa é uma direção que choca com os ideais fundadores da proposta original do CRC, comenta Lucia Xavier, destacando:

[Os CRCs] recebem recursos do Governo Federal para dar encaminhamento nesse sentido, [...] construir unidades com finalidade de educação, a parte de educação do CRC Recife e Porto Alegre são os que mais se destacam neste âmbito [...] estão formados pela questão da capacitação. É nobre a meta deles de capacitação, de formação, de inclusão socioambiental, sócio digital, eles tiram pessoas da situação de risco. Estive conversando com alunos de lá e são surpreendentes as histórias de vida e os resgates que eles alcançam, com certeza, é um fim muito nobre. Minha colocação é no sentido de não se desvirtuar.

A pesquisadora entende que a utilização dos resíduos excedentes no CRC Recife, os 70% passíveis de destinação final ambientalmente adequada, poderiam, por exemplo, a partir da reciclagem, ter uma aplicação capaz de potencializar ainda mais as já nobres ações desenvolvidas naqueles centros. De que outra forma poderia ser? Fazendo a indagação, ela sugere que o CRC, atuando em parceria com outras instituições, outras unidades que não necessariamente empresas – tem outras instituições que podem receber e recebem [*e-waste*]. Daria para fazer parcerias porque se desmembram os equipamentos. Separando os materiais agrega-se valor, e associações cooperativas precisam receber esse material para agregar valor – cooperativas de catadores legalmente constituídas.

As observações da pesquisadora permitem que seja vislumbrado um novo panorama onde a multiplicação das virtudes poderia se tornar realidades factíveis. Os aspectos sociais e econômicos poderiam encontrar um equilíbrio nestes lugares, resgatando a dignidade das pessoas e contribuindo para a formação de uma economia catalisadora, inclusiva e sustentável.

Considerações finais

A atividade recicladora é uma alternativa para inclusão social e sociodigital ao mesmo tempo em que põe em ação a recuperação de materiais. Isto alivia a pressão sobre os recursos dos ecossistemas. Enquanto a indústria de TIC e o governo brasileiro discutem como fazer a logística reversa dos equipamentos eletrônicos, oportunidades de negócios são desenhadas pela iniciativa privada para dar vazão ao entulho eletrônico de forma produtiva e econômica. Redes de colaboração entre empresas privadas, organizações públicas e organizações não governamentais desenvolvem estratégias para fazer o processamento dos resíduos. A responsabilidade pelo *e-waste* é encarada como uma ação desse coletivo.

Neste capítulo, procurou-se apresentar os problemas socioambientais provocados pelos resíduos eletrônicos do setor, mostrando que os desafios são enormes e urgentes. Caso não sejam tomadas medidas eficazes, países que já sofrem com as consequências daqueles resíduos perigosos vivenciarão, no futuro próximo, a intensificação dos efeitos refletidos na poluição do meio ambiente e na saúde pública. Argumentamos que a diretriz europeia WEEE sobre resíduos eletroeletrônicos é um avanço no combate desta anomalia, sendo um esforço inicial que, combinado com outras iniciativas, como o desenvolvimento de uma indústria focada na reciclagem do *e-waste* poderá reduzir impactos socioambientais.

No Brasil, a implantação e desenvolvimento da PNRS pode contribuir para resolver os problemas desta poluição. A PNRS é importante por esperar que os próprios fabricantes façam suas propostas como ponto de partida para implantação do plano de gestão dos resíduos eletroeletrônicos. A reciclagem como solução para o drama do *e-waste* é a inteligência que precisa ser posta em prática a fim de reutilizar os recursos extraídos dos ecossistemas para evitar a escassez

completa deles. O capítulo apresentou modelos de reciclagem que indicam ser possível tratar da problemática de forma ambientalmente responsável e muito distinta daquelas formas altamente poluidoras, também apresentadas.

Referências

ABDI, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (Comp.). *Logística Reversa de Equipamentos Eletroeletrônicos: Análise de Viabilidade Técnica e Econômica*. Brasília: ABDI, 2012. 178p. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1362058667.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2014.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. 2. ed. São Paulo: 34, 2010. 384p.

_____. “A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva”. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2012. p. 11-89. (Capítulo 1)

BELL, Daniel. *O advento da Sociedade Pós-Industrial: uma tentativa de previsão social*. São Paulo: Cultrix, 1973.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos: altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm>. Acesso em: 28 out. 2013.

CLAIBORNE, Ron (Org.). U.S. *Electronic Waste Gets Sent to Africa*. Ghana: ACCRA, ago. 2009. Disponível em: <<http://abcnews.go.com/GMA/Weekend/story?id=8215714&page=1>>. Acesso em: 27 dez. 2013.

CONDE, Antonio; XAVIER, Lúcia Helena; FRADE, Neuci Bico. “Aspectos operacionais da Gestão de REEE”. In: CARVALHO, Tere-

za Cristina M. B.; XAVIER, Lúcia Helena (Orgs.). *Gestão de Resíduos Eletroeletrônicos: uma abordagem prática para a sustentabilidade*. São Paulo: Elsevier, 2014. p. 165-174. (Capítulo 10)

FLYNN, Ida M.; MCHOES, Ann Mciver. *Introdução aos sistemas operacionais*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 434p.

GIDDENS, A. “A vida em uma sociedade pós-tradicional”. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2012. p. 89-166. (Capítulo 2)

GUIVANT, Julia Silvia. “A Trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 46, p. 3-37, 1998.

HOLCOMBE, Jane; HOLCOMBE, Charles. *Dominando os sistemas operacionais: teoria & prática*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2003. 400p.

IJGOSSE, Jeroen. “Estabelecer uma estratégia para a gestão de resíduos tecnológicos no estado do Ceará”. Fortaleza: FADURPE, 2012. 118p. Disponível em: <<http://lixoeletronico.org/blog/informe-finaldo-projeto-lixo-eletr-nico-ceara>>. Acesso em: 8 out. 2013.

LAVILLE, Élisabeth. *A empresa verde*. São Paulo: Óte, 2009. 404p.

LISBOA, Marijane. *Ética e cidadania planetária na era tecnológica: o caso da Proibição da Basileia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 235p.

MOORE, Gordon E. “Cramming More Components Onto Integrated Circuits”. *Electronics Magazine*, v. 38, n. 8, p. 82-85, 19 abr. 1965. Disponível em: <<http://ieeexplore.ieee.org/stamp/stamp.jsp?tp=&arnumber=658762&isnumber=14340>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

ROBINSON, Brett H. “E-waste: An assessment of global production and environmental impacts”. *Science Of The Total Environment*, v. 408, n. 2, p. 183-191, 20 dez. 2009. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0048969709009073>>. Acesso em 20 out. 2013.

SINHA, Satish et al. "Waste electrical and electronic equipment. The EU and India: sharing best practices". New Delhi: Toxics Link, 2010. 116p. Disponível em: <http://toxicslink.org/docs/E-Waste_Report-Designing-Take-Back-Systems.pdf>. Acesso em 10 fev. 2014.

TANENBAUM, Andrew S. *Sistemas operacionais modernos*. 2.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003. 695p.

TORRES, Gabriel. *Hardware curso completo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Axcel Books do Brasil, 2001. 1397p.

UNEP - United Nations Environment Programme (Ed.). *Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication*. The Unep Knowledge Repository, 2011. Disponível em: http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/ger_final_dec_2011/GreenEconomyReport_Final_Dec2011.pdf. Acesso em 15 set. 2013.

_____. *Recycling: from E-Waste to Resources*. Bali: The Unep Knowledge Repository, 2009. Disponível em: http://www.unep.org/pdf/Recycling_From_e-waste_to_resources.pdf. Acesso em 10 set. 2013.

UNIÃO EUROPEIA. *Directiva 2008/98/CE*. Parlamento Europeu e Conselho, de 19 de novembro de 2008. Relativa aos resíduos e que revoga certas directivas. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32008L0098:PT:PDF>>. Acesso em 28/11/2013.

_____. *Directiva 2012/19/UE*. Parlamento Europeu e Conselho, de 4 de julho de 2012. Relativa aos resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos (REEE). Disponível em: < <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2012:197:0038:0071:PT:PDF> >. Acesso em 21 out. 2013.

VASCONCELOS, Laércio. *Hardware na prática*. Rio de Janeiro: Laércio Vasconcelos Computação, 2009. 713p.

WALDMAN, Mauricio. *Lixo - cenários e desafios: abordagens básicas para entender os resíduos sólidos*. São Paulo: Cortez, 2010.

LIXO INDUSTRIALIZADO, CONSUMO E DESCARTE: VIVÊNCIAS DOS POVOS INDÍGENAS
MATIS (AMAZÔNIA, BRASIL) E GUARANI (CIUDAD DEL ESTE, PARANÁ, PARAGUAY)

Barbara M. Arisi

Marina A. Cantero

Povos indígenas têm “problemas” com lixo? Por que interessa estudar como dois grupos indígenas lidam com o consumo e o descarte de materiais industrializados? Um povo é formado por cerca de 330 pessoas e vive numa área de floresta no Vale do Javari, na Amazônia brasileira, onde há lugar suficiente para abrir buracos no solo e aterrar o lixo que, como quase tudo no mato, irá se degradar e se transformar ao longo dos anos, sem causar grandes estragos ao meio ambiente. Lá, portanto, eles não devem ter problema algum. O outro povo vive do lixão, trabalhando como coletor ou catador em Ciudad del Este, Paraguai, uma das mecas de consumo de produtos industrializados, a maioria importada “made in China” e cujas embalagens são deixadas por lá, na tentativa de driblar a fiscalização da Receita Federal. Eles vivem do lixo, então, não teriam problema com lixo, certo? Bem, esperamos mostrar, nesse texto, as experiências de ambos povos que vivem em regiões transfronteiriças na América Latina para nos fazer refletir sobre nossas relações com o lixo industrial.

Este texto procura mostrar como dois povos indígenas lidam com o lixo.¹ O primeiro caso apresentado, do povo indígena Matis, que vive na Amazônia, na segunda maior terra indígena brasileira,²

1 Como analisa Liborian (2015), ao tratar dos plasticidas como espécies de “miasmas” que afetam ao povos indígenas que habitam o polo Ártico, nenhum povo na terra está livre dos grandes impactos dos rejeitos industriais.

2 A Terra Indígena Vale do Javari possui 8,5 milhões de hectares e sua população é estimada em 5.750 pessoas que possuem contato com o governo brasileiro e cerca

mostra algumas das preocupações contemporâneas que eles têm com relação ao aumento do consumo (ARISI, 2009) e do descarte. O segundo exemplo apresenta a experiência de uma parcialidade do povo Guarani que tira seu sustento de um lixão na cidade de Ciudad del Este,³ segunda maior cidade em termos econômicos e populacionais do Paraguai. Esperamos que os dilemas enfrentados por eles possam nos fazer repensar os dramas urbanos provocados pelo aumento de consumo de bens industrializados que não se deterioram facilmente.

A análise da etnografia matis⁴ ensina que esse povo amazônico enfrenta, em uma escala pequena, os mesmos dilemas daqueles que vivem em cidades com relação às dificuldades provocadas pelo aumento veloz do consumo em nível industrial e a necessidade de descarte de resíduos. O breve estudo sobre os Avá Guarani mostra como é o lado menos visível de uma cidade cuja economia vive de vender produtos industrializados em grande escala, abastecendo um mercado de vendedores ambulantes que trabalham em “camelódromo

de 3 mil indígenas que não possuem contato permanente com os demais povos ou com funcionários do governo federal. É a terra indígena com maior concentração de povos isolados do mundo.

3 Ciudad del Este é a segunda maior cidade do Paraguai e, segundo projeções da DGEEC (Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos), conta com 293.817 habitantes. O comércio local movimenta a economia do país, que oferece taxas de importação diferenciadas e muito favoráveis em relação aos países vizinhos Argentina e Brasil, sendo um importante centro de vendas de eletrônicos, perfumes e outros produtos industrializados importados da Ásia.

4 Arisi conhece os Matis desde 2003 e desenvolveu com eles 13 meses de trabalho de campo entre 2006 e 2014, dedicada a estudar as narrativas de contato e a economia que desenvolvem de sua cultura para com estrangeiros (Arisi, 2007; 2009; 2011).

mos⁵⁵ em cidades brasileiras como São Paulo, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, entre outras.

É bom lembrar que, no Brasil, há muito por ser feito com relação ao descarte e ao reaproveitamento de resíduos sólidos. Desde 2007, o país conta com uma Política Nacional de Saneamento Básico, a lei nº. 11.445, e, desde 2010, com a lei federal nº. 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010), destinada a regular o gerenciamento nacional de saneamento e de tratamento do lixo e apresenta desafios para que os municípios organizem, melhorem e ampliem suas coletas de lixo. O país ainda possui diversos aterros sanitários e não cumpriu a meta à qual havia se determinado de eliminá-los até agosto de 2014; muitas de suas metrópoles possuem aterros próximos do nível de saturação (BESEB et al., 2014). Entretanto houveram algumas melhoras:

O atendimento da população pelos serviços de coleta de resíduos domiciliares na zona urbana está próximo da universalização. Observa-se a expansão de 79%, no ano 2000, para 97,8% em 2008 (IBGE, 2010). (...) A média de geração de resíduos sólidos urbanos no país, segundo projeções do SNIS (2010), da Abrelpe (2009), varia de 1 a 1,15 kg por hab./dia, padrão próximo aos dos países da União Europeia, cuja média é de 1,2 kg por dia por habitante (JACOBI & BESEN, 2011, p. 139).

Entretanto, os pesquisadores observam que prevalece um

“círculo vicioso” que dificulta romper com a lógica baseada em contratos que priorizam coleta, transbordo e aterramento em detrimento de uma coleta seletiva mais ampla e abrangente. Atualmente, o desafio é inverter a lógica prevalecente e investir cada vez mais na redução da produção excessiva e no desperdício, assim como na coleta seletiva

5 Camelódromos são mercados urbanos onde se reúnem tendas de vendedores ambulantes, de forma mais ou menos formal, dependendo da legislação da cidade em questão.

e na compostagem, e cada vez menos na destinação final.
(Op. cit., p. 154).

A partir daqui, deixaremos as grandes cidades para conhecer a realidade vivida pelos Matis e pelos Avá Guarani nessas que são periferias, paisagens que consideramos ser antípodas em certos sentidos. Antípodas pois os Matis vivem numa grande terra demarcada como território indígena e usufruem de caça de animais, coleta de frutos e agricultura em meio à imensa área de floresta amazônica que não sofre ainda com o impacto do desmatamento, enquanto os Avá Guarani estão relegados a acampar de forma precária na periferia urbana e retirar seu sustento da coleta em meio aos montes de lixo gerados em Ciudad del Este. Vamos, então, conhecer essas duas realidades.

Matis

Há pouco tempo, o povo indígena Matis passou a considerar um problema: ter de lidar com o lixo industrializado. Pois, até recentemente, a quantidade de detritos era pequena nessas comunidades, devido aos preços inacessíveis de produtos manufaturados – tais como aparelhos celulares, televisores, motores de popa, pilhas. Sendo assim, a circulação desses produtos era restrita. Na última década, porém, o consumo de produtos industrializados aumentou, por conta da urbanização regional, dos novos salários e benefícios sociais aos quais os povos indígenas, como outras parcelas pobres da sociedade brasileira, passaram a ter acesso e direito. Essa transformação no tipo de consumo de diversos bens manufaturados não foi seguida de uma diferenciação do destino dado ao lixo.

Entre os Matis, os resíduos plásticos tiveram, durante vários anos, o mesmo destino dos restos de alimentos e dos artefatos feitos de fibras naturais ou das panelas de cerâmica. Isso significa que a maior parte dos objetos não mais desejada ou utilizada simplesmente era

jogada atrás das casas, nas áreas verdes entre as residências ou nos caminhos que ligam as malocas (casas comunais) das aldeias. Como o espaço no entorno das casas foi abarrotando-se de lixo, os Matis tiveram de encarar o problema do que fazer com o descarte de produtos industrializados em suas aldeias, localizadas a três dias de viagem de canoa com motor peque-peque de 8HP da pequena cidade de Atalaia do Norte (AM), município próximo (30 minutos com embarcação de 200 HP) da tríplice fronteira de Brasil, Peru e Colômbia.

Os Matis estabeleceram contato com o governo brasileiro entre os anos 1976 e 1978, até então haviam mantido contato esporádico com madeireiros, caçadores e seringueiros. Todos os artefatos por eles utilizados eram produzidos por eles próprios, tais como zarabatanas, panelas e potes, redes para dormir, colares e braceletes (ERIKSON, 1996; ARISI, 2007; 2009). Com a chegada de bens industrializados, os Matis começaram a consumir utensílios feitos de ferro, alumínio e plástico, tais como rifles, alimentos embalados em plásticos e latas, roupas feitas de nylon e diversos outros materiais sintéticos, assim como a usar sapatos industrializados (ARISI, 2009; 2011).

Atualmente, apenas 30 anos depois, eles possuem computadores, telefones celulares, aparatos de mp3, lanternas, pilhas e baterias, painéis solares, conversores, redes de pesca de nylon, entre tantos outros produtos derivados do petróleo. O resultado é que suas aldeias se encheram rapidamente de um tipo diferente de lixo, um lixo que não vai embora, não desaparece, não apodrece. Atualmente, os Matis procuram alternativas para lidar com o descarte. Em cada comunidade, tentam organizar quem dentre eles será responsável por lidar com o lixo industrializado, contratado como agente indígena sanitário (AI-SAN). Ainda assim, a questão do gerenciamento do lixo está longe de ser resolvida.

Os Matis procuram enfrentar as dificuldades advindas dessa passagem de uma vida com artefatos que pereciam rápido e não deixavam tantos vestígios à nova realidade de viver entre detritos e resíduos que resistem ao tempo e ao apodrecimento, alguns dos quais são tratados como veneno. Apresentamos alguns exemplos sobre como os Matis desenvolvem atividades e reflexões para cada uma das etapas, sugeridas pelos educadores ambientais para uma melhor política de relacionamento dos consumidores com seu lixo, conhecidas como os 5 Rs: 1) repensar, 2) recusar, 3) reduzir, 4) reutilizar e 5) reciclar.

Repensar. Os velhos comentam que o lixo fede e criticam os jovens por serem consumistas. Em sua pesquisa, realizada entre 2006 e 2014, Arisi presenciou diversas discussões entre gerações distintas onde um velho chamava atenção de um jovem para que esse não gastasse dinheiro com xampús, tênis ou relógios. O consumo vem sendo repensado. Alguns grupos familiares, como o encabeçado por Txami, da comunidade Todowak, optaram por viver mais acima em cabeceira de rio para, entre outros motivos, evitar que os jovens ficassem “perdendo tempo” indo e vindo da e para a cidade de Atalaia do Norte (AM) para compras e passeios.

Observamos uma diferença ao comparar os anos de 2006 e 2011. Na primeira estadia de Arisi na aldeia Aurélio, os jovens queriam comprar diversos equipamentos eletrônicos aos quais ainda não tinham acesso, como celulares e máquinas fotográficas. Em 2011, muitos já circulavam com equipamentos eletrônicos, mesmo aqueles que não tinham emprego temporário ou fixo, pois haviam herdado de seus parentes as primeiras gerações de equipamentos que haviam sido descartados para ser trocados por outros mais novos.

Recusar. Produtos poluentes, como as pilhas para lanternas, foram alvo de reflexão especial para alguns que passaram a se referir a eles com o mesmo termo empregado para tratar o veneno de caça utili-

zado nos dardos de zabaratana (o curare): “pëxó”, na língua nativa. Como os venenos e o curare (pëxó), as pilhas são tratadas com atenção diferenciada, mas não foram recusadas ou evitadas. Baterias de carro, placas de energia solar quebradas, produtos que contêm metais pesados como mercúrio ou chumbo (termômetros e equipamentos eletrônicos) descartados ficam guardados na mesma casa que abriga o atendimento de saúde ou a “farmácia”, casas de madeira onde as equipes de agente de enfermagem e agentes indígenas de saúde trabalham. Muitas vezes, observamos os mais velhos recolherem o lixo que encontravam, porventura, jogado aos fundos de alguma das casas e levarem para esse local de coleta. Os mais velhos Matis consideram que o “pessoal da saúde” deveria responsabilizar-se por transportar esses materiais para a cidade, porém, a falta de espaço nos barcos para atender às equipes de saúde que se movimentam da cidade para as comunidades indígenas impede que o lixo sempre seja levado para o aterro municipal de Atalaia do Norte. Vale anotar que o aterro desse município é bastante insalubre, a céu aberto e localizado em uma das curvas da estrada que liga o município à cidade de Benjamin Constant (AM), um típico lixão de cidade amazônica, localizado próximo a igarapés e cursos de rio.

Reduzir. Reduzir a aquisição de produtos industrializados é a ação mais difícil para os Matis, aliás, talvez tal hipótese possa ser ampliada para a maioria dos coletivos humanos. Quando acrescentamos algo em nosso hábito de consumo por que parece tão difícil abdicar e reduzir tal uso por espontânea vontade? Fato é que há um contínuo aumento de consumo, por parte dos Matis e não parece haver redução. Há cerca de 20 anos, alguns homens Matis começaram a receber salário para trabalhar para a FUNAI como vigilantes na Base da Frente de Proteção Etnoambiental Vale do Javari, na confluência dos rios Ituí e Itacoaí, a fim de evitar a entrada de pescadores e caça-

dores ilegais em território indígena. Outros recebem salário mínimo para exercer funções de professor ou de agente de saúde. Com esse dinheiro e aquele advindo do acesso à aposentadoria e benefícios sociais, os Matis puderam começar a comprar seus próprios objetos industrializados e cortar a dependência, criada nos primeiros anos de contato, de obter objetos manufaturados apenas através dos servidores do governo brasileiro ou dos índios que trabalhavam para o governo e levavam objetos para trocar com os Matis por seus arcos, suas zarabatanas e colares, por exemplo.

Não há redução de consumo de objetos industrializados, pelo contrário, há um enorme crescimento na aquisição de aparelhos de som, baterias de caminhão para recarregar, através de conversores, as pilhas e as baterias de diversos produtos eletrônicos.

Reutilizar. Os Matis reaproveitam diversos materiais na fabricação de seus utensílios domésticos. Por exemplo, elaboram raladores de mandioca (usados também para outros frutos) do seguinte modo: pegam uma lata velha de óleo de soja, a cortam com um facão (terçado) a fim de obter uma placa e depois abrem buracos nessa placa com pregos martelados para criar um ralador. O artefato é feito com esmero para que se obtenha, além de um utilitário, um ralador considerado bonito e com bom acabamento. Diversas cordas são feitas a partir de velhos tecidos. Cada bem industrializado é utilizado até que se estrague, quase nenhum objeto é abandonado quando alguém ainda considera possível utilizá-lo para algo. Nesse sentido, os Matis são um coletivo que reutiliza produtos. Seus vizinhos do povo Marubo produzem colares e braceletes a partir de canos de plástico pvc para substituir as conchas, produzindo, assim, artesanato a partir de reutilização de alguns materiais plásticos.

Reciclar. Não há reciclagem nas comunidades Matis. Como na maioria das cidades, o trabalho é mais de reutilização do que recicla-

gem propriamente dita. O reciclar é o mais caro dos “cinco Rs”, pois há necessidade de tecnologia e mão de obra especializada. Ou nem tão especializada assim, como mostra a etnografia do trabalho dos “gancheros” (catadores) e daqueles que sequer podem aspirar a ser considerados catadores, como os Avá Guarani que vivem em Ciudad del Este. Em contraste com os Matis, que vivem em plena floresta amazônica, a realidade dos índios Guarani que vivem em Ciudad del Este é bastante diferente, pois vivem ao pé do depósito de lixo da cidade que os foi desalojando e relegando-os a uma vida em meio à miséria material de tal modo, que lhe restou apenas esse local de despejo de descartáveis para viver.

Avá Guarani

Ainda que consumam em muito menor escala produtos industrializados, quando comparados com comunidades vizinhas urbanas, a parcela do povo indígena Guarani que vive em Ciudad del Este, no Paraguai, tem uma relação estreita e de dependência com o lixo industrializado. Cerca de 15 famílias desse povo indígena ganham a vida como “*gancheros*” – palavra que poderíamos traduzir ao português como catadores. Sua residência no local é considerada ilegal pelas autoridades municipais que tampouco os reconhecem como trabalhadores. Por conta disso, não recebem nenhuma garantia e há uma total ausência de apoio estatal. Essa comunidade permanece bastante invisibilizada e, além disso, vive sob constante ameaça de desalojo. Como os Matis, vivem próximos a uma tríplice fronteira que liga o Paraguai ao Brasil e à Argentina.

A negação de sua existência por parte do poder público é confirmada pelos dados do último censo da população indígena: em 2012, essa comunidade não aparece registrada, apenas é mencionado um

único grupo familiar pertencente à etnia Mbya Guarani que estaria localizada no quilômetro 12 (lado Monday) em Ciudad del Este.

O grupo Avá Guarani vive nessa região do Paraguai devido a eventos históricos que recordaremos brevemente. Em 1955, abriu-se uma estrada de 200 quilômetros para ligar Coronel Oviedo ao rio Paraná, o que transformaria de forma acelerada toda a geografia do oeste do Paraguai. Dois anos depois, em fevereiro de 1957, foi fundado Puerto Presidente Stroessner, atualmente denominada Ciudad del Este. Na mesma época, também por iniciativa do regime ditatorial do general Alfredo Stroessner, iniciava a chamada “abertura das fronteiras agrícolas”, que terminou por desflorestar a Mata Atlântica e dizimar populações indígenas (MELIÁ, 2011). Ainda que essas terras estivessem ocupadas ancestralmente pelos povos Avá e Mbyá Guarani e pelos Aché, todos pertencentes ao tronco linguístico Tupi, o desflorestamento e o “esparramo”⁶ das populações indígenas se deu tanto do lado paraguaio quanto do brasileiro da fronteira. É importante destacar que as fronteiras nacionais cortaram um território que era (e é) considerado contínuo para os Guarani.⁷

Essa população indígena busca resistir aos processos de desenvolvimento e vive duplamente marginalizada, pois, além de expoliada de suas terras e tendo espaço apenas em locais próximos aos lixões (em espanhol, “*vertederos*”), como é o caso de comunidades em Ciudad del Este e Colonia Iguazú, não é sequer reconhecida como população

6 “A expulsão das comunidades é denominada pelos índios como “esparramo” ou “sarambi”, entendido como um processo de dispersão e fragmentação que criou sérias dificuldades para a sua reprodução física e cultural” (Grünberg & Meliá, 2008).

7 Como explicam Dos Santos e Brand: “Embora sua história venha, fortemente, marcada e demarcada pelas fronteiras dos Estados Nacionais, estas seguem sem sentido. Sob a ótica guarani, fronteiras, ao contrário das fronteiras dos Estados Nacionais, podem ser relativizadas. A idéia de fronteira fixa surge a partir dos Estados Nacionais”.

indígena. A marginalização chega ao ponto de anulação, pois nem mesmo o local de aterro sanitário é reconhecido pelo governo como sendo terra indígena.

Papelões e plásticos. A cobertura de asfalto do microcentro de Ciudad del Este desaparece debaixo dos montículos de papel de caixas de papelão. Os caminhões de coleta de lixo demoram muitas horas para limpar a cidade, para deixá-la sem os montes de embalagens plásticas e de papel que ali são desprezadas e descartadas diariamente pelos compradores das lojas de Ciudad del Este. Distante apenas 12 quilômetros da cidade, os papelões e os plásticos se transformam em material apreciado, preferidos e considerados mais rentáveis pelos catadores. A chegada do caminhão procedente do microcentro gera grande expectativa para os “gancheros”⁸

Mas há alguns que não conseguem acesso à categoria de “ganchero”: os indígenas Avá Guarani que sobrevivem ao lado do lixão municipal dentro de uma propriedade privada cuja dona administra uma empresa privada recicladora. “As autoridades municipais negam à gente a possibilidade de trabalhar legalmente com o processamento do lixo”, conta Richard Vargas Tupa Mbaraka Miri, liderança comunitária indígena e trabalhador no lixão.

A proibição ao acesso dos Guarani ao trabalho de “ganchero” é contrária à Constituição Nacional, pois esta estabelece, em seu artigo 65,

del derecho a la participación. Se garantiza a los pueblos indígenas el derecho a participar en la vida económica, social, política y cultural del país, de acuerdo con sus usos consuetudinarios, esta Constitución y las leyes nacionales (PETIT, 2008).

8 Lembramos que a denominação é a que faz referência aos catadores e recicladores de lixo.

Os índios Avá Guarani trabalham no lixão há trinta anos. Durante o governo de Nicanor Duarte Frutos (2004-2008), em um terreno de quatro hectares foram construídas casas financiadas pela Itaipu Binacional e essa comunidade foi denominada Tekoha Pyahu. A denominação guarda relação com o modo de ser Guarani, pois, para eles, o termo “*tekoha*” é traduzido como o local onde é possível ser. A palavra “*teko*” significa modo de ser, modo de estar, cultura ou condição, enquanto “*ha*” significa lugar. “Pues bien, *tekoha* es el lugar donde se dan las condiciones de posibilidad del modo de ser guaraní. La tierra, concebida como *tekoha*, es ante todo un espacio sociopolítico y cultural” (MELIÁ, 2011, p. 135). Porém, não foi possível, para esse “*tekoha*”, ser, de fato, um “*tekoha*”, pois os índios logo foram desalojados pelas autoridades municipais e distribuídos em diversos outros assentamentos indígenas “esparramados” pelo território paraguaio. Os Avá Guarani de Ciudad del Este buscam sobreviver como agentes da reciclagem de papelão, plásticos, vidros e alumínio, relegados a trabalhadores clandestinos. No final da tarde, os “*gancheros*”, reconhecidos como tal, voltam para as suas casas. Os Avá Guarani são os outros dos outros,⁹ aqueles trabalhadores localizados mais abaixo na vertical e íngreme pirâmide social do Paraguai.

Hoje, os Avá Guarani resistem em abandonar o aterro. Consideram que ali podem existir, lidando com a separação de papelão, plásticos, vidros e metais. O reembolso desses materiais para a empresa recicladora que opera ao pé da montanha de lixo permite que eles vivam e subsistam no local. Os ganhos dependem de quanto peso conseguiram reunir e varia de acordo com o material. Esta relação aparentemente filantrópica, como a empresa recicladora a apresenta,

⁹ Tomo emprestado o termo empregado pelo etnólogo Luiz Costa ao referir-se aos índios Kanamari que podem ser considerados “os outros dos outros”, ou seja, os outros para os demais povos indígenas do Vale do Javari (AM) (Costa, 2006).

é um trato para obter mão de obra barata e informal. O lixo não só possibilita entrada de dinheiro, mas, também permite aos Guarani resgatar objetos que serão por eles reusados, reaproveitados para construir suas casas, como telhas, materiais de construção, móveis como cadeiras quebradas, armações de eletrodomésticos avariados, ventiladores de pé que giram com o vento e não movidos à eletricidade, apesar do pouco vento que sopra no lugar.

Considerações

O microcentro de Ciudad del Este termina cada tarde com suas ruas cobertas por montanhas de embalagens. O lixo movimentava a vida dessas famílias Avá, que transcorre em torno da chegada dos caminhões carregados de embalagens descartadas pelos compradores de utensílios eletrônicos, perfumes e brinquedos, entre outros itens. Esses indígenas vivem uma realidade muito diferente daquela experienciada pelos Matis, mas ambos têm em comum o fato de serem povos vivendo impactos dessa transformação acelerada rumo a um modo de vida cheio de descartes e resíduos e impactado pelo lixo industrializado. Se uns ainda vivem na alta floresta, preocupados com o pouco lixo que produzem, os outros vivem no meio do lixão, entre latas e mau cheiro de dejetos orgânicos mesclados a plásticos que emana do “*vertedero*”. Os Guarani comentam que sentem suas próprias vidas convertidas em uma forma de despejo, como expresso na fala de Richard Vargas Tupa Mbaraka Miri.

Se, por um lado, os Matis tentam minizar o impacto da produção de lixo em suas comunidades; por outro, os Avá Guarani que vivem em Ciudad del Este mimetizam sua própria comunidade para criar um “*tekoha*” entre os resíduos. Os contextos descritos entre ambas as comunidades indígenas são totalmente distintos, mas nos apontam como dois povos indígenas lidam com o descartado. O caso

Avá Guarani pode ser tomado como uma ilustração premonitória de possibilidades de futuro para outras comunidades indígenas, caso não sejam tomadas ações, por parte dos governos, para cumprir com seus deveres com as comunidades indígenas, tal como é previsto, respectivamente, nas constituições federais do Brasil e do Paraguai. Aos Avá Guarani, a quem é negado o direito de viver em uma terra indígena, sequer é dado o direito de viver no lixão ou o direito de ser trabalhador como “ganchero” ou catador. Os povos indígenas no Paraguai estariam descartados mesmo nesse local que é o local de descarte das sociedades consumidoras.

Post scriptum

Há pouca literatura sobre o manejo de lixo em comunidades indígenas no Brasil e na América Latina. Entre o que encontramos, há um relatório que descreve como os Galibi-Marwono criaram e fabricaram um forno de queima, um exemplo de boa prática de como um povo indígena lida com o lixo industrializado em sua terra:

O forno de queima foi criado pelos Galibi-Marwono da aldeia Tukay, na Terra Indígena Uaçá. O primeiro forno foi construído na maior aldeia da TI Parque do Tumucumaque, aldeia Missão Tiriyo, onde vivem mais de 400 Tiriyo e Kaxuyana. ‘O forno de lixo do Tukay foi construído com o incentivo dos professores, que compraram as telhas. Os alunos trouxeram o barro e o restante do material. Com um dia de trabalho e participação de toda a comunidade o mesmo ficou pronto. Depois que passamos a usar o forno para queimar o lixo, diminuí muito a quantidade de casos de malária e dengue na aldeia, e não temos mais o risco de pegar doenças através do lixo do posto de saúde, que é todo queimado. Recentemente o forno recebeu uma reforma, também feita pela própria comunidade. Queremos fazer mais dois fornos pequenos, um em cada ponta da aldeia, para facilitar o transporte do lixo. Se todo mundo colaborar, não precisa de muita coisa para construir um forno

desses. É um benefício para nossas crianças, para nós mesmos. Ficamos muito satisfeitos em saber que nossa ideia está sendo aproveitada em outras aldeias, por outros povos indígenas. É com a força da comunidade que a gente faz as coisas. A gente está pronto para dar apoio a quem quiser seguir o nosso exemplo. Cacique Roberto Monteiro, aldeia Tukay (Boletim IEPÉ, 2009).

Referências

ARISI, B. M. “Matis y Korubo, contacto y pueblos aislados: narrativas nativas y etnografía en la Amazonia brasileira”. *Mundo Amazónico*, v. 1, p. 41-64, 2010. Disponível em: <<http://rcb.unal.edu.co/index.php/imanimundo/article/view/102912010>>.

_____. “Amazonian Exchanges: Txema’s Lessons with Outboard Engines, Mosquito Nets and Images”. *International Review of Social Research*, v. 2, p. 167-184, 2012. Disponível em http://irsr.eu/issue04/11_Arisi_p173-190.pdf.

_____. *Matis e Korubo: contato e índios isolados no Vale do Javari, Amazônia*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90128/238452.pdf?sequence=1>.

BESEN, Gina Rizpah; RIBEIRO, Helena; GUNTHER, Wanda Maria Risso and JACOBI, Pedro Roberto. “Selective waste collection in the São Paulo Metropolitan Region: impacts of the National Solid Waste Policy”. *Ambiente & Sociedade*, v.17, n.3, p. 259-278, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2014000300015&lng=en&nrm=iso>.

BOLETIMIEPÉ, n.9, mai.-dez.2009. Disponível em: http://www.institutoiepe.org.br/media/boletins_ambientais/Boletim_externo_numero_9-2009.pdf.

BRASIL. *Política Nacional de Saneamento Básico*. Lei nº. 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20072010/2007/lei/11445.htm.

BRASIL. *Política Nacional de Resíduos Sólidos*. Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/lei/l12305.htm>.

COSTA, Luiz. *Os Outros dos Outros: os Kanamari no Vale do Javari*. Disponível em: <http://comin.org.br/static/arquivos-publicacao/semana-dos-povos-2010-os-outros-dos-outros-kanamari-1264100065.pdf>.

DOS SANTOS, Jaqueline; BRAND, Antonio Jacó. *As frentes de expropriação territorial e a ação dos Guarani na fronteira entre o Brasil e Paraguai*. Simpósio temático “Saberes tradicionais e formação acadêmica no âmbito da gestão territorial e sustentabilidade”. IV SEMINÁRIO POVOS INDÍGENAS E SUSTENTABILIDADE. SABERES TRADICIONAIS E FORMAÇÃO ACADÊMICA, 2011. Disponível em: <http://www.neppi.org/anais/.../Jaqueline%20dos%20Santos.pdf>.

ERIKSON, Phillippe. *La griffe des Aïeux. Marquage du Corps et Démarquages Ethniques chez les Matis d'Amazonie*. Paris/Louvain: Peeters, 1996.

GRÜNBERG, Georg & MELIÁ, Bartomeu. *Mapa Guarani Retã: Povos Guarani na fronteira Argentina, Brasil e Paraguai*. UNaM, ENDEPA; CTI, CIMI, ISA, UFGD; CEPAG, CONAPI, SAI, GAT, SPSAJ, CAPI, 2008.

JACOBI, Pedro & BESEN, Gina Rizpah. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. *Estudos avançados*, v. 35, n. 71, p. 135-158, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100010&ng=en&nrm=-iso.

LIBORIAN, Max. “Plasticizers: a twenty-first-century miasma”. In: GABRYS, J.; HAWKINS, G; MICHAEL, M. *Accumulation: the material politics of plastic*. London and New York: Routledge, 2015.

MELIÁ, Bartomeu. *Mundo Guarani*. Asunción: Servilibro, 2011.

PETTIT, Horacio Antonio. *Constitución de la República del Paraguay*. Paraguay: Intercontinental, 2008.



Figuras 1,2 e 3: Avá Guarani que vivem no Lixão em Ciudad del Este
Fonte: Marina Cantero



Figuras 4 e 5: Avá Guarani que vivem no Lixão em Ciudad del Este
Fonte: Marina Cantero

LIXO, RESTOS HUMANOS E GENÉTICA FORENSE:
O CASO DE UM LABORATÓRIO DE POLÍCIA DO RIO DE JANEIRO

Claudia Fonseca

Rodrigo Grazinoli Garrido

Neste artigo, propomos explorar as complicações envolvidas no descarte de fragmentos de cadáveres humanos no Instituto de Pesquisa e Perícias em Genética Forense – IPPGF, um laboratório de polícia do Rio de Janeiro. Começamos com um problema aparentemente simples, colocado pelo diretor do laboratório: como descartar materiais já testados de forma a liberar espaço físico para novas amostras de tecido, necessárias para a principal atividade do laboratório: a definição de perfis de DNA de cadáveres não identificados.¹ Todavia, no decorrer de nosso estudo, descobrimos que o descarte deste material é, de fato, mais complicado do que aparenta ser. Transformar tecidos moles humanos (músculo ou tegumento) e fragmentos de ossos em “lixo” descartável requer um enorme investimento de energia institucional, envolvendo negociações com autoridades de saúde pública, tribunais criminais e cemitérios públicos. Ao longo do percurso, o próprio significado do material navega numa complexa coreografia, tocando em questões de contágio, evidências legais, os limites do que é considerado “humano”, e, conseqüentemente, digno de deferência especial (KOPYTOFF, 1986). Em outras palavras, explorar um problema prático do ponto de vista do diretor do laboratório acaba levantando questões de interesse para analistas de ciência e tecnologia e para a antropologia da infraestrutura.

1 Este artigo é resultado de observações e diálogo colaborativo realizados por uma antropóloga (primeira autora) e o diretor do laboratório policial de genética forense (segundo autor), durante os primeiros meses de 2016.

“Corpos mortos” ou partes deles não são um tema novo na literatura antropológica. Nas últimas duas décadas, alguns analistas seguiram cadáveres exumados de figuras ilustres que foram expatriados, repatriados e depositados em mausoléus, ou desalojados e profanados. Os mais conhecidos exemplos são os de Eva Peron, Stalin e Ataturk (VERDERY, 1999). Por outro lado, eles observaram, também, os poderosos efeitos das escavações de valas comuns e da identificação de vítimas supostamente anônimas de genocídio e guerra civil (ANSTETT e DREYFUS, 2015). Em outro nível de disputa política, antropólogos foram atores em disputas envolvendo os restos mortais dos grupos que estudam. Assim, nos deparamos com controvérsias sobre o cérebro de Ishi, o último dos índios Yoshi, armazenado em um depósito do *Smithsonian Institute* (STARN, 2004); sobre os biobancos formados com o sangue dos índios Yanomami, estocado por geneticistas e antropólogos físicos em Universidades da América do Sul e do Norte (DINIZ, 2007); e sobre a custódia do conteúdo de uma sepultura pré-histórica encontrada numa reserva indígena no estado americano de Washington (TALLBEAR, 2013). Por fim, estudiosos do campo da antropologia médica exploraram como a linha entre um corpo humano vivo e um corpo morto foi redefinida em função de intervenções tecnológicas (LOCK, 2012; Le GRAND-SEBILLE et al., 1998). Estes vários exemplos servem para enfatizar como a materialidade de corpos post-mortem – objetos que, além de seus usos eventuais, podem ser vistos, cheirados e sentidos – os torna símbolos potentes, capazes de mobilizar ideologias políticas, causas humanitárias e identidades étnicas.

Neste capítulo, todavia, não lidamos com heróis políticos, nem com questões éticas fortemente debatidas, nem mesmo com avanços científicos, mas, sim, com a banalidade de corpos não identificados... moradores de rua, vítimas de assassinatos ou qualquer outro mor-

to não reclamado, cujo corpo não pode ser identificado por meios usuais. Leticia Ferreira (2009) e Flavia M. Santos (2014), nos seus respectivos estudos sobre documentos e tratamento de cadáveres no Instituto Médico Legal (IML), no Rio de Janeiro, chegam perto de nosso assunto específico. Suas cuidadosas análises mostram as engrenagens das tecnologias governamentais que disciplinam a perturbadora presença de cadáveres não identificados e morte violenta enquanto, ao mesmo tempo, reafirmam padrões estabelecidos de desigualdade social e política.

Embora interessados em tecnologias governamentais, nossa ênfase, neste capítulo, segue uma perspectiva um pouco diferente. Inspirados na teoria-ator-rede e na análise de redes de conexões, examinamos como uma tecnologia global altamente sofisticada – perfis de DNA – é realizada nas circunstâncias particulares deste laboratório policial no Rio de Janeiro (LATOURE, 2000). Nossa análise não foca nos equipamentos de tecnologia de ponta do laboratório,² nem coloca em questão os profissionais altamente qualificados que, como regra, demonstram dedicado cuidado e mesmo entusiasmo no exercício de suas atividades científicas (FORTUN, 2014). Ao invés, entrando no sistema “pela porta dos fundos” – isto é, focando na questão aparentemente trivial do descarte de produtos residuais do laboratório – envolvemos o campo emergente da “antropologia da infraestrutura” (LARKIN, 2013) para entender como a nova tecnologia interage com uma ampla variedade de diferentes instituições e práticas. Esta perspectiva permite não somente uma atenção intensificada para a agência dos objetos materiais e sua tradução de um contexto para outro, mas também o exame da interoperacionalidade sistêmica de elementos heterogêneos – quer focados na vida social dos objetos

2 Em outro texto, Fonseca (2013) levanta algumas perguntas sobre a importação da tecnologia de DNA para atividades criminosas no Brasil.

(um fragmento “humano” transformado em evidência e, então, em lixo), nas leis, faxineiras ou burocracias. O “lixo”, neste caso, acaba sendo uma pista altamente reveladora de um complexo fenômeno do mundo contemporâneo.

Lixo “contaminado”

A primeira autora deste artigo estava olhando alguns arquivos na pequena “sala de coleta” do laboratório de genética forense quando percebeu o sussurro de vozes femininas em conversa no corredor ao lado. Tendo ouvido a palavra “lixo” repetida a intervalos regulares, decidiu investigar como o interesse dessas fofocas banais se aproximava de sua própria agenda de pesquisa.³ Ali, no estreito corredor, ela encontrou duas das técnicas do laboratório, ambas relativamente veteranas naquele espaço,⁴ que, aparentemente procuravam acalmar as preocupações de Sandra, a faxineira do laboratório. Com algumas perguntas, a antropóloga de orelhas grandes descobriu o cerne do problema. Cerca de dois anos antes, logo após Sandra ter chegado ao laboratório, surgiram reclamações sobre o descarte de resíduos comuns do escritório. Alguém da academia de polícia vizinha, onde o lixo era inicialmente descartado, tinha encontrado “algumas manchas vermelhas” e reclamou que o laboratório estava jogando material potencialmente contaminado na lixeira da academia.

A chamada “mancha vermelha” foi tratada como uma respeitosa dúvida porque, à época da reclamação, o laboratório já havia passado

3 É significativo que, durante nossa pesquisa, a conversa de corredor foi a única vez que ouvimos pronunciada a palavra “lixo”. Os tecidos biológicos e os fragmentos de ossos, mesmo depois de serem determinados sem utilidade, eram referidos como “resíduos” ou simplesmente “amostras”.

4 O laboratório foi inaugurado em 2005; os profissionais mais antigos (o diretor e uma das técnicas envolvidas na conversa) começaram a trabalhar lá em 2008.

a coletar amostras de saliva com um cotonete ao invés de amostras de sangue através de seringas e picadas em dedos. (Os técnicos lembram com um certo arrepio dos dias em que ainda dependiam de amostras de sangue – como precisavam procurar as pequenas veias de crianças aos prantos.) E, ainda hoje, o laboratório mantém os serviços de uma empresa especializada para coletar e descartar corretamente, uma vez por semana, não somente o lixo “contaminado” (incluindo lixo biológico e qualquer material perforcortante), mas, também, produtos químicos das análises laboratoriais. A sala de coleta nunca está sem a resistente caixa de papelão carimbada com o aviso “Perigo: não encha além desta linha”, onde os descartes potencialmente contaminados esperam esse serviço comercial de descarte.

Assim, apesar da reclamação do vizinho parecer infundada, foi tomada a decisão de colocar o lixo do escritório do laboratório nas latas de lixo do hospital da polícia, localizado nas proximidades – um acordo que pareceu satisfatório para todos os envolvidos. Recentemente, todavia, o hospital mudou para um novo local e os itens descartados do escritório estavam, mais uma vez, passando pelo território da academia de polícia. Sandra estava compreensivelmente apreensiva quanto a acusações iminentes e as outras duas asseguravam que iriam tentar esclarecer a questão, explicando aos vizinhos que seu lixo de escritório não era mais “contaminado” que o do barzinho ao lado.

Para cada função, o seu tipo de lixo

Pode ser útil, neste ponto, da discussão explicar que o laboratório possui vários tipos do que poderia ser chamado lixo, cada um com sua própria dinâmica. Para entender, devemos olhar melhor as funções do laboratório. Embora também trabalhem com vestígios de cenas de crime e vítimas de estupro, a atividade que mais toma tempo e energia dos analistas neste laboratório é a identificação de

cadáveres não identificados.⁵ Por exemplo, um dos primeiros casos do laboratório, em 2005, tratou de um incêndio criminoso em que seis passageiros de um ônibus urbano haviam sido queimados vivos. Os técnicos do laboratório foram intimados a “dar um nome” aos corpos carbonizados que restaram. Outros casos podem incluir vítimas da guerra entre traficantes, em que corpos foram “assados no microondas” – colocados no meio de uma pilha de pneus e queimados até ficarem irreconhecíveis. Também podem chegar casos que envolvem vítimas de afogamentos que ficaram na água muito tempo, ou cujos restos mortais – por outras razões – estão muito deteriorados para fazer reconhecimento das marcas corporais distintivas, ou, mesmo, de impressões digitais. Em certos casos, é possível identificar um cadáver pelos registros dentários ante-mortem, mas, para pessoas de baixa renda, esse tipo de informação nem sempre existe. Assim, nesta e em outras circunstâncias, um exame de DNA é a última esperança para se saber exatamente quem morreu.

Para realizar essa importante tarefa, o laboratório não precisa e, de fato, nunca recebe um cadáver inteiro. Em vez disso, recebe fragmentos de ossos ou pedaços de outros tecidos humanos, medindo não mais que alguns centímetros, que foram cortados do cadáver por especialistas forenses no IML e enviados em envelopes plásticos lacrados para o IPPGE. O laboratório genético começa, então, através de um sofisticado protocolo, a extrair material celular e produzir um perfil de DNA único para o cadáver em questão. O perfil, todavia, é um código, não um nome. Para estabelecer exatamente quem é o indivíduo, é necessário fazer uma comparação (*match*) entre a “amostra questionada” – isto é, o DNA extraído do fragmento ósseo – e uma

5 Em 2014, de acordo com registros internos, o laboratório processou um pouco mais de 350 amostras, das quais mais de 70% referentes a cadáveres não identificados.

“amostra de referência” isto é, o DNA de um parente próximo vivo. Junto com o envelope com a amostra de tecido mole ou fragmento de osso do IML, normalmente chega, também, o registro da ocorrência policial que revela nome e números de telefone de possíveis parentes da vítima. Seguindo esta pista, o laboratório marca um dia e hora para que o parente provável visite o laboratório, onde um técnico treinado, usando um cotonete, coletará uma amostra de células da mucosa oral.

O processo inteiro de investigação implica três espaços sobrepostos que produzem diferentes tipos de lixo. Há o lixo diário do escritório com laudas de papel, impressos de computador, copos plásticos para café e registros administrativos gerais.⁶ Na sala de coleta, há luvas plásticas, cotonetes de algodão e outros acessórios hospitalares que são descartados após a visita de cada suposto parente. E, no laboratório forense, há lâminas de vidro, tubos de ensaio, reagentes importados, e outros produtos químicos, assim como “amostras questionadas” incluindo fragmentos de ossos e pedaços de tecidos moles.

Acima, citamos brevemente alguns dos problemas que o laboratório pode ter em descartar seus lixos de escritório e da sala de coleta. No resto deste capítulo, nos concentraremos nos problemas particulares associados ao descarte da matéria-prima analisada no laboratório forense: fragmentos de cadáveres não identificados.

Uma crescente demanda por exames de DNA

Em meados de 2015, o Gabinete do Ministério Público Estadual circulou um ofício para vários IMLs no estado do Rio de Janeiro

6 Deve ser notado que, como na vasta maioria dos espaços públicos e privados do Brasil, o laboratório também tem que descartar lixo de banheiro – papel higiênico usado que o sistema de esgoto é incapaz de absorver. Esta questão, por si só, vale uma reflexão. Porém, já que não é específica dos laboratórios de genética forense, não será abordada aqui.

sugerindo que, antes de enterrar qualquer corpo não identificado, deviam coletar uma amostra de tecido a ser enviado para o laboratório de genética forense na capital do estado onde um perfil de DNA seria definido, e o material genético acautelado para futura investigação. O diretor do laboratório genético concordou com, pelo menos, parte desta demanda, afirmando, em uma carta de 25 de novembro, que “seria lógico” que o laboratório recebesse estas amostras, estabelecesse perfis de DNA, e colocasse os perfis no banco de dados. Todavia, antes de iniciar esse empreendimento, alguns problemas logísticos haviam de ser solucionados.

O pedido do Ministério Público Estadual para realocar e preservar as amostras biológicas de cadáveres não identificados é fruto de mudanças tecnológicas introduzidas durante a última década nas atividades da polícia brasileira. Os interesses convergentes de pesquisadores acadêmicos, profissionais da polícia e empresas de biotecnologia – estabelecendo alianças nacionais e transnacionais – fizeram com que, logo depois da virada do século, houvesse uma demanda por um uso mais amplo e mais eficiente de testes de DNA para investigação criminal no país (FONSECA, 2013). Em 2002, o primeiro curso de Pós-Graduação em Ciência Genômica foi aberto em Brasília. Na mesma época, especialistas forenses – ambos do Brasil e exterior – começaram a organizar cursos de capacitação para introduzir peritos forenses às recentes possibilidades da tecnologia do DNA. Nos anos subsequentes, em diferentes partes do país, os congressos profissionais em genética forense e ciências criminais proliferaram e cresceram em tamanho, enfatizando sempre as vantagens das tecnologias de identificação por DNA. Com apoio de um lobby organizado, um projeto de lei foi introduzido no Congresso, em 2011, prometendo grandes avanços na luta contra o crime. Aprovada em 2012 e regularizada em tempo recorde, a nova legislação formalizou um banco nacional

de dados de perfis genéticos para condenados de crimes hediondos – dados que, através do software CODIS, poderiam ser facilmente vinculados a uma rede informática internacional que inclui o FBI e a INTERPOL (GARRIDO e RODRIGUES, 2015).

Enquanto a lei tramitava no Congresso, matérias sobre os potenciais benefícios desta nova tecnologia começaram a aparecer na mídia nacional. Traziam histórias da Inglaterra ou dos Estados Unidos sobre assassinos seriais finalmente capturados, ou sobre prisioneiros injustamente condenados e finalmente inocentados – tudo graças ao banco de dados. Não é de surpreender que policiais e autoridades judiciais tenham começado a prestar mais atenção à preservação de materiais necessários para eventuais análises de DNA. Manchas de sêmen em casos de estupro, vestígios de cena de crime no caso de assassinato, assim como tecidos de corpos não identificados, todos eram agora potenciais candidatos ao banco de dados. Cada vez mais, essas amostras serviam como evidência no tribunal, e poderiam complementar, ou, mesmo, se sobrepor aos depoimentos de testemunhas oculares – se não de imediato, em alguma data futura. Perfis de DNA, argumentava-se, não se deterioram com o passar do tempo, nem são passíveis de ter seu código “objetivo” manchado pelas percepções emocionais das testemunhas. A mesma coisa seria válida para cadáveres não identificados. Os bancos de dados de DNA prometiam não só uma eventual solução para mistérios não resolvidos, mas, também, um instrumento para combater a impunidade de infratores da lei.⁷ Contudo, para o sistema funcionar, seria necessário garantir a entrada de um número cada vez maior de perfis no banco de dados. O Ministério Público do estado do Rio de Janeiro evidentemente considerou que a centralização dos materiais acautelados no IPPGF seria uma

7 Para mais dessas promessas, ver Lynch et al. (2008).

garantia bem controlada de que as evidências seriam devidamente preservadas e direcionadas para a meta adequada.

O único problema é que o laboratório forense da capital do estado não tinha a possibilidade de receber os materiais enviados devido à falta de espaço. E, então, entramos no aparentemente simples problema de logística destacado pelo diretor do laboratório quando respondeu à demanda do Ministério Público.

Encontrando espaço: limitando entradas, preservando estoques

O laboratório de genética forense no Rio de Janeiro está localizado numa área urbana não muito distante do centro da cidade. Fica entre a academia de polícia civil, o museu da polícia militar e o hospital da polícia civil que, recentemente, foi transferido e o espaço transformado em espaço administrativo geral da academia de polícia. O laboratório é dividido em duas grandes áreas: de um lado, ligado por um corredor estreito, fica o espaço administrativo – uma área de recepção, três pequenos escritórios equipados com computadores, uma sala de reuniões e uma sala de coletas, nenhuma dessas divisões medindo mais do que 12 metros quadrados; no outro lado, um espaço laboratorial maior e mais aberto com portas laterais que dão para as salas de pré-PCR, PCR e pós-PCR, que termina num largo corredor que leva a uma câmara fria, atualmente fora de uso, e, por meio de portas, à sala de peritos, na qual há a digitação dos laudos. Ao longo das paredes e do corredor do laboratório há uma série de geladeiras e dois freezers cuidadosamente marcados com etiquetas onde se lê, por exemplo, “casos fechados”, “casos abertos”, “contraprovas/pedidos de novos exames”, “extrações de DNA”, e sub-seções marcadas “testes em andamento”, “material para acautelamento”, “resultados inconclusivos” etc. Com graus de refrigeração variados, esses banais eletrodomésticos de cozinha (não maiores do que os comumente en-

contrados numa casa de família de classe média) devem garantir a conservação apropriada de tudo – desde amostras de esperma e manchas de sangue coletadas em cenas de crime até materiais de laboratório não utilizados e preservados de contaminação e “kits” comerciais de reagentes (químicos usados durante as análises de DNA).

Desde 2010, o laboratório vem travando uma batalha para administrar a quantidade de materiais recebidos. É uma política antiga do laboratório lidar somente com “casos fechados” – isto é, exames em que todas as amostras biológicas necessárias (tanto as questionadas, como as de referência) estejam disponíveis. Em um memorando de 2012, aparentemente em resposta a uma demanda de autoridades superiores, o diretor do laboratório reiterou esta limitação, afirmando que o laboratório não poderia aceitar “casos abertos” exatamente porque não tinha a infraestrutura necessária para estocar o potencialmente grande número de amostras à espera de uma eventual utilidade futura. A carta de novembro de 2015, mencionada acima, em que o laboratório concorda, a princípio, em receber “amostras questionadas” de todos os corpos não identificados do estado, estando ou não acompanhados do nome de um possível parente, representa uma reviravolta nessa política, ao admitir a possibilidade de uma enxurrada de materiais de “casos abertos”. O diretor esclareceu, todavia, que seria impossível o laboratório implementar essa política antes de resolver certas questões.

Uma questão aparentemente simples refere-se à câmara fria, que vem tendo problemas desde, pelo menos, 2011. Para manter sua viabilidade enquanto material de análise, os tecidos biológicos precisam ser protegidos contra o calor carioca. Todavia, apesar das diversas tentativas de consertar o motor e dos planos para instalar um gerador externo para garantir a refrigeração durante um eventual apagão, não tem sido possível assegurar nem mesmo a manutenção rotineira

da câmara fria. Repetidos pedidos por escrito de apoio institucional deixaram de receber atenção prioritária das autoridades policiais. O resultado é que, até hoje, o laboratório conta apenas com o espaço limitado dos freezers e das geladeiras para preservar os tecidos armazenados.

Como a planta física e o pessoal provavelmente se manterão inalterados no futuro próximo, a única forma de o laboratório abrir espaço para receber o número crescente de novos casos é descartar materiais residuais dos testes já concluídos. Esses resíduos incluem fragmentos de ossos, pedaços de tecidos moles humanos e outros vestígios biológicos que já produziram um perfil de DNA claro – seja confirmando sua compatibilidade (*match*) com uma amostra de referência ou, depois de um segundo teste com um resultado idêntico, confirmando uma exclusão. Quando os resultados de um teste, mesmo após um segundo teste, são inconclusivos, pondera o diretor, faz sentido guardar a amostra biológica original. Quem sabe se, no futuro, novas tecnologias mais refinadas não serão capazes de estabelecer um perfil? Na maioria dos casos, porém, a primeira bateria de testes produz resultados decisivos.

As extrações de DNA, cuidadosamente preservadas em microtubos de prolipropileno, ocupam espaço mínimo. Por outro lado, os “centímetros” ocupados pelas amostras biológicas originais – fragmentos de ossos ou tecidos moles – tomam bem mais espaço. Há sérias dúvidas quanto à utilidade deste material. Nos seus dez anos de funcionamento, o laboratório recebeu apenas um pedido para reanalisar uma amostra biológica – procedimento que resultou na confirmação dos resultados do primeiro teste). E, como os técnicos apontam – se há suspeita de adulteração dos resultados do DNA, quem garante que a amostra biológica também não estaria adulterada? Acima de tudo, muitas amostras biológicas antigas se deterioraram ao

longo do tempo ao ponto de serem inúteis para um exame de DNA. São essas amostras – já testadas e tendo dado resultados claros – que o laboratório aspira descartar para poder continuar funcionando.

Resíduo ou evidência?

Até 2011, o laboratório seguiu um procedimento administrativo relativamente simples para descartar materiais biológicos que não teriam mais uso. Uma ou duas vezes ao ano, uma comissão de profissionais designados para supervisionar este procedimento estabelecia uma lista de 100 a 150 amostras já examinadas para serem “inúteis”, informando para cada uma: a origem, a vara criminal ou a delegacia que solicitou o teste, e o número do inquérito. Submetida às autoridades administrativas apropriadas, essa solicitação era rotineiramente aprovada. Em 2011, logo quando o novo projeto de lei congressional estava sendo lançado e a administração da polícia técnica passava a incluir especialistas qualificados em genética forense, as coisas começaram a ficar mais complicadas. No início de 2011, a comissão do laboratório enviou ao Diretor da Polícia Científica um ofício solicitando permissão para descartar materiais detalhados em uma lista anexa:

[...] Estas amostras foram examinadas, tendo seus resultados descritos de forma conclusiva em laudos do IPPGE. Outrossim, informo que os materiais biológicos já não se prestavam para análises em virtude de estarem bastante deteriorados e os dados genéticos, bem como uma amostra do DNA de tais materiais permanecerão acautelados no IPPGE. Por fim, esclareço que tal ação se faz necessária para desafogar nossas geladeiras, freezers e câmara fria.

O pedido de rotina voltou duas semanas depois com uma nota escrita a mão pela autoridade superior, mostrando evidente preocu-

pação com a possível destruição de evidências.⁸ Perguntava se os materiais “ainda que deteriorados” não permitiam a extração de material genético. Também queria saber quais previsões legais existiam sobre a “destruição de amostras”, e qual era a rotina para tal procedimento em outros estados da federação. Ao longo dos próximos meses, numa saga que envolveu a assessoria jurídica da polícia, seguiu-se uma busca desesperada por uma lei relevante – tudo em vão. Uma lei de 1992 sobre o uso de cadáveres não identificados para ensino e investigação científica não mencionava nada sobre o que deveria ser feito com o corpo (ou partes dele), uma vez que não fosse mais útil. Escrita à mão embaixo de um ofício, se encontra a nota frustrada de um consultor: “[sobre o que fazer com as sobras de amostras] Informo que não foi encontrada legislação específica sobre o assunto; apenas localizei a Lei Federal [...] que trata do descarte de organismos geneticamente modificados – OGM”. Depois de consultar laboratórios forenses em outros estados, o diretor do laboratório pessoalmente afirmou que não existia lei sobre esta questão: “Alguns estados estão acautelando os materiais até os limites de seus estoques em geladeiras e freezers, podendo gerar em breve um problema de saúde pública”.

Finalmente, no começo de abril, a consultora encarregada de investigar a situação decidiu que, sendo evidência dos tribunais, as amostras biológicas não pertenciam à polícia e, sim, aos juízes e promotores de cada julgamento. Por conseguinte, a Direção da Polícia Técnica determinou que, antes de descartar qualquer amostra biológica, o laboratório devia ter permissão escrita das duas principais autoridades legais (juiz e promotor) envolvidas em cada um dos casos. Deve-se notar que, se contarmos as varas e promotorias criminais

8 A implícita desta preocupação é o bem conhecido artigo 170 do Código de Processo Penal: “Nas perícias de laboratório, **os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia**”.

em todo o estado do Rio de Janeiro (qualquer dos quais pode ter solicitado a opinião dos especialistas do IPPGF), este processo poderia envolver pelo menos 100 diferentes juízes e um igual número de promotores. Uma leitura nos arquivos do IPPGF de um dos poucos casos que receberam a permissão de um juiz demonstra quanta energia burocrática pode ser investida nesta empreitada. Primeiro, a vara criminal apropriada tem que ser identificada e contatada. O juiz responsável emite, então, um pedido oficial para que tudo que se refira ao caso seja resgatado dos arquivos. A partir daí, os códigos e números levam aos relatórios originais dos laboratórios do IML e do IPPGF. Cartas são trocadas entre os promotores e o juiz... Não surpreende que, dada a falta de resposta à maioria dos pedidos de permissão enviados, a comissão do IPPGF encarregada de descartar velhas amostras tenha feito o que foi necessário a fim de garantir o exercício apropriado das atividades do laboratório: eles foram em frente com o descarte dos materiais acumulados.

Todavia, em 2015, exatamente no momento em que crescia a demanda pelos serviços do laboratório e a necessidade de garantir a rotatividade (e o conseqüente descarte) de materiais, surgiu um novo obstáculo.

Pondo restos humanos para descansar

Uma vez tomada a decisão de mover pedaços de tecidos moles e ossos para fora do laboratório, a questão é: “para onde?”. É notável que ninguém do laboratório jamais tenha considerado descartar os pequenos fragmentos de ossos com o lixo do hospital. Parece ser de concordância geral que, por se tratar de restos humanos, o material deve ser tratado de uma maneira especialmente digna.

A maioria dos fragmentos de ossos enviados para exame vinha de um dos muitos SMLs (Serviços de Medicina Legal) do estado. Esses

necrotérios policiais, presentes na maioria das cidades brasileiras, estão habituados a lidar com cadáveres, ossadas e despojos humanos que foram examinados para detectar detalhes de morte violenta e “despachá-los”. Consequentemente, em geral, o laboratório de genética forense seguiu o caminho lógico de enviar os restos do seu material de volta ao IML, onde eram inumados junto com os muitos cadáveres não reclamados do IML. Durante o ano passado, todavia, este caminho foi obstruído. Depois de avisar por telefone, o diretor do IML, os administradores do laboratório tinham, como de costume, feito uma remessa de fragmentos para serem enterrados. O material, todavia, foi devolvido com uma explicação do técnico de necropsia: “Hoje em dia, é um problema se livrar dos nossos próprios materiais! Como que nós vamos tomar conta dos descartes de outro laboratório?”.

Não estava bem claro o que havia acontecido para criar esta dificuldade, mas o diretor do IPPGF levantou uma hipótese com base no que ele havia lido nos jornais. Ele nunca tinha tido total clareza de como o IML lidava com a inumação dos fragmentos humanos que eles enviavam. Certamente, o material era enterrado em um cemitério normal, mas ele suspeitava que a maioria dos arranjos entre o IML e o cemitério era feita numa base informal. Talvez o cemitério aceitasse o material como um serviço público, sem cobrar. Era possível que a individualidade de cada amostra se perdesse quando os fragmentos fossem incorporados num ossuário coletivo, junto com restos de túmulos antigos. Até recentemente, a Santa Casa de Misericórdia – uma instituição filantrópica privada – continuava a coordenar a administração de quase todos os cemitérios da cidade, mesmo depois de encerrado o seu contrato oficial, em 2009. Em 2013, contudo, a polícia descobriu um esquema de venda ilegal de espaço para túmulos a preços exorbitantes, e a subsequente investigação resultou

na contratação de entidades administrativas totalmente novas pelo município.⁹ Com a mudança na administração, seguida de controles mais rigorosos, é bem possível que as negociações informais para a inumação de restos humanos vindos de laboratórios forenses públicos tenham se tornado consideravelmente mais complicadas.¹⁰

De uma forma ou de outra, o diretor do laboratório tem agora um novo problema para resolver. Para sublinhar a seriedade da situação, ele lembrou a bem conhecida técnica de descarte de prisioneiros políticos durante a ditadura brasileira: “O que eu faço? Jogo o material na Baía de Guanabara – como os militares costumavam fazer com seus cadáveres?”. Ele próprio fez contato com o cemitério de uma pequena cidade perto das montanhas que aceitou inumar os fragmentos. Não obstante, o procedimento deve seguir o protocolo apropriado. Isto significa encontrar alguma forma oficial de transportar o material. Neste momento, pelo que me disseram, os dois carros do laboratório (um deles, com mais de dez anos) estão inutilizáveis por falta de manutenção (pneus carecas, baterias fracas, freios desregulados e falhas elétricas – uma situação que, de acordo com relatório recente, não é incomum em outros laboratórios forenses espalhados pelo país) (SENASP 2012).

Considerações finais

Nesta fase preliminar da nossa pesquisa, arriscaríamos três breves considerações sobre a descrição acima. Em primeiro lugar, gostaríamos de sublinhar o fato de que, na análise de novas tecnologias, o lixo

9 <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/08/rio-comeca-nova-gestao-em-cemiterios-apos-saida-da-santa-casa.html>.

10 Rumores de que o Ministério Público Estadual havia mediado um acordo entre a Prefeitura e os cemitérios públicos para que a separação e a individualidade dos fragmentos de ossos não identificados fossem preservadas chegaram ao laboratório.

é uma consideração fundamental (e nada secundária). Nossa intenção foi mostrar como, no caso em pauta, o descarte inadequado dos subprodutos do sistema pode causar uma diminuição na eficácia de novas tecnologias dispendiosas, comprometendo seriamente os resultados, apesar do pessoal bem qualificado. Não somente o lixo, mas outros elementos banais de importância aparentemente secundária – tal como o gerador para a câmara fria e o funcionamento de veículos para transporte – também assumem uma nova importância quando vistos à luz da análise de rede.

Nossa segunda observação tem a ver com a importância das esferas burocráticas de autoridade e – em particular – a autoridade para nomear e qualificar um objeto (BOURDIEU, 1996). O fato de um certo material poder ou não ser útil no tribunal determina a fronteira entre “prova” a ser preservada e “lixo” a ser descartado. Mas como e por quem essa utilidade deve ser atestada? Abrindo a possibilidade de examinar tecidos de pessoas mortas séculos atrás, a tecnologia de DNA criou uma nova situação – estendendo os tempos-limite da prova material, e, como resultado, de possíveis apelações e novos julgamentos. Diante dessa situação, muitos dos precedentes convencionais se tornam obsoletos. No caso descrito nesse artigo, vemos as tentativas em vão do diretor da polícia técnica para encontrar uma lei ou, pelo menos, identificar precedentes para dar aval a suas decisões sobre o descarte de amostras biológicas. Na ausência de referências estabelecidas, o que ocorre é uma espécie de “jogo de empurra”. A decisão final é deixada para juízes e promotores em jurisdições descentralizadas – pessoas que, podemos presumir (pela falta de suas respostas às petições), têm pouco interesse e nenhuma competência tecnológica especial para avaliar a questão. O resultado é uma espécie de impasse no qual, por falta de regulamentação clara, os operadores

mais próximos do problema imediato resolvem as questões de acordo com suas próprias avaliações profissionais.

Nossa observação final também tem a ver com esferas de autoridade – desta vez, aquelas pertinentes à responsabilidade moral de lidar com restos humanos. O entendimento – tanto no acordo verbal como no escrito – é de que os resíduos biológicos do laboratório devem ser “insumados”. Até agora, ninguém havia levantado questões sobre o lugar de descanso final das amostras biológicas. Pode-se supor que os membros da família dos cadáveres identificados não compartilham as preocupações dos Yanomami e não estão preocupados com o descarte de fragmentos mortais ou sangue dos seus parentes. Não obstante, como vimos acima, as memórias de corpos “desovados” por funcionários do governo durante a ditadura brasileira permanecem exigindo uma transparência ordenada no descarte de tecidos que exclui a possibilidade de atividades obscuras ou acobertadas.

Na verdade, os objetos e procedimentos de laboratório são rigorosamente documentados desde o momento em que qualquer material adentra o prédio. Por razões tanto científicas quanto legais, é necessário registrar cada passo na trajetória do material: amostras devem ser protegidas contra contaminação por outro DNA, evidências devem ser protegidas contra adulteração. Como afirma o diretor do laboratório, “Eu garanto a cadeia de custódia do papel no momento que a amostra cruza nossa fronteira. O que acontece antes e depois, eu não posso ter certeza”. Da mesma forma, os administradores do laboratório não podem garantir o que vai acontecer aos fragmentos de ossos quando estes são passados adiante – seja para o IML ou diretamente para um cemitério público. O laboratório tem demonstrado uma deferência ritual em relação aos materiais humanos, mantendo a individualidade documental de cada amostra e tomando cuidado para separá-los de dejetos “não humanos”. Já que a esfera de autori-

dade do laboratório não se estende à inunção propriamente dita, os administradores podem apenas supor que a natureza humana desses materiais será, de alguma forma, observada.

Como a demanda por investigações de DNA continua a crescer, o laboratório enfrenta desafios fundamentais para manter a qualidade de seu serviço de alta tecnologia. Os equipamentos e pessoal qualificado para lidar com tecnologias de ponta devem se manter atualizados. Este processo implica a pesquisa científica em andamento, assim como o planejamento administrativo para garantir a seleção, o treinamento e a presença contínua de profissionais qualificados. Certamente estas são questões prioritárias. Todavia, a eficiência do laboratório também envolve questões logísticas sumamente importantes – atualizações intermináveis de equipamentos e outras formas de manutenção da planta, incluindo tudo, desde máquinas PCR até carros, telefones e freezers. A maioria dos administradores de laboratório está bem consciente do fato de que esses detalhes – frequentemente esquecidos ou subestimados por observadores externos – podem fazer toda a diferença. Além disso, os detalhes aparentemente triviais das rotinas diárias frequentemente envolvem redes técnicas locais que levam a complicações culturais e políticas não previstas no abstrato modelo original da alta tecnologia. Examinando o elemento mais prosaico desta rede – i.e., o “lixo” laboratorial – procuramos demonstrar a extrema importância até mesmo dos “pequenos” detalhes para o bom funcionamento das identificações de DNA, e, dessa forma, ampliar o círculo de “aliados” que apreciam a urgência do cuidado com os vários elementos articulados nos sistemas de tecnologia complexa.

Referências

- ANSTETT, Elizabeth; DREYFUS, Jean-Marc (Orgs.). *Human remains and identification. Mass violence, genocide, and the forensic turn*. Manchester: Manchester University Press, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. “Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático”. In: *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996. p. 91-135.
- CANTOR, N.L. *After we die: The life and times of the human cadaver*. Georgetown University Press, 2010.
- DINIZ, Debora. “Avaliação ética em pesquisa social: o caso do sangue Yanomami”. *Revista Bioética*, v. 15, n. 2, p. 284-97, 2007.
- FERREIRA, Leticia Carvalho de M. “Dos autos da cova rasa: a identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960”. Rio de Janeiro: E-papers, LACED/Museu Nacional, 2009.
- FONSECA, Claudia. “Mediações, tipos e configurações : Reflexões em torno do uso da tecnologia DNA para identificação criminal”. *Anuário Antropológico*, p. 9-33, jul. 2013. [2012-1]
- FORTUN, Mike. “Cultural Critique, Catachresis, and Coming to Care”. Buenos Aires, Paper presented at the 4S Congress, 2014.
- GARRIDO, Rodrigo Grazinoli; RODRIGUES, Eduardo Leal. O Banco de Perfis Genéticos Brasileiro Três Anos após a Lei nº. 12.654. *Revista Bioética y Derecho*, n. 35, p. 94-107, 2015.
- KOPYTOFF, Igor. “The cultural biography of things: Commoditization as process”. In: Appadurai, A. (Org.). *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*. New York: Cambridge University Press, 1986. p. 64-91.
- LARKIN, B. “The Politics and Poetics of Infrastructure”. *Annual Review of Anthropology*, n. 42, p. 327-43, 2013.

- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000.
- LEGRAND-SÉBILLE, Catherine; MOREL, Marie-France; ZONABEND, François (Orgs.). *Le fœtus, le nourrisson et la mort*. Paris: Harmattan, 1998.
- LOCK, Margaret. *Twice dead: Organ transplants and the reinvention of death*. Los Angeles: University of California Press, 2002.
- LYNCH, Michael; COLE, Simon; McNALLY, Ruth; JORDAN, Kathleen. *Truth machine: the contentious history of DNA finger printing*. Chicago: University of Chicago Press, 2008.
- SANTOS, Flavia Medeiros. “O ‘Monstro’ e o ‘Homem’: Aspectos da construção institucional de mortos no Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro”. *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 7, n. 2, p. 347-365, abr./mai./jun., 2014.
- SENASP. *Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil*. Brasília: Ministério de Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2012.
- STARN, Orin. *Ishi's Brain: In search of America's last "wild" indian*. New York: W. W. Norton & Company, 2004.
- TALLBEAR, Kim. *Native American DNA: tribal belonging and the false promise of genetic science*. Minneapolis: University of Minneapolis Press, 2013.
- VERDERY, Katherine. *The Political Lives of Dead Bodies: Reburial and Postsocialist Change*. New York: Columbia University Press, 1999.

the 1990s, the number of people in the world who are illiterate has increased from 500 million to 700 million.

There are many reasons for this. One is that the population of the world is growing so fast that the number of people who are illiterate is increasing. Another reason is that the quality of education is so poor that many people who are literate are unable to read and write. A third reason is that many people who are literate are unable to use their skills in a way that is useful to them.

There are many ways to improve the quality of education. One way is to invest more money in education. Another way is to improve the quality of the teachers. A third way is to make sure that everyone has access to education. A fourth way is to make sure that the curriculum is relevant to the needs of the community.

There are many ways to improve the quality of education. One way is to invest more money in education. Another way is to improve the quality of the teachers. A third way is to make sure that everyone has access to education. A fourth way is to make sure that the curriculum is relevant to the needs of the community.

There are many ways to improve the quality of education. One way is to invest more money in education. Another way is to improve the quality of the teachers. A third way is to make sure that everyone has access to education. A fourth way is to make sure that the curriculum is relevant to the needs of the community.

There are many ways to improve the quality of education. One way is to invest more money in education. Another way is to improve the quality of the teachers. A third way is to make sure that everyone has access to education. A fourth way is to make sure that the curriculum is relevant to the needs of the community.

There are many ways to improve the quality of education. One way is to invest more money in education. Another way is to improve the quality of the teachers. A third way is to make sure that everyone has access to education. A fourth way is to make sure that the curriculum is relevant to the needs of the community.

There are many ways to improve the quality of education. One way is to invest more money in education. Another way is to improve the quality of the teachers. A third way is to make sure that everyone has access to education. A fourth way is to make sure that the curriculum is relevant to the needs of the community.

There are many ways to improve the quality of education. One way is to invest more money in education. Another way is to improve the quality of the teachers. A third way is to make sure that everyone has access to education. A fourth way is to make sure that the curriculum is relevant to the needs of the community.

There are many ways to improve the quality of education. One way is to invest more money in education. Another way is to improve the quality of the teachers. A third way is to make sure that everyone has access to education. A fourth way is to make sure that the curriculum is relevant to the needs of the community.

There are many ways to improve the quality of education. One way is to invest more money in education. Another way is to improve the quality of the teachers. A third way is to make sure that everyone has access to education. A fourth way is to make sure that the curriculum is relevant to the needs of the community.

There are many ways to improve the quality of education. One way is to invest more money in education. Another way is to improve the quality of the teachers. A third way is to make sure that everyone has access to education. A fourth way is to make sure that the curriculum is relevant to the needs of the community.



AUTORES

Andrea Eichenberger

Artista visual e antropóloga, especialista em fotografia, Graduada em Artes Plásticas pela UDESC (2002), Mestre em Etnologia (visual) pela Université Paris Diderot (2005) e Doutora em Antropologia (visual) pela Université Paris Diderot - Paris VII - Sorbonne Paris Cité, em cotutela internacional de tese com a UFSC (2011). Realizou estágio pós-doutoral em História da Arte (fotografia) na Université Paris 1 - Panthéon Sorbonne e estágio pós-doutoral em Antropologia Social na VU University Amsterdam. Atua em projetos artísticos e de pesquisa vinculados aos grupos: Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem (NAVI)/ UFSC e Poéticas do Urbano CEART/UDESC. É secretária geral da Association de Recherche et Production d'Images en Anthropologie et Art (ARPIA). Recebeu o Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais, em 2013, o Prêmio de fotografia UPP Découverte, em 2012 e o prêmio de melhor narrativa fotográfica do Seminário Internacional Fazendo Gênero, em 2006. Atua principalmente com fotografia, explorando suas relações com a Arte e a Antropologia.

Barbara Arisi

Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, rio Paraná. Atualmente, é diretora do Instituto Latino-Americano de Artes, Cultura e História (ILAACH) da UNILA. Realizou pós-doutorado (2011/2012), doutorado (2011) e mestrado (2007) pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com estágio doutoral no Institute of Social and Cultural Anthropology da University of Oxford (2010). Bacharel em Comunicação Social -

Jornalismo (1995) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É coordenadora do Grupo de Pesquisa Estudos da América Indígena, vinculada também ao Núcleo de Antropologia Visual e Estudos da Imagem (NAVI/UFSC) e do Arte, Cultura e Sociedade (UFAM). É orientadora de mestrado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos e co-orientadora de doutorado na UFMA e UFSC. Desde 2006 é associada da Associação Brasileira de Antropologia, na qual integra desde 2013 a Comissão de Assuntos Indígenas e é uma das editoras-chefe da revista *Novos Debates* desde sua criação. Possui experiência em Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena e em Gênero. Em 2015, foi entrevistada para a reportagem de capa da *Science* sobre a política para índios isolados publicada em junho de 2015 e novamente em dezembro de 2015.

Carla Pires Vieira da Rocha

Doutoranda no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestrado em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009), Especialização em Alimentação e Sociedade/ Universitat Oberta de Catalunya (2012), Especialização em Museologia/ Patrimônio Cultural/UFRGS (2005) e Bacharelado em Artes Visuais com habilitação em Fotografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2002).

Carmen Rial

Jornalista e antropóloga tem doutorado em *Anthropologie et Sociologie* pela Université de Paris V (1992). Professora do Departamento de Antropologia da UFSC desde 1982, atua no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e no Progra-

ma de Pós-Graduação em Antropologia Social,. Suas publicações recentes incluem *Migration of Rich Immigrants: Gender, Ethnicity and Class*. New York: Palgrave Macmillan, co-organizado com Alex Vailati); “From ‘Black Kaká’ to Gentrification: the New Motilities of Expatriate Brazilian Football Player” em John Gledhill (org) *World Anthropologies in Practice*. London: Bloomsbury; “Neo-Pentecostals on the Pitch: Brazilian Football Players as Missionaries Abroad” em Jeffrey D. Needell (org) *Emergent Brazil*. Gainesville: University Press of Florida; e *Frontières et zones dans la circulation globale des footballeurs brésiliens* em *Le Football Brésilien Regards Anthropologiques, géographiques et Sociologiques*. Bertrand Piraudeau (org) Paris: L’Harmattan. Coordena o Núcleo de Antropologia Audiovisual e Estudos da Imagem (Navi) e o Grupo de Antropologia Urbana e Marítima, e integra o Instituto de Estudos de Gênero (IEG). É vice-Presidente do Conselho Mundial de Associações Antropológicas (WCAA) e representante da Comissão de Antropologia Urbana da IUAES na América Latina.

Caroline Soares de Almeida

Possui graduação em Educação Física (CEFID/UEDESC), História (CFH/UFSC) e mestrado em Antropologia Social (PPGAS/UFSC). Atualmente é aluna doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFSC) e integrante do Núcleo de Antropologia e Estudos da Imagem (NAVI). Atua nas áreas de Antropologia do Esporte, Estudos de Gênero e Globalização.

Claudia Fonseca

Tem Doctorat d’État, Université de Paris X, é professora colaboradora do PPG em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil). Seus interesses de pesquisa incluem

parentesco e relações de gênero, Antropologia da Ciência e Antropologia do Direito, com ênfase particular nos temas de direitos humanos e tecnologias de governo. Publicações recentes incluem: Ciências na vida (organizado em colaboração com Fabiola Rohden e Paula S. Machado), pela Editora Terceiro Nome, São Paulo; Ciência, identificação e tecnologias de governo (organizado em conjunto com Helena Machado), pela Editora da UFRGS; e Parentesco, tecnologia e lei na era do DNA, Rio de Janeiro; pela Editora da UERJ.

João Samarone Alves De Lima

É graduado em Antropologia Cultural e História na Universidade de Leiden, na Holanda. Fez doutorado em Ciências Sociais da Universidade de Leiden em 1994, com uma tese sobre o desenvolvimento urbano da cidade indonésia de Padang. Desde setembro de 2003, integra o Departamento de Antropologia Social e Cultural da VU University, Amsterdam.

Freek Colombijn fez extensivo trabalho de campo no sudeste da Ásia (principalmente Indonésia) e pesquisa de arquivo. Seus interesses de pesquisa incluem o desenvolvimento urbano, a história do espaço urbano e habitação, meio ambiente humano interações, violência e futebol. É autor de *Under construction; The politics of urban space and housing during the decolonization of Indonesia, 1930-1960*, Leiden: KITLV Press (Reprint Brill Publisher, 2014) e co-editor de *Urban ethnic encounters; The spatial consequences*, London & New York: Routledge; *Roots of violence in Indonesia; Contemporary violence in historical perspective*, Leiden: KITLV Press (Verhandelingen van het Koninklijk Instituut voor Taal-, Land- en Volkenkunde 194) e *Cars, conduits, and kampongs: The modernization of the Indonesian city, 1920–1960*, Leiden, Boston: Brill Publishers.

João Samarone Alves De Lima

Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010-2015), Mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Pernambuco (2009), Especialista em Administração de Sistemas da Informação pela Universidade Federal de Lavras (2004) e Graduado em Matemática pela Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim (1993). Atualmente é professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Pernambuco Campus Belo Jardim. Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Sistemas de Informação, Sistemas ERP, Linguagens de Programação e Banco de Dados.

Julia S. Guivant

Possui graduação em Filosofia pela Universidade Nacional del Sur, Bahia Blanca (Argentina), mestrado e doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutorado em sociologia ambiental e desenvolvimento rural na University of Wageningen (Holanda) e em sociologia alimentar na New York University (Estados Unidos). É professora do Depto de Sociologia e Ciência Política, da Universidade Federal de Santa Catarina, onde também atua no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política (mestrado e doutorado) e no Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Pesquisadora do CNPq desde 1993. É fundadora e coordenadora do IRIS (Instituto de Pesquisa em Riscos e Sustentabilidade) e lead faculty of the Earth System Governance Project. Foi presidente da ANPPAS (2008-2010) e vice-presidente do Research Committee 24 (Environment and Society) da International Sociological Association (ISA) (2006-2010) e membro da comitê diretor da Society for the Study of Nanoscience and Emerging Technologies (S.Net). Suas áreas de pesquisa e ensino são sociologia

ambiental, sociologia da ciência, metodologias participativas e desenvolvimento sustentável.

Kamila Guimarães Schneider

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2015). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2012, 2013), nas modalidades Licenciatura e Bacharel. Atua principalmente nos seguintes temas na Antropologia Urbana: Globalização, Antropologia da Alimentação, Antropologia da saúde/doença, Antropologia das emoções e Educação.

Luceni Medeiros Hellebrandt

Possui graduação em Ciências Sociais pela UFPel (2005) e mestrado em Gerenciamento Costeiro pela FURG (2012). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Trabalha desde 2008 com temáticas envolvendo pescadores artesanais, ultimamente focando em questões de gênero e pesca. Em 2015 iniciou uma pesquisa na linha de cultura material, relacionada ao consumo de discos de vinil, fruto do período de Doutorado em Sanduíche no Exterior, ocorrido na Vrije Universiteit Amsterdam.

Luciano Jahnecka

Mestre pelo programa de Pós-graduação Educação em Ciências: química da vida e saúde pela UFRGS. Doutorando do PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. É professor na Universidad de la Republica, Centro Universitario de Rivera, Uruguay.

Margarete Fagundes Nunes

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2009). É do corpo docente permanente do Programa em Diversidade Cultural e Inclusão Social e do Mestrado profissional em Indústria Criativa, ambos da Universidade Feevale/RS. Integra os Grupos de Pesquisa: Metropolização e Desenvolvimento Regional e Ambiente e Sociedade. É pesquisadora associada do Banco de Imagens e Efeitos Visuais da UFRGS e do Núcleo de Antropologia Visual da UFSC. Realizou pesquisa de campo no Vale do Rio dos Sinos/RS, por meio do projeto de Doutorado (UFSC-Feevale) para a tese *O negro no mundo alemão: cidade, memória e ações afirmativas no tempo da globalização*. Atualmente é líder do projeto de pesquisa: *Etnografia Visual dos Curtumes do Vale do Rio dos Sinos/RS: memória do trabalho e memória ambiental*. É sócio efetivo da Associação Brasileira de Antropologia. Atua principalmente com os seguintes temas: antropologia urbana, cidade, memória, relações étnico-raciais, políticas públicas e globalização cultural. Realizou estágio de Pós-doutorado em Antropologia Social na Free University of Amsterdam (VU Universiteit/2014), por meio do Programa CAPES/NUFFIC, de julho de 2013 a janeiro de 2014.

Marina Aurelia Cantero Benítez

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Brasil (2016). Graduada em Licenciatura em Letras pela Universidad Nacional del Este, da Facultad de Filosofía, Paraguai (2004). Possui especialização “*latu sensu*” em estudos hispânicos: língua, literatura e ensino pela Universidad Estadual do Oeste de Paraná (UNIOESTE), Brasil (2006), e especialização em didática universitária pela Universidad Nacional de Este, Facultad

de Filosofia, Paraguai (2012). Trabalhou como professora de Língua Castelhana e Literatura no Colégio Nacional Profesor Atanasio Riera. Atualmente, é profesora assistente de Comunicação Oral e Escrita da Facultad de Ciencias Económicas, na Universidad Nacional del Este, em Ciudad del Este, Paraguai. Participa como artista em apresentações da Compañía Expresiones Teatro, com monólogos, performance, recitais de poesia e criação de peças teatrais.

Martina Morbidini

É formada em Antropologia Cultural e Sociologia do Desenvolvimento na Universidade VU em Amsterdã, onde fez mestrado em Antropologia Cultural em 2014. Após ter estudado por um semestre na UFMG, em Belo Horizonte, alterna entre a Europa e o Brasil, especialmente Belo Horizonte, onde conduziu o trabalho de campo. Sua pesquisa é concentrada em conflitos urbanos sobre o meio-ambiente, espaços públicos e privados, e questões de cidadania na América Latina. Atualmente é pesquisadora associada no CEDLA (Centro de Pesquisa sobre a América Latina) em Amsterdã. Está conduzindo uma pesquisa sobre os conflitos e os desafios sobre o espaço e as culturas urbanas no cemitério de 'Nueva Esperanza' em Lima, Peru.

Telma Camargo Da Silva

Possui Licenciatura e Bacharelado em Letras Modernas Francês (Universidade Federal de Goiás - 1973); Especialização em Antropologia Social (Universidade Federal de Goiás - 1985 - 1987); Mestrado em Sociologia da Literatura (Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales - Paris -1977) e é Ph.D. em Antropologia (City University of New York-2002), com a defesa da tese "Radiation Illness Representation and Experience: the aftermath of the Goiânia radiological disaster". Em 2013, realizou estágio pós-doutoral no Programa de

Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Santa Catarina. É professora aposentada da Universidade Federal de Goiás onde atua como pesquisadora e é docente no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais integrando o Programa Especial para Participação Voluntária de Docentes Aposentados. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia da Saúde e da Doença, Teoria Antropológica, Antropologia Urbana e Patrimônio e Memória. As áreas de pesquisa e de publicação abordam prioritariamente os seguintes temas: representação do corpo, da saúde e da doença; desastre; sofrimento social; memória traumática; percepção e noção de risco; imagens e narrativas urbanas; patrimônio cultural imaterial; relações de gênero; cultura material. Organizou, em 2015, a coletânea *Ritxoko*, pela Editora Canône, Goiânia. Integra o Núcleo de Estudos de Antropologia, Patrimônio, Memória e Expressões Museais (NEAP), da UFG.

Viviane Kraieski De Assunção

É professora titular do Programa Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Realizou pós-doutorado em Antropologia Social na Free University of Amsterdam. É Mestre e Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, e realizou estágio-sanduíche no Institute of Latin American Studies da Columbia University, em Nova York. Atua principalmente nos seguintes temas: alimentação, consumo, meio ambiente urbano, sustentabilidade, mídia e migração de brasileiros para o exterior.

